

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO – UFRPE
DEPARTAMENTO DE LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS-DLCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO RURAL

MARIA REJANE FERREIRA DOS SANTOS

ANÁLISE SOCIAL E ECONÔMICA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO
MUNICÍPIO DE AREIA-PB

RECIFE-PE
2014

MARIA REJANE FERREIRA DOS SANTOS

**ANÁLISE SOCIAL E ECONÔMICA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO
MUNICÍPIO DE AREIA-PB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de mestre na linha de pesquisa: Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Orientadora: Dra. Emília de Rodat Fernandes Moreira

**RECIFE-PE
2014**

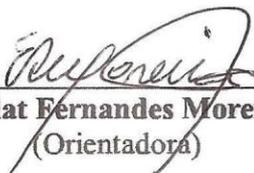
MARIA REJANE FERREIRA DOS SANTOS

**ANÁLISE SOCIAL E ECONÔMICA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO
MUNICÍPIO DE AREIA-PB**

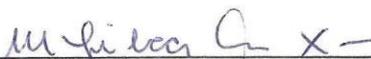
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de mestre na linha de pesquisa: Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Aprovado em: 18/06/2014

Banca Examinadora



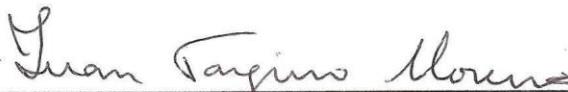
Dra. Emília de Rodat Fernandes Moreira- UFPB/CCEN
(Orientadora)



Dra. Maria Gilca Pinto Xavier- UFRPE
(Co-orientadora)



Dra. Lúcia Maria Goes Moutinho- UFRPE
(Examinadora Interna)



Dr. Ivan Targino Moreira – UFPB
(Examinador Externo)

Ficha catalográfica

S237a Santos, Maria Rejane Ferreira dos
Análise social e econômica dos assentamentos rurais do
município de Areia-PB / Maria Rejane Ferreira dos Santos. –
Recife, 2014.
201 f. : il.

Orientadora: Emília de Rodat Fernandes Moreira.

Dissertação (Mestrado em Administração e
Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal Rural de
Pernambuco, Departamento de Letras e Ciências Humanas,
Recife, 2014.

Inclui referências e apêndice(s).

1. Análise social e econômica 2. Assentamentos rurais
3. Município de Areia-PB I. Moreira, Emília de Rodat
Fernandes, orientadora II. Título

CDD 631.1

Aos meus pais (Cícero e Maria), e aos meus irmãos, por terem carinhosamente incentivado e acompanhado toda a minha jornada de estudos.

*Com muito amor,
Dedico.*

AGRADECIMENTOS

Ao nosso Deus misericordioso, por sua presença constante, pela força, proteção e orientação ao longo deste trabalho e da vida.

Aos meus pais, aos meus irmãos, e a toda a minha família, pelo amor, incentivo e apoio incondicionais.

A todas as famílias assentadas do município de Areia-PB, pelo carinho com que me acolheram em suas residências, pelas amizades que se firmaram, e principalmente, por todo o conhecimento partilhado ao longo desta pesquisa.

Ao meu namorado, Adriano Prazeres, pelas vezes que me acompanhou até aos assentamentos, e por toda atenção a mim dedicada ao longo deste trabalho e na minha vida como um todo.

Aos meus amigos Leandro, Sebastian, João Carlos e Leidiane, pelas vezes que me acompanharam até aos assentamentos; Allann Bruno e Lucilene Balbino, por terem me disponibilizado material sobre a Usina Santa Maria e; ao meu amigo Givaldo, pelos momentos e conhecimentos partilhados durante o mestrado.

À minha orientadora, Emília Moreira, pela dedicação, pelas contribuições, e por todas as horas despendidas para a concretização desse trabalho; pela paciência diante das minhas limitações; pelo conhecimento me repassado direta ou indiretamente, e principalmente; pela motivação para que o meu trabalho fosse desenvolvido nesta temática. Ao longo da minha vida acadêmica ainda não tinha tido a oportunidade de trabalhar um tema tão próximo à minha realidade.

Às professoras Maria Gilca e Lúcia Moutinho, pela atenção durante a minha estadia no PADR, por todos os momentos partilhados durante o meu curso, bem como pelas contribuições direcionadas para este trabalho.

Ao professor Ivan Targino, por aceitar compor a banca examinadora, e principalmente por todos os trabalhos publicados que deram suporte ao desenvolvimento deste trabalho.

A todos, sem exceção, que alargaram as minhas possibilidades, contribuindo para a realização desse trabalho.

Muito Obrigado!

O justo confia em Deus

¹ Você que habita ao amparo do altíssimo, e vive à sombra do Onipotente, ² diga a Javé: “Meu refúgio, minha fortaleza, meu Deus, eu confio em Ti”.

³ Ele livrará você do laço do caçador, e da peste destruidora. ⁴ Ele o cobrirá com suas penas, e debaixo de suas asas você se refugiará.

O braço dele é escudo e armadura. ⁵ Você não temerá o terror da noite, nem a flecha que voa de dia, ⁶ nem a epidemia que caminha nas trevas, nem a peste que devasta ao meio dia.

⁷ Caiam mil ao seu lado e dez mil à sua direita, a você nada atingirá.

⁸ Basta que você olhe com seus próprios olhos, para ver o salário dos injustos, ⁹ porque você fez de Javé o seu refúgio e tomou o Altíssimo como defensor.

¹⁰ A desgraça jamais o atingirá, e praga nenhuma vai chegar à sua tenda, ¹¹ pois ele ordenou aos seus anjos que guardem você em seus caminhos.

¹² Eles o levarão nas mãos, para que seu pé não tropece numa pedra.

¹³ Você caminhará sobre cobras e víboras, e pisará leões e dragões.

¹⁴ “Eu o livrarei, porque a mim se apegou. Eu o protegerei, pois conhece o meu nome. Ele me invocará, e eu responderei.

¹⁵ Na angústia estarei com ele. Eu o livrarei e glorificarei.

¹⁶ Vou saciá-lo de longos dias e lhe farei ver a minha salvação”.

(Salmo 91)

RESUMO

Partindo do resgate da luta camponesa pela terra e pela vida na terra, este trabalho consiste em analisar o desempenho social e econômico dos assentamentos rurais de reforma agrária de responsabilidade do INCRA do município de Areia, no Brejo Paraibano. Objetiva-se com esta análise, verificar se o campesinato que se reproduz atualmente no município, o faz de maneira autônoma. A autonomia aqui retratada não está relacionada a independência dos mercados, ou a qualquer tipo de instituição, e tampouco ao rompimento com as relações de exploração do sistema capitalista, mas em um conceito definido por Campos (2006), fundamentado em alguns pontos centrais como: identidade própria, permitindo a auto reprodução através de suas próprias lideranças; amplo conhecimento da origem de todos os problemas atualmente presentes no assentamento; rompimento com o próprio mundo, buscando a igualdade de participação e; capacidade de lutar contra qualquer tipo de política que venha a comprometer a reprodução camponesa. Diante da impossibilidade de um estudo aprofundado, dissociado do contexto histórico no qual os assentamentos estão inseridos, tornou-se necessário analisar o processo de produção, evolução e configuração atual do espaço agrário do município de Areia. Para isto, alguns procedimentos teóricos e metodológicos foram utilizados, tais como: revisão bibliográfica, levantamento de dados secundários, pesquisa de campo, organização do banco de dados, elaboração gráfica através do programa Microsoft Excel, e a análise dos resultados, para a qual se utilizou a estatística descritiva. Com os resultados obtidos, foi possível verificar uma transformação na estrutura agrária do município de Areia ao longo do tempo e, concluir que a criação de assentamentos no município, contribuiu para uma reestruturação do espaço agrário e para a fixação do homem no campo. As transformações mais visíveis e mais significativas foram: a redução da concentração fundiária, a substituição da monocultura até então predominante pela policultura alimentar, e a implementação de políticas públicas voltadas para atender as necessidades básicas da população assentada. A partir dessas, várias outras transformações foram emergindo. Diante dos desafios ainda presentes nos assentamentos, foi possível verificar que o campesinato que se reproduz no município, se reproduz de maneira autônoma, pois independente do desempenho dos agentes mediadores, os camponeses/assentados tem buscado e alcançado à sua forma, condições de vida mais dignas. Neste sentido, avalia-se os assentamentos como espaços socialmente produzidos, verificando a não concretização das teorias ortodoxas clássicas, segundo as quais o campesinato tenderia ao desaparecimento. Pelo contrário, o campesinato se reproduz de maneira expressiva, conforme ressalta a teoria heterodoxa.

Palavras-chave: Análise social e econômica; Assentamentos rurais; Município de Areia-PB.

ABSTRACT

Starting from the rescue of peasant struggle for field and for the life on the fields, this work is to analyze the social and economic performance of rural settlements of agrarian reform of responsibility of the INCRA of the municipality of Areia, in Paraiba swamp region. The aim of this analysis is to verify if the peasantry that currently reproduces itself in the town makes that autonomously. Autonomy portrayed here is not related to the independence of the markets, or any other institution, nor the rupture with the exploitative relations of capitalist system, but according to a concept set by Campos (2006), based on some key points as: own identity, allowing self reproduction through their own leadership; extensive knowledge about the origin of all the problems currently present in the settlement; break with the world itself, seeking equal participation and; capacity to fight any kind of policy that could jeopardize the peasant livelihood. Faced with the impossibility of a thorough study, dissociated from the historical context in which the settlements are inserted, it became necessary to analyze the production process, evolution and current configuration of the agrarian space of the municipality of Areia. For this, some theoretical and methodological procedures were used, such as: literature review, collection of secondary data, field research, organization of the database, graphic elaboration through the Microsoft Excel program, and the analysis of results, for which used descriptive statistics. With the results, it was observed a change in the agrarian structure of the municipality of sand over time and it was concluded that the creation of settlements in the city contributed to a restructuring of the agricultural space and for keeping people in the field. The most visible and most significant changes were the reduction of the land concentration, replacing the hitherto predominant monoculture for polyculture of food, and the implementation of public policies to fulfill the basic needs of the settled population. From these, several other changes were emerging. Facing the challenges still present in the settlements, it was possible to verify that the peasantry that reproduces itself in the municipality does that autonomously, because regardless of the performance of mediating agents, peasants/settlers have sought and reached more dignified conditions of life. In this sense, the settlements can be evaluated as socially produced space, checking the non-occurrence of classical orthodox theories, according to which the peasantry would tend to disappear. Rather, the peasantry reproduces itself expressly, as noted in heterodox theory.

Key-words: Social and economic analysis; Rural settlements; municipality of Areia-PB.

LISTA DE SIGLAS

AESA- Agência Executiva de Gestão das águas

AGICAN- Agroindústria de Camaratuba

AGROENGE- Agropecuária e Engenharia

CNBB- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CODH- Centro de Orientação dos Direitos Humanos

COONAP- Cooperativa de Trabalho Múltiplo de Apoio às Organizações de Autopromoção

COOPTERA- Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos da Reforma Agrária da Paraíba

CNPq- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CPT- Comissão Pastoral da Terra

DGEOC- Departamento de Geociências

DVD- Digital Versatile Disc

EMATER- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

GETEC- Grupo de Estudos sobre Trabalho, Espaço e Campesinato

HA- Hectares

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRA- Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

IDHM- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

INCRA- Instituto de Colonização e Reforma Agrária

INDA- Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário

INTERPA- Instituto de Terras da Paraíba

IPHAEP- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba

IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

KM- Quilômetro

MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

NSA- Não Se Aplica

PA- Projeto de Assentamento

PAA- Programa de Aquisição de Alimentos

PAM- Produção Agrícola Municipal

PB- Paraíba

PCB- Partido Comunista Brasileiro

PDA- Plano de Desenvolvimento do Assentamento

PE- Pernambuco

PIN- Programa de Integração Nacional
PNRA- Plano Nacional de Reforma Agrária
PPGADR- Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural
PPM- Produção Pecuária Municipal
PR- Paraná
PROÁLCOOL- Programa Nacional de Álcool
PROCERA- Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária
PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROTERRA- Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Nordeste
PT- Partido dos Trabalhadores
SAPPP- Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco
SEDUP- Serviço de Educação Popular
SEMARH- Secretaria do Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos
SIPRA- Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
STR- Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUDENE- Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UFPB- Universidade Federal da Paraíba
UFPE- Universidade Federal de Pernambuco
UFRPE- Universidade Federal Rural de Pernambuco
UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP- Universidade Estadual de São Paulo
ULTAB- União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
USIAGRO- Usina e Agropecuária

LISTA DE QUADROS

Quadro 01. Projetos de Assentamento existentes no município de Areia-PB, segundo o ano de criação, a localidade, o número de família, a área e a instituição de vinculação (2013).....	44
Quadro 02. Amostra dos Assentamentos e das famílias assentadas, e características iniciais.....	45
Quadro 03. Principais engenhos em funcionamento no município de Areia – PB, 2014.....	81

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01. Município de Areia- Área plantada com cana-de-açúcar (ha) 1990-2012.....	78
Gráfico 02. Município de Areia -Participação percentual da área plantada com cana-de-açúcar no total da área plantada com lavouras temporárias (ha) 1990-2012.....	79
Gráfico 03. Município de Areia- Produção de cana-de-açúcar (t) 1990-2012.....	79
Gráfico 04. Município de Areia- Participação percentual do valor da produção da cana-de-açúcar no valor da produção de todas as lavouras temporárias 1990-2012.....	80
Gráfico 05. Município de Areia -Área plantada com fava, feijão, milho e mandioca (em ha) 1990-2012.....	84
Gráfico 06. Município de Areia Produção das lavouras alimentares básicas (feijão, fava, milho e mandioca) 1990-2012.....	84
Gráfico 07. Município de Areia- Participação percentual do valor da produção de fava, mandioca, feijão e milho no valor total da produção das lavouras temporárias 1990-2012.....	85
Gráfico 08. Município de Areia - Evolução da pecuária bovina 1974-1980.....	86
Gráfico 09. Município de Areia- Evolução da pecuária bovina 1980-1990.....	87
Gráfico 10. Município de Areia- Evolução da pecuária bovina 1990-2000.....	87
Gráfico 11. Município de Areia- Evolução da pecuária bovina 2000-2012.....	88
Gráfico 12. Município de Areia- Proprietários Segundo o Tamanho do Estabelecimento 2006.....	93

Gráfico 13. Município de Areia- Assentados sem titulação segundo o tamanho dos estabelecimentos 2006.....	93
Gráfico 14. Município de Areia- Arrendatários segundo o tamanho do estabelecimento 2006.....	94
Gráfico 15. Município de Areia- Parceiros segundo O tamanho do estabelecimento 2006.....	94
Gráfico 16. Assentamento União- Naturalidade da população assentada, segundo a amostra- 2013.....	98
Gráfico 17. Assentamento Socorro- Naturalidade da população assentada, segundo a amostra- 2013.....	98
Gráfico 18. Assentamento Esperança- Naturalidade da população assentada, segundo a amostra- 2013.....	98
Gráfico 19. Assentamento Celso Furtado- Naturalidade da população assentada, segundo a amostra- 2013.....	99
Gráfico 20. Assentamento Emanuel Joaquim- Naturalidade da população assentada, segundo a amostra- 2013.....	99
Gráfico 21. Naturalidade dos residentes nos domicílios das famílias assentadas.....	100
Gráfico 22. Estado civil dos residentes no domicílio.....	101
Gráfico 23. Nível de escolaridade dos residentes no domicílio.....	103

LISTA DE TABELAS

Tabela 01. Projetos de Assentamento resultantes da desapropriação das terras da Usina Santa Maria.....	67
Tabela 02. Município de Areia -Estrutura Fundiária 1995-2006.....	89
Tabela 03. Município de Areia - Condição do produtor 2006.....	91
Tabela 04. Município de Areia - Condição do produtor 1995-2006.....	92
Tabela 05. Composição das famílias assentadas por sexo	96
Tabela 06. Famílias assentadas por faixa etária.....	97
Tabela 07. Residentes nos domicílios que frequentam ou já freqüentaram escola.....	102
Tabela 08. Condições da educação depois da criação dos assentamentos.....	107
Tabela 09. Condições do acesso à saúde depois do assentamento.....	109
Tabela 10. Religião das famílias assentadas.....	112
Tabela 11. Prática religiosa depois do assentamento.....	113
Tabela 12. Condições do lazer depois do assentamento.....	116
Tabela 13. Condições da segurança física depois do assentamento.....	119
Tabela 14. Tipo de habitação antes da criação dos assentamentos.....	120
Tabela 15. Condições do acesso à água das famílias assentadas.....	123
Tabela 16. Acesso à energia elétrica antes da criação dos assentamentos.....	129
Tabela 17. Acesso a utensílios domésticos e equipamentos eletroeletrônicos.....	131
Tabela 18. Condições de moradia das famílias assentadas.....	132
Tabela 19. Meio de transporte das famílias assentadas.....	136
Tabela 20. Participação das famílias nas associações dos PAs.....	137
Tabela 21. Ocupação principal dos residentes nos domicílios das famílias assentadas.....	142
Tabela 22. Condições de trabalho das famílias assentadas.....	148
Tabela 23. Condições de acesso ao crédito depois da criação dos assentamentos.....	149
Tabela 24. Condições de renda das famílias assentadas depois do assentamento.....	150
Tabela 25. Área dos lotes das famílias assentadas segundo as formas de uso da terra.....	153
Tabela 26. Sistema de produção utilizado pelas famílias assentadas- 2012.....	154
Tabela 27. Principais lavouras temporárias segundo o percentual de famílias produtoras-2012.....	156
Tabela 28. Percentual das famílias assentadas que cultivam lavouras permanentes, segundo o tipo de produto, por Projeto de Assentamento –2012.....	164
Tabela 29. Tipo de rebanho existente nos assentamentos, por número de cabeças – 2012.....	170

LISTA DE FIGURAS

Figura 01. Localização geográfica do município de Areia – PB.....	36
Figura 02. Município de Areia e seu relevo movimentado com vales profundos e encostas íngremes.....	37
Figura 03. Cidade de Areia – PB. Conjunto arquitetônico do século XIX.....	38
Figura 04. Usina Santa Maria em pleno funcionamento.....	59
Figura 05. Usina Santa Maria em pleno funcionamento.....	59
Figura 06. Usina Santa Maria em pleno funcionamento.....	59
Figura 07. Planta cadastral e limites territoriais do Assentamento União.....	68
Figura 08. Planta cadastral e limites territoriais do Assentamento Socorro.....	69
Figura 09. Planta cadastral e limites territoriais do Assentamento Esperança.....	70
Figura 10. Planta cadastral e limites territoriais do Assentamento Emanuel Joaquim. INCRA, 2013.....	74
Figura 11. Localização do PA Celso Furtado.....	76
Figura 12. Engenho Várzea do Coaty/ Areia-PB.....	82
Figura 13. Engenho Vaca Brava /Areia-PB.....	82
Figura 14. Engenho Vaca Brava/ Areia-PB.....	82
Figura 15. Engenho Bujari/ Areia-PB.....	82
Figura 16. Tecnologias e técnicas modernas utilizadas pelo Engenho Triunfo.....	83
Figura 17. Tecnologias e técnicas modernas utilizadas pelo Engenho Triunfo.....	83
Figura 18. Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental José Lins Sobrinho	104
Figura 19. Escola Municipal Júlia Emília que funciona como sede da Associação do PA Celso Furtado.....	106
Figura 20. Comemoração Religiosa no PA Emanuel Joaquim.....	116
Figura 21. Moradia antes da criação do PA União.....	121
Figura 22. Moradia da mesma família depois da criação do PA União.....	121
Figura 23. Cisterna sendo construída no PA União, 2013.....	123
Figura 24. Chafariz do PA Socorro.....	124
Figura 25. Máquina utilizada na construção de cisternas.....	125
Figura 26. Lavagem de roupa. PA Emanuel Joaquim.....	126
Figura 27. Fonte natural de água no PA Emanuel Joaquim.....	126

Figura 28. Água transportada por animais.....	127
Figura 29. Reservatório de água feito com pedras PA Celso Furtado.....	127
Figura 30. Moradia de famílias agregadas ao lado da moradia do titular do lote e chefe da família. PA União, 2013.....	132
Figura 31. Transporte para fretes no PA Emanuel Joaquim.....	136
Figura32. Crianças do PA Celso Furtado dividem o tempo entre trabalho e estudo.....	136
Figura 33. Declividade das terras no PA Emanuel Joaquim.....	144
Figura 34. Declividade das terras no PA Socorro.....	147
Figura 35. Cana-de-açúcar sendo transportada para o Engenho Triunfo.....	147
Figura 36. Cachaça Triunfo/Areia PB	160
Figura 37. Mini engenho do PA Socorro adquirido através do Projeto COOPERAR.....	161
Figura 38. Plantação de banana no entorno do PA Socorro.....	163
Figura 39. Atravessadores assentados do PA Socorro organizando a produção.....	166
Figura 40. Colheita da laranja no PA Emanuel Joaquim.....	167
Figura 41. Organização da produção no PA Emanuel Joaquim um dia antes das frutas serem levados para a feira.....	167
Figura 42. Produção de abelha urucu no PA Socorro.....	169
Figura 43. Produção de bovinos e caprinos no PA Celso Furtado.....	170

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
CAPÍTULO 1. PERCURSO TEÓRICO E METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	28
1.1 O debate clássico sobre desenvolvimento capitalista e campesinato.....	28
1.1.1 O debate promovido pela corrente marxista ortodoxa.....	28
1.1.2 O debate promovido pela corrente marxista heterodoxa.....	31
1.2 Repercussão do debate clássico na questão agrária brasileira.....	32
1.3 A metodologia de pesquisa.....	35
1.3.1 A área de estudo.....	36
1.3.2 Os procedimentos e técnicas de pesquisa utilizados.....	39
1.3.2.1 Levantamento bibliográfico.....	39
1.3.2.2 Levantamento de dados secundários.....	39
1.3.2.3 Pesquisa de campo.....	40
1.3.2.4 Apresentação dos dados.....	52
CAPÍTULO 2. DE SERTÃO DE BRUXAXÁ A BREJO DE AREIA: formação territorial, evolução e organização atual do espaço agrário do município de Areia-PB.....	53
2.1. Processo inicial de formação territorial do município de Areia-PB.....	53
2.2. Processo de produção do espaço agrário do município de Areia-PB.....	54
2.2.1. A luta pela terra na Usina Santa Maria.....	63
2.2.2. A luta de ocupação de terra no município de Areia.....	71
2.2.2.1. A luta pela terra que deu origem ao PA Emanuel Joaquim.....	71
2.2.2.2. A luta pela terra que deu origem ao PA Celso Furtado.....	75
2.3. A organização atual do espaço agrário do município de Areia.....	77
2.3.1. A produção agropecuária.....	77
2.3.1.1. A produção de cana-de-açúcar.....	78
2.3.1.2. A produção de alimentos e a fruticultura.....	83
2.3.1.3 A atividade pecuária.....	86
2.4. A Estrutura Fundiária.....	88
2.5. As relações de trabalho no campo.....	91
CAPÍTULO 3 - ASPECTOS SOCIAIS DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO MUNICÍPIO DE AREIA-PB.....	96
3.1. Composição por sexo e idade das famílias assentadas.....	96

3.2. Naturalidade e estado civil das famílias assentadas.....	98
3.3. Nível de escolaridade e acesso à saúde das famílias assentadas.....	101
3.4. Prática religiosa e condições de lazer das famílias assentadas.....	111
3.5. Segurança física das famílias assentadas.....	118
3.6. Condições de Moradia das famílias assentadas.....	119
3.6.1. Tipo de habitação das famílias assentadas.....	119
3.7. Condições de acesso à água e à energia elétrica.....	122
3.8. Acesso a utensílios domésticos e equipamentos eletroeletrônicos.....	130
3.9. Acesso aos meios de transportes pelas famílias assentadas.....	135
3.10. Participação dos assentados na Associação do assentamento.....	137
CAPÍTULO 4 - ASPECTOS ECONÔMICOS DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO MUNICÍPIO DE AREIA-PB: ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E DO TRABALHO....	141
4.1. Ocupação e remuneração das famílias assentadas.....	141
4.2. Atividades agropecuárias desenvolvidas nos assentamentos.....	152
4.2.1. Caracterização da unidade produtiva nos assentamentos.....	152
4.2.2. Atividades agrícolas desenvolvidas nos assentamentos.....	155
4.2.2.1. Produção e comercialização das lavouras temporárias.....	156
4.2.2.2. Produção e comercialização das lavouras permanentes.....	163
4.3. Atividades pecuárias desenvolvidas nos assentamentos.....	168
4.4. Dificuldades da produção e da comercialização nos assentamentos.....	173
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	175
REFERÊNCIAS.....	181
APÊNDICES.....	185

INTRODUÇÃO

A questão agrária nas sociedades capitalistas envolve relações de poder econômico, social e político entre diferentes sujeitos, que apresentam interesses e perspectivas divergentes acerca da propriedade da terra, das relações de trabalho no campo e das formas de utilização do solo. No Brasil, os principais sujeitos da questão agrária são os latifundiários e os camponeses. Malgrado as mudanças observadas na questão agrária brasileira ao longo do tempo histórico, os latifundiários, travestidos de novas roupagens (decorrentes das novas formas de associação ao grande capital e ao Estado) e os camponeses, permanecem sendo os sujeitos sociais em confronto. Este aspecto da questão agrária brasileira nos remete à discussão clássica sobre o destino do campesinato no desenvolvimento capitalista da agricultura. Esta questão foi abordada pelos clássicos a partir de duas correntes de pensamento que divergiam entre si: a corrente ortodoxa e a heterodoxa. A primeira argumentava que com o desenvolvimento do capitalismo no campo o campesinato tenderia ao desaparecimento, enquanto a corrente heterodoxa acreditava na sua reprodução a partir das mais diversas formas de resistência e/ou subordinação ao capital.

A resistência camponesa ao processo de submissão da agricultura ao capital e sua luta pelo acesso à terra, através de uma política de reforma agrária, tem se feito presente em muitos países, com destaque naqueles que compõem a América Latina. Isto porque, desde a colonização, os países que compõem essa região já estruturaram seus espaços agrários com base na grande propriedade e na exploração do trabalho, excluindo a maioria da população trabalhadora no campo do acesso à terra.

Dessa forma, compreende-se que reforma agrária é uma designação que tem sido utilizada para explicar um conjunto de ações, cuja base, é a reordenação fundiária, ou seja, a democratização da terra. Estas ações são proporcionadas por medidas tomadas pelo governo, com a participação de diversos setores da sociedade, visando possibilitar aos agricultores de base familiar sem terra ou que tem quantidades insuficientes de terra ou ainda aos trabalhadores rurais e urbanos sem terra, o acesso à terra e aos meios de produção agrícola, bem como aos mercados e às políticas públicas.

Para compreender as relações que permeiam o campesinato, o sistema capitalista, e a atuação do Estado no cenário nacional, consideramos fundamental analisar a forma como se processou a ocupação do espaço agrário brasileiro pelo elemento colonizador, uma vez que a distribuição desigual e concentrada da terra, que persiste até os nossos dias, e que constitui um dos fatores principais da luta pela terra e conseqüentemente, por reforma agrária no país, teve

origem naquele período, notadamente com a criação do sistema de sesmarias e a criação da Lei de Terras de 1850.

A ocupação do espaço agrário brasileiro pelo elemento colonizador, iniciou-se através da implantação das capitânicas hereditárias destinadas aos donatários. Estes eram homens de elevada posição social, escolhidos pelo rei, e tinham em suas mãos, o poder de doar sesmarias (grandes porções de terra) a quem fosse cristão e tivesse condições financeiras de cultivá-la, tornando-a produtiva e rentável (ANDRADE, 2007). A partir desse período, inicia-se o processo de exploração e ao mesmo tempo de desvinculação da população indígena de seus territórios, culminando na perda da posse de suas terras em detrimento de pequenos grupos de pessoas de origem estrangeira que passaram a ocupá-las de forma centralizada.

De fato, a formação socioeconômica do Brasil se deu inicialmente com base na destruição de muitas nações indígenas em prol da submissão do seu território ao empreendimento colonial. Esse processo, porém não se deu de modo passivo. A ele, os índios brasileiros, a exemplo dos maias e dos astecas (no México) e dos incas (a oeste da América do Sul), reagiram, tendo sido em grande parte massacrados, submetidos à escravidão ou aldeados em missões, domesticados pelos jesuítas (MORAES, 2001).

Talvez, estivesse aí o início da primeira luta entre desiguais. A luta do capital em processo de expansão, desenvolvimento, em busca de acumulação, ainda que primitiva, e a luta dos ‘filhos do sol’ em busca da manutenção do seu espaço de vida no território invadido (OLIVEIRA, 1999,p.11).

Além da luta dos nativos pelo direito de permanecer no seu território, distingue-se ainda no período colonial, a luta dos negros escravos pela liberdade. Como se sabe, a reação indígena à escravidão levou o colonizador a buscar na África, mão de obra escrava para o trabalho nos engenhos e nos canaviais. A condição a que eram submetidos os escravos negros¹ nos Engenhos era tão cruel que levou à fuga de muitos escravos. Os escravos fugidos organizaram-se em torno da luta por liberdade dando origem aos quilombos. Os quilombos eram áreas de resistência negra que além de expressarem a luta por liberdade, possibilitavam aos escravos fugitivos, o livre acesso à terra e ao trabalho (MORAES, 2001). Merece destaque o Quilombo de Palmares em Alagoas, que chegou a congregar 70.000 negros e que resistiu à sua destruição por quase um século (MORAES, 2001).

O sistema de sesmaria foi implantado a partir da expedição de Martim Afonso de Souza para o Brasil em 1530 e perdurou até 17 de julho de 1822, quando foi extinto. Após sua

¹ A respeito leia-se, para o caso da Paraíba: MOREIRA, E. e TARGINO, I. Capítulos de Geografia Agrária na Paraíba. João Pessoa: Editora Universitária da Paraíba, 1997.

extinção, segundo Strazzacappa (1999), o Brasil permaneceu vinte e oito anos sem a implementação de uma lei que regularizasse a aquisição de terras. Dessa forma, de acordo com Aquino et al. (2003), as terras devolutas passaram a ser apossadas de maneira descontrolada por homens livres, que buscavam espaço para a expansão das pequenas unidades familiares de produção. Isto aconteceu até meados de 1850, quando foi aprovada a Lei nº 601, conhecida como a Lei de Terras (AQUINO et al, 2003).

A Lei de Terras limitava o direito de propriedade a uma minoria, dado que a partir dela, a posse da terra só seria possível através do ato de compra e venda. Assim, os imigrantes, os ex-escravos, os posseiros, e nenhum brasileiro pobre poderia ser proprietário de terra. Neste sentido, Strazzacappa (1999), ressalta, que a esta classe, colocada à margem da sociedade, caberia apenas a disponibilização da sua força de trabalho, o que garantiria assim, uma mão de obra barata para os latifúndios. Dessa forma, segundo Moreira e Targino (1997), a terra passa a ser ainda mais valorizada, adquire importância mercantil, reforçando e estabelecendo definitivamente a propriedade privada no Brasil.

Ratifica-se que a concentração, associada à privatização das terras, está na base da estrutura fundiária brasileira, responsável em grande parte pela eclosão de inúmeros conflitos sociais que se desencadearam ao longo do tempo. Além disso, é possível observar claramente, que as lutas no campo em todo o território brasileiro nunca cessaram, apenas assumiram diferentes formas e aspectos. No que se refere aos movimentos de organização popular que questionaram de alguma forma a estrutura fundiária do país, Targino (2002, p.150-151) afirma:

(...) pode-se destacar três fases distintas dos movimentos de organização popular que de algum modo questionaram a forma de distribuição da terra no Brasil. A primeira fase pode ser identificada com o período da República Velha, onde surgiram vários movimentos de caráter messiânico que, embora não contestassem diretamente a ordem latifundiária, apresentavam formas organizativas baseadas na propriedade coletiva do solo. A segunda fase inicia-se a partir da década de 40, com o processo de redemocratização do país quando organizações de massa assumem a luta pela Reforma Agrária, estendendo-se até 1964. A terceira fase que inclui o período de resistência à ditadura militar e o período de redemocratização do país, com a organização de movimentos pela reforma agrária encabeçados seja pela Comissão Pastoral da Terra da CNBB, seja pelo Movimento dos Trabalhadores sem Terra.

No século XX, o processo de organização dos trabalhadores rurais tem início com a redemocratização do país em 1946, por uma iniciativa do Partido Comunista Brasileiro, através da criação das Ligas Camponesas. Segundo Azevedo (1982, p.55), as Ligas foram

criadas “sob a forma de associações civis que permitiam a mobilização e a organização dos camponeses e trabalhadores rurais sob o amparo do Código Civil”.

Essas associações, porém, tiveram curta duração, uma vez que a decretação da ilegalidade do PCB, a partir de 1947, e a repressão por ele sofrida, provocaram o desmantelamento das Ligas, e um forte recuo na organização dos trabalhadores rurais (TARGINO, 2002).

Numa tentativa de reorganização do movimento dos trabalhadores, na primeira metade dos anos cinquenta, foram realizadas a 1ª e a 2ª Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas em 1953 e 1954, respectivamente. Ao final da 2ª Conferência foi criada a ULTAB - União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (SIGAUD, 1979), sendo fortemente influenciada pelo PCB (TARGINO, 2002, p.152).

Em 1954, foi realizado na cidade de Limoeiro em Pernambuco, o 1º Congresso Nordestino de Trabalhadores Rurais. Segundo Targino (2002), este Congresso visou resgatar o trabalho de organização das Ligas Camponesas naquele Estado.

É no contexto dessa mobilização realizada pelo PCB que, na segunda metade dos anos cinquenta, pela primeira vez na Zona da Mata e porque não dizer na história do Brasil, vai surgir um movimento de massa expressivo junto aos trabalhadores rurais, reivindicando explicitamente a mudança na estrutura fundiária, isto é, organizado em torno da bandeira da reforma agrária (TARGINO, 2002, p. 152).

Esse movimento teve início com a fundação da Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco (SAPPP), criada no Engenho Galiléia, no município de Vitória de Santo Antão, em 1955. Ele evoluiu para um confronto interno entre o filho do proprietário e os camponeses, em virtude do aumento do foro e da tentativa de expulsão dos posseiros e foreiros. O resultado desse processo foi a desapropriação das terras em 1959, sua distribuição entre os moradores do Engenho em 1963, e a disseminação do movimento das Ligas pelo Estado de Pernambuco e outros Estados da federação (TARGINO, 2002). Em 1962, as Ligas Camponesas já estavam presentes em 13 dos 22 Estados brasileiros (MORAIS, 1976, p.121), tendo maior expressão nos Estados da Paraíba² e Goiás.

Foi, portanto, nas terras do Engenho Galiléia, onde nasceu a primeira Liga Camponesa, inicialmente com a denominação de Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (VANDECK, 2004).

² Na Paraíba as Ligas têm no município de Sapé o seu núcleo inicial e mais forte. Elas logo se ampliam para os demais municípios da Zona da Mata e do Agreste. No município de Rio Tinto, o movimento também teve uma presença marcante, chegando a eleger o prefeito do município em 1962, em articulação com os operários da fábrica de tecido. Para uma análise mais acurada das Ligas Camponesas na Paraíba veja LEMOS (1996), BANDEIRA (1997) e BENEVIDES (1986).

Este movimento foi marcado pela violência contra as lideranças dos trabalhadores, que, na maioria das vezes, resultaram em assassinatos. Ressalta-se o assassinato de João Pedro Teixeira, presidente da Liga - Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé, município da Paraíba, no dia 2 de abril de 1962. Este fato mobilizou todos os trabalhadores que se revoltaram com a perda de seu líder, e esta mobilização, segundo Oliveira (1999), ganhou repercussão nacional, pois essa Liga era uma das maiores e mais representativas do Nordeste.

De acordo com Oliveira (1999), a partir da década de 1950, a questão da reforma agrária foi reforçada pelo surgimento dos sindicatos dos trabalhadores rurais, que passaram a agir como mediadores nas lutas pelos benefícios sociais e direitos trabalhistas, buscando respostas da parte do sistema político dominante. Estas mobilizações sindicais cobravam, entre outros, regulamentações das relações de trabalho, pagamento de salário mínimo, além de exigir para os trabalhadores do campo, as mesmas garantias dadas aos trabalhadores urbanos.

Esse movimento resultou na criação do Estatuto do Trabalhador Rural em dois de março de 1963, como medida do Governo de João Goulart, que ampliava aos trabalhadores rurais a legislação social que já beneficiava os trabalhadores urbanos (BUAINAIN, 2008).

Com o golpe militar em 1964, os sindicatos rurais passaram por profundas transformações, e as Ligas Camponesas foram perseguidas e desarticuladas. Para tentar conter os conflitos por terra, o Governo militar aprovou a Lei nº 4.504, conhecida como Estatuto da Terra (AQUINO 2003). Este Estatuto, conforme Buainain (2008), definia uma série de funções sociais da propriedade da terra e indicava que por questões de inadequações a estas, poderia ocorrer a desapropriação por interesse social.

Ressalta-se ainda que, com o Estatuto da Terra, foram criados o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), que mais tarde viriam a ser substituídos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Foram criados também, a partir da década de 1970, o Programa de Integração Nacional (PIN) e o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Nordeste (PROTERRA). Essas políticas públicas não foram, porém, capazes de reduzir as tensões no campo.

Por sua vez, o processo de modernização da agricultura instituído pelos governos militares, pautado em mudanças tecnológicas sem promover alterações na estrutura da posse da terra só agravou a questão agrária (SILVA, 1981). À expansão de monoculturas para exportação, a exemplo da cana e da soja, bem como da pecuária intensiva e semi-intensiva, somou-se a mecanização da atividade agrícola. Esses dois aspectos da modernização agrícola

foi responsável, entre outros, pela expulsão maciça dos trabalhadores sem terra do campo e pela eclosão de conflitos de terra decorrentes da resistência dos trabalhadores ao processo de expulsão.

É diante desse quadro que em novembro de 1974, surge a Comissão Pastoral da Terra (CPT), ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com o objetivo de agir defendendo os direitos dos camponeses.

Conforme Moreira e Targino:

A CPT irá desempenhar uma função aglutinadora das forças que lutavam pela justiça social no campo. Através da organização dos trabalhadores, ela não só passa a defender os direitos trabalhistas no campo, mas, sobretudo, começa a atuar em áreas de conflito, em conjunto com dioceses, paróquias e comunidades eclesiais de base, levantando a bandeira da reforma agrária. Ela ainda presta assessoria a Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Associações de Pequenos Produtores, movimentos sociais, etc.(1997, p.305).

A ação da CPT no campo contribuiu para a emergência de várias experiências de luta pela terra e de formas de resistência camponesa, culminando na formação de outro movimento social, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), na década de 80 do século XX. Este movimento deu mais força à organização dos trabalhadores em torno da bandeira da reforma agrária em todo o território nacional.

O MST foi formalmente criado em janeiro de 1984, em Cascavel (PR), durante o primeiro encontro nacional dos trabalhadores rurais Sem Terra. No entanto, Fernandes (2008) argumenta que este movimento não nasceu neste ano, e muito menos neste território, mas no Brasil, no seio das mais diversas lutas pela terra que foram travadas ao longo do tempo.

Dessa forma, segundo Fernandes (2008), na década de 1980, com a fundação e o apoio do Partido dos Trabalhadores (PT), a CPT, o MST e os demais movimentos camponeses recolocaram a questão da reforma agrária na pauta política, transformando a luta dos camponeses numa das principais formas de se obter o acesso à terra.

Com a abertura política, e a pressão dos mais diversos segmentos da sociedade em torno da implementação da reforma agrária no Brasil, foi criado no Governo de Sarney (1985-1989), o I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA). O I PNRA adotou o Estatuto da Terra e tinha como objetivo, melhorar a oferta de alimentos, criar novos empregos e reduzir o êxodo rural. Além disso, recomendava que fosse evitado o máximo possível o deslocamento dos beneficiários do seu local de origem, e propunha amplas articulações com os mais diversos órgãos do governo, para que assim, a reforma agrária pudesse ser implantada (BUIANAIN, 2008).

O I PNRA previa o assentamento de 1.400.000 famílias, contudo, só conseguiu assentar 84.852, sendo estes assentamentos, segundo Fernandes (2008), muito mais fruto das lutas do MST do que das ações governamentais.

Vale ressaltar, que as lutas no campo não cessam quando se conquista a terra e se implanta um assentamento, pelo contrário, a partir desse momento inicia-se outro tipo de luta, voltada à construção de um novo território, de modo a possibilitar o atendimento das necessidades da comunidade camponesa ali assentada.

De acordo com Oliveira,

Acampamentos e assentamentos são novas formas de luta de quem já lutou ou de quem resolveu lutar pelo direito à terra livre e ao trabalho liberto. A terra que permite aos trabalhadores-donos do tempo que o capital roubou e construtores do território coletivo que o espaço do capital não conseguiu reter à bala ou por pressão-reporem-se/ reproduzirem-se, no seio do território da reprodução geral capitalista (1999, p.14).

Os assentamentos rurais podem ser definidos, segundo Bergamasco (1996), como novas unidades de produção agrícola, implementadas através de políticas públicas governamentais em benefício dos trabalhadores rurais que lutam pelo acesso à terra e ao trabalho livre na terra, objetivando melhores condições de vida.

Através do apoio de agentes mediadores e da ação do Estado, os assentamentos promovem significativas transformações no espaço agrário as quais têm reflexos importantes no espaço urbano.

Esse processo histórico de produção do espaço agrário brasileiro, também se reproduz em nível dos Estados da federação e das suas subunidades espaciais. Dessa forma, a luta dos trabalhadores, expressa através dos conflitos de terra, levou o Estado brasileiro a buscar soluções, mesmo que pontuais, para a questão agrária através da desapropriação e da criação de assentamentos rurais em praticamente todo território nacional.

No que diz respeito ao processo de produção do espaço agrário paraibano, verifica-se que este teve início, como de resto, em todo território do Nordeste Oriental, com base na produção da cana-de-açúcar na Zona da Mata e na atividade pecuária extensiva no interior, ambas absorvedoras de grandes extensões de terras (SOUZA, 2003).

Este processo se reproduziu no Brejo Paraibano com as particularidades próprias da sua realidade histórica e geográfica regional. É nessa região que se localiza o município de Areia, área geográfica objeto de nossa pesquisa.

Em Areia, a intensificação do padrão de concentração da estrutura fundiária, promovida pela implantação do PROALCOOL e por um forte processo de pecuarização nos

anos de 1970, foi responsável pela expropriação-expulsão de grande parcela dos camponeses sem terra que vivia na condição de moradores, arrendatários e parceiros, em terras de terceiros. Muitas famílias reagiram a esse processo dando origem a conflitos pela posse da terra. A crise do Proálcool e a retração da pecuária na segunda metade dos anos de 1980, por sua vez, agudizou o desemprego no campo. Surgem novos conflitos que só serão solucionados quando o Estado desapropria terras e cria áreas de Assentamento.

O objetivo deste trabalho é realizar uma análise social e econômica dos assentamentos rurais criados a partir de 1997 no município de Areia – PB à luz do processo histórico de produção do espaço agrário municipal, buscando entender se os mesmos se caracterizam ou não como uma forma de resistência camponesa autônoma ao avanço do capital no campo. Buscar-se-á também, através das análises realizadas, identificar os elementos que conferem autonomia a esse campesinato e aqueles que constituem entraves à conquista dessa autonomia.

A escolha por esta temática partiu do reconhecimento dos assentamentos como uma importante forma de resistência camponesa, dado que os mesmos possibilitam organizadamente o desenvolvimento de um maior número de estratégias para a reprodução das famílias do campo. O que vale dizer que se criam a partir dos assentamentos, novos agentes sociais que coletivamente reconhecem a sua força, e com o auxílio de agentes mediadores, buscam legalmente os seus direitos. Portanto, a relevância desse estudo fundamenta-se na própria importância que assume a reforma agrária, particularizada neste caso, na experiência do município de Areia.

A importância desse trabalho consiste também na possibilidade de recuperação da história de luta que culminou com a criação dos Projetos de Assentamento no município. Uma vez assentadas, as famílias não produzem apenas mercadorias, mas criam e recriam igualmente a sua existência e o seu espaço de vida, podendo com isso, promover profundas alterações no território conquistado com repercussões na sociedade local. Contribui-se assim, para o resgate da memória da luta do povo do campo e com a pesquisa “Territórios de Esperança” desenvolvida pela professora Emilia Moreira, que desde 1991 tem recuperado as histórias de luta camponesa na Paraíba.

Além disso, a minha formação pessoal e acadêmica fundamenta-se no anseio de voltar o conhecimento adquirido à minha realidade, cuja simplicidade me faz sentir mais humana. A vivência no campo me permite um contato direto com os problemas que afligem a população rural, despertando em mim a consciência da necessidade de participar do processo de transformação social/local. Então, tendo em vista à carência de atenção e de estudos voltados

para os assentamentos rurais do município de Areia, e entre outros, através do exemplo e do estímulo da professora Emília Moreira, externalizo a minha satisfação em desenvolver esta pesquisa, ratificando que o conhecimento deve estar enraizado na realidade.

No que se refere à estrutura do trabalho aqui apresentado, resultante da pesquisa realizada, além desta introdução e das considerações finais, ele está dividido em quatro capítulos. O primeiro traz o percurso teórico e metodológico da pesquisa, apresentando uma breve discussão teórica sobre desenvolvimento capitalista e campesinato à luz da teoria marxista clássica. Procura demonstrar que a luta pela terra e pela vida na terra em áreas de assentamentos rurais podem ser entendidas como formas de resistência camponesa ao capital no campo e de recriação do campesinato. Ele apresenta ainda a metodologia de pesquisa utilizada para o desenvolvimento do trabalho.

O segundo capítulo analisa o processo de produção e evolução do espaço agrário do município de Areia-PB, realizando uma breve descrição de sua configuração atual, a partir de uma contextualização que resgata o processo da luta pela terra que deu origem aos assentamentos rurais no município, notadamente, os de responsabilidade do INCRA, cuja descrição apresenta-se neste trabalho de forma mais detalhada.

O terceiro capítulo apresenta a análise dos aspectos sociais dos cinco assentamentos rurais de reforma agrária do município de Areia-PB, através dos indicadores: composição por sexo e idade; naturalidade e estado civil; nível de escolaridade e acesso à saúde; prática religiosa e condições de lazer; segurança física; condições de moradia; acesso aos meios de transporte e; participação dos assentados nas associações dos assentamentos.

O quarto capítulo apresenta a análise dos aspectos econômicos dos assentamentos rurais do município de Areia-PB, enfatizando as formas de organização da produção e do trabalho no interior dos lotes, a partir dos seguintes indicadores: ocupação e renda das famílias assentadas e o desenvolvimento de atividades agropecuárias.

1. PERCURSO TEÓRICO E METODOLÓGICO DA PESQUISA

Para realizar a análise social e econômica dos assentamentos rurais criados a partir de 1997 no município de Areia – PB, buscando entender se os mesmos se caracterizam ou não como uma forma de resistência camponesa ao avanço do capital no campo, buscou-se suporte

na teoria clássica marxista que aborda a questão do desenvolvimento capitalista e o campesinato, como será visto a seguir.

1.1 O debate clássico sobre desenvolvimento capitalista e campesinato

O debate clássico sobre desenvolvimento capitalista e campesinato teve início no final do século XIX, motivado pelas transformações que estavam ocorrendo no campo da Europa. O ponto de partida é a discussão sobre a permanência ou o desaparecimento do campesinato à medida que o capitalismo vai se desenvolvendo e se incorporando às atividades produtivas no campo. Para abordar esse debate nos pautamos na discussão levada a efeito por duas correntes do pensamento marxista: a corrente marxista ortodoxa, representada por Marx, Kautsky e Lênin; e a corrente marxista heterodoxa, representada por Rosa Luxemburgo e Chayanov.

1.1.1 O debate promovido pela corrente marxista ortodoxa

Em sua análise, baseando-se na experiência que estava vivendo com o desenvolvimento do capitalismo na Inglaterra, Karl Marx defende a ideia de que o campesinato tende a desaparecer à medida que o sistema capitalista de produção se expande. Isto acontece dada a desvinculação dos trabalhadores dos seus meios de produção, e sua consequente transformação em assalariados do campo, vítimas da exploração do capital, cujo único interesse é a incessante busca pelo lucro.

Essa estrutura econômica que se forma, como bem ressalta Marx (1867), origina-se na decomposição da sociedade feudal, isto é, na libertação da servidão e de todo e qualquer tipo de subordinação existente. Dessa forma, o progresso estaria relacionado à “transformação da exploração feudal em exploração capitalista” (MARX, 1867. p.853).

A este respeito, Marx acrescenta que,

Não basta que haja, de um lado, condições de trabalho sob a forma de capital, e, do outro, seres humanos que nada têm para vender além de sua força de trabalho. Tampouco basta forçá-los a se venderem livremente. Ao progredir a produção capitalista, desenvolve-se uma classe trabalhadora que por educação, tradição e costume aceita as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes (MARX, 1867. p.854).

Na Inglaterra, à medida que o sistema de produção capitalista progredia no campo, massas de trabalhadores, bruscamente retirados de suas condições habituais de existência, iam sendo liberados para a indústria urbana. Estes, sem direito algum na sociedade, e totalmente desligados de alguma corporação na qual pudesse encontrar apoio, passaram a se subordinar

às exigências do capitalismo, aceitando, na maioria das vezes, situações de vida que a eles eram completamente desfavoráveis.

Lênin (1988), voltando-se para a experiência do desenvolvimento do capitalismo na Rússia, reforça o argumento de Marx sobre o destino do campesinato diante da ascensão do capitalismo. Para tanto, ele faz uma distinção do camponês em três níveis sociais: os camponeses ricos, os médios e os pobres. Os camponeses ricos representavam uma minoria, e certamente viriam a se transformar nos capitalistas agrários, uma vez que a dimensão de suas explorações eram, na maioria dos casos, acima das possibilidades da força de trabalho da família, tornando-se indispensável a utilização de operários agrícolas; os camponeses médios mantinham-se em situações instáveis, e sobreviviam através da contração de dívidas, que em sua maioria, eram pagas com o próprio trabalho, além de rendas complementares resultantes da venda da própria força de trabalho. Oscilavam entre os ricos e os pobres e caso não enriquecessem, seriam desvinculados dos seus meios de produção, transformando-se posteriormente em assalariados; os assalariados representavam o grupo pobre, e destacavam-se por possuírem um nível de vida extremamente baixo, cuja sobrevivência só seria possível, dada a venda da sua própria força de trabalho no campo (LÊNIN, 1988).

Lênin (1988) afirma ainda, que os camponeses ricos certamente destacavam-se por possuírem técnicas agrícolas superiores, quando comparadas aos outros dois grupos, ressaltando que as contradições que surgem no interior das relações que envolvem os três níveis de campesinato são as grandes responsáveis pela sua desintegração, fazendo emergir um novo tipo de população rural.

Nesse sentido ele argumenta que:

(...) o surgimento de desigualdades entre os patrimônios é o ponto de partida de todo o processo, que em hipótese alguma se esgota nesta diferenciação. O campesinato antigo não se diferencia apenas: ele deixa de existir, se destrói, é inteiramente substituído por novos tipos de população rural, que constituem a base de uma sociedade dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista. Esses novos tipos são... a classe dos produtores de mercadorias na agricultura e a classe dos operários agrícolas assalariados (LÊNIN, 1988,p.114).

Em sua obra “A Questão Agrária,” Kautsky aborda as leis que regem o desenvolvimento do campo sob o capitalismo, e faz algumas considerações importantes. Para ele:

A extensão do mercado, a posse de meios financeiros, a presença de condições técnicas indispensáveis, tudo isto não basta para a fundação de uma grande exploração capitalista. O essencial é a existência de operários. Embora realizadas todas as outras condições, se não houver trabalhadores

sem propriedade, forçados a se venderem aos patrões, uma empresa capitalista se torna impossível (KAUTSKY, 1980.p.178).

Kautsky reconhece o capitalismo como o modo de produção dominante na sociedade da época, porém, ressalta a importância da existência de modos de produção pré-capitalistas no campo, levando, neste sentido, a uma diferenciação entre a grande e a pequena exploração, onde uma sobrevive sustentando a outra, através da oferta de empregos remunerados e da disponibilização da força de trabalho e fornecimento de matéria-prima, respectivamente. Ressalta ainda que quanto mais o capitalismo se incorpora na agricultura, mais explicita a diferença qualitativa existente entre a técnica da grande e da pequena exploração, afirmando que a grande exploração, mesmo com toda a superioridade técnica e existência de altos rendimentos, não é necessariamente a melhor, pois, quanto maior a propriedade, mais difícil se torna a fiscalização dos operários, o que é extremamente importante quando se contratam assalariados. Todavia, quanto menor for a propriedade, mais viáveis se tornam as possibilidades do campesinato se recriar, o que pode ocorrer mediante a realização de trabalhos acessórios³, e/ou através de associações e cooperativas apoiadas pelo Estado (KAUTSKY, 1980).

É preciso chamar a atenção que, embora Marx, Kautsky e Lênin acordem que o desenvolvimento do capitalismo no campo leva inexoravelmente ao desaparecimento do campesinato, a abordagem de cada um é diferenciada. Destaca-se a posição de Kautsky quando admite a possibilidade de recriação camponesa através da opção pelo trabalho acessório, da associação em cooperativas com o apoio do Estado e do “funcionalismo complementar da grande exploração com a agricultura camponesa, onde uma torna-se o sustentáculo da outra, uma vez que a grande exploração dá oportunidade de emprego para os camponeses e estes fornecem matéria-prima e disponibilizam a sua força de trabalho à grande exploração” (CORREIA, 2013).

Outrossim, Marx, numa carta que endereçou em 1877 à revista russa “Anais da Pátria”, negou veementemente ser autor de uma filosofia universal da história, na qual a inserção da Rússia no modelo socialista só seria possível através do desenvolvimento capitalista. Enfatizou ainda, que em seu capítulo do Capital sobre “Acumulação Primitiva”, teria procurado analisar apenas “a origem do capital nas entranhas da ordem feudal do ocidente, sem nenhuma preocupação universalizante” (MARX, 1982, p. 165-168). Em cartas que trocou com Vera Zasulitch, populista russa que aderiu ao marxismo, Marx também

³ Exemplos de trabalho acessório é o artesanato e outras atividades não agrícolas desenvolvidas pelo campesinato.

reafirma sua posição não ortodoxa sobre a relação entre o desenvolvimento capitalista e o campesinato, e deixa claro que o campesinato no desenvolvimento capitalista não está inexoravelmente condenado ao desaparecimento e que a sua reação será diferente de lugar para lugar.

1.1.2 O debate promovido pela corrente marxista heterodoxa

A corrente marxista heterodoxa clássica, defende a ideia da permanência e recriação camponesa no desenvolvimento do capitalismo, mesmo que por caminhos diferentes, como propõem Rosa Luxemburgo e Chayanov.

Segundo Rosa Luxemburgo, a realização da mais-valia é fundamental para a acumulação capitalista, mas, para que seja realizada, faz-se necessária a utilização de relações não capitalistas de produção, inclusive, a camponesa (LUXEMBURGO, 1984). Ela entende que mesmo com a ascensão do capitalismo no campo, o campesinato tende a recriar-se, mas isto só é possível através da sua subordinação ao capital. O capital, no seu processo de acumulação, necessita obrigatoriamente de meios não capitalistas de produção, dado que é através da exploração da taxa de mais-valia que ele se reproduz. Neste sentido, conclui-se que a recriação camponesa é criada pela própria contradição e desigualdade do capitalismo (LUXEMBURGO, 1984).

Segundo Correia (2011, p. 70), na interpretação de Rosa Luxemburgo (1984),

o desenvolvimento do capitalismo no campo não significa necessariamente a destruição do campesinato, dado ao fato que o papel do camponês neste processo é o de um trabalhador para o capital, por ser ele o responsável pela reprodução da mais-valia capitalista. Por isso, para o capital se desenvolver, faz-se necessário a dissolução e a recriação do campesinato para completar o seu ciclo produtivo.

Correia (2011) faz algumas ressalvas a este posicionamento de Rosa Luxemburgo, pois, segundo ela, nós já nos encontramos no século XXI e ainda não se comprovou a extinção do campesinato, mas a sua transformação e recriação no interior do capitalismo. Afirma também que “isso se deve não somente ao processo de acumulação do capital, mas à luta pela terra e as diversas formas de organização da produção e do trabalho” (CORREIA, 2011, p. 73).

Chayanov, na obra “A organização da Unidade Econômica Camponesa”, publicada em 1925, acredita no predomínio das forças capitalistas de produção, mas sua preocupação, na verdade, era definir políticas públicas que subsidiassem o campesinato, uma vez que este tendia, no seu entender, a reproduzir-se. Ele realizou estudos sobre a unidade econômica

campesina, fundamentando-se no trabalho e no consumo do camponês e de sua família (CHAYANOV, 1974).

Analisando a obra de Chayanov, Correia afirma que:

Chayanov (1974), diferentemente de Kautsky, Lênin e Rosa Luxemburgo, não analisa os camponeses a partir de sua inserção na dinâmica capitalista, ao contrário, faz uma avaliação subjetiva sobre a natureza da produção camponesa e a compreende como um modo de produção. De fato, o autor também identificou uma diferenciação camponesa, mas completamente diferente da diferenciação social defendida por Lênin que resultaria no desaparecimento do campesinato no capitalismo. Para ele a diferenciação não resultaria na proletarização nem na acumulação (pequeno patrão) como lógica capitalista. Na verdade, ela seria a expressão de mecanismos internos relativos ao (des)equilíbrio da família, em que o padrão de vida e a amplitude das exigências de consumo também figuravam como fatores decisivos para a estrutura da unidade produtiva camponesa (2011, p. 71).

Esse debate teórico clássico teve e ainda tem forte influência entre os estudiosos da questão agrária brasileira, como veremos a seguir.

1.2 Repercussão do debate clássico na questão agrária brasileira

No Brasil, o debate existente sobre o destino do campesinato surge como reflexo de uma discussão mais ampla, conforme foi apresentado anteriormente, destacando-se também, a posição de duas correntes teóricas que discordam entre si: a que defende o desaparecimento do campesinato à medida que o capitalismo vai progredindo, argumentada entre outros, por Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães; e a que pressupõe a sua reprodução na contradição do capitalismo, defendida por Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Bernardo Mançano Fernandes, Emília Moreira, entre outros.

A primeira corrente supracitada argumenta que o campesinato tende a desaparecer do campo brasileiro, por este apresentar-se como um entrave ao progresso do capitalismo, e isto viria a acontecer, segundo Caio Prado Júnior, em virtude do progresso e do domínio do capitalismo no campo.

Prado Júnior (1979), argumenta que a estrutura agrária brasileira já se formou sob as bases de uma sociedade capitalista, derivando-se daí um acentuado dualismo de atividade rural: a grande exploração agromercantil de base territorial extensa, cujo objetivo era a produção de um produto de alta expressão comercial; e a pequena exploração com as atividades de subsistência para a produção de gêneros alimentícios para a população. Neste contexto, segundo este autor, “quando a grande exploração se fortalece e prospera, ou em outras palavras, se torna rendoso negócio, ela tende a se ampliar e absorver um máximo de

extensão territorial e força de trabalho. Sobrarão tanto menos espaço e tempo disponíveis para os trabalhadores cuidarem de outras atividades” (PRADO JUNIOR, 1979, p.53).

Neste sentido, diante das contradições existentes no campo, o autor acredita que só a reforma agrária elevaria os padrões de vida da população rural e permitiria sua inserção social em condições humanamente dignas de vida. Isto seria possível por meio de dois caminhos:

trata-se, de um lado, da extensão da legislação social-trabalhista para o campo, isto é, de proporcionar ao trabalhador rural proteção legal adequada que lhe assegure melhores condições de vida,...de outro lado, prevê-se a modificação da estrutura da propriedade fundiária rural no sentido de corrigir a extrema concentração” (PRADO JUNIOR, 1979, p.89).

Contrariando os teóricos que defendem o desaparecimento do campesinato através da proletarianização dos camponeses, Abramovay (1992), considera que a permanência dos camponeses no campo só se torna possível através de sua transformação em agricultores familiares, inseridos no mercado capitalista. Esta transformação representaria o progresso, onde o sistema camponês, visto como sinônimo de atraso, passaria a ser visto como um sistema moderno de produção. Neste caso, desconsidera-se a possibilidade de ocorrência da reforma agrária de forma distributiva.

Por sua vez, Oliveira (2001) defende a resistência camponesa, partindo do pressuposto de que o camponês é um sujeito social que atua dentro do capitalismo, e deste modo, não pode ser visto como um entrave ao progresso do sistema capitalista no campo, conforme os teóricos da primeira corrente, mas como uma forma de resistência específica e moderna, que atua no espaço agrário através dos mais diversos movimentos sociais de luta pela terra, que emerge e se reproduz no seio das contradições e desigualdades da expansão do capital.

Assim, destaca a importância do MST como um dos movimentos sociais mais atuantes e diferenciados no processo de luta pela terra, dadas as ações coletivas no processo de resistência, cujos resultados são expressos nas ocupações, nos acampamentos e nos assentamentos rurais.

Nesse contexto, o avanço do capitalismo no campo brasileiro progrediu, de um lado, desprovido o trabalhador rural dos seus meios de produção, e de outro, permitindo a permanência de relações de produção não capitalistas, como o trabalho de subsistência realizado pelo pequeno agricultor que fortemente resiste nas áreas conquistadas (OLIVEIRA, 2001).

Para Fernandes (2001), o campesinato se recria em virtude das lutas travadas pela posse das terras e contra a expropriação resultante do desenvolvimento do sistema capitalista.

Ele argumenta que o progresso do capital pode levar tanto a destruição quanto a reprodução do campesinato. Neste sentido, à medida que as terras vão sendo conquistadas em forma de assentamentos, cria-se uma expectativa de melhorias nas condições de vida dos camponeses.

Assim, o assentamento é concebido por Moreira (2006), como um “território de esperança”, onde é possível resistir às contradições do capital buscando um modo de vida digno, e livre de qualquer tipo de injustiça. De acordo com a autora,

O território de esperança é aquele construído e conquistado pela luta de resistência e de ocupação promovida pelos trabalhadores e como o resultante da luta pela consolidação das diferentes formas de agricultura camponesa. Este território simboliza tanto uma “ruptura” com a forma de organização social, econômica e política pré-existente como uma forma de resistência à dominação do capital no campo. O Território de Esperança surge de dentro do território capitalista rompendo com a sua lógica clássica, mas, simultaneamente, sendo um resultado do próprio caráter assumido pelo desenvolvimento contraditório e combinado do capital. Não se trata, porém, de um território fruto de uma ruptura promovida por um processo revolucionário, mas pode se constituir numa possibilidade transformadora. Por isto ele só pode ser entendido como parte integrante de um processo. Daí o Território de Esperança se constituir em um “Território em movimento, vivo, que experiencia um processo contínuo de (re) criação, (re)definição, (re)delimitação. Território inacabado, por conseguinte, sujeito a contradições, avanços retrocessos, ganhos e perdas (MOREIRA, 2006, p.4).

Neste trabalho, compreende-se que a luta por terra e o assentamento de reforma agrária, objeto de estudo, são formas de resistência camponesa ao avanço do capital no campo. Assim, a sobrevivência do campesinato representa, até certo ponto, “uma traição às leis do capital” (MARTINS, 1991, p.17).

Via de regra, no Brasil, o assentamento surge: a) a partir do confronto de interesses entre uma população sem terra e o latifúndio improdutivo ou; b) a partir da necessidade do capital se expandir no campo para implantar novas formas de uso do solo pautadas na valorização do capital.

Na década de 1970, o processo de expansão capitalista no campo foi acompanhado da expulsão maciça dos camponeses e a sua consequente substituição por trabalhadores assalariados. A resistência do campesinato a este processo culminou com a eclosão de uma grande quantidade de conflitos agrários e agravou a violência no campo.

Com a criação do MST na segunda metade dos anos de 1980, a estratégia de ocupação de latifúndios improdutivos tem pressionado fortemente o Estado a desapropriar terras e a criar assentamentos para nele instalar as famílias em luta. É, portanto, a luta e a pressão dos trabalhadores e dos movimentos sociais que tem obrigado o Estado capitalista a assumir um

papel que ele não quer: o de responsável pela territorialização camponesa sobre o território capitalista.

Para o INCRA, a constituição dos assentamentos está diretamente relacionada à desapropriação de imóveis rurais e, a sua demarcação se dá com a criação de um Projeto de Assentamento, a instalação de uma Associação de Produtores Rurais e a fixação do trabalhador na terra (LIMA, 2010).

Perguntamos-nos se este campesinato que resiste e se recria através dos assentamentos, o faz de maneira autônoma. Segundo Campos (2006), esta autonomia não está relacionada à independência em relação aos mercados ou às mais diversas instituições, e muito menos ao rompimento das relações de exploração ao qual o sistema campesino está inserido. Esta autonomia, para Campos (2006), fundamenta-se nas conquistas das lutas dos movimentos sociais que se formaram, e pauta-se em alguns pontos centrais, tais como: a) a capacidade que o camponês tem de se tornar um sujeito social com identidade própria, participante de disputas políticas, não sendo necessária a sua representação por parte de mediadores, mas representando-se por meio de suas próprias organizações e lideranças; b) a capacidade de compreender que as dificuldades vivenciadas resultam do funcionamento do sistema capitalista globalizado; c) a capacidade de rompimento com o seu próprio mundo através do respeito a diversidade étnica, religiosa ou de gênero, visando a igualdade de participação e ; d) a capacidade de lutar contra as políticas públicas e privadas que ameaçam a agricultura camponesa (CAMPOS, 2006).

Este trabalho faz uma recuperação do processo de lutas que resultou na criação dos assentamentos rurais no município de Areia, identificando, através de sua configuração atual, bem como através de uma análise social e econômica, se os mesmos se caracterizam como forma de resistência camponesa autônoma, e se isto ainda não é possível, procura identificar os entraves que estão dificultando a conquista dessa autonomia. Para tanto, uma série de procedimentos e técnicas de pesquisa fizeram-se necessárias

1.3 A metodologia de pesquisa

Para o alcance dos objetivos definidos e a completa realização deste estudo, alguns procedimentos metodológicos e algumas técnicas de pesquisa foram utilizados. Partindo de uma caracterização geográfica da área de estudo, eles compreendem a pesquisa bibliográfica e documental, o levantamento e processamento de dados secundários e a pesquisa de campo.

1.3.1 A área de estudo

O município de Areia localiza-se na Microrregião do Brejo Paraibano⁴, onde ocupa 269,494 km², que representam 19,2% da superfície regional e 0,48% do território estadual (IBGE, 2004), (Fig. 1).

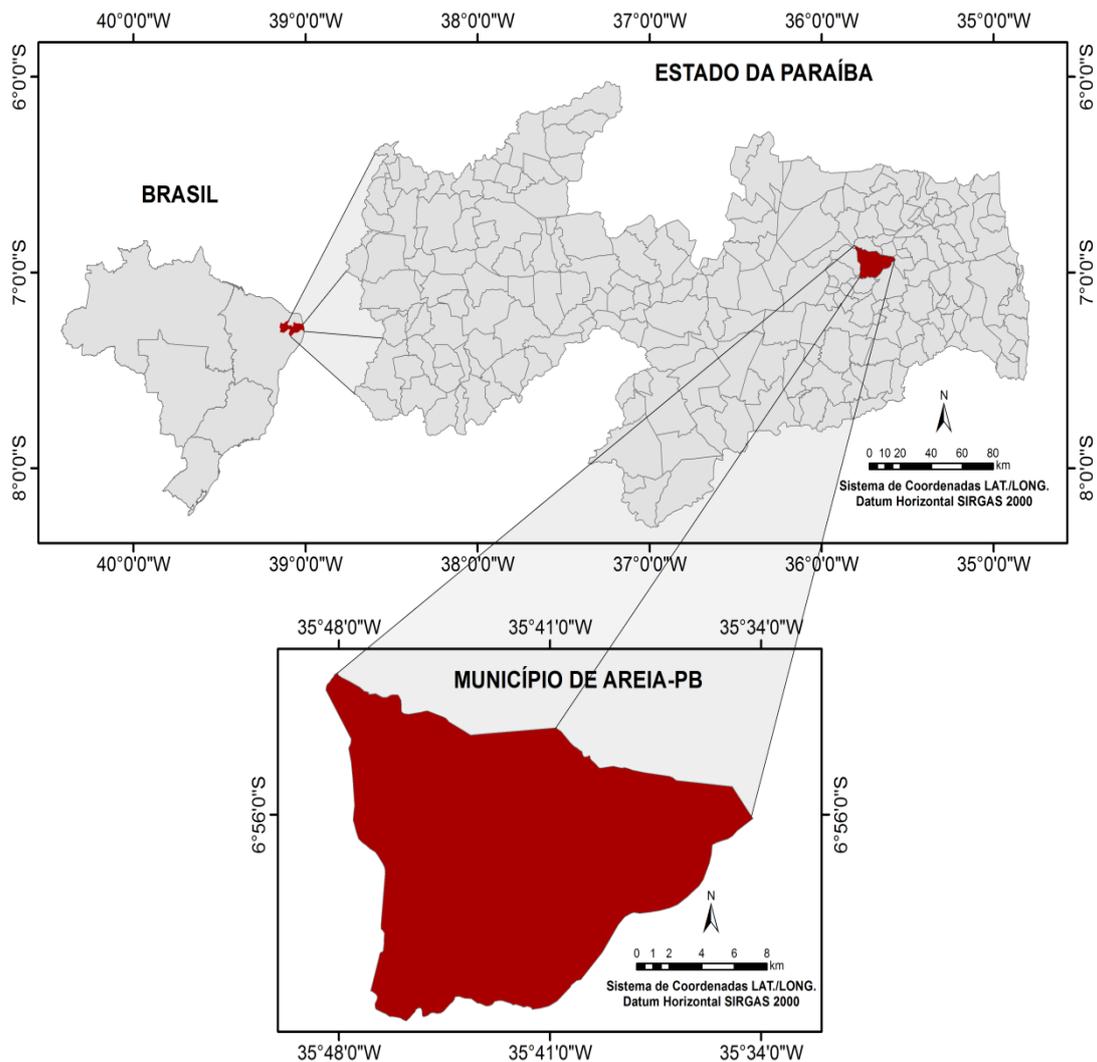


Figura 01: Localização geográfica do município de Areia – PB
Elaboração: José Carlos Dantas.Organização:Rejane Ferreira (2013).

Situado na escarpa oriental do planalto da Borborema, entre vales profundos e encostas íngremes, a uma altitude que varia entre 600 e 623 metros (Fig. 2), o município apresenta clima tropical quente e úmido, suavizado pela altitude e pela ação dos ventos alíseos do sudeste. Nos meses de junho a agosto, o clima torna-se muito suave, com temperaturas que podem alcançar 14°C (MOREIRA, 1989).

⁴ O Brejo Paraibano é uma subunidade regional da Paraíba que constitui, no entender de Irineu Joffily, “um oásis encravado na borda oriental da Borborema, de clima ameno e solos férteis” (JOFFILY, 1977 apud MOREIRA, 2006). Composto por oito municípios quais sejam Areia, Alagoa Grande, Alagoa Nova, Borborema, Bananeiras, Matinhas, Pilões e Serraria a Microrregião do Brejo Paraibano ocupa 1.174,168 [km²](#) e constitui uma subunidade espacial da Mesorregião do Agreste Paraibano.



Figura 02: Município de Areia e seu relevo movimentado com vales profundos e encostas íngremes.

Fonte: pageletronicablogspot.com.

Da vegetação de Mata Atlântica de Altitude densa e rica em variedade de espécies arbóreas que recobria a região, resta hoje apenas “um trecho preservado que corresponde à Reserva Ecológica Mata de Pau-Ferro, uma relíquia botânica caracterizada por uma grande biodiversidade. Em 1992 essa reserva foi tombada pela UNESCO como patrimônio da humanidade” (MOREIRA, 1989, p. 9).

De acordo com o censo demográfico, 23.829 pessoas residiam no município de Areia, em 2010. Desse total, 14.598 pessoas (61,2%) residiam na cidade e 9.231 pessoas (37,8%) residiam no campo. Segundo estimativa do IBGE, em 2013 a população do município apresentaria uma pequena retração, passando para 23.472 habitantes (IBGE, 2013).

O IDHM de Areia passou de 0,332 em 1991 para 0,594 em 2010 (IBGE, 2010), o que é demonstrativo de uma melhoria do padrão de vida da população no período.

Desde o século XVII, a sua economia está estruturada na agricultura, sendo a atividade canavieira aquela que marcou e ainda hoje marca mais profundamente a sua paisagem rural. Tanto é que o município chegou a possuir mais de 100 engenhos produtores da cana e derivados, passando a ser conhecido como a terra da cachaça e da rapadura.

Dada a sua importância histórica, paisagística, arquitetônica (possui um conjunto arquitetônico do século XIX muito preservado) urbana (Fig. 3), Areia teve seu núcleo urbano reconhecido como Patrimônio Estadual em dezembro de 1979, através do tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP). Já o reconhecimento como Patrimônio Nacional ocorreu em agosto de 2005, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), órgão do governo federal, que

reconheceu o Conjunto Histórico, Urbanístico e Paisagístico da cidade de Areia como Patrimônio Cultural Nacional (CARDOSO, 2008). Areia foi a primeira cidade do estado da Paraíba a receber esta distinção.



Figura 03: Cidade de Areia – PB. Conjunto arquitetônico do século XIX.
Fonte: pageletronicablogspot.com.

O município ainda é conhecido como “terra da cultura” no contexto da história da Paraíba, em virtude principalmente da importância assumida por figuras importantes da arte, das ciências, das letras e da política nacional e regional, a exemplo de: Pedro Américo, pintor do Segundo Império que pintou o quadro “O Grito do Ipiranga”; José Américo de Almeida, ex-governador da Paraíba, importante político nacional e escritor, por sua vez, responsável pela criação da Escola de Agronomia do Nordeste, atual Centro de Ciências Agrárias da UFPB; Horácio de Almeida, escritor e autor do livro Brejo de Areia; Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques, primeiro Arcebispo da Paraíba; Abdon Felinto Milanês, político e músico erudito; Elpídeo de Almeida, médico e ex-prefeito da cidade de Campina Grande; Álvaro Machado, fundador do Jornal “A União”; e Padre Rui Barreira Vieira, grande benfeitor, responsável pela construção de vários centros sociais, a Escola Carlota Barreira, o Museu Regional de Areia, entre outros.

A riqueza cultural e arquitetônica da cidade, os engenhos antigos, testemunhos da antiga atividade canavieira, os atuais engenhos produtores de aguardente e o clima do município, têm impulsionado a indústria do turismo histórico, cultural e de inverno, dando novos contornos à economia local. Simultaneamente, a luta contra o monopólio da terra tem avançado no meio rural, modificando a paisagem com a implantação de assentamentos de reforma agrária.

1.3.2 Os procedimentos e técnicas de pesquisa utilizados.

Os procedimentos e técnicas de pesquisa utilizados, estão relacionados ao levantamento de uma bibliografia de suporte teórico-metodológico, complementar ao que foi indicado por minha orientadora durante a disciplina por ela ministrada no PPGDR, “Estratégias de desenvolvimento da produção familiar”, o levantamento de dados secundários e a pesquisa de campo.

1.3.2.1 Levantamento bibliográfico

O levantamento bibliográfico possibilitou a organização de um banco de dados acerca da temática trabalhada, que muito contribuiu para embasar o estudo. O mesmo foi realizado nas Bibliotecas da Universidade Federal Rural de Pernambuco (Biblioteca Central, Biblioteca do Programa de Pós- Graduação em Extensão Rural e a do Programa de Pós Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural); nas Bibliotecas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), dos Colégios Santa Rita e Carlota Barreira na cidade de Areia; no Portal de Periódicos da Capes, e em diversos web sites.

1.3.2.2 Levantamento de dados secundários

Para dar maior suporte a esta pesquisa, realizou-se uma coleta de dados secundários junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no que diz respeito à estrutura fundiária, as relações de trabalho no campo, a produção agropecuária e a população do município de Areia através do censo agropecuário de 2006, da publicação relativa à pesquisa sobre a Produção Agrícola Municipal (PAM) e a Produção Pecuária Municipal (PPM), no período de 1990-2012, e ao censo demográfico de 2010. Ainda no site do IBGE, consultou-se os dados gerais do município e o seu IDHM. Também levantou-se informações secundárias junto ao Instituto de Terras da Paraíba (INTERPA) e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/SIPRA), relativas aos assentamentos existentes no município quanto ao nome, ao número, a área, ao número de famílias e a data de criação.

1.3.2.3 Pesquisa de campo

A pesquisa de campo foi realizada tendo por base a metodologia utilizada nos estudos sobre luta pela terra e assentamentos rurais, realizados pelo Grupo de Estudos em Trabalho, Espaço e Campesinato (GETEC/CNPq/UFPB), coordenado pela professora Emilia Moreira. De acordo com essa metodologia, o estudo sobre os assentamentos inicia-se com o reconhecimento da área de estudo e um levantamento mais geral do objeto de estudo.

Posteriormente, o processo de pesquisa propriamente dito, contempla o resgate do processo de luta pela terra, seguido do levantamento das condições socioeconômicas dos assentados antes e depois do assentamento, bem como da forma de organização interna e externa da produção, do trabalho, e da vida social e política do assentamento. Para atender a nossa proposta de trabalho, fez-se necessário algumas adaptações nessa metodologia, bem como a elaboração de instrumentos de pesquisa para serem utilizados com os assentados, representantes de suas associações, representantes de movimentos sociais e outros. Tais instrumentos consistiram em um questionário e roteiros de entrevistas. O trabalho de campo foi realizado em etapas como será visto a seguir.

a) Etapa de reconhecimento da área e definição da amostra

Antes da realização das entrevistas e da aplicação dos questionários, fez-se visitas em cada assentamento e através de observações e de conversas informais com os assentados foi possível obter informações essenciais que deram suporte e nortearam a elaboração dos roteiros de entrevista e o delineamento da amostra a ser adotada na pesquisa. Nesta ocasião, foram visitados os lotes e observado o estilo de vida dos assentados, de modo que, no final desta etapa, pôde-se obter um panorama geral da diversidade de assentamentos criados no município e do número real de assentamentos existentes em 2013.

Verificou-se que no período de 1990 a 2011, foram criados 21 assentamentos rurais no município de Areia, cujas características diferem entre si. Desse universo, 11 assentamentos são de responsabilidade do Instituto de Terras da Paraíba (INTERPA), e 10 assentamentos são de responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Projetos de Assentamento (PA) União, Socorro, Esperança, Emanuel Joaquim, Celso Furtado, Oziel Pereira, Queimadas, Redenção, Tabocal, Engenho Cipó). Além disso, destaca-se que no total de assentamentos criados neste período, foram legalmente assentadas 595 famílias, sendo 108 famílias pelo INTERPA e 487 famílias pelo INCRA.

Essas informações foram posteriormente comparadas com os dados secundários obtidos no INCRA e no INTERPA. Este estudo comparativo realizado em 2013 permitiu constatar que o INCRA remanejara Projetos de Assentamento de um município para outro, levando em consideração a localização da maior área territorial do Projeto de Assentamento. Assim, dos 21 assentamentos rurais criados no município de Areia no período anteriormente mencionado, existem apenas 16, dos quais 11 vinculados ao Instituto de Terras da Paraíba (não houve mudança), mas apenas 05 dos vinculados ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária. Os Projetos de Assentamento que deixaram de pertencer ao município de Areia

foram: Oziel Pereira, Queimadas, Redenção e Tabocal. O PA Engenho Cipó, já foi emancipado.

O Projeto de Assentamento (PA) Engenho Cipó, foi criado em 04 de março de 1993 abrangendo uma área de 187,8290 ha, onde foram assentadas 32 famílias. Embora ainda conste na relação de Assentamentos do INCRA de 2013, a pesquisa realizada diretamente neste órgão constatou que ele foi emancipado. Não se pode, porém, desconsiderar que este PA foi criado nos anos de 1990, por conseguinte, mesmo emancipado ele já se constituiu em um Projeto de Assentamento.

O PA Oziel Pereira, até 2010, constava na documentação do INCRA como localizado nos municípios de Areia e Remígio, dada a sua localização na divisa de ambos os municípios. Sua criação resultou da desapropriação, em 07 de dezembro de 1998, de 3.049,5 ha de terra da Fazenda Queimadas. A criação do Projeto, porém, só ocorreu um ano depois, em 23 de novembro de 1999, tendo nele sido assentadas 150 famílias. Segundo os assentados, o PA passou por um processo de desmembramento, passando a ser constituído por apenas 50 famílias e a abranger apenas 955, 5356 hectares. Como a maior parte de suas terras localizam-se no município de Remígio, a partir de 2013 o INCRA passou a considerar sua localização apenas em Remígio.

O PA Queimadas, por sua vez, resultou do desmembramento do PA Oziel Pereira, cuja obtenção como foi mencionado anteriormente, se deu através da desapropriação das terras da Fazenda Queimadas em 07/12/1998. A criação do PA se deu em 01/10/2003, com um total de 100 famílias assentadas, abrangendo uma área de 1.985,7055 ha de terra. Após estas alterações realizadas pelo INCRA, este PA foi reconhecido como pertencente ao município de Remígio.

Os PAs Redenção e Tabocal resultaram da desapropriação das terras da Usina Santa Maria, localizada no município de Areia, em 04 de agosto de 1997 e 17 de julho de 1997, respectivamente. O primeiro PA foi criado em 09 de dezembro de 1997 com uma área de 969,0000 hectares, e nele foram assentadas 94 famílias. Já o segundo PA, foi criado em 02 de dezembro de 1997 com uma área de 199,2000 ha e um total de 16 famílias assentadas. Durante a fase de reconhecimento da área de estudo, constatou-se que ambos os assentamentos mantiveram-se registrados pelo INCRA no município de Areia até o ano de 1999. Após revisões realizadas pelo INCRA os PAs mencionados foram realocados, respectivamente para os municípios de Pilões e Alagoinha.

No PA União, segundo a relação dos PAs fornecida pelo SIPRA⁵/INCRA, que inclui informações até o ano de 2011, foram desapropriados 502,6800 hectares de terra. Nesta fase da pesquisa, verificou-se que a área desapropriada foi apenas 380,2319 hectares, o que pôde ser confirmado posteriormente na relação fornecida pelo INCRA da Paraíba. De acordo com o INCRA da Paraíba, a capacidade de assentamento era de 57 famílias, com uma retificação de mais duas famílias, daí considerar-se que foram, portanto, assentadas, 59 famílias. Consultando, posteriormente, a listagem dos PAs fornecida pelo SIPRA/INCRA (2011), verificou-se que a capacidade de assentamento no PA foi alterada para 59 famílias tendo sido assentadas 56. Esta informação pôde ser confirmada na pesquisa de campo, nesta etapa de reconhecimento da área, onde se constatou que houve inicialmente uma primeira divisão das terras em 59 lotes. No entanto, 03 desses lotes foram subdivididos pelo INCRA entre duas famílias já assentadas, pois as mesmas eram consideradas relativamente grandes quando comparadas com as demais. Neste sentido, confirmou-se que foram assentadas 56 famílias.

Considerando as informações fornecidas pelo SIPRA/INCRA (2011), foram desapropriados no PA Socorro, 700,00 hectares de terra. Na pesquisa de campo, verificou-se que foram desapropriados 381,7469 hectares, o que pôde ser confirmado com as informações do INCRA da Paraíba. No PA Esperança, segundo o SIPRA/INCRA (2011), foram desapropriados 163,0000 hectares de terra. No entanto, verificou-se em campo que a área desapropriada foi de 335, 8518 hectares.

Ainda segundo os dados do SIPRA/INCRA (2011), no PA Celso Furtado, criado em 17 de março de 2009, foram assentadas 24 famílias. No entanto, durante esta fase da pesquisa, constatou-se que foram assentadas 25 famílias, em uma área de 429,1400 ha. Neste mesmo sentido, verificou-se também que no PA Emanuel Joaquim, cujo ato de criação foi em 21 de dezembro de 2000, foram assentadas de acordo com o SIPRA/INCRA (2011), um total de 27 famílias. Todavia, na lista fornecida pelo INCRA da Paraíba, consta que foram assentadas neste PA, um total de 30 famílias. Nesta etapa da pesquisa constatou-se que, na verdade foram assentadas 29 famílias.

Esta falta de conexão entre as informações levantadas em campo e as fornecidas pelo INCRA da Paraíba e o INCRA Nacional, apresentou-se como uma dificuldade para a realização deste trabalho. Contudo, mesmo em meio aos desencontros de informações, foi possível identificar e localizar nesta fase de reconhecimento da área, os 16 PAs atualmente existentes no município. Dessa forma, atualmente assentadas no município de Areia, encontram-se um total de 303 famílias. Considerando-se que as famílias assentadas contam,

⁵ SIPRA é o “Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária” do INCRA Nacional.

em média, com quatro pessoas⁶, tem-se que aproximadamente 1.212 pessoas vivem em áreas de assentamento no município de Areia. Este dado, porém, deve ser bem menor do que o real uma vez que não considera os agregados que também vivem e trabalham no PA.

Nesta etapa do trabalho de campo, também foi possível observar que os assentamentos do INTERPA são os mais recentes, criados a partir do ano de 2005, sendo eles formados por reduzidos grupos de famílias. Para se ter ideia, o menor PA é formado por apenas uma família, e o maior PA é formado por 20 famílias. Nos assentamentos vinculados ao INCRA, o menor PA é formado por 25 famílias e o maior PA é formado por 56 famílias. Dessa forma, além dos assentamentos do INCRA serem de maneira geral os mais antigos, em sua maioria criados ainda na última década do século XX, são eles os mais habitados. Outro aspecto importante observado nos PAs vinculados ao INCRA foi a presença das chamadas “famílias agregadas”, ou seja, que não são titulares, mas moram no lote (muitas das vezes são os filhos casados que permanecem no assentamento trabalhando com os pais num só lote).

Estas informações podem ser observadas mais detalhadamente no quadro 01, onde é apresentado o nome da cada Projeto de Assentamento, o ano em que o mesmo teve início, a comunidade onde está localizado, o número de famílias assentadas e a instituição responsável por sua criação.

Dada a extensão do universo da pesquisa (16 PAs), tornou-se necessário selecionar uma amostra representativa. A amostra selecionada correspondeu a 05 assentamentos escolhidos através da utilização da amostragem determinística ou não probabilística, que segundo Rodrigues e Iemma (2009, p.11), “é aquela que não utiliza seleção aleatória, transferindo o critério de seleção para o julgamento pessoal do pesquisador”. Com base nessa premissa, utilizou-se alguns critérios para a seleção dos assentamentos a serem estudados, quais sejam: a) o histórico, onde foram escolhidos aqueles que mais contribuíram para as transformações ocorridas na configuração do espaço agrário do município ao longo do tempo; b) o tempo de existência, sendo escolhidos os mais antigos, dada a possibilidade de enriquecimento da análise uma vez que se espera que os assentamentos mais antigos já possuam uma estrutura física e uma organização interna mais consolidadas;

⁶ Média utilizada pelo DATALUTA – Banco de dados da luta pela terra do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Reforma Agrária da UNESP-Presidente Prudente.

Quadro 01: Projetos de Assentamento existentes no município de Areia-PB, segundo o ano de criação, a localidade, o número de família, a área e a instituição de vinculação (2013).

PROJETOS DE ASSENTAMENTO (PA)	ANO DE INÍCIO	LOCALIDADE(S) ONDE FOI IMPLANTADO	NÚMERO DE FAMÍLIAS	ÁREA (Ha)	INSTITUIÇÃO DE VINCULAÇÃO
União	1997	Sítios Impueirinha, Santa Helena e Grutão	56	380,23	INCRA
Socorro	1997	Distrito Santa Maria	45	381,74	INCRA
Esperança	1997	Sítios Riacho de Facas e Barra do Coaty	40	335,85	INCRA
Emanuel Joaquim	2000	Sítio Vaca Brava	29	166,98	INCRA
Celso Furtado	2009	Sítio Lagoa de Barro	25	429,14	INCRA
Guaribas de Doutor Ney e Mandaú	2005	Sítio Guaribas	07	86,11	INTERPA
Santo Expedito	2005	Sítio Barra de Salgado	12	181,20	INTERPA
Nossa Senhora Aparecida	2006	Engenho Lajinha	16	173,38	INTERPA
Mãe Luíza	2006	Sítios Pirauá e Mangabinha	13	149,50	INTERPA
Padre Cícero	2007	Sítio Pirauá	09	117,44	INTERPA
Adalberto de Oliveira Ramos	2007	Sítio Santa Júlia- Próximo à sede da cidade	01	26,30	INTERPA
Rogério de Lima Ramos	2007	Sítio Santa Júlia- Próximo à sede da cidade	01	26,30	INTERPA
Santa Luzia	2009	Sítio Gruta Funda	07	46,36	INTERPA
Tauá	2010	Sítio Tauá	02	25,60	INTERPA
Santa Rita de Cássia	2011	Sítio Pirauá	20	247,79	INTERPA
Nossa Senhora da Conceição	2011	Sítio Pirauá	20	248,58	INTERPA
TOTAL: 16 PAs			TOTAL: 303	3.022,5	

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

c) os assentamentos com o maior número de famílias assentadas, dadas às possibilidades de maiores transformações no âmbito socioeconômico e por fim; d) a diversidade da produção agropecuária, sendo escolhidos os assentamentos que apresentam uma média de produção mais elevada, dada a importância do seu reflexo no município, principalmente em termos de geração de renda.

Assim, seguindo estes critérios, o universo amostral foi representado pelos Projetos de Assentamento: União, Socorro, Esperança, Emanuel Joaquim e Celso Furtado. Os três primeiros resultaram da desapropriação das terras da Usina Santa Maria, onde predominou o sistema de morador. Os dois últimos, resultaram de um exitoso processo de acampamento, e expressam mais nitidamente a luta para a fixação do homem no campo, uma vez que grande parte das famílias assentadas habitava nas favelas de municípios vizinhos a Areia. Dessa forma, a amostra selecionada correspondeu a aproximadamente 30% dos assentamentos atualmente existentes no município de Areia, representando, 100% dos assentamentos que são de responsabilidade do INCRA no município.

Dado ao número significativo da população do universo da pesquisa (195 famílias), e a limitação do tempo para a realização das entrevistas e aplicação de questionários, tomou-se como amostra 30% das famílias assentadas em cada assentamento estudado, conforme pode ser observado no quadro 02. A amostra da população correspondeu a um total de 60 famílias assentadas, selecionadas através da utilização da amostragem probabilística ou aleatória, que segundo Rodrigues e Iemma (2009, p.11), “é aquela na qual cada elemento da população alvo tem uma probabilidade fixa de ser incluído na amostra”. Após a definição dessa amostra, deu-se início a realização das entrevistas e a aplicação dos questionários.

Quadro 02: Amostra dos Assentamentos, das famílias assentadas, e características iniciais

PROJETO DE ASSENTAMENTO	NÚMERO DE FAMÍLIAS	AMOSTRA DAS FAMÍLIAS	CARACTERÍSTICAS INICIAIS
PA União	56	17	morador
PA Socorro	45	14	morador
PA Esperança	40	12	morador
PA Emanuel Joaquim	29	9	acampamento
PA Celso Furtado	25	8	acampamento
TOTAL= 5	TOTAL=195	TOTAL= 60	

Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

b) Realização de entrevistas

As entrevistas foram muito importantes para a compreensão da história da luta pela terra no município de Areia, e para a obtenção de informações mais detalhadas sobre o objeto de estudo. Elas foram gravadas, transcritas e posteriormente analisadas, e desse modo, foi possível resgatar através da oralidade, a forma como o território estava organizado antes da criação dos assentamentos, como estão atualmente organizados os assentados e quais as suas perspectivas futuras.

As entrevistas foram realizadas inicialmente com os representantes das Associações de cada assentamento participante da amostra tais como:

a) Dona Joelma Fernandes da Silva e o senhor Sebastião Cruz da Silva (Seu Tantão), respectivamente a presidente e o vice-presidente da Associação dos Trabalhadores Rurais de Impueirinha, Santa Helena e Nossa Senhora de Fátima- PA União;

b) o Senhor Severino Bernardo da Silva (Seu Calbi), presidente da Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Socorro- PA Socorro;

c) o tesoureiro da Associação dos Trabalhadores Rurais de Riacho de Facas e Barra do Coaty- PA Esperança, senhor José Luiz dos Santos (Zé Luiz do Sindicato);

d) o Vice-presidente da Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Emanuel Joaquim, senhor Severino dos Ramos Vasconcelos (Seu Ramo) e a tesoureira Maria de Lourdes de Souza (Dona Quinca);

e) a militante Marcilene dos Santos Silva e o senhor João Evangelista (Seu Vanja), ambos representantes da Associação dos Agricultores e Agricultoras da Reforma Agrária do Assentamento Celso Furtado.

A entrevista também foi realizada, formalmente, com o senhor Germano Trajano, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Areia; com o agente de saúde do posto médico do PA Socorro, o senhor Alberto, e com uma funcionária pública da Escola José Lins Sobrinho, localizada no PA Socorro. Além disso, entrevistas informais não estruturadas também foram realizadas com o gerente da Emater, o senhor Marcílio; a senhora Maria Auxiliadora, projetista dos assentamentos rurais do INTERPA no município de Areia; o Senhor Ricardo, técnico agropecuário da COOPTERA, empresa contratada pelo INCRA que presta assistência técnica ao PA Celso Furtado; a senhora Fabiana Batista dos Santos, professora educadora da turma do Brasil Alfabetizado do PA Emanuel Joaquim, e por fim, com o Padre José Antônio, atual pároco da Paróquia Nossa Senhora da Conceição do

município de Areia, que, mensalmente celebra a Santa Missa nos PAs Socorro, Emanuel Joaquim e União.

c) Aplicação de questionários

O objetivo desta etapa do trabalho foi coletar informações mais detalhadas das formas de organização da produção e do trabalho, das condições de vida antes e depois da criação dos assentamentos, das formas de socialização dos assentados, bem como da sua participação política no assentamento e no município.

Para uma visão mais detalhada, o questionário foi dividido em seis blocos: o primeiro bloco está relacionado à identificação e contexto familiar dos assentados, destacando as características principais de cada residente no domicílio; o segundo está relacionado ao trabalho e a produção, destacando as características da unidade produtiva, da produção de lavouras, da produção animal, da vegetação, bem como do beneficiamento da produção; o terceiro bloco trata da comercialização da produção das lavouras, produção animal e produção extrativa, além do levantamento dos principais problemas enfrentados na comercialização; o quarto bloco refere-se aos tipos de financiamentos aos quais os assentados tiveram acesso após a formação do assentamento, referindo-se ainda a infraestrutura e aos processos e técnicas utilizados na produção agropecuária; o quinto bloco retrata a atual condição de vida das famílias assentadas, fazendo o contraponto com as condições anteriores à criação do assentamento e; o sexto bloco está relacionado à integração e sociabilidade no assentamento, e nos municípios com os quais os assentados se relacionam.

Ao todo foram aplicados 60 questionários, sendo que desse total, conforme o quadro 02, nove foram aplicados no PA Emanuel Joaquim, no período de 18/09/2013 à 20/10/2013; oito, foram aplicados no PA Celso Furtado, no período de 02/10/2013 à 22/10/2013; 14 questionários foram aplicados no PA Socorro, no período de 09/10/2013 à 19/10/2013; 17 questionários foram aplicados no PA União, no período de 18/10/2013 à 29/10/2013; e 12 questionários foram aplicados no PA Esperança, no período de 30/10/2013 à 31/10/2013.

Os questionários foram aplicados na residência dos assentados, a um representante do núcleo familiar, preferencialmente aos chefes da família, e na ausência destes, ao filho mais velho, quando este desenvolvia atividades no lote.

Nesta etapa, observou-se que os homens entrevistados tiveram mais facilidade de responder as questões sobre a área do lote, a produção, a comercialização e a renda, apresentando grandes dificuldades nas questões voltadas para as características mais

individuais dos residentes, como idade, escolaridade e muitas vezes até o próprio nome dos residentes. Por sua vez, as mulheres apresentaram mais facilidade nesta parte do questionário.

Esta falta de conhecimento geral das unidades familiares por parte dos entrevistados, constituiu-se em mais uma dificuldade para a realização desta pesquisa. Para não comprometer os dados, muitos questionários, principalmente os aplicados no turno da manhã, só foram possíveis de serem finalizados quando aplicados em duas etapas: primeiro às mulheres, que respondiam sem nenhum problema as questões sociais enquanto os homens (geralmente os esposos) estavam trabalhando no lote; segundo aos homens, quando estes voltavam do trabalho para as suas residências, geralmente nas horas reservadas para o almoço.

Dessa forma, os questionários foram aplicados a aproximadamente 30% do total das famílias assentadas em cada assentamento.

d) Documentação fotográfica

Durante a pesquisa de campo, foi possível organizar uma série de documentos fotográficos, proporcionando uma ampla representação visual dos assentamentos em relação aos assuntos abordados no trabalho.

e) Observação

Este foi um método muito importante e complementar para a concretização deste estudo, dado que foi possível captar fenômenos e características do objeto, não identificados por meio dos questionários e entrevistas. Para isto, várias anotações foram feitas em um caderno de campo.

f) Detalhamento dos indicadores analisados

Os instrumentos de pesquisa, como os questionários e os roteiros de entrevistas, foram adaptados de um modelo desenvolvido pelo GETEC/DGEOC/UFPB, e estão relacionados a vários aspectos, como o econômico, o social e o político, entre outros, que ao seu modo, ultrapassam os limites do campo refletindo em toda a sociedade. Os mesmos foram elaborados tomando como base um conjunto de indicadores.

O indicador é uma medida, de ordem quantitativa ou qualitativa, dotada de significado particular e utilizada para organizar e captar as informações relevantes dos elementos que compõem o objeto da observação. É um recurso metodológico que informa empiricamente sobre a evolução do aspecto observado (FERREIRA, CASSIOLATO e GONZALES, n. p. 2009).

Dessa forma, para a compreensão da realidade socioeconômica dos assentamentos rurais do município de Areia, tomou-se como base alguns indicadores nas dimensões social, econômica e política, a saber:

f₁) Indicadores na dimensão social

A análise do desempenho social permitiu verificar a composição das unidades familiares, bem como a qualidade de vida das mesmas nos assentamentos rurais. Os instrumentos de pesquisa, e sequencialmente a análise dos resultados, foram construídos a partir dos seguintes indicadores:

- **Composição das unidades familiares:** verificou-se a quantidade de pessoas residentes no domicílio, observando até que ponto a criação dos assentamentos rurais está contribuindo para a fixação do homem no campo; levantou-se ainda a posição familiar, o sexo, o estado civil, o grau de escolaridade e a naturalidade de cada residente nos domicílios;
- **Migração:** verificou-se, se algum componente da unidade familiar atualmente vive em outro lugar, e em caso positivo, por qual motivo saiu da residência, para onde migrou, e em que trabalha;
- **Condições de habitação:** a análise foi feita com base em um conjunto de elementos, buscando verificar a qualidade dos mesmos antes e depois da formação dos assentamentos tais como: o tipo de moradia - se é de taipa ou alvenaria; o abastecimento de energia elétrica; o abastecimento e as condições da água; as condições do saneamento básico, bem como a aquisição de eletrodomésticos (fogão a gás, geladeira, televisão, antena parabólica, máquina de lavar, ferro de engomar, liquidificador, DVD, som, e computador);
- **Acesso a serviços de saúde:** levantou-se se nos assentamentos há posto de saúde, atendimento médico e serviços de agentes comunitários de saúde; e se ainda não há, como fazem os assentados para ter acesso aos serviços de saúde;
- **Acesso e condições às/das escolas:** verificou-se, se há grupo escolar nos assentamentos e quando constatada sua presença, analisou-se a estrutura, levantou-se os dados sobre: a quantidade de alunos e professores; a existência ou não de projetos educacionais de jovens e adultos; a forma de acesso à escola, se a pé ou através da utilização dos serviços de transporte escolar fornecido pela Prefeitura Municipal ou pelo Governo do Estado; e se ainda não há grupo escolar, procurou-se saber como se dá o acesso às escolas de outras localidades.

- **Acesso a transportes para locomoção diária:** averiguou-se se as unidades familiares possuem transporte próprio, o tipo de transporte, e caso não possuam, como fazem para se locomover diariamente;
- **Condições de vida:** verificou-se neste indicador, se as condições de moradia, de acesso a serviços de saúde, de acesso à água, de acesso ao crédito, à alimentação, a educação, ao lazer, à renda, às condições de trabalho, à segurança física, à prática religiosa, e a perspectiva de futuro, melhoraram, pioraram ou são iguais à situação dos assentados antes da formação dos assentamentos.

f₂) Indicadores na dimensão econômica

A análise dos indicadores econômicos permite avaliar a importância da pequena produção familiar, tanto para a sobrevivência da família como para a criação de emprego e geração de renda. Assim sendo, constituíram indicadores econômicos:

- **Criação direta e indireta de empregos a baixo custo:** a reforma agrária surge como um dos principais mecanismos para a criação de empregos a baixo custo, possibilitando a geração e/ou a ampliação da renda dos trabalhadores no campo. Este indicador foi averiguado através das ocupações nas atividades agropecuárias no assentamento ou fora dele, na comercialização direta e indireta dos produtos produzidos no assentamento, nas atividades no setor da construção civil; na disposição do serviço de transportes coletivos para as locomoções diárias, entre outros;
- **Poder aquisitivo:** o aumento do poder aquisitivo dos assentados pode proporcionar o aumento da aquisição tanto de bens duráveis quanto de bens não duráveis, movimentando assim, os mais diversos setores da economia local, induzindo, ainda mais a expansão de novos empregos, podendo o mesmo, ser verificado através do acesso a programas e políticas públicas do Governo Federal, como aposentadorias e Bolsa Família, bem como pela renda proveniente da comercialização dos produtos agropecuários, e de outra ocupações;
- **Acesso ao crédito:** há uma forte correlação entre a geração de renda nos assentamentos e a disponibilidade de linhas de crédito. Ao receberem financiamentos para o custeio da safra, aquisição de máquinas, equipamentos e instalações produtivas, a economia da região como um todo pode ganhar um maior impulso, dados os reflexos advindos do aumento da produtividade, o que pode ser verificado através do acesso dos assentados a fontes de crédito, como ao Pronaf Custeio, Pronaf Investimento, Proceca, entre outros;

- **Expansão e diversificação da produção agropecuária para a subsistência da família e para o abastecimento do mercado interno e externo:** verifica-se se há aumento e diversificação da oferta de produtos agropecuários, aumento da qualidade dos mesmos, bem como alterações na relação dos seus respectivos preços. Isto pode ser verificado através da produção e comercialização dos produtos temporários e permanentes, produzidos nos sistemas tradicional, agroecológico ou orgânico, além das atividades pecuárias desenvolvidas no assentamento;

f₃) Indicadores na dimensão política

Assumindo o controle e a responsabilidade por uma determinada área de terra, os assentados poderão iniciar um processo de mudança de postura diante do mundo, dado que sempre foram colocados em posição de subordinação na sociedade. Logo, esta análise é realizada a partir dos seguintes indicadores:

- **Políticas públicas:** verificou-se a existência e o papel das políticas públicas para a criação e atuação dos assentamentos rurais, podendo ser analisadas através dos serviços de assistência técnica, garantia de preços agropecuários, e entre outros, do acesso ao crédito rural. Ao oferecer uma política pública mais consistente para o desenvolvimento da produção no assentamento, o seu impacto pode suscitar uma dinamização ainda maior na sociedade e na economia local;
- **Poder local:** a atuação do poder local pode contribuir significativamente com a melhoria da qualidade de vida nos assentamentos, e esta é analisada, entre outros, através da disponibilização de serviços de saúde, educação e transportes coletivos de qualidade, que, conseqüentemente, refletem nas características gerais do município;
- **Participação política:** os assentados podem ter maior consciência dos seus direitos, organizarem-se coletivamente na busca de seus interesses, e pressionarem autoridades para que as suas reivindicações sejam atendidas. Isto foi verificado através da identificação da existência ou não de organizações coletivas, como associações e conselhos, e principalmente através da participação dos assentados nos mesmos, tanto no assentamento quanto fora dele;
- **Manifestações culturais:** dada a melhoria na qualidade de vida, possivelmente obtida após a formação dos assentamentos, as pessoas podem resgatar valores que, de alguma forma venham a fortalecer os laços familiares e de amigos, como as práticas religiosas (verificando o tipo de religião, se é católica ou evangélica, como se dá a atuação das mesmas no assentamento, se existem grupos de jovens, de idosos e de crianças que

venham dinamizar o dia a dia no assentamento); e o que costuma fazer nas horas de folga;

- **Sociabilidade no assentamento:** averiguou-se se a família que mora no setor rural costuma frequentar a cidade, e se alguma entidade desenvolve algum trabalho de apoio no assentamento.

1.3.2.4 Apresentação dos dados

As informações quantitativas referentes aos assentamentos, bem como às famílias assentadas, foram organizadas em um banco de dados através da utilização do software de planilhamento eletrônico Excel.

Inicialmente, realizou-se a tabulação e a elaboração gráfica das informações referentes a cada assentamento, com o objetivo de se analisar o comportamento das variáveis sociais e econômicas de forma individual. Dessa forma, obteve-se com mais precisão a importância de cada família e de cada assentamento na composição e análise geral da amostra. Posteriormente, as informações foram agregadas em uma única planilha do programa Excel, e, por conseguinte, organizadas em tabelas e gráficos, possibilitando assim, a visualização das informações gerais da amostra estudada.

Tais informações, depois de organizadas, são apresentadas neste trabalho, quantitativamente através de estatísticas descritivas, e qualitativamente através de análises mais dissertativas. Assim, classificada como estudo de caso, é também considerada uma pesquisa de natureza quantitativa e qualitativa.

Segundo Borges (2009, p.14), “a Estatística Descritiva é a parte da Estatística que desenvolve e disponibiliza métodos para resumo e apresentação de dados estatísticos, com o objetivo de facilitar a compreensão e a utilização da informação ali contida”. Logo, tem por finalidade, a descrição dos dados em forma de tabelas, gráficos, diagramas, distribuição de frequência e medidas descritivas.

A princípio, os dados foram analisados utilizando-se apenas as medidas de média e porcentagem simples. Dessa forma, os dados mais significativos desse trabalho, estão apresentados em forma de tabelas e gráficos, seguidos de uma análise dissertativa, conforme pode ser observado nos capítulos referente à apresentação dos resultados.

No próximo capítulo, será apresentado o município de Areia, buscando resgatar seu processo histórico de formação, e a organização atual do seu espaço agrário, de modo a identificar os fatores responsáveis pela eclosão da luta pela terra no município.

CAPÍTULO 2. DE SERTÃO DE BRUXAXÁ A BREJO DE AREIA: formação territorial, evolução e organização atual do espaço agrário do município de Areia-PB

Este capítulo resgata em linhas gerais, o processo de formação, a evolução e a organização atual do espaço agrário do município de Areia, com o objetivo de identificar e compreender os fatores responsáveis pela criação dos assentamentos rurais nele existentes.

2.1 Processo inicial de formação territorial do município de Areia-PB

O território que compreende o atual município de Areia foi inicialmente habitado por índios de uma tribo denominada Bruxaxá, que fazia parte de um ramo da Nação Cariri. Por este motivo, a área era conhecida pela denominação de Sertão de Bruxaxá. Segundo Horácio de Almeida (1980, p. 7), Bruxaxá é uma “palavra indígena, de formação onomatopéica – significa terra onde canta a cigarra”. Já o termo Sertão, segundo ainda Horácio de Almeida (1980), era empregado para designar toda terra que ficava situada no interior do país, tanto terras próximas à costa ou a própria costa quando desabitada, seu uso não tendo, portanto se limitado ao Brejo.

A ocupação da terra dos índios Bruxaxá pelo elemento branco teria tido início por volta de 1625, quando uma expedição, oriunda de Mamanguape e capitaneada por um português de nome Manoel Rodrigues, alcança a região. As condições de clima suave e de solo fértil, bem como a presença de grande quantidade de mananciais, teria motivado o desbravador a explorar a região (SOBRINHO, 1958). Todavia, a invasão holandesa no território paraibano adiou esta empreitada. Segundo Almeida (1980, p.2),

Já antes da dominação holandesa, os moradores de Mamanguape haviam feito uma entrada até a zona do Brejo, no Sertão de Bruxaxá. Seguiram a montante do Mamanguape e, adiante já depois da Lagoa do Paó, subiram por um de seus afluentes, o Mandaú, que nasce ao sopé da esplanada, onde mais tarde surgiu o núcleo inicial que deu origem à cidade de Areia. Os expedicionários, eram capitaneados por um certo Manoel Rodrigues, que empreendera em 1625, pela primeira vez, essa escalada à Borborema. Na subida, tiveram a atenção despertada por estranho ruído, que ecoava no meio da mata virgem. Era o Mandaú que se lançava do alto da serra, no salto de Pitombeira, entre Areia e Alagoa Grande. Os desbravadores, impressionados com a exuberância da natureza, amenidade do clima, fertilidade do solo, cortado de regatos por todos os lados, voltaram a Mamanguape com o propósito de atrair algumas famílias de Pernambuco para exploração da promissora zona do Brejo, que acabavam de descobrir. Mas a invasão holandesa teria transtornado por completo esse plano de colonização.

Na verdade, de acordo com Almeida, só em 1672, segunda metade do século XVII, é que foi concedida a primeira sesmaria “requerida no Sertão de Bruxaxá” (ALMEIDA, 1980, p. 7).

No Brejo, diversos núcleos de povoamento, como foi o caso de Areia, se iniciaram a partir dos currais, instalados para pouso de tropeiros e mascates. Seu povoamento efetivo, porém se dá de maneira lenta por mais de duzentos anos, sendo impulsionado apenas no final do século XVIII, com a cultura do algodão. A expansão do povoamento ocorre com a criação de roçados que se instalavam ao seu redor com o plantio de culturas de subsistência, algodão, mandioca, fumo e a cana-de-açúcar que só começou a ser cultivada no século XIX (FIÚZA et al. , 1998; ALMEIDA, 1980).

O primeiro povoado que alicerçou a ocupação de Areia surgiu em meados do século XVII, num cruzamento que ligava as estradas do Sertão ao Litoral, nas proximidades de um riacho que passava pela fazenda Saboeiro, que mais tarde recebeu o nome de Mandaú, afluente do rio Mamanguape. Nesta área se acumulavam pequenos barrancos de areia, daí o povoado ter sido chamado de Brejo de Areia (ALMEIDA, 1957).

O Brejo de Areia passou muitos anos sob a jurisdição eclesiástica e administrativa do município de Mamanguape, que tinha por cabeça de termo, a Vila Real de Monte Mor da Preguiça. Em 1813, criada a freguesia sob o patrocínio de Nossa Senhora da Conceição, estava o município, prestes a proclamar sua emancipação política. Dois anos depois, em 18 de maio de 1815, elevou-se a categoria de vila por alvará régio, com a denominação de Vila Real do Brejo de Areia, sendo instalada oficialmente em 30 de agosto de 1818. Posteriormente, em 18 de maio de 1846, foi concedida pela lei provincial a categoria de cidade, sob o topônimo de Areia, que passou também a designar o município (ALMEIDA, 1957).

2.2 Processo de produção do espaço agrário do município de Areia-PB

É impossível dissociar o processo de produção do espaço agrário do município de Areia do processo de produção do espaço agrário da região do Brejo Paraibano, uma vez que o espaço agrário municipal reproduziu a lógica do espaço regional. No Brejo Paraibano, a produção do espaço agrário se deu com base em ciclos econômicos comandados por atividades monocultoras e pela pecuária, complementadas pela policultura alimentar (MOREIRA e TARGINO, 1997).

O algodão foi a primeira lavoura comercial que se expandiu na região, sendo cultivado em consórcio com o milho e o feijão. Ele foi responsável pelo povoamento regional e sua

hegemonia sobre o espaço agrário só foi quebrada na segunda metade do século XIX com a volta dos Estados Unidos ao mercado internacional desse produto.

O espaço agrário de Areia reproduziu esse processo, por ser a cultura do algodão mais compensadora que a da cana. Todavia, havia contra ela os inconvenientes das chuvas excessivas, da friagem e também das pragas, não raro prejudicando as safras pendentes. De outro lado, segundo Almeida (1957), nenhuma localidade da Paraíba estava tão bem aparelhada como Areia para manter em alto nível o comércio algodoeiro.

A atividade algodoeira foi responsável pela expansão do povoamento regional principalmente pelo fato de que, o processo de beneficiamento do algodão era controlado por comerciantes que se instalaram na região com suas famílias, engendrando de um lado um aumento da população e, de outro, a diversificação das atividades urbanas (MOREIRA, 1981: p.35).

(...) A hegemonia do algodão sobre a organização do espaço agrário brejeiro prolonga-se até a década de sessenta do século XIX. Nesse momento, assiste-se ao fim da “febre do algodão” motivado, basicamente, pelo retorno dos Estados Unidos ao mercado internacional desse produto após a Guerra de Secessão. (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 86).

Para enfrentar a crise da atividade algodoeira, os grandes proprietários de terra voltaram-se para a cultura da cana-de-açúcar, que desde o processo inicial de ocupação esteve presente nas combinações agrícolas regionais ao lado da agricultura alimentar, destinando-se à produção do açúcar mascavo para o autoconsumo (MOREIRA e TARGINO, 1997).

Conforme Almeida (1957), a cana era produzida em engenhos rudimentares, através da utilização de almanjarras, cuja força motriz provinha de animais como o boi, ou da força humana, no caso dos escravos. Só muitos anos depois é que os antiquados engenhos foram substituídos por máquinas modernas, movidas a vapor, sendo o Engenho Jussara o pioneiro do município de Areia, montado no ano de 1888.

Com a valorização da atividade canavieira no final do século XIX, os produtores do Brejo diversificaram sua produção investindo em dois produtos de mercado: a rapadura e a aguardente, ambos destinados ao abastecimento do Sertão paraibano e do mercado do Rio Grande do Norte (ANDRADE, 1986).

No começo, os engenhos fabricavam somente açúcar, mas como a rapadura passou a ser o artigo mais vendável e de tratamento menos demorado no processo de fabricação, todos os senhores de engenho deram preferência a esse tipo de produção, na indústria de transformação da cana-de-açúcar (ALMEIDA, 1957. p.149).

A expansão da cultura da cana-de-açúcar no município de Areia só foi possível dada

as condições naturais de clima e solo que lhes eram propícias, do capital acumulado na produção algodoeira e do conjunto de estratégias adotadas para se produzir para o mercado interno.

A rapadura produzida no Brejo e, tradicionalmente no município de Areia, era comercializada nos Sertões do Estado da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Os sertanejos a tinham como um importante componente da alimentação básica, alimentando-se, por exemplo, da combinação de feijão com rapadura, ou rapadura com o queijo ou farinha, e o brejeiro, por sua vez, ainda aproveitava a rapadura para adoçar o seu café.

Segundo Moreira (1990),

Os sertanejos vinham ao Brejo em comboios de burros que serviam para transportar a rapadura. Para se alimentar durante a viagem e também para vender aos habitantes do Brejo, eles traziam a carne seca de bode. Os comboios de burros partiam da região carregados de rapadura e de aguardente, além dos cereais ali produzidos: feijão, milho e a farinha de mandioca (MOREIRA, 1990, p. 18).

O trabalho na lavoura canavieira era realizado tanto por escravos quanto por homens livres. Com o fim da escravidão, firma-se o sistema de moradia, no qual os trabalhadores passavam a morar nas terras do engenho, em condições de vida totalmente precárias, pagando pelo direito à moradia, a um pequeno sítio, a água e a lenha com dias de trabalho gratuito ao dono da terra. Suas casas de taipa, cobertas inicialmente de palha e de chão batido, localizavam-se de maneira dispersa pela propriedade, porém sempre nas proximidades do engenho. Dessa forma, reduziam o tempo de deslocamento entre suas casas e o local de trabalho, sendo cada vez mais controlados e explorados pelos senhores de engenho.

Embora fossem dotadas de alto nível de exploração, as atividades nos engenhos eram muito procuradas pelos trabalhadores, o que pode ser justificado por vários motivos, a saber: a questão salarial, uma vez que no engenho o salário era bem superior ao que se recebia no trabalho dos canaviais; o período de fabricação da rapadura que coincidia com o período de seca, em que as culturas alimentares já haviam sido colhidas; além da possibilidade de complemento da alimentação familiar com a rapadura produzida (MOREIRA E TARGINO, 1997).

A atividade canavieira impulsionou fortemente a economia local, fazendo surgir, na época, uma grande quantidade de unidades produtoras da cana e dos seus derivados. Contudo, a partir da última década do século XIX, esta cultura começou a entrar em declínio em virtude da perda do mercado consumidor do Rio Grande do Norte, dada a elevação dos impostos cobrados à rapadura que saía do Estado; a concorrência com a rapadura produzida no Sertão,

uma vez que de consumidores dos produtos brejeiros os sertanejos passaram a ser produtores; às doenças que afetaram os canaviais, como a praga *gomose*, destruindo-os quase completamente; e entre outros, os avanços tecnológicos incorporados pelos produtores de beterraba na Europa, ocasionando uma crise no mercado açucareiro do Norte e Nordeste do Brasil, atingindo os produtores areienses. Além disso, conforme ressalta Almeida (1957), no início do século XX, começaram a surgir as primeiras estradas de ferro, as quais, por questões políticas, chegavam aos municípios de Campina Grande e Alagoa Grande, deixando a cidade de Areia isolada, contribuindo para que a mesma perdesse o seu comércio com Recife-PE.

Para superar a crise na qual estavam inseridos, alguns senhores de engenho romperam com a monocultura da cana-de-açúcar e começaram a introduzir uma nova cultura de exportação que era bastante valorizada no mercado internacional, iniciando, portanto, o ciclo do café.

Muitos proprietários já haviam iniciado o cultivo do café desde o início do século XIX, mas a maioria tinha receio de investir na produção, dado que o retorno financeiro seria a longo prazo. Contudo, como as condições de clima e solo eram razoavelmente favoráveis ao seu desenvolvimento, assim como em todo o Brejo Paraibano, a cultura foi aumentando, e assim foram surgindo muitos cafeicultores que fizeram fortuna no município de Areia.

Do estado da Paraíba, o município de Bananeiras foi o que mais se destacou na produção do café, chegando a produzir um terço de todo o café paraibano. Segundo Mariz (1978), juntamente com os municípios de Areia, Alagoa Nova, e Serraria, chegaram a possuir cerca de seis milhões de cafezais (MARIZ, 1978 *apud* MOREIRA E TARGINO, 1997).

No entanto, quando Areia já estava quase prestes a competir com Bananeiras, por volta de 1920, uma praga denominada de *Cerococus Parahybensis* se alastrou pelos cafezais da fazenda Tauá, localizada entre Areia e Guarabira, se expandindo posteriormente por todo o município, bem como para os demais municípios do Brejo. Desesperados com a perda dos cafezais, dado o conforto que o seu retorno financeiro lhes proporcionara, os agricultores areienses tentaram desenvolver outras culturas de mercado que fosse capaz de lhes devolver as condições antigamente desfrutadas. Iniciaram então o cultivo do fumo e da amoreira, mas não obtendo êxito, voltaram-se novamente para a atividade canavieira.

Segundo o professor Adelmo A. Machado,

Novos engenhos foram montados, velhos engenhos foram restaurados e a vida do areiense caracterizava-se então por um maior dinamismo e ainda mais, voltava a ser mais “doce”, porém, tinha agora o açúcar, faltava-lhes o café (ALMEIDA & ALMEIDA, 1995, p. 90).

Este novo momento de expansão da atividade canavieira caracteriza-se pela modernização agroindustrial no Brejo, onde passam a coexistir os engenhos de rapadura e as Usinas de açúcar. Instala-se em 1928 a Usina Tanques, no município de Alagoa Grande, e em 1930 a Usina Santa Maria no município de Areia (MOREIRA E TARGINO, 1997).

A instalação da Usina Santa Maria foi uma iniciativa do empresário Francisco de Assis Pereira de Melo, e aconteceu mediante a junção de três pequenos engenhos rapadureiros: o Mufumbo, o Mufumbinho e o Grutãozinho. Ao longo da sua existência, esta agroindústria adquiriu e arrendou terras de vários engenhos e fazendas da região, além de ter representado uma importante influência na modificação da área rural do município e na configuração do espaço urbano de Areia. Isto aconteceu porque muitas propriedades deixaram de funcionar, transformando muitos engenhos de rapadura em meros fornecedores de cana, dominados pela Usina, reduzindo o número de trabalhadores que migraram para a cidade.

Insatisfeitos com a nova função de fornecedores de cana, e tentando resistir à dominação da Usina, os senhores de engenho iniciaram o cultivo do sisal, planta originária da América Central, naquele momento muito valorizada no mercado internacional, que adaptou-se sem nenhum problema no Brejo Paraibano, destacando-se principalmente no município de Areia.

De fácil cultivo, vegetando bem nos terrenos de pouca fertilidade, de rápida propagação vegetativa, e grande rusticidade, o agave se revelou a planta “Messias” para os terrenos cansados de uma longa e continuada exploração criminosa, alicerçada em práticas agrícolas rotineiras e mal dirigidas (ALMEIDA & ALMEIDA, 1995, p. 91).

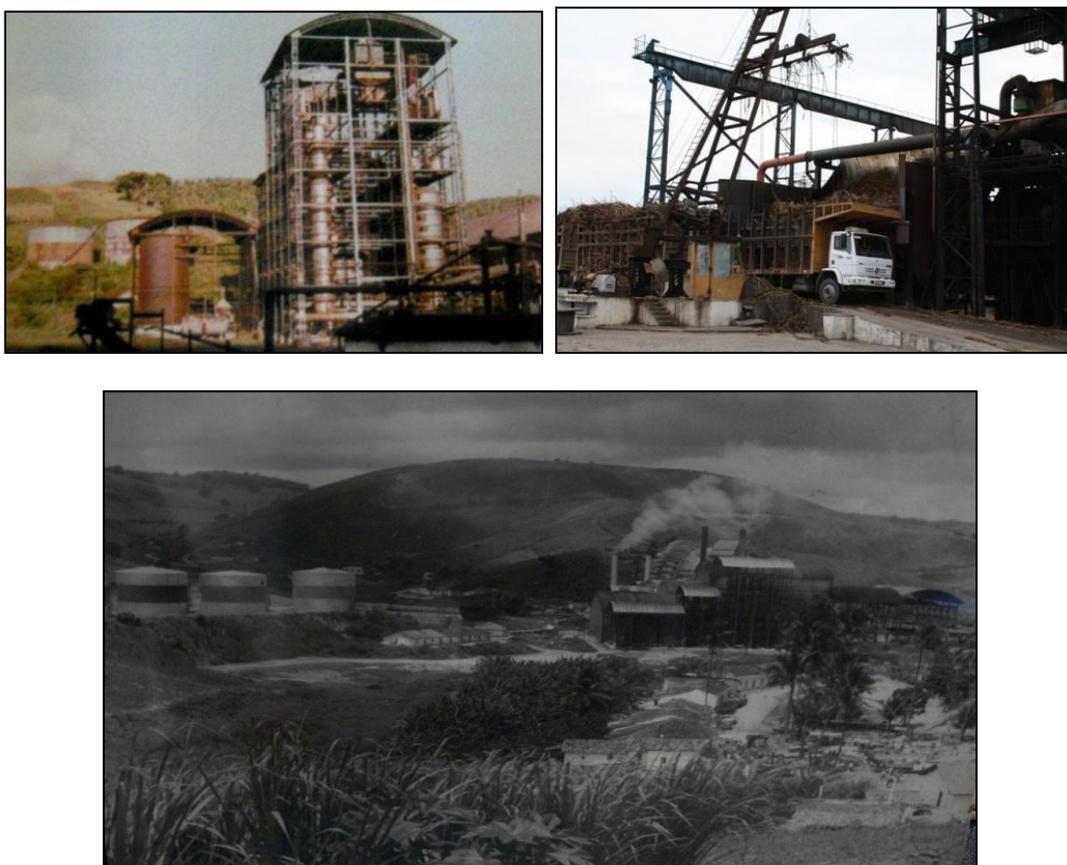
Segundo Almeida (1957), a mudança de atividade garantiu a continuidade no crescimento da cidade, que ostentava uma fisionomia de progresso, onde já se via a construção de mais calçadas, colégios, jornais, banda de música, clube de dança, biblioteca, além de um comércio satisfatório. Nesta época, a cana e o sisal passaram a conviver no mesmo espaço, tendo este último, o maior destaque em termo de produção.

A atividade sisaleira atingiu seu auge durante a Segunda Guerra Mundial, dada a aplicação da fibra do sisal em ingredientes explosivos de material bélico. Entretanto, por volta de 1952, a mesma começou a declinar por causa da concorrência da África Oriental Inglesa, México e Moçambique (CARDOSO 2008), e também por conta da descoberta da fibra sintética. Isto acarretou graves reflexos para a economia do Estado, e mais ainda para os agricultores do Brejo, já castigados por tantos reveses econômicos (ALMEIDA, 1957).

Mesmo antes da cultura sisaleira ter desaparecido por completo, a cana-de-açúcar voltou a ocupar o primeiro lugar na ordem dos produtos agrícolas do município de Areia. Em

1952, a Usina Santa Maria foi adquirida pelo Industrial Solon Lira Lins, que a comprou dos herdeiros do coronel Francisco de Assis, sendo transformada em 1964, numa sociedade anônima, passando a denominar-se de Usina Santa Maria S/A (Fig. 4, 5 e 6).

A partir desse período, além da produção própria, a Usina Santa Maria S/A comprava matéria prima de 271 engenhos, distribuídos em 15 municípios, dentre eles: Pilões com quatro unidades, e Serraria com duas unidades. Assim, o processo de modernização da atividade açucareira, provocou uma forte alteração na estrutura fundiária devido a anexação de territórios, e também na produção da cana-de-açúcar que teve um significativo aumento (SOUZA, 2007).



Figuras 04, 05 e 06. Usina Santa Maria em pleno funcionamento.

Fonte: Acervo do Serviço de Educação Popular (SEDUP) da Diocese de Guarabira-PB.
http://ufpbnocampo.blogspot.com.br/2012_09_30_archive.html.

Objetivando manter e controlar a mão-de-obra de que necessitava, a Usina Santa Maria S/A construiu agrovilas ou vilas operárias em sua sede, disponibilizando uma infraestrutura à qual permitisse maior comodidade aos seus trabalhadores. De acordo com o inventário das casas da Usina, foram construídas casas em sete vilas: 39 casas na Vila Santa Maria, 36 casas na Vila do Carço, 34 casas na Vila do Anjo, 18 casas na Vila do Açude, 13

casas na Vila Nova, 12 casas na Vila do Mercado e 10 casas na Vila da Vinhaça. (RELATÓRIO DE FALÊNCIA DA USINA, 1993).

Além disso, na tentativa de minimizar os contrastes evidentes no sistema usineiro, foram criados: um clube social, times de futebol e um modesto hotel. Todavia, a massa trabalhadora não tinha acesso a estes tipos de regalias, que se destinavam aos empregados de maior qualificação como os contadores, os gerentes setoriais, os mecânicos, entre outros (SOUZA, 2007).

Por várias vezes a Usina Santa Maria foi considerada a melhor empresa açucareira do Estado da Paraíba, tanto em produtividade quanto em qualidade e pontualidade com os pagamentos aos trabalhadores e aos fornecedores.

Na segunda metade da década de 1970, mais precisamente entre 1975 e 1977, o processo de modernização da agricultura levada a efeito pelos governos militares no Brasil atingiu o Brejo da Paraíba, através do estímulo tanto à expansão da cana pelo Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL), como da pecuária semi-intensiva, através de incentivos fiscais e creditícios fornecidos pela SUDENE. A expansão da cana e do pasto foi responsável por intensos conflitos sociais no campo na região, em virtude da tentativa de expulsão dos camponeses que trabalhavam nas propriedades como parceiros, foreiros ou moradores de condição, da intensificação do trabalho assalariado e do aumento da precarização e da exploração do trabalho na atividade canavieira (MOREIRA E TARGINO, 1997).

Conforme Moreira e Targino, (1997),

O Proalcool foi ainda responsável (...) pelo crescimento da utilização do trabalho assalariado de mulheres e crianças, pela retração da produção de alimentos e pelo conseqüente aumento da fome, pela expulsão massiva da população rural, pela disseminação do trabalho semi-escravo e pelo agravamento das condições de trabalho e vida da classe trabalhadora” (MOREIRA E TARGINO, 1997, p.120).

Na verdade,

(...) a riqueza produzida pela expansão da cana e pelo apogeu do Proalcool infelizmente não chegou à mesa da classe trabalhadora. Deve-se também levar em conta que o Proalcool tanto criou como destruiu empregos. A expulsão-expropriação dos pequenos produtores de subsistência (moradores, parceiros e foreiros) foi constatada tanto nas áreas tradicionais produtoras de cana como naquelas que foram por elas incorporadas mais recentemente. O resultado foi, de um lado, o esvaziamento demográfico da zona rural e, de outro, o aumento das tensões sociais no campo, nas áreas onde a resistência camponesa sobrepujou a força do capital (MOREIRA E TARGINO, 1997, p.114).

No rastro da expulsão dos trabalhadores e da intensificação do trabalho assalariado, verifica-se forte expansão da Usina Santa Maria através da incorporação de engenhos e de

pequenas propriedades (uma vez que os proprietários não tinham condições de concorrer com ela). Observou-se ainda que a Usina não só adquiriu o que existia de melhor e mais moderno no campo da mecanização da produção da cana e do açúcar como edificou uma destilaria de álcool anexa a ela e passou a dominar toda a zona rural do município de Areia e de municípios adjacentes, estando até o ano de 1985, em pleno funcionamento e com um nível de produção bastante elevado, sob a direção de Fernando Serpa de Menezes (RELATÓRIO DE FALÊNCIA DA USINA, 1993).

A instalação da destilaria anexa criou uma demanda extra por cana, que aliado aos incentivos creditícios generosos para a lavoura, fizeram com que o proprietário da Usina Santa Maria iniciasse um processo de arrendamento dos engenhos da região, incorporando assim novas terras para o suprimento de matéria-prima para o complexo Usina/Destilaria. Foram vários os engenhos arrendados a partir de 1975 que passaram a ser fornecedores de cana para a usina. Na safra 1974/1975, além da cana própria, a Usina Santa Maria contava com 220 fornecedores que forneciam cerca de 39 milhões de toneladas; já no ano seguinte, com o início do Proálcool, o número de fornecedores aumentou para 309 e a cana fornecida para 80,8 milhões de toneladas. Por sua vez, na safra 1980/1985 o número de fornecedores atingiu a cifra de 325 e a cana fornecida havia crescido para 277 milhões de toneladas (crescimento de 610% em relação à 74/75). Entretanto, a modernização do complexo canavieiro-sucroalcooleiro restringiu-se ao setor industrial, pois tanto nas terras da usina como nas terras arrendadas dos engenhos não ocorreram mudanças técnicas. Ao contrário, na área de influência da Usina Santa Maria, a cana-de-açúcar foi plantada nas encostas dos morros, únicas áreas disponíveis, o que impossibilitou a mecanização agrícola e aumentou a demanda por mão-de-obra, tornando a produção local de cana-de-açúcar um processo com caráter de trabalho-intensivo (ARAGÃO e MALAGODI, 2001, p.8).

Em Areia essas transformações no campo resultaram na transferência de domicílio de parcela significativa das famílias camponesas para a periferia da cidade, mais precisamente para o Bairro da Jussara, que não apresentava nenhuma estrutura para recebê-los, apenas localizava-se estrategicamente às margens da rodovia que interligava a Usina à cidade.

Areia, nos anos setenta, era o retrato dos outros municípios nordestinos e paraibanos da região açucareira, onde a maquinaria e o capital haviam destruído os laços de compadrio e de moradia, expulsando grande parcela dos camponeses de suas terras e jogando-os para as pontas de rua da área urbana (FIÚZA, et al, 1998).

Em 1986, instala-se no país uma crise de acumulação do setor sucroalcooleiro, acompanhando o rastro da crise de acumulação do capital nacional e internacional. Tal crise se revelará muito forte no Brejo, uma vez que ela atingiu principalmente o setor arcaico da atividade canavieira, a exemplo das usinas da região. Com dívidas trabalhistas com o Banco do Brasil, com o Tesouro Nacional, entre outros, as Usinas se vêm forçadas a hipotecar

propriedades, reduzir a área cultivada com a cana e finalmente, no início dos anos de 1990, acabam falindo e fechando (MOREIRA E TARGINO, 1997).

Segundo o Relatório de Falência da Usina Santa Maria (1993), na safra 89/90, já se verificavam as seguintes dificuldades: a) os fornecedores já não mais recebiam em dia o relativo ao seu fornecimento; b) os trabalhadores não recebiam a remuneração referente aos seus trabalhos; c) suspensão de todos os trabalhadores do campo e da indústria, na tentativa de sanar parte das dívidas trabalhistas (final da safra de 1990); d) redução na safra, dado que as canas não foram limpas e dado que a Justiça do Trabalho começou a leiloar os veículos dados como garantia para cumprir os acordos feitos.

Em 1991, foi decretada a falência da Usina Santa Maria.

Ante o exposto, declaro aberta hoje, às 08:30 horas, a falência da USINA SANTA MARIA S/A, estabelecida na BR-087, km 10, neste Município de Areia- PB, inscrita no CGC sob nº 08.711.210/0001-08, tendo inscrição estadual nº 16.066.442-2, declarando o seu termo legal, no 60º (sexagésimo) dia anterior à data do primeiro protesto, que foi em 30.12.91 (Maria do Carmo Arruda, juíza de Direito)(RELATÓRIO DE FALÊNCIA DA USINA, 1993).

Pouco tempo depois, tendo conhecimento do processo de falência, a empresa Agroenge (Agropecuária e Engenharia S/A), pertencente a um grupo empresarial do Distrito Federal, assume o controle da empresa. A mesma pede a suspensão da falência na justiça, realiza novos investimentos junto ao Banco do Brasil, e volta a produzir açúcar e álcool por mais dois anos, desta vez com o nome de Usiagro (Usina e Agropecuária Ltda.). Apesar de todo o esforço para soergue-la, a Agroenge, não obtendo êxito, se retira e em abril de 1993, é decretada definitivamente a sua falência (RELATÓRIO DE FALÊNCIA DA USINA, 1993).

Os fatores responsáveis pelo declínio da Usina Santa Maria foram: a) a ausência dos incentivos do PROALCOOL; b) a administração arcaica e desastrosa levada a termo por Eduardo Lins Fernando, neto do Sr. Solon Lins (antigo proprietário) que assumiu a direção da empresa e de Sólón Lira Lins Filho, que assumiu a presidência; c) a competição com Usinas modernas e mais produtivas instaladas em outras regiões do país e; d) as dívidas contraídas com o Banco do Brasil.

Em 17 de abril de 1995 a "Folha de São Paulo" divulgou um documento que revela os principais devedores nacionais do Banco do Brasil até novembro de 1994. Dos cem maiores devedores, três são Usinas paraibanas: a AGICAN - Agroindústria de Camaratuba - com a 12ª maior dívida, equivalente a R\$ 27,8 milhões; a Usina Santa Maria S/A, com a 16ª maior dívida, de R\$ 24,7 milhões; a Cia. Industrial Santa Helena, com a 44ª maior dívida, correspondente a 10,6 milhões (...) (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 123).

Ainda segundo Moreira e Targino (1997), além da dívida de crédito de investimento e custeio, a Usina Santa Maria devia 05 milhões de dólares de créditos trabalhistas. O valor da dívida era, portanto, superior as suas 12 propriedades.

Paralelamente à crise do Proalcool, uma sequência de secas e a perda dos incentivos governamentais incidiram sobre a atividade pecuária, proporcionando o enfraquecimento do latifúndio pecuarista. Assiste-se a mais uma crise do capital agropecuário regional, expresso através da retração das duas mais importantes atividades do Brejo: a cana e a pecuária.

A retração do capital sucroalcooleiro e pecuarista no campo irá permitir o avanço da luta camponesa. Verifica-se em Areia, o fortalecimento da organização da classe trabalhadora rural e a luta de resistência pelo direito de permanecer nas terras da Usina Santa Maria.

2.2.1 A luta pela terra na Usina Santa Maria

A falência da Usina Santa Maria provocou forte impacto na economia do município de Areia e trouxe sérios problemas para a vida dos trabalhadores que nela laboravam. O elevado índice de desemprego gerado foi responsável pela intensificação do processo migratório dos canavieiros para outras regiões produtoras de cana da Paraíba e do Nordeste, assim como para as capitais dos Estados nordestinos e para a região Sudeste do país, principalmente para São Paulo e Rio de Janeiro (SOUZA, 2007).

Após a falência da Usina, os antigos moradores continuaram residindo nas terras da usina aguardando o que poderia lhes acontecer e na expectativa de receber os salários atrasados e os direitos trabalhistas, após dezenas de anos de trabalho⁷ (MALAGODI, MENEZES E MOREIRA, 2013).

Segundo Pontes (2013), pelo fato da Usina Santa Maria se constituir, historicamente, em um dos maiores empreendimentos agrícolas da região, o imaginário camponês não conseguia associá-la a um quadro de falência. Tanto é que mesmo após ter sido decretada a falência da Usina, muitos trabalhadores permaneceram cumprindo seu horário de trabalho. Eles só se convenceram da realidade quando pararam de receber seus salários por várias vezes consecutivas, como bem o demonstra o depoimento de um ex-assalariado da Usina colhido por Pontes (2013).

A luta pela terra começou quando os trabalhadores perceberam que a usina na época da decadência não tinha mais condições de trabalhar e não recebia o seu salário no final de semana, aí começou a fragilidade, né. O pagamento

⁷“A professora Emilia Moreira lembra bem que o emprego registrado foi uma das reivindicações dos sindicatos de trabalhadores rurais da região contra o uso abusivo de mão-de-obra clandestina nos canaviais e que essa demanda custou a vida de Margarida Maria Alves, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande” (MALAGODI, MENEZES, MOREIRA, 2013, p. 340).

antes de falir não era feito, os trabalhador da cidade reclamavam a custa de ter assinado as carteira e o juiz julgava e tinha o dinheiro prá pagar e não pagava, aí ela seqüestrava o pagamento e os trabalhadores ficavam sem o pagamento. Aí trabalhava esses dias e percebia que não adiantava trabalhar com fome, então é melhor ficar em casa. Aí foi quando começou a luta pela terra. Começou as organizações entrou o sindicato de Areia, Pilões, veio o SEDUP com a igreja, com os direitos humanos, aí essas instituições perceberam que não tinha condição prá esse pessoal ir prá pontas de rua inchar cada vez mais as periferias e não tinha nenhuma capacitação prá esse pessoal e a situação começava a se agravar. Aí começou a luta pela terra começou a fazer as reuniões, através das organizações: sindicato, SEDUP, a igreja prá conscientizar o pessoal porque ainda tinha trabalhador que tinha esperança que essa usina voltasse a funcionar. Existia muito isso. Foi a partir daí que começou a conscientização. Foi feito o comitê na época e fomo fazer a reivindicação. Nessa época foi feito a mobilização, aí começou a luta pela terra. Alguns achavam que aquela empresa há muitos anos funcionava e achava que ela não estava a beira da falência e já estava à beira da falência (Ex-assalariado da Usina).

Segundo o SEDUP (2004), um total de 4.040 trabalhadores ficou desempregado colocando suas famílias numa grave condição de desamparo. A situação adquiriu tamanha gravidade que muitos trabalhadores, para não morrerem de fome com suas famílias, passaram a pedir esmolas nas feiras livres de Pilões e Alagoa Grande ou migraram para a Zona da Mata da Paraíba e de Pernambuco para trabalhar nos canaviais (SEDUP, 2004). Outros partiram para as capitais do Nordeste e para os principais centros urbanos do país, a exemplo de Rio de Janeiro e São Paulo em busca de trabalho.

No primeiro momento eu senti porque fiquemo sem serviço, mesmo sendo ela ruim, a gente tinha a feirinha certa toda semana. Aí eu tive que me destinar pra aquele mundo da Paraíba, aquela usina Jacuípe, Santana. Eu trabalhei um bocado de tempo lá. Antes de lotear as terras fiz um bico por aqui, os cabas me chamaram prá trabalhar dois dias, três dias, foi sofrimento! (Assentado).⁸

Eu trabalhava no campo, não foi bom não, porque ninguém tinha aquele dinheiro certo prá sobreviver. Eu arrumei um bocado de gente e me desloquei daqui pro município de Santa Rita, para trabalhar, cortar cana fazer o mesmo serviço da gente. (Ex-assalariado)⁹.

Foi um cenário muito difícil, né porque quem era trabalhador do campo, o homem que trabalhou prá usina ele trabalha de segunda a sábado, então a situação dessas pessoas ficou muito delicada. Aí muitas pessoas iam pra Pilões, Areia, Guarabira pedir mesmo nas feiras livres pra se alimentar. Uma situação muito delicada. Além do mais que começou a surgir as dívidas da usina e que a usina a qualquer momento ia ser leiloada pra pagar os credores que tava cobrando na justiça os débitos. Foi aí que a luta pela terra começou

⁸ Transcrição do depoimento de um ex- assalariado da Usina, atualmente assentado, obtido por Graciete Ponte Dias, 2011.

⁹ Idem.

porque se comprasse a usina e, aí, os morador? Foi aí que começou a organização da luta pela terra (depoimento de um ex-assalariado da usina)¹⁰.

Na verdade, embora as condições de trabalho na Usina fossem penosas, a garantia de uma remuneração certa e ainda, para os moradores, a garantia da morada, camuflava a condição de exploração do trabalho.

Diante de tal quadro, alguns trabalhadores se organizaram e procuraram a Prefeitura Municipal de Areia, que, segundo relato de um ex-trabalhador da Usina, hoje assentado, “não mediu esforços para ajudá-los”. Este fato foi noticiado pela imprensa conforme pode ser visto em uma reportagem publicada no Jornal Diário da Borborema da Cidade de Campina Grande, no dia quatro de maio de 1991.

Demonstrando grande preocupação com a situação de penúria que vem passando as famílias que trabalham na Usina Santa Maria, que fechou recentemente e não pagou aos servidores, o prefeito Ademar Paulino esteve mais uma vez naquela localidade, fazendo entrega de mais de 600 cestas básicas, para as famílias que ali habitam (...) Segundo o secretário geral da prefeitura, Pedro Freire, há exatamente nove semanas, que os trabalhadores estão sem receber seus salários, fato que tem deixado a todos preocupados, pois a única fonte de renda que aquela gente conta é o trabalho na usina. O prefeito foi solicitado por alguns trabalhadores e prontamente determinou a secretária de Serviços Sociais do Município, Lúcia de Fátima Lima, a efetuar um completo levantamento da situação e por várias vezes já esteve ali fazendo a distribuição de feira, trabalho esse que deverá ter continuidade até ser solucionado o problema pela direção da empresa falida (JORNAL DIÁRIO DA BORBOREMA, 1991).

Diante do quadro de abandono e penúria vivido pelos trabalhadores da Usina Santa Maria, uma série de entidades e representantes de instituições se organizaram, e criaram o Comitê de Solidariedade ou de Apoio aos Trabalhadores da Usina. O Comitê foi composto por representações dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais dos municípios de Areia, Pilões e Serraria, da Prefeitura Municipal de Areia, da Paróquia do município de Pilões, das irmãs franciscanas do Colégio Santa Rita, localizado em Areia, de integrantes dos Campus I (João Pessoa, através de uma professora do departamento de Geociências) e II (de Areia) da UFPB, do Serviço de Educação Popular da Diocese de Guarabira (SEDUP), do INCRA, da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Centro de Orientação dos Direitos Humanos (CODH) da Diocese de Guarabira- PB. Uma outra comissão foi composta por três deputados. O Comitê reuniu-se várias vezes com os trabalhadores orientando-os na estratégia de luta por direitos e por terra.

¹⁰ Idem

Assim teve início a luta. Os trabalhadores moradores da Usina foram estimulados a buscar o apoio da Assembleia Legislativa do Estado visando a garantia de permanência nas terras onde moravam e, juntamente com os ex- assalariados, reivindicavam na justiça do trabalho os seus direitos trabalhistas (PONTE, 2012).

Pouco a pouco, a partir de longas discussões em reuniões realizadas com o Comitê de Apoio aos Canavieiros da Usina Santa Maria, o eixo principal da luta deixou de ser os direitos trabalhistas e passou a ser a luta por terra. Para tanto, várias ações foram levadas a efeito, tais como: pressão junto às autoridades políticas locais; abaixo assinados às instituições que lidam com a questão da terra; divulgação da luta através da imprensa, de forma a ampliar o número de interlocutoras institucionais para cobrar a desapropriação das terras da Usina para fins de Reforma Agrária, e impedir que o Estado vendesse as terras (MALAGODI, MENEZES E MOREIRA, 2013). Uma educadora do SEDUP, entrevistada por Pontes (2013) relata esses acontecimentos:

Os trabalhadores não acamparam. Temos um tipo de reivindicação de terras diferente. Como eles já eram moradores só tinham que ser dividido como indenização do trabalho deles. Eles não precisaram ocupar como os outros movimentos fazem, mas foram feitas reuniões muitas vezes escondidas pelos agricultores porque os patrões, ainda os que tinham direito aquela terra não queriam, então perseguiam também. Porque tudo aquilo ali era prá ficar nas mãos dos herdeiros, coisa que não foi feita. Os trabalhadores receberam tudo. Eles foram perseguidos faziam as reuniões escondidas, levaram surras. Os que promoviam os encontros muitas vezes tinham que fazer os encontros sem ninguém saber que era pra ter que evitar certo tipo de violência (Educadora do SEDUP).

Sem dúvida, o Comitê de Apoio desempenhou um papel fundamental na organização, e condução da luta dos trabalhadores para a desapropriação das terras da Usina Santa Maria. Porém, as dificuldades de mobilização de todos os trabalhadores foram grandes, uma vez que muitos, pela necessidade de manter suas famílias, migraram. Os que resistiram, além do apoio político, contavam também com a assistência do SEDUP através da distribuição de cestas básicas. Segundo um ex-assalariado da Usina entrevistado por Graciete Dias Pontes (2013, p. 103):

Começou com as entidades (...) aí incentivava a gente, a gente fomo em Areia tranquemo uma rua lá no sábado na hora da feira, butemo a Patrola no meio da rua, a ambulância. Aí parou tudo em Areia, aí tem uns cabas lá que tem supermercado nuns quinze dias todo domingo vinha trazer uma feirinha pra nós no clube da usina. Quem trazia a feira era o SEDUP. Nessa luta muita gente tava unido, mas muita gente trabalhava fora não ligava pra nada não, não tinha condição de tá em casa, matar os filhos de fome, aí se deslocava a trabalhar fora. Muita gente não participou do movimento (Ex-assalariado).

Segundo os agricultores entrevistados durante esta pesquisa, a Usina Santa Maria concentrava em seu poder, um total de 32 propriedades, localizadas nos municípios de Areia, Pilões e Serraria. Desse total, 12 fazendas eram próprias e 20 fazendas eram arrendadas. Embora não se tenha obtido a área total das propriedades pertencentes à própria Usina, sabe-se que após transcorridos cinco anos de luta, na segunda metade de 1997, 4.258,9 hectares foram desapropriados dando origem a dez Projetos de Assentamento, sendo cinco no município de Pilões, dois no município de Serraria e três em Areia, onde foram assentadas 417 famílias (Tab.4).

Tabela 01 - Projetos de Assentamento resultantes da desapropriação das terras da Usina Santa Maria

PROJETO DE ASSENTAMENTO	ÁREA/ HA	NÚMERO DE FAMÍLIAS	MUNICÍPIO
União	380, 2319	56	Areia- PB
Socorro	381,7469	45	Areia- PB
Esperança	335, 8518	40	Areia- PB
Redenção	969, 0000	94	Pilões- PB
Tabocal	199, 2000	16	Pilões- PB
São Francisco I	432, 0000	28	Pilões- PB
Veneza	300, 0000	26	Pilões- PB
Santa Maria	269,7 000	27	Pilões- PB
Cajazeiras	509, 8300	50	Serraria- PB
Campo Verde II	481, 4000	35	Serraria- PB
TOTAL	4.258,9606	417	3 Municípios

Fonte: Pesquisa de Campo e INCRA (2013).

Os três Assentamentos localizados em Areia apresentam algumas particularidades quanto a sua localização, composição territorial, limites e origem do seu nome, como será visto a seguir:

a) Assentamento União

Em 20 de agosto de 1997, foi decretado pelo Governo Federal, a desapropriação das terras das fazendas da Usina Santa Maria, denominadas Santa Helena, Impueirinha e Grutão ou Nossa Senhora de Fátima que vieram a dar origem ao Assentamento União, criado em 02 de dezembro de 1997. A associação do PA denomina-se “Associação dos Trabalhadores Rurais de Impueirinha, Santa Helena e Nossa Senhora de Fátima- PA União”.

O PA União está localizado a 12 km da sede do município de Areia, limitando-se ao norte com o Sítio Fechado e com a propriedade do Sr. Espólio de Joaquim Souto; ao sul com

denomina-se de Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Socorro- PA Socorro, por sua vez, fundada em 17 de dezembro de 1999.

Este PA está localizado a 10 km da sede do município de Areia, limitando-se ao norte com a propriedade do Sr. Joaquim Souto e o PA Redenção; ao sul com a Fazenda Várzea e a Fazenda Ipueira; a leste faz limite com o PA Redenção e a Fazenda Gravatá; e a oeste com o PA União (Figura 08).

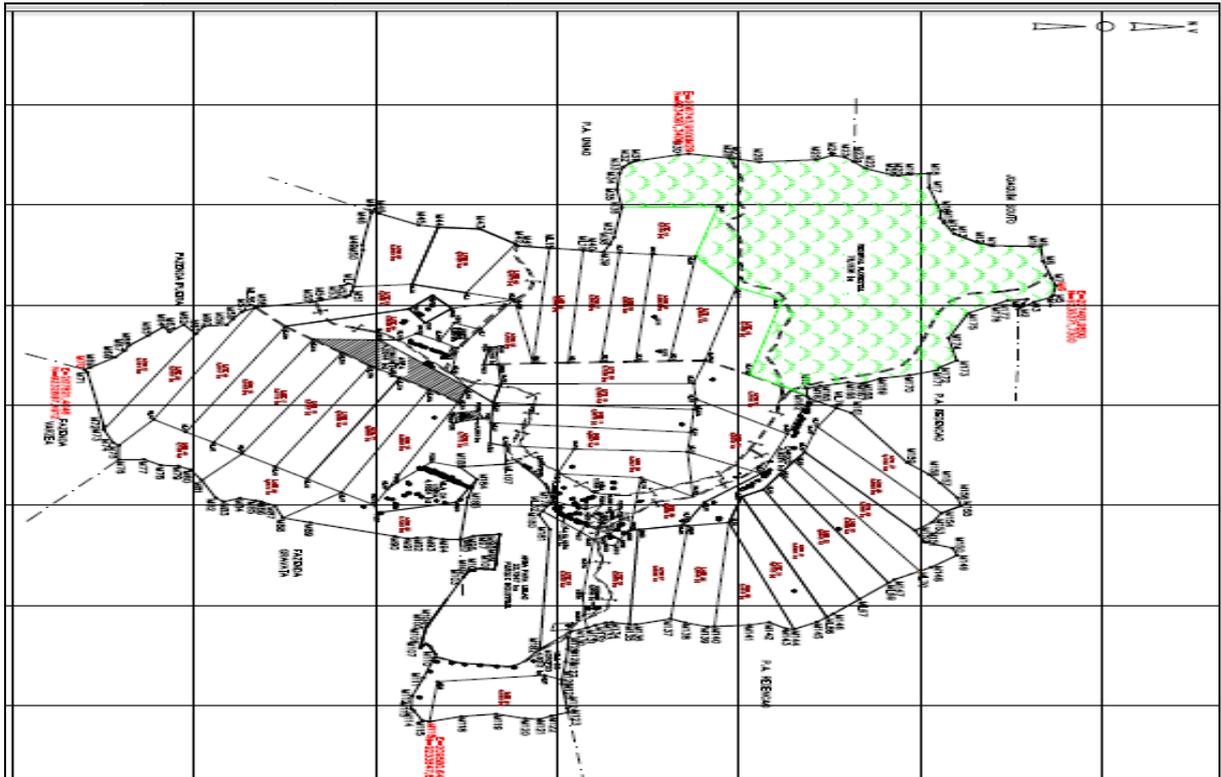


Figura 08: Planta cadastral e limites territoriais do Assentamento Socorro.
Fonte: INCRA (2013).

A área do Assentamento é de 381,7469 hectares, dos quais, 78,1836 ha correspondem à área de reserva florestal; 4,0644 ha correspondem a área comunitária; 0,3063 ha corresponde a área da sede da associação; 4,1684 ha corresponde a área da Vila da Usina; 1,1607 ha corresponde a outra parte da Vila da Usina; 4,9312 ha corresponde a Vila do Morcego; 4,9214 ha correspondem a Vila do Caroço; e 22,7947 ha, na época em que este levantamento foi realizado pelo INCRA, correspondiam à área do Parque Industrial, por sua vez, destinada para leilão. Dessa forma, a área total destinada aos lotes dos assentados, corresponde a 261, 2162 ha, ficando em média 5,8 ha para cada um dos 45 assentados. O PA está localizado numa área, hoje reconhecida como Distrito Santa Maria e quase não é visto pela população como um assentamento, mas como Distrito.

Em relação à origem do nome do assentamento, conforme os entrevistados, foi uma homenagem prestada à dona Socorro, candidata a vereadora. Dona Socorro era moradora daquela localidade e destacou-se principalmente pela sua solidariedade aos trabalhadores da Usina, na época em que aconteceu a falência. No entanto, ela não chegou a desfrutar da alegria e do sonho dos trabalhadores de conquistarem aquelas terras, dado que pouco tempo depois, durante uma viagem para São Paulo ela foi a óbito.

c) Assentamento Esperança

Em 4 de agosto de 1997, as terras das fazendas Riacho de Facas e Barra do Coaty, antes pertencentes à Usina Santa Maria, foram desapropriadas pelo Governo Federal. O Projeto de Assentamento foi criado em 9 de dezembro de 1997, onde foram assentadas 40 famílias, sendo a “Associação de Desenvolvimento Comunitário de Riacho de Facas e Barra do Coaty- Área de Assentamento Esperança”, por sua vez, fundada em 25 de abril de 1998.

O assentamento Esperança está localizado nas comunidades rurais de Riacho de Facas e Barra do Coaty, a 17 km da sede do município de Areia. Limita-se ao norte com a propriedade do Sr. Eduardo Lins, com o PA Redenção e Varzeada; ao sul com o Engenho Laginha; a Leste com as propriedades dos senhores: Geraldo Coutinho, Geraldo Garcia, José Belo Soares, entre outros; e a oeste com o Engenho Gravatá, e a propriedade do Sr. Ademar Paulino, ex- prefeito da cidade de Areia (Figura 09).

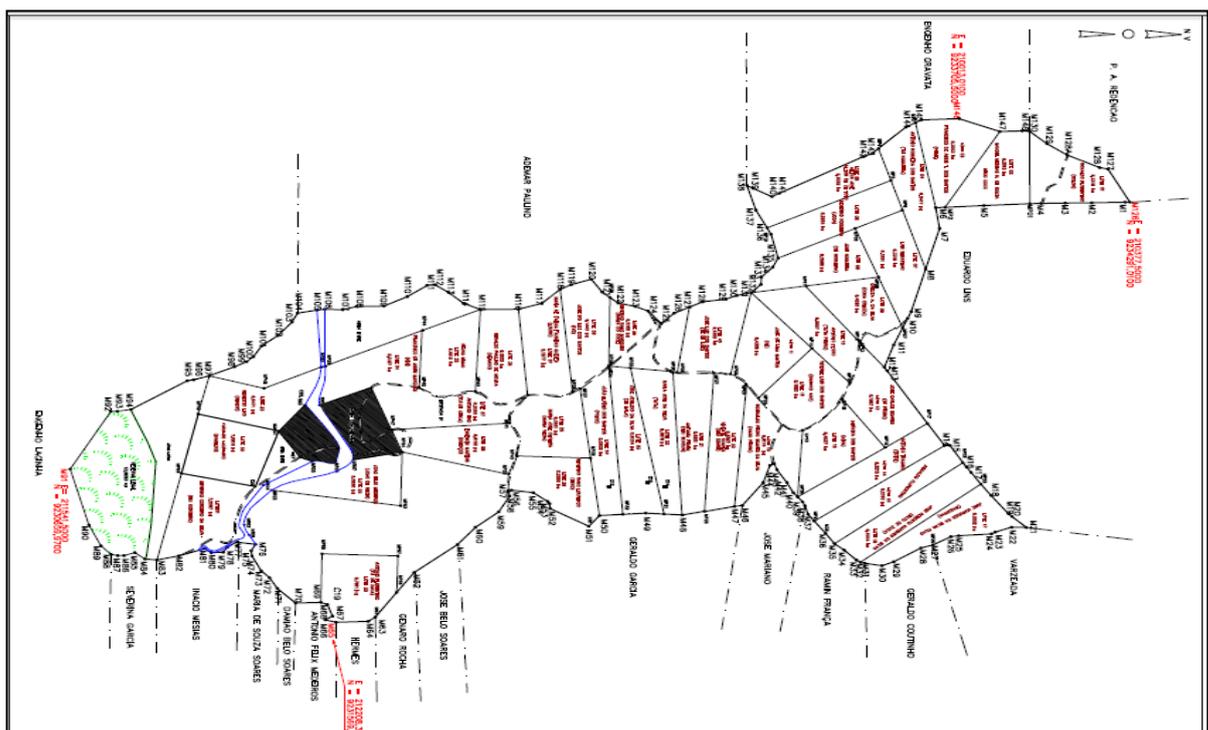


Figura 09: Planta cadastral e limites territoriais do Assentamento Esperança.

Fonte: INCRA (2013).

A área do assentamento corresponde a 335,8518 ha, dos quais, 8,85 ha correspondem a área comunitária e 67,00 ha correspondem à área de reserva, sendo 13,2023 ha de reserva legal, e 53,7977 de reserva florestal presente nos lotes individuais, isto é, aproximadamente 1,3 ha em cada lote. Segundo a divisão feita pelo INCRA, aproximadamente 260 ha ficaram reservados para os lotes, assim, cada uma das 40 famílias assentadas recebeu em média 6,5 ha (Fig. 09).

Como a esperança era a única fonte de energia que motivava os assentados nos tempos de espera pela desapropriação, em uma das reuniões onde seria escolhido o nome do assentamento, um assentado levantou-se e disse: “nossa esperança se tornou realidade”. Então, sugeriram que o assentamento recebesse o nome de Esperança, e este foi aprovado por todos.

2.2.2 A luta de ocupação de terra no município de Areia

Dois Projetos de Assentamento vinculados ao INCRA no município de Areia têm sua história particular, separada da luta dos trabalhadores da Usina: são os Assentamentos Emanuel Joaquim e Celso Furtado.

2.2.2.1 A luta pela terra que deu origem ao PA Emanuel Joaquim

Durante a fase áurea do Proálcool e de expansão da pecuária, como foi anteriormente demonstrado, verificou-se uma expulsão maciça das famílias camponesas no Brejo. No Engenho Vaca Brava os antigos moradores foram expulsos e, em sua maioria, foram morar nas pontas de rua, principalmente do município de Alagoa Nova.

Em 1995, uma das moradoras das pontas de rua, conhecida por Dona Quinca, que já era acostumada a acompanhar o movimento das comissões de luta pela terra, juntamente com um grupo de 52 pessoas, ajudou a organizar um estudo da população excluída de seu município. O levantamento foi feito através de um pequeno questionário, constando apenas três perguntas que buscavam respostas para os principais problemas que a população estava enfrentando, o que já tinha sido feito para tentar resolvê-los, e o motivo pelo qual ainda não tinha sido resolvido.

Desse levantamento, resultaram três propostas para a melhoria das condições de vida da população local: aquisição de terra para trabalhar, geração de empregos e aquisição de cestas básicas. Com esses resultados em mãos, o grupo organizado por Dona Quinca convocou as autoridades do município de Alagoa Nova: o prefeito, que na época, era Ivaldo Moraes, o padre, o pastor, o juiz, e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, bem como os

representantes de todas as associações comunitárias para uma reunião, onde seriam apresentados os resultados da enquete e as propostas da população para que pudessem, juntamente, decidir o que poderia ser feito.

Na reunião, chegaram à conclusão de que não seria possível ofertar emprego para toda a população, dado que a cidade não tinha indústrias, além do que o povo só sabia trabalhar na agricultura. A aquisição das cestas básicas não seria possível, uma vez que na época, Alagoa Nova não se enquadrava no projeto de distribuição de cestas básicas, entre outros, pelo fato da sua taxa de mortalidade infantil ser inferior a 30/1000. A proposta mais viável foi à relacionada com a aquisição de terras, a qual recebeu todo o apoio do Sindicato, na pessoa do presidente Emanuel (Seu Nequinho).

A partir de então, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Nova toma a frente da luta. Num primeiro levantamento organizado para levar até o INCRA, das mais de 300 famílias que estavam em estado crítico, apenas 98 constavam no documento que fora encaminhado ao superintendente da referida instituição, que por sua vez, autorizou que o grupo procurasse no Estado da Paraíba um “pedaço de terra” que fosse improdutivo.

A princípio, as terras almejadas foram às referentes ao engenho da comunidade de Vaca Brava, que apresentava uma grande quantidade de terras improdutivas. Contudo, diante do anúncio de uma possível vistoria, segundo narram os trabalhadores, o dono das terras juntou todo o gado da região, ferrou-os com as suas iniciais, e colocou-os para pastar nas mesmas. Na vistoria, o INCRA concluiu que aquelas terras não poderiam ser ocupadas, pois eram consideradas produtivas.

Foi a partir daí, que em outubro de 1998, o prefeito Ivaldo Moraes anunciou que na região de Vaca Brava havia uma terra pertencente ao Banco do Brasil, adquirida para pagamento de dívidas, que poderia ser desapropriada. Esta seria leiloada em 20 dias, com um valor mínimo de 153 mil reais. Diante disso, o Sindicato organizou uma documentação, juntamente com um abaixo assinado dos agricultores, e encaminhou para o INCRA solicitando que esta área fosse desapropriada para efeito de reforma agrária. O INCRA, porém não respondeu a demanda do Sindicato. Diante disso, o Sindicato realizou toda uma motivação, convidou o povo, e organizou uma lista com o nome de 60 trabalhadores para ocuparem a terra. No dia seis de abril de 1999, na hora marcada para a ocupação só apareceram 14 trabalhadores. Os demais ficaram com medo de alguma repressão e não compareceram. A ocupação ocorreu assim mesmo.

Segundo seu Ramo, o vice presidente da Associação do Assentamento Emanuel Joaquim, passaram-se quatro dias, e como a polícia não apareceu, outras pessoas começaram

a entrar e se juntar aos acampados. Das 14 pessoas que ocuparam a terra somaram-se mais 26, totalizando 40 pessoas, ou seja, 40 famílias.

No início, foram construídas barracas de lona com o apoio do STR de Alagoa Nova, na pessoa do presidente Nequinho, bem como da Igreja Católica de Areia e Alagoa Nova, nas pessoas dos seus líderes, o padre José Florem e o padre Anchieta, respectivamente, que forneceram as lonas, muitas cestas básicas, além das celebrações da Santa Missa que eram realizadas no acampamento. Segundo seu Ramo, “a oração deixa a gente mais forte. As vezes a gente tá já fraquejando, aí se levanta de novo”(Depoimento de Seu Ramo).

A prefeitura de Alagoa Nova também contribuiu enormemente, através da distribuição de cestas básicas, da abertura de estradas, e do fornecimento de transporte para viagens até o INCRA.

Apesar de a terra ocupada localizar-se no Município de Areia, nem o Sindicato nem a prefeitura desse município apoiaram a luta. O Sindicato, apesar de reconhecer a importância para o município, pelo aumento populacional, da produção, da renda, além da fixação do homem no campo, alegou que as pessoas que se fixariam na terra, eram originárias de outro município e dessa forma se eximiu de dar qualquer apoio.

No primeiro ano de acampamento, os acampados plantaram feijão, milho, mandioca, coentro, cebola, quiabo, jerimum, guandu, entre outros, e mandaram os resultados quantificados da primeira safra para o INCRA, como forma de mostrar o quanto a terra já estava produzindo. Finalmente, em 21 de dezembro do ano 2000, o INCRA desapropriou 166,98 hectares do Engenho Vaca Brava e em 12 de fevereiro do mesmo ano, criou o Projeto de assentamento onde foram assentadas 29 famílias, sendo a Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Emanuel Joaquim fundada em 2001.

O INCRA queria que toda a propriedade fosse coletiva, mas prevendo futuras divergências entre os assentados, negociaram e fizeram a divisão dos lotes, ficando no máximo três hectares para cada família assentada. Segundo seu Ramo: “no individual você planta o que quer, e na hora que quer. No coletivo não pode fazer nada sem que seja de acordo do grupo”.

O nome Emanuel Joaquim foi escolhido coletivamente pelos assentados, justificando-se por três motivos: a) dotados de uma forte fé, sempre acreditaram que Deus estava com eles em todo o processo de luta e conquista da terra, por isso o nome Emanuel, que significa Deus conosco; em homenagem ao senhor Emanuel, popularmente conhecido por seu Nequinho, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Nova, por nunca ter negado ajuda, bem como pela grande liderança assumida no processo de luta; já o Joaquim, foi

escolhido em homenagem a Tiradentes, o mártir da independência do Brasil, líder da Inconfidência Mineira, cujo nome completo era Joaquim José da Silva Xavier, que foi enforcado em praça pública por assumir a responsabilidade por todo o movimento em busca da independência do país.

O assentamento Emanuel Joaquim está localizado na reserva legal Mata do Pau-Ferro, na comunidade rural de Vaca Brava, no Brejo de Areia, distando aproximadamente 8 km da sede do município de Areia e 8 km da sede do município de Remígio, cidade vizinha com a qual os assentados mantêm mais contato diariamente. Limita-se ao norte com uma propriedade do Governo do Estado e com as propriedades dos senhores Sinfrônio Cabral, Antônio Canário e Dr. Pedro; ao sul com a propriedade de seu Aurélio Leal Freire, o engenho Vaca Brava; ao leste com as propriedades dos senhores Dr. Pedro, Saulo Gondim e Aurélio Leal Freire; e ao oeste, com as propriedades de Dr. Pedro, Américo Perazzo Neto e Milton Gonçalves (Figura 10).

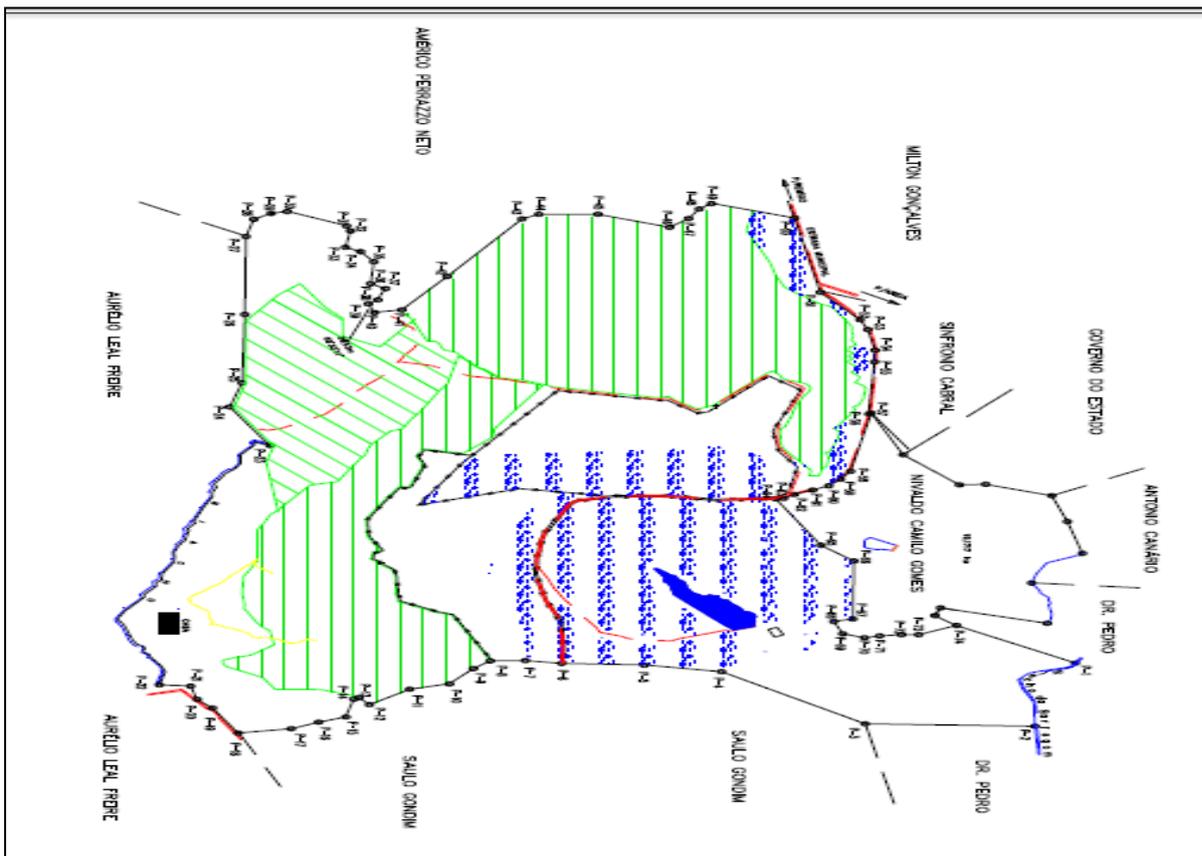


Figura 10: Planta cadastral e limites territoriais do Assentamento Emanuel Joaquim.
Fonte: INCRA (2013).

A conquista da terra representou para os assentados do PA Emanuel Joaquim, a oportunidade de mudança de vida. Segundo eles, ninguém possuía terra para trabalhar, e

tampouco tinham consciência sobre a preservação do meio ambiente, além do acesso aos mais diversos tipos de crédito que lhes são disponibilizados. Todavia, deparam-se na atualidade com o desafio de fazerem perpetuar na nova geração, este estilo de vida que tanto valorizam, e que só foi possível depois da criação do assentamento.

2.2.2.2 A luta pela terra que deu origem ao PA Celso Furtado

A formação do assentamento Celso Furtado se deu a partir da luta de agricultores rurais sem terra da região. O lugar onde o PA está localizado era antes uma fazenda, na qual se destacava a criação de bovinos e a existência de uma grande mata, na época não explorada. Segundo um entrevistado, “prá passar aqui tinha que pedir permissão”.

O processo de luta foi acompanhado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que mobilizou e organizou os agricultores para que os mesmos montassem um acampamento, sendo esta iniciativa realizada no ano de 2003. Os acampados eram originários principalmente das periferias das cidades de Esperança e Pilões, bem como moradores da própria fazenda e comunidades rurais circunvizinhas, como São Bento e Lagoa de Barro em Areia. Eles trabalhavam na agricultura como posseiros, meeiros, e/ou diaristas.

Enquanto acampados, moravam em barracas de lona às margens da estrada PB-105 que liga o município de Campina Grande ao Brejo, onde permaneceram até maio de 2007, data em que o INCRA realizou a primeira vistoria na área. Durante estes quatro anos de luta, apenas os homens, principalmente os chefes das famílias, ficavam nas barracas, enquanto as mulheres permaneciam nas suas residências assumindo as responsabilidades referentes ao lar. Só em 29 de agosto de 2008, a área reivindicada foi declarada de interesse social para efeito de reforma agrária. O Projeto de Assentamento, porém só foi criado em 17 de março de 2009 e nele foram assentadas 25 famílias. Como nos demais assentamentos, os assentados foram orientados a formarem uma associação, à qual recebeu a denominação de Associação dos Agricultores e Agricultoras da Reforma Agrária do Assentamento Celso Furtado- PA Celso Furtado.

O assentamento está localizado na comunidade rural de Lagoa de Barro, distando 6 km de Arara e 10 km de Remígio, cidades com as quais os assentados têm mais relação em virtude das proximidades geográficas, uma vez que o mesmo está localizado a aproximadamente 22 km da cidade de Areia (Fig. 11). Ele possui 429,1400 hectares, dos quais 107,3401 ha correspondem à área de reserva, aproximadamente 21,7999 hectares correspondem a área comunitária, e 300,00 ha correspondem a área total destinada aos lotes. A divisão da área foi efetuada pelo INCRA, ficando cada lote familiar com 12,00 hectares

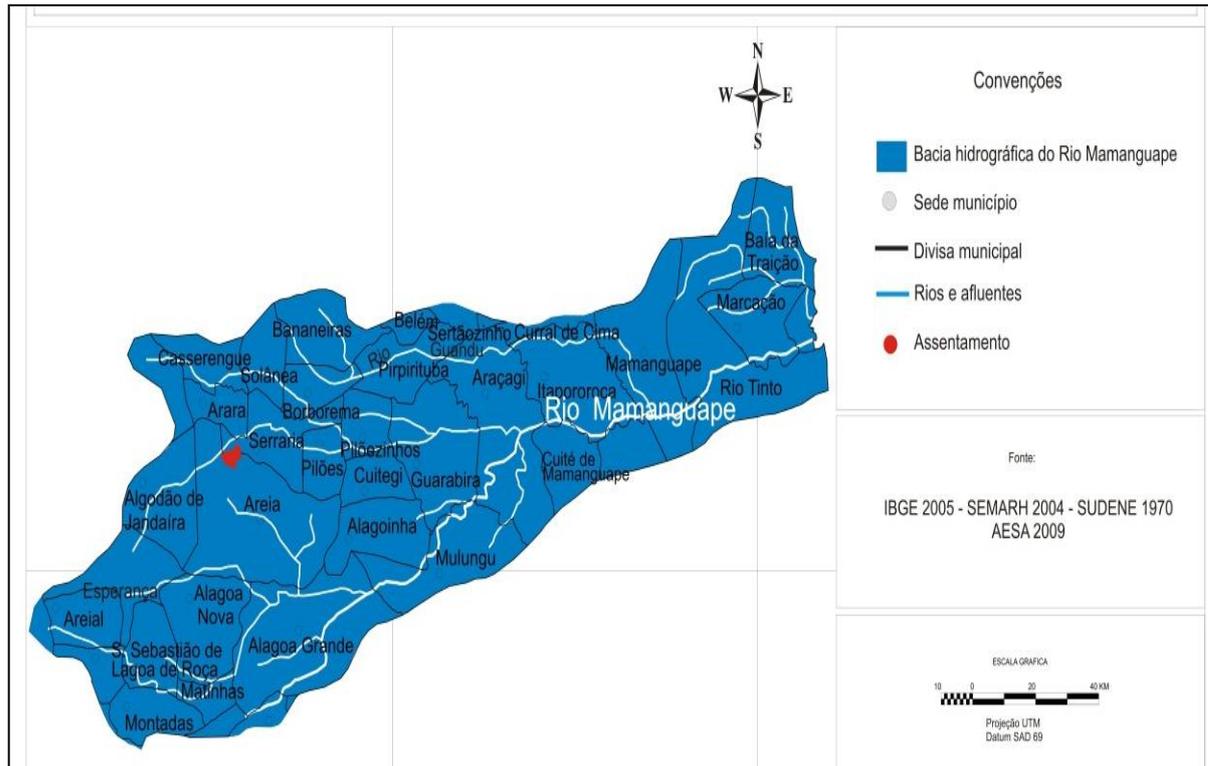


Figura 11: Localização do PA Celso Furtado.

Fonte: IBGE 2005–SEMARH 2004–SUDENE 1970, AESA 2009, *apud* PDA-INCRA(2013).

Quando interrogados sobre a origem do nome do assentamento, os assentados disseram que foi sugestão dos técnicos contratados pelo INCRA que o mesmo recebesse o nome de Celso Furtado. Na verdade, os assentados não sabem nem quem foi Celso Furtado. A única informação que eles têm, é que foi “um economista famoso da Paraíba”, e nada mais.

Para os assentados do PA Celso Furtado, a conquista da terra representou melhorias nas suas condições de vida, além da oportunidade de se tornarem autônomos, uma vez que antes do assentamento viviam subordinados aos donos das propriedades onde moravam de favor, ou onde trabalhavam com remuneração inferior a um salário mínimo, bem como às empresas privadas onde trabalhavam nas cidades, isto, quando não estavam desempregados.

Em seguida, apresentamos a organização atual do espaço agrário de Areia, lócus dos conflitos de terra estudados. Chama-se atenção para o fato de que a criação desses assentamentos assume um duplo papel, pois ao mesmo tempo em que reduz os efeitos sociais, econômicos e políticos do fracasso agroindustrial, cria também alternativas de emprego e renda para a população rural no município.

No entanto, segundo Menezes, Malagodi e Moreira (2013), antes de analisar-se qualquer tipo de desempenho econômico ou social dos assentamentos oriundos da desapropriação das terras da Usina Santa Maria, deve-se fazer duas importantes

considerações. A primeira é que os assentamentos foram formados como uma alternativa à crise econômica do capital agroindustrial, objetivando não uma política social de desenvolvimento, mas a minimização por parte do Estado dos efeitos causados pelo fracasso de um grande empreendimento por ele amplamente apoiado. A segunda é que a formação dos assentamentos, mesmo diante da crise que afetava a região, só foi possível mediante uma grande mobilização das comunidades e movimentos locais, que se organizaram com o intuito de reivindicar os direitos dos trabalhadores, bem como melhores condições de vida para a população local, afetada com o fechamento da Usina Santa Maria.

2.3 A organização atual do espaço agrário do município de Areia

O espaço agrário de Areia é aqui entendido, segundo Santos (1980), como um espaço socialmente produzido. Como tal, não se pode desconsiderar sua dimensão histórica.

Entendendo-se que o espaço produzido é o resultado das relações dialéticas entre as diversas instâncias da organização do modo de produção (e conseqüentemente da formação econômico-social), como todo modo de produção se transforma na medida em que evoluem e se transformam as forças produtivas, o espaço fruto desse processo, se reorganiza para produzir as novas formas de produção e as novas relações produtivas que se estabelecem num momento histórico (MOREIRA, 2004, p.5).

Por conseguinte, as marcas dos processos econômicos, sociais e políticos anteriormente expostos, permanecem vivos no espaço como testemunhos de formas de organização espacial anteriores. Desse modo, a organização atual do espaço agrário areiense reproduz a lógica das formas recentes de organização que ocorrem, seja entrelaçadas às formas passadas ou como consequência das mesmas. Neste item, damos ênfase à produção agropecuária, à estrutura fundiária e às relações de trabalho, buscando entender sua dinâmica na contemporaneidade.

2.3.1 A produção agropecuária

Como foi anteriormente demonstrado, o algodão, a cana-de-açúcar, o café e o sisal foram as culturas que marcaram o espaço agrário areiense. Essas culturas, embora dominantes, sempre deixaram espaço para a lavoura alimentar, à exceção do período áureo do PROALCOOL que coincidiu com um forte processo de pecuarização, provocando uma forte retração na produção de alimentos.

Analisando os dados relativos à evolução da área plantada com lavouras temporárias e permanentes no município, de 1990 até 2012, constata-se que, de todas as culturas comerciais

que marcaram a história agrária do município, apenas a cana-de-açúcar permanece na pauta da produção e ainda mantém uma importância significativa na agricultura municipal.

2.3.1.1 A produção de cana-de-açúcar

Como pode ser observado no gráfico 01, a área plantada com cana-de-açúcar declinou sensivelmente entre 1990 e 2004. A partir de 2005, porém, percebe-se uma tímida retomada da área plantada que, por sua vez, se mantém inalterada em torno de 1000,0 ha até 2012 (Gráfico 01).

Gráfico 01

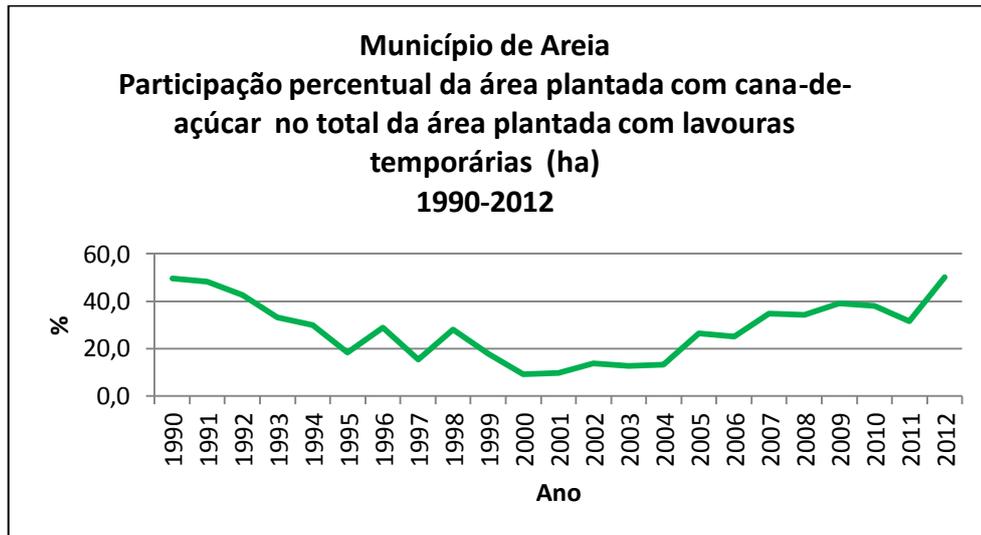


Fonte: IBGE (2013). Produção Agrícola Municipal/1990-2012.

No que se refere à participação percentual da área plantada com a cana-de-açúcar no total da área plantada com as lavouras temporárias, ela declina fortemente entre 1990 e 1995. Entre 1996 e 2004 essa participação oscila entre 28,1%, 17%, 9% e 13%. A recuperação da participação da área plantada com cana-de-açúcar no total da área plantada com as lavouras temporárias só é observada a partir de 2005, quando ela passa de 26,3% para 30% atingindo 50% em 2012 (Gráfico 01).

Analisando-se o comportamento das lavouras alimentares temporárias no período considerado, pode-se induzir que esse aumento da participação da área plantada com cana-de-açúcar no total da área plantada com lavouras temporárias, deve-se, em grande parte, à retração daquelas lavouras, possivelmente em decorrência da seca de 2008 e de seus efeitos nos anos seguintes (Gráfico 02).

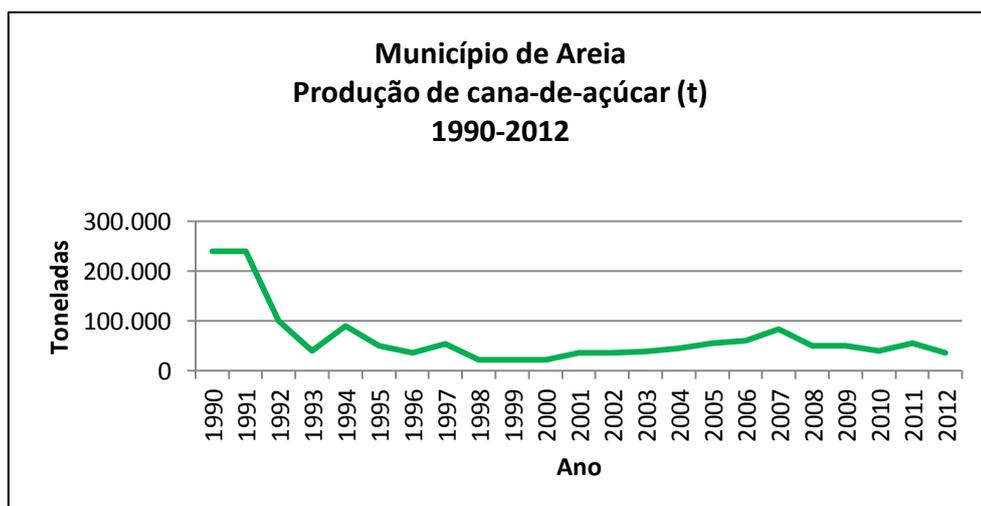
Gráfico 02



Fonte: IBGE(2013). Produção Agrícola Municipal/1990- 2012.

No que tange à produção de cana-de-açúcar, verifica-se um declínio muito forte entre 1990 e 1993, motivado tanto pela crise da atividade como pela seca que atingiu o conjunto do Estado em 1993. Entre 1994 e 1997, a produção de cana do município oscilou entre 90.000 e 54.000 toneladas, caindo para 21.000 toneladas em 1998 e permanecendo nesse patamar até o ano 2000. A partir de então, até 2007, assiste-se uma tímida retomada da produção para em seguida declinar, chegando em 2012 a uma quantidade de cana colhida de apenas 35.000 toneladas (Gráfico 03).

Gráfico 03

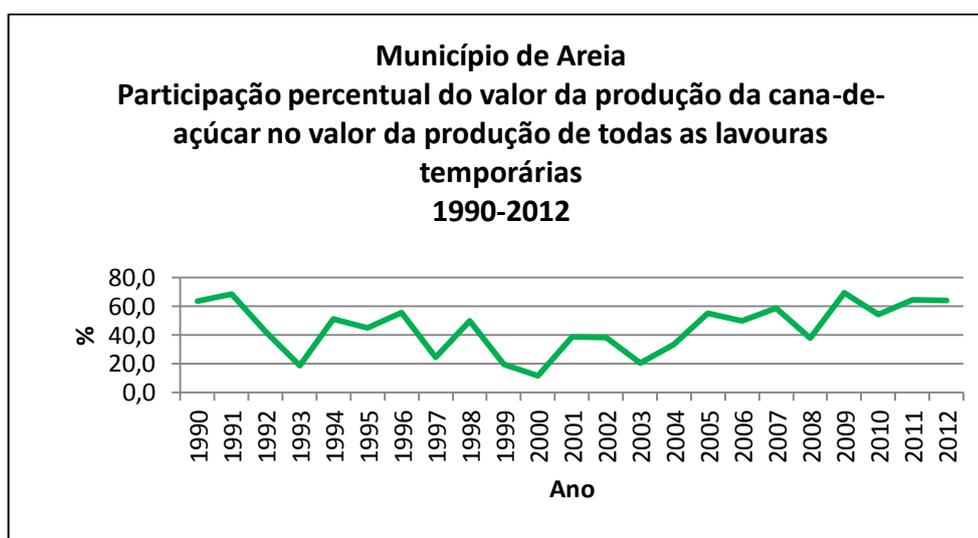


Fonte: IBGE(2013). Produção Agrícola Municipal/ 1990-2012.

Por sua vez, a participação da cana-de-açúcar no valor da produção das lavouras temporárias do município oscilou bastante no período estudado, tendo apresentado certa

estabilidade apenas a partir de 2008, com uma participação percentual que variou de 69,4% (maior participação) e 54,2% (menor participação nos quatro últimos anos da série). Isto significa que, apesar da baixa produção a lavoura canvieira ainda tem forte expressão na composição do produto agrícola municipal (Gráfico 04).

Gráfico 04



Fonte: IBGE(2013). Produção Agrícola Municipal/ 1990-2012.

O que explicaria a sobrevivência da atividade canvieira no município? De acordo com as informações obtidas durante a realização da pesquisa, a tradição do Brejo de produção da cachaça e da rapadura vem sendo incentivada por políticas governamentais dentro de uma perspectiva mais ampla de apoio à expansão do turismo rural.

A produção paraibana de cachaça de alambique, nestes últimos anos, tem exibido um processo de ascensão vertiginosa e o consumo da bebida também tem atingido as classes A e B. "Antes só atingia as classes C, D e E". Boa parte desse significativo crescimento deve-se às ações integradas dos produtores que contam ainda com importantes parceiros, como o Sebrae, Senar, Senai, UFPB, Prefeituras Municipais e o Governo do Estado, para melhorar o padrão de qualidade da bebida em função do grande potencial de consumo em todo o mundo¹¹.

O município de Areia chegou a possuir mais de 100 engenhos no final do século XIX, tendo esse número declinado para 80 em 1950, chegando a representar em 1990, menos de 10% do total anteriormente existente (ALMEIDA, 1994). Grande parte desses engenhos foi incorporada à Usina Santa Maria, ou foi abandonada, destruída, na medida em que outras atividades substituíam a produção de cachaça e de rapadura.

¹¹ Fonte: <http://www.cozinhanet.com.br/Artigo.aspx/2054-CACHACAS-DA-PB-GANHAM-MERCADO-ENGENHOS-DE-AREIA-SE-DESTACAM>.

Atualmente existem 62 engenhos no estado da Paraíba, sendo 52 situados no Brejo Paraibano. Destes 52, um total de 25 engenhos produz apenas cachaça; 8 produzem apenas rapadura e 19 fabricam cachaça e rapadura conjuntamente. Em Areia situam-se 28 dos 52 engenhos do Brejo. Destes, 11 fabricam apenas cachaça; 6 produzem apenas rapadura e 11 produzem os dois produtos simultaneamente (DANTAS, 2004) (Quadro 03).

Quadro 03. Principais engenhos em funcionamento no município de Areia – PB, 2014

RELAÇÃO DOS ENGENHOS	TIPO DE PRODUÇÃO	LOCALIZAÇÃO
Engenho Triunfo	Produção e degustação da cachaça Triunfo e Turismo.	Sítio Macacos
Engenho Bujarí	Produção da rapadura e da cachaça Bujarí.	Sítio Bujarí.
Engenho vaca brava	Produção da cachaça Matuta e mel de rapadura.	Sítio Vaca Brava
Engenho Bela Vista	Produção da cachaça Serra de Areia	Trilha do Canavial Mata Ambrósia
Engenho Cachoeira	Produção da cachaça Turmalina da Serra.	Sem informação
Engenho Gameleira	Produção da cachaça Bruxaxá	Sem informação
Engenho Ipueira	Produção da cachaça Ipueira	Sítio Ipueira
Engenho Vaca Brava de Baixo	Produção de aguardente, mel de engenho e pecuária	Sítio Vaca Brava
Engenho/Destilaria Vitória	Produção da Cachaça Vitória. Vitória Agroindustrial LTDA	Fazenda Riachão de Vaca Brava
Destilaria Macaíba	Produção de cachaça.	Fazenda Engenho Macaíba-Alagoa Nova/Areia
Engenho Carro	Produção de rapadura	Próximo ao Distrito Santa Maria.
Engenho Mineiro	Produção artesanal de rapadura, doces, polpa de frutas e queijo.	Sem informação
Engenho Várzea do Coaty	Produção de rapadura areada XAND'S e almoço regional.	Sem informação
Engenho Quati	Produção de rapadura, pesque-pague, área de lazer e restaurantes.	Sem informação
Engenho Vaca Brava do Meio	Pecuária e abastecimento do Engenho Triunfo.	Sem informação
Engenho Vaca Brava de Cima	Sem informação	Localiza-se no Sítio Vaca Brava.
Engenho Tapuio	Produção de rapadura e agropecuária.	Sítio Tapuio
Engenho Pindoba	Sem informação	Sítio Pindoba

Fonte: Pesquisa De Campo (2013).

Além da importância econômica desses engenhos, eles constituem também um patrimônio histórico e cultural. Eles foram edificados nos séculos XVIII e XIX e apresentam uma arquitetura particular, testemunho de um momento da construção do espaço agrário municipal que se foi, mas deixou marcas indeléveis na paisagem e que hoje assumem nova conotação frente à nova realidade econômica com a qual convivem (Figuras 11 e 12).



Figuras 12 e 13: Engenho Várzea do COATY e Engenho Vaca Brava respectivamente. Areia-PB.
Fonte: <http://brejopb.blogspot.com.br/2009/04> e Arquivo: Rejane Ferreira, 2013, respectivamente.

Muitos desses engenhos (Quadro 03) continuam a produzir utilizando as mesmas técnicas e equipamentos tradicionais, na perspectiva de valorização da tradição cultural de produção da cachaça e da aguardente (Figuras 14 e 15).



Figura 14: Engenho Vaca Brava.
Arquivo: Rejane Ferreira.

Figura 15: Engenho Bujarí.
Arquivo: Rejane Ferreira.

Esta opção se inscreve na escolha de criação e manutenção de um nicho de mercado para atrair o turista para as visitas com degustação nos engenhos do município. Outros, porém, vêm adotando técnicas mais aprimoradas de produção, buscando obter um produto mais qualificado e mais competitivo, como é o caso do engenho Triunfo (Figuras 16 e 17).



Figuras 16 e 17: Tecnologias e técnicas modernas utilizadas pelo Engenho Triunfo¹².

São os engenhos de cachaça e rapadura que asseguram a manutenção da produção de cana-de-açúcar no município, garantindo a perpetuação da atividade canavieira que nasceu simultaneamente com o surgimento dos mesmos.

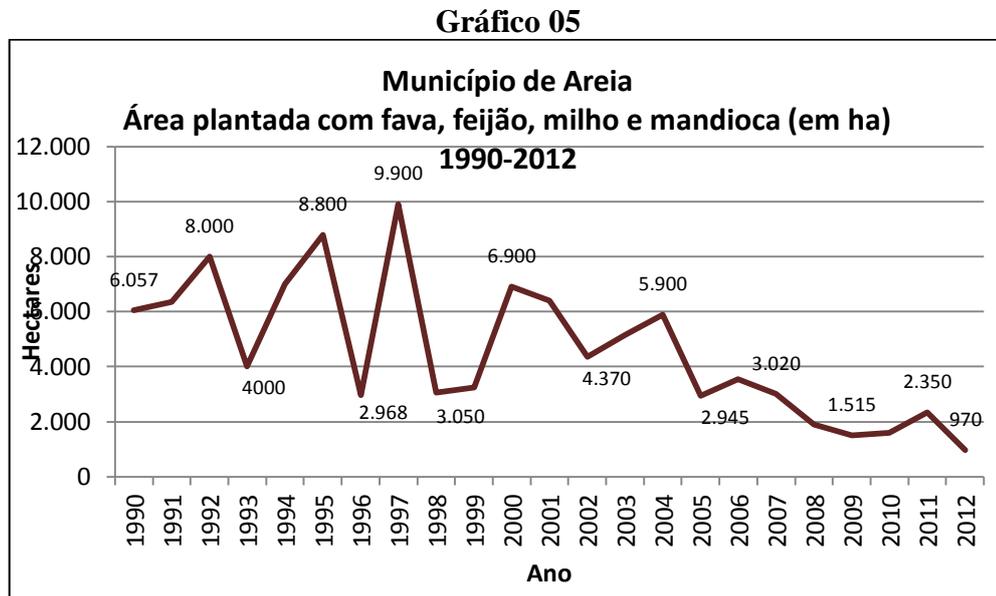
2.3.1.2 A produção de alimentos e a fruticultura

A área plantada com as principais lavouras de alimento produzidas no município (feijão, mandioca, milho e fava), oscilou muito ao longo das décadas estudadas. Isto em virtude dessas lavouras ainda se encontrarem muito dependentes do clima e de fatores de mercado, mas, sobretudo do clima. Como pode ser observado no gráfico 05, as maiores retrações da área plantada com essas lavouras coincide com anos de seca. No ano seguinte, verifica-se a ampliação da área cultivada. É importante ressaltar, porém, que de 2004 a 2012

¹² Fonte das imagens:

https://www.google.com.br/search?q=engenho+triunfo+areia+pb&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ei=ioGIU5iwHMSSqAbHxoH4Bw&sqi=2&ved=0CAcQ_AUoAg&biw=1366&bih=667#facrc=_&imgdii=_&imgrc=muX8GGnb2nPUVM%253A%3B9bOh7s_Oss4oXM%3Bhttp%253A%252F%252Fstatic.panoramio.com%252Fphoto%252F76522772.jpg%3Bhttp%253A%252F%252Fwww.panoramio.com%252Fphoto%252F76522772%3B768%3B576

assiste-se um permanente recuo da área cultivada com os quatro produtos citados. Em 2004, a área plantada foi de 5.900 hectares e em 2012 de apenas 970 hectares (Gráfico 05).



Fonte: IBGE (2013). Produção Agrícola Municipal/ 1990-2012.

Quando se compara a área plantada com a quantidade produzida, confirma-se também a influência dos picos de seca na produção (Gráfico 06).

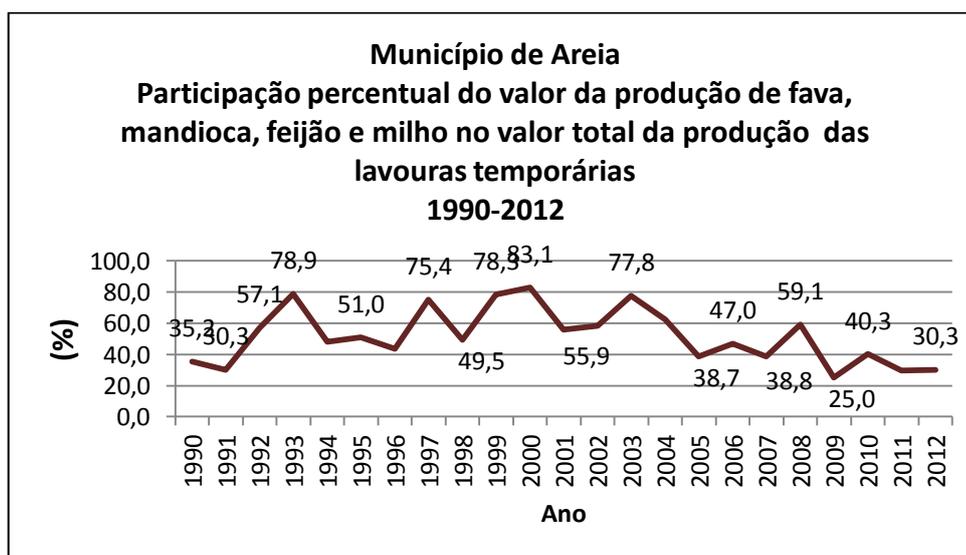


Fonte: IBGE (2013). Produção Agrícola Municipal/1990- 2012.

No caso da produção dos alimentos citados, a retração maior vai se iniciar em 2007 e persiste até 2012 em função, sobretudo, dos repetidos períodos de seca (Gráfico 06).

A participação das lavouras temporárias alimentares no valor da produção total das lavouras temporárias cultivadas em Areia, apesar do fraco desempenho observado, sobretudo nos últimos anos da série analisada, foi muito significativa entre 1992 e 2003, variando entre 51% e 83% (Gráfico 07). É justamente a partir de 2005 que essa participação declina, mas mesmo assim ainda apresenta 3 anos com participação entre 40% e 59%. O que vale dizer que a produção de alimentos básicos no município tem muita importância na composição do produto municipal.

Gráfico 07



Fonte: IBGE (2013). Produção Agrícola Municipal/1990- 2012.

A análise dos dados segundo cada produto individualmente, mostra um comportamento declinante de todos eles da segunda metade dos anos 2000 até 2012. Tal comportamento é mais significativo na produção da fava, seguida do milho, da mandioca e do feijão. O feijão sofreu uma retração mais significativa apenas no ano de 2012, já decorrente da grande seca iniciada neste ano e que se estende até 2014.

Das lavouras temporárias merece ainda menção a batata-doce com uma área plantada de 766 hectares em 2012. O algodão herbáceo praticamente desapareceu da pauta da produção de lavouras temporárias do município. O arroz era cultivado em apenas 14 hectares e o tomate em 6 hectares em 2012.

A pauta das lavouras permanentes é bastante restrita, uma vez que não há mais produção do algodão arbóreo nem do sisal, restando algumas frutas tais como a banana, principal produto em área colhida e valor da produção, seguido da castanha de caju. Os demais produtos (coco-da-baía, goiaba, laranja, limão, mamão, maracujá e urucum, ocupam áreas muito reduzidas, variando de 4 a apenas 20 hectares plantados.

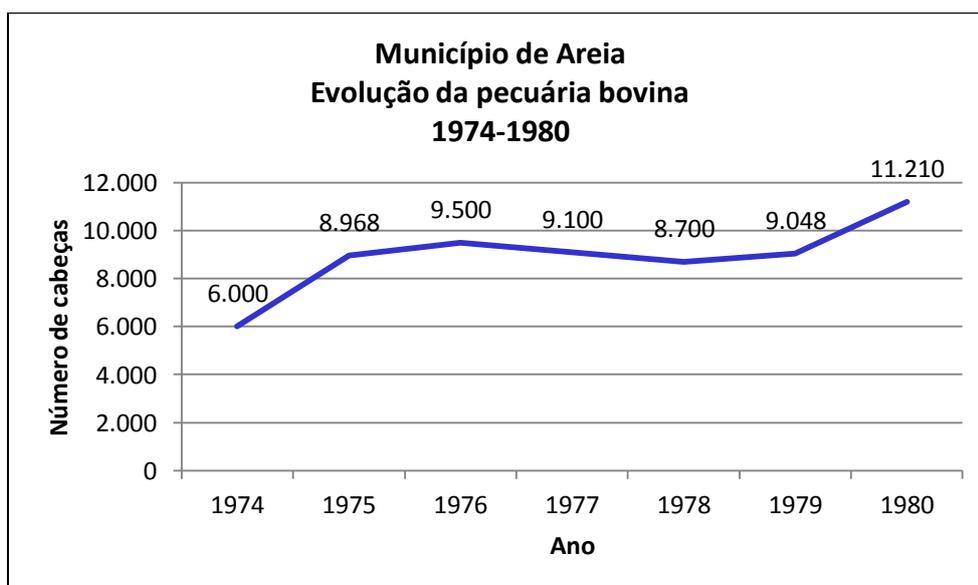
Em síntese podemos concluir que de todas as culturas que se destacaram nos ciclos econômicos do Brejo e que se fizeram presentes no município de Areia, a única que ainda persiste é a cana de açúcar, voltada para a produção de aguardente e rapadura, em 28 engenhos que se encontram dispersos na zona rural do município.

Destaca-se também a produção de alimentos básicos e a banana, cultivados predominantemente pelos pequenos agricultores. O cultivo da banana destina-se à comercialização e a mandioca volta-se para a produção da farinha, destinada tanto ao consumo das famílias camponesas quanto à comercialização. Já o feijão, o milho e a batata-doce são voltados principalmente para o consumo das famílias e apenas o excedente, quando há, é comercializado.

2.3.1.3 A atividade pecuária

Em Areia predomina historicamente a pecuária bovina. Esta atividade adquiriu uma expressão mais forte na economia municipal a partir dos anos de 1970, no bojo do processo de modernização da agropecuária brasileira, através do apoio fiscal e creditício que os produtores receberam da SUDENE. De fato, analisando os dados relativos ao comportamento do rebanho, observa-se que o número de cabeças de gado bovino cresceu entre 1974 e 1980 o equivalente a 86,8% isto é, passou de 6.000 cabeças para 11.210 cabeças (Gráfico 08).

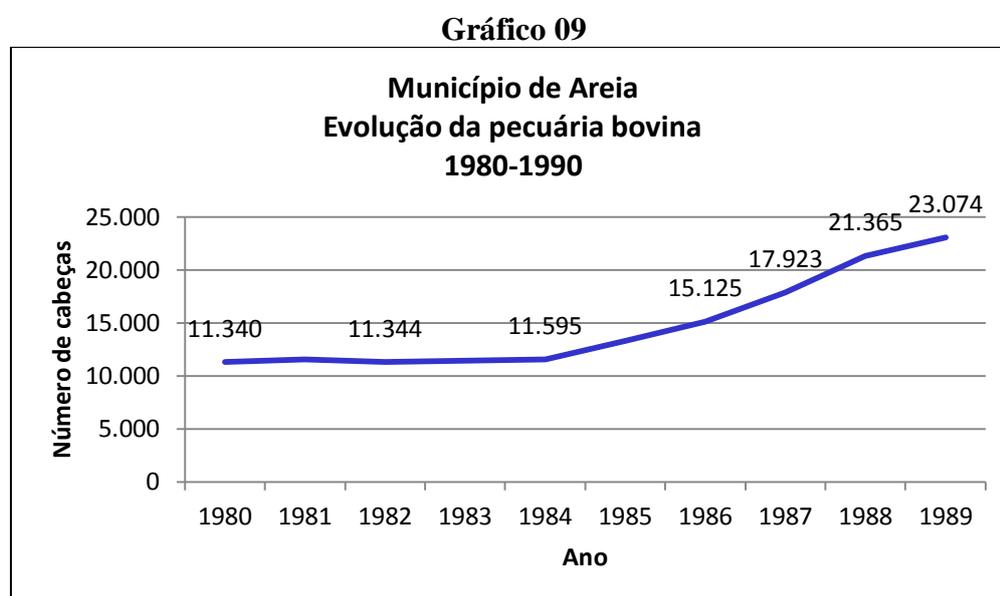
Gráfico 08



Fonte: IBGE (2013). Produção Pecuária Municipal/1974-1980.

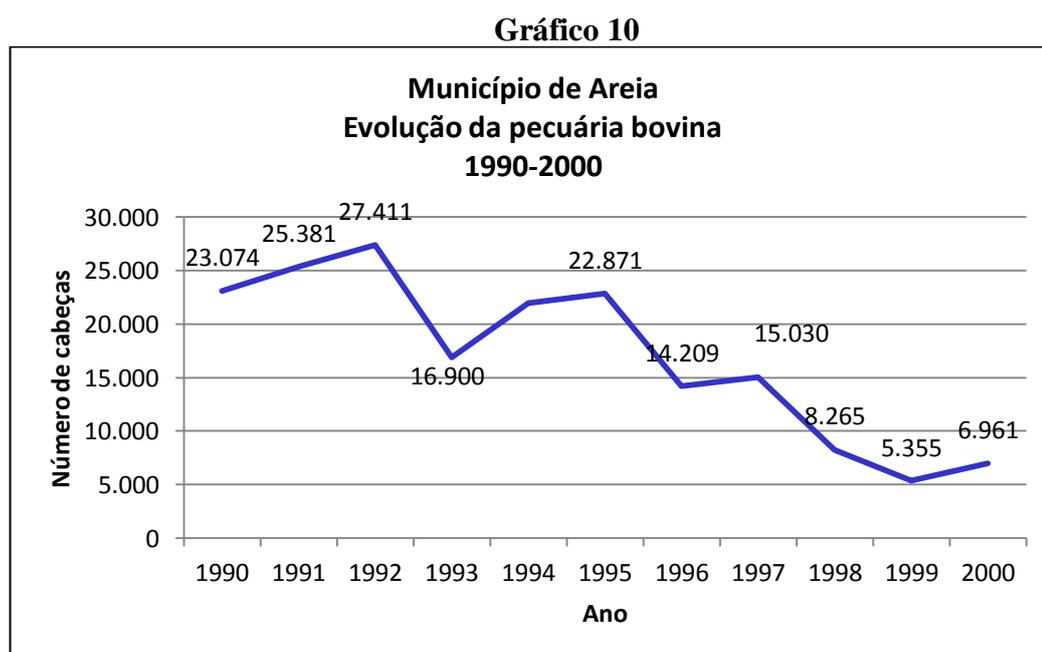
Este crescimento do rebanho bovino não só persiste na década seguinte, como apresenta-se

ainda maior, 105,8% no período, isto é, saiu de 11.210 cabeças em 1980 para 23.074 cabeças em 1990 (Gráfico 09). Por conseguinte, neste período, a atividade pecuária bovina assumiu importante papel na organização do espaço agrário areiense.



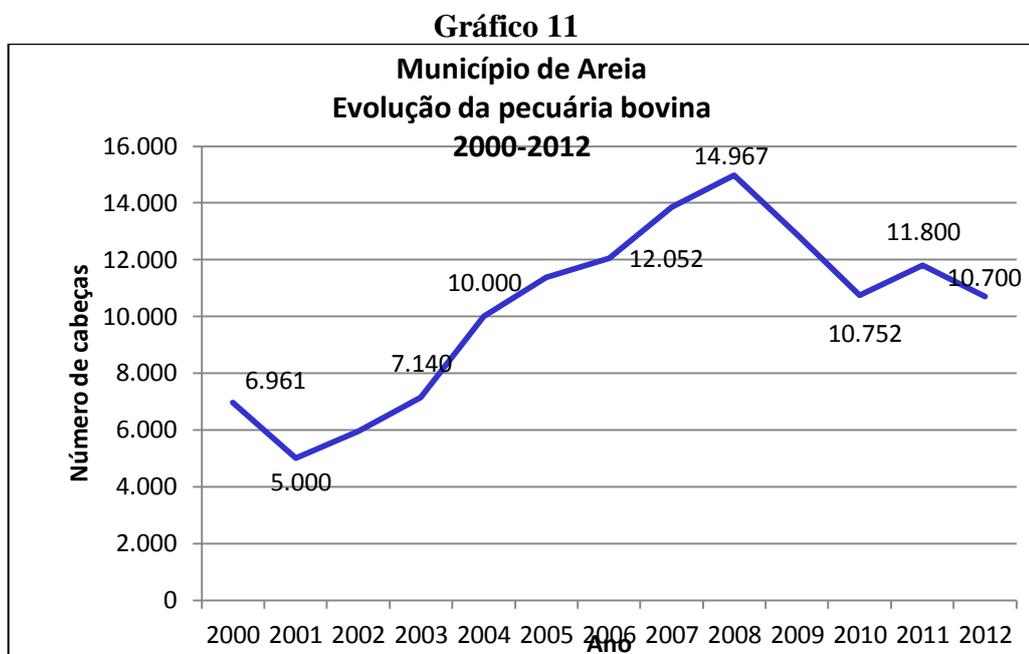
Fonte: IBGE (2013). Produção Pecuária Municipal/1980-1990.

Entre 1990 e 2000, porém, a retração dos subsídios e as secas que ocorreram no período foram responsáveis por uma fortíssima retração dessa atividade, representada pela redução do rebanho da ordem de 69,8% (Gráfico 10).



Fonte: IBGE (2013). Produção Pecuária Municipal/1990-2000.

A partir de 2002, a pecuária bovina do município de Areia volta a se expandir, alcançando 14.967 cabeças em 2008. A redução do rebanho a partir de 2009 está relacionada à grande seca de 2008 que afetou o rebanho municipal, tendo este fixado seu número em torno de 10.000/11.000 cabeças entre 2010 e 2012 (Gráfico 11).



Fonte: IBGE(2013). Produção Pecuária Municipal, 2000-2012.

Além do rebanho bovino, são encontrados ainda no município, os rebanhos: suíno, caprino, ovino, muar, equino, asinino e a produção de frangos. Destes, destaca-se em 2012, pela ordem de importância, os suínos, com 1.514 cabeças; os ovinos com 1.093 cabeças; os caprinos com 427 cabeças; os equinos com 380 cabeças e os asininos com 61 cabeças. A produção de aves (galos, frangas, frangos, pintos e galinhas), como na grande maioria dos municípios, tem crescido muito alcançando em 2012 um total de 80.959 cabeças (IBGE, 2012).

2.4. A Estrutura Fundiária

Conforme pode ser visto na tabela 1, em 1995 apenas quatro estabelecimentos agrícolas detinham quase 20% da área agrícola do município de Areia. Enquanto isso, os estabelecimentos menores de 50 hectares que correspondiam a mais de 90% do total dos estabelecimentos existentes, ocupavam apenas 23% da área agrícola. Constata-se, por conseguinte, uma forte concentração da terra no município. Agregando-se os estabelecimentos entre 200 e menos de 500 hectares aos grandes, essa concentração se acentua uma vez que apenas 2,1% dos estabelecimentos com área igual ou superior a 200

hectares se apropriavam de 49,5% da área agrícola municipal em 1995. Todavia, a análise da Tabela 02 permite constatar algumas alterações interessantes na estrutura fundiária do município entre 1995 e 2006, tais como:

a) observa-se um crescimento dos estabelecimentos menores de 10 hectares, tanto em número (passaram de 1220 em 1995 para 1727, o que representa um aumento de 507 estabelecimentos, equivalente a uma taxa média de crescimento da ordem de 41,6%) quanto em área (ocupavam 3.179,4 hectares em 1995 e passaram a ocupar 4.149,0 hectares em 2006), representando um aumento de 969,6 hectares, o que equivale a uma taxa média de crescimento no período na ordem de 30,5% (Tabela 02);

Tabela 02 - Município de Areia -Estrutura Fundiária 1995-2006

Grupos de área (ha)	1995				2006			
	Nº Est.	(%)	Área (ha)	(%)	Nº Est.	(%)	Área (ha)	(%)
Menos de 1 a menos de 10	1220	84,0	3179,4	12,3	1727	84,1	4149	18,9
10 a menos de 20	79	5,4	1044,0	4,0	152	7,4	1.905	8,7
20 a menos de 50	57	3,9	1739,5	6,7	68	3,3	2.024	9,2
50 a menos de 100	32	2,2	2248,8	8,7	31	1,5	2.092	9,5
100 a menos de 200	34	2,3	4845,0	18,7	42	2,0	5.701	26,0
200 a menos de 500	27	1,9	7717,3	29,8	19	0,9	5.525	25,2
500 a menos de 1.000	3	0,2	1900,0	7,3	1	0,1	570	2,6
1.000 a menos de 2.000	-	-	-	-				
2.000 a menos de 5.000	1	0,1	3200,0	12,4				
5.000 a menos de 10.000	-	-	-	-				
10.000 a menos de 100.000	-	-	-	-				
100.000 e mais	-	-	-	-				
Sem declaração	-	-	-	-				
Produtor sem área					14	0,7		
Total	1.453	100	25.874	100,00	2.054	100,0	21.966	100,0

Fonte: IBGE(2013). Censos Agropecuários, 1994-95 e 2006.

b) merece destaque, no grupo dos pequenos estabelecimentos (de menos de 1 a menos de 50 hectares), aqueles com área entre 10 e menos de 20 hectares que apresentaram um

crescimento do número da ordem de 92,4% (passaram de 79 para 152) e da área por eles ocupada de 82,5% (passou de 1.044,0 para 1.905,0 hectares) no período de 1995-2006.(Tabela 02);

c) os estabelecimentos com menos de 50 hectares no seu conjunto também apresentaram um importante crescimento uma vez que também ocorreu um aumento do número de estabelecimentos da ordem de 42,5% e da área por eles apropriada (de 23,8%) (Tabela 02);

d) nota-se uma retração tanto em relação ao número quanto a área dos maiores estabelecimentos (entre 200 e mais de 2000 hectares). Em 1995 eram 31 os estabelecimentos com 200 hectares e mais, e em 2006 eles não passam de 20, o que equivale a uma taxa média de crescimento negativa no período da ordem de 35,5% (Tabela 02). A área ocupada por estes estabelecimentos que era de 5.525,0 hectares caiu para apenas 570,0 (reduziu 4.955,0 hectares) o que equivale a uma taxa média de crescimento negativo no período da ordem de 89,7% (Tabela 02).

Buscando-se entender as causas dessa diminuição do padrão da concentração fundiária no município de Areia no período em foco, algumas hipóteses foram levantadas. A primeira é que o aumento do número dos pequenos estabelecimentos poderia ter se dado em parte, pela sua fragmentação por motivo de herança. Contudo, como a área por eles ocupada também cresce, essa possibilidade deve ter influenciado pouco no aumento verificado no número desses estabelecimentos. Outra hipótese é a de que a desapropriação de imóveis rurais para efeito de reforma agrária teria contribuído para reduzir a concentração de terras no município. Para confirmar ou não tal hipótese, parte-se do fato de que nos assentamentos vinculados ao INCRA foram assentadas 195 famílias, o que corresponderia em princípio à criação de 195 estabelecimentos rurais de tamanho inferior a 10 hectares (1 estabelecimento por família assentada). Quando analisamos os dados da Tabela 02, porém, verificamos que o aumento do número de estabelecimentos nessa faixa de tamanho foi bem superior, equivalente a 507. Na faixa de 10 a menos de 20 hectares aumentaram mais 73 estabelecimentos, o que totaliza 580 microestabelecimentos. Mesmo que se acrescente os 11 assentamentos do INTERPA àqueles do INCRA, ainda se estaria longe de atingir a diferença do número de pequenos estabelecimentos verificada entre 1995 e 2006 em Areia. Por outro lado, é interessante notar que a área ocupada pelos assentamentos do INCRA no município, de 1.988,0 hectares aproxima-se bastante da que foi incorporada aos estabelecimentos menores de 20 hectares (1.830,6 hectares), o que poderia induzir à crença de que a reforma agrária teria impactado na estrutura fundiária do município. O censo de 2006 mais uma vez impossibilita esse

entendimento, uma vez que identificou praticamente o mesmo número de estabelecimentos de assentados no município (194). Assim, pode-se afirmar que a reforma agrária, embora, com certeza, tenha contribuído para a diminuição da concentração da propriedade da terra no município, não foi o único fator responsável pela mesma. Só um estudo mais aprofundado poderá explicar melhor as demais causas da mudança observada na estrutura fundiária de Areia entre 1995 e 2006.

É importante ainda chamar a atenção para outro fato que se tornou comum a partir dos anos de 1990 na Paraíba: a repartição e doação da terra dos latifúndios como herança em vida para impedir a desapropriação. Essa talvez seja, em parte, a explicação para o aumento do número e da área dos estabelecimentos de 100 a menos de 200 hectares e da redução dos maiores estabelecimentos (Tabela 02).

Enfim, todas essas questões não são mais que especulações, até por que o INCRA trabalha com a unidade de propriedade e o IBGE com a unidade de produção que possuem conceitos diferentes. Assim sendo, tudo que podemos afirmar com precisão é que houve uma redução da concentração da propriedade da terra em Areia entre 1995 e 2006, e que este período coincide com o da criação de 16 assentamentos no município, fato este que, com certeza, impactou na estrutura fundiária municipal.

2.5 As relações de trabalho no campo

De acordo com os censos de 1995 e 2006, os proprietários de terra predominam entre os produtores rurais do município de Areia (Tabela 03). Em seguida vêm os ocupantes, os assentados sem titulação, os arrendatários e os parceiros (Tabela 03).

Tabela 03 -Município de Areia - Condição do produtor 2006

Condição do produtor	Nº	%
Proprietário	4.572	67,2
Ocupante	1.796	26,4
Assentado sem titulação definitiva	194	2,9
Parceiro	164	2,4
Arrendatário	39	0,6
Produtor sem área	35	0,5
Total	6.800	100,0

Fonte: IBGE (2013). Censo Agropecuário, 2006.

Comparando-se os dados referentes aos períodos censitários de 1995 e 2006, alguns aspectos se destacaram conforme pode ser observado na Tabela 03:

Tabela 04 -Município de Areia - Condição do produtor 1995-2006

Condição do Produtor	1995	%	2006	%	Taxa de Cresc. (%) 1995-2006
Proprietário	4.008	73,7	4.572	67,2	14,1
Ocupante	1.127	20,7	1.796	26,4	59,4
Parceiro	201	3,7	164	2,4	-18,4
Arrendatário	104	1,9	39	0,6	-62,5
Produtor sem área	-		35	0,5	
Assentado sem titulação definitiva		0,0	194	2,9	
Total	5.440	100,0	6.800	100,0	25,0

Fonte: IBGE(2013). Censo Agropecuário, 2006.

a) um aumento de 25% no total de produtores rurais existentes no município (Tabela 04) no período de 1995 a 2006;

b) um crescimento significativo do número de ocupantes (59,5%) (Tabela 04). Considerando a afirmativa do IBGE, de que “a categoria *Ocupante* em 1995-1996 pode ser confrontada com os dados de 2006, dos totais entre as categorias *Assentado sem Titulação e Ocupante*” (IBGE, 2006b), tem-se que este aumento foi ainda maior: de 76,6%”. O que vale dizer que o número de pessoas ocupando terras sem possuir a titulação legal é significativo no município.

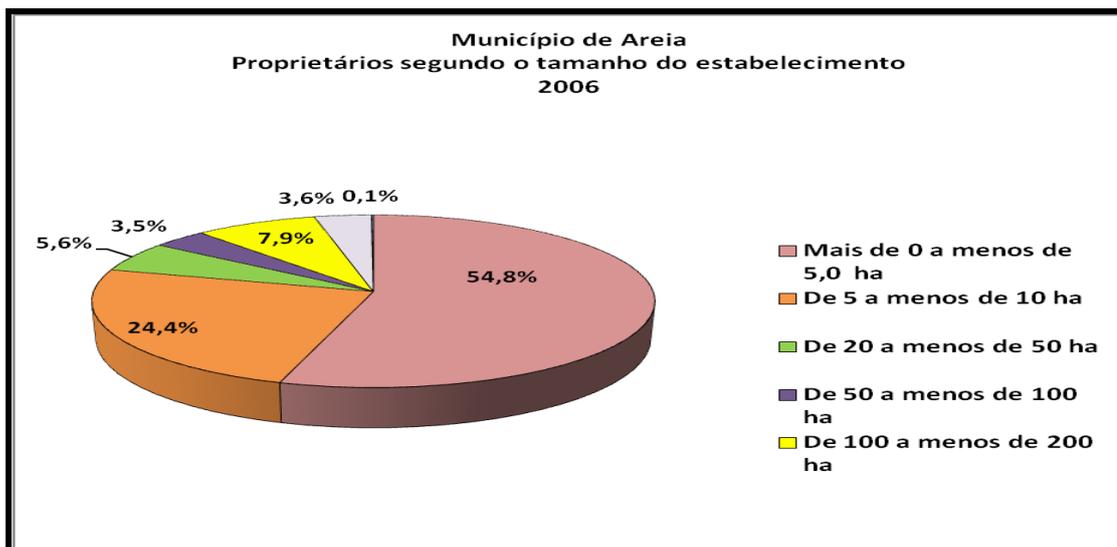
c) uma retração significativa das relações mais precárias de trabalho como a parceria (-18,4%) e o arrendamento (-62,5%) (Tabela 04), que pode estar relacionada a participação dessas categorias na luta por terra e na sua transformação em ocupantes;

d) um crescimento do número de proprietários da ordem de 14,1% (Tabela 04).

Ao relacionar cada categoria de produtor às classes de área em hectare constata-se que em 2006:

a) 84,8% do total dos proprietários estão incluídos entre os que detinham estabelecimentos menores de 50,0 hectares e que destes, 79,2% possuíam estabelecimentos menores de 10 hectares (Gráfico 12);

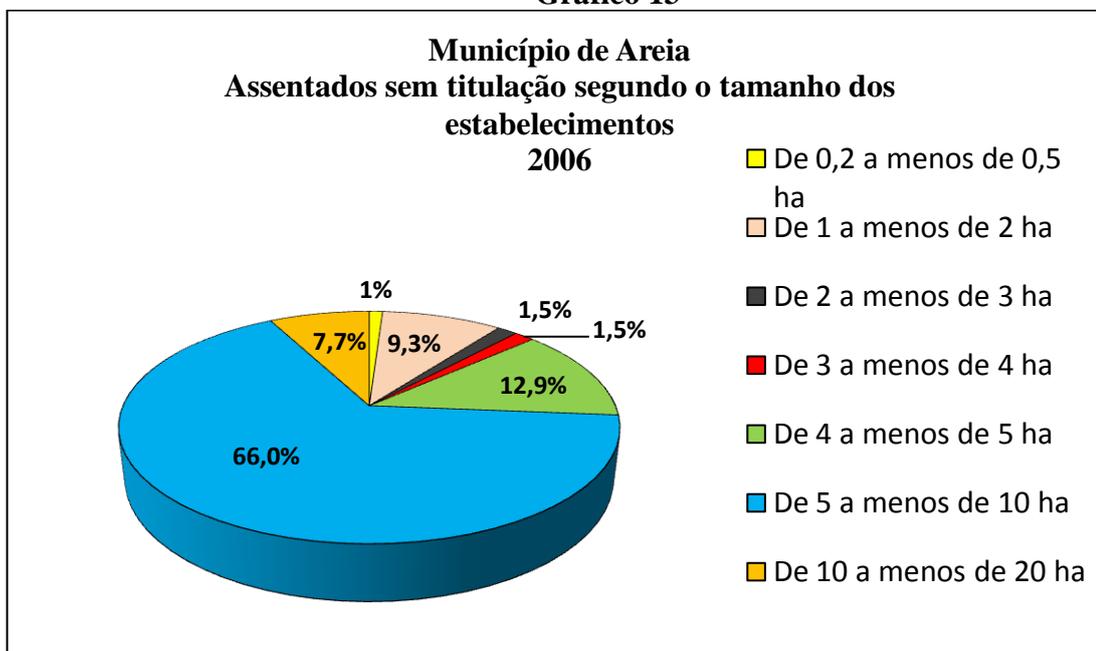
Gráfico 12



Fonte: IBGE (2013). Censo Agropecuário 2006.

b) 66% dos assentados sem titulação, ocupavam estabelecimentos de 5,0 a menos de 10,0 hectares (Gráfico 13) e 26,3% dos estabelecimentos era inferior a 5 hectares. Chama-se a atenção para o tamanho dos estabelecimentos, neste caso, uma vez que, por serem muito pequenos podem inviabilizar a reprodução das famílias camponesas assentadas.

Gráfico 13

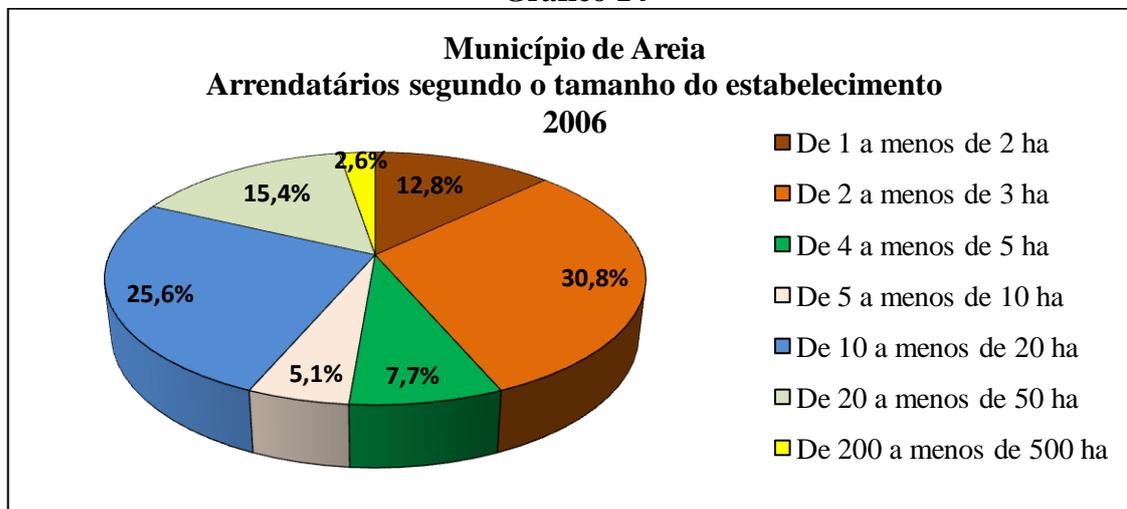


Fonte: IBGE(2013). Censo Agropecuário 2006.

c) no caso dos arrendatários, à exceção de um, cujo estabelecimento arrendado inseria-se entre 200 a menos de 500 hectares, todos os demais estabelecimentos eram menores de 50

hectares (Gráfico 14). No caso dessa categoria de produtores sem terra é ainda muito maior o número dos microestabelecimentos por eles explorados (Gráfico 14);

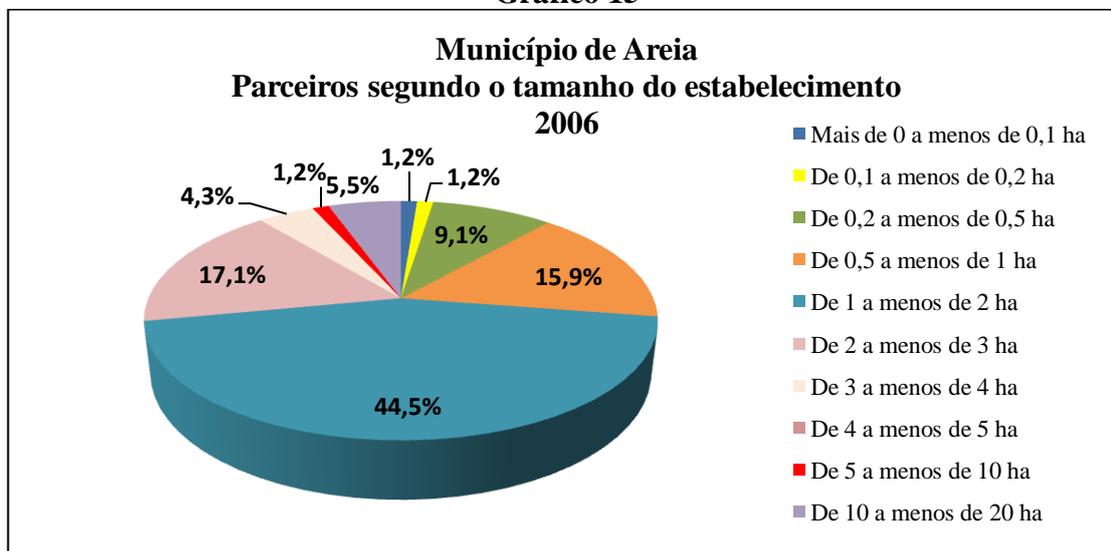
Gráfico 14



Fonte: IBGE(2013). Censo Agropecuário 2006.

d) todos os 164 estabelecimentos dos parceiros eram menores de 20 hectares, sendo que destes, 93,3% eram menores de 5 hectares (Gráfico 15);

Gráfico 15



Fonte: IBGE (2013). Censo Agropecuário 2006

e) no caso dos ocupantes, 91,7% dos seus estabelecimentos eram menores de 50 hectares. Os 149 estabelecimentos restantes se inserem nas faixas de 100 a menos de 200 hectares (143) e de 200 a menos de 500 hectares (6). Nestes casos, segundo o IBGE, podem estar incluídos estabelecimentos de herdeiros onde o inventário ainda não fora realizado e que o censo contou como estabelecimento de ocupante (IBGE, 2007).

Analisando os dados sobre o trabalho assalariado no campo, constata-se que enquanto o trabalho familiar cresce entre 1995 e 2006, os empregados assalariados temporários, permanentes ou parceiros recuam fortemente, passando de 5.440 para apenas 1.609. Esse recuo pode ser atribuído ao desemprego gerado pela crise da atividade sucroalcooleira e ao crescimento das unidades de produção familiares de ocupantes e de assentados.

Em suma, o que se pode abstrair do exposto é que no espaço agrário de Areia, desde os primórdios de sua formação, predominou a grande propriedade monocultora pertencente as oligarquias rurais do município. A pequena produção alimentar sempre esteve à margem ou nos interstícios dessas monoculturas de forma puramente complementar. A mão-de-obra, inicialmente composta por negros e moradores, foi substituída por moradores, parceiros e arrendatários que, por sua vez, foram substituídos em grande parte por assalariados desde a época do sisal, mas, sobretudo, na fase áurea do Proalcool e do processo de pecuarização que teve lugar entre os anos de 1970 e 1985. Muitos trabalhadores residentes no campo foram expulsos com suas famílias para a periferia da cidade e voltaram ao campo na condição de assalariados. O apogeu e a crise do Proalcool e da atividade pecuária, a falência da Usina Santa Maria e a forte concentração da estrutura fundiária municipal, foram responsáveis pela intensificação do desemprego, do êxodo rural e da concentração fundiária. A esse processo, parcela dos trabalhadores reagiram dando origem a acordos com a Usina Santa Maria que redundou na criação de assentamentos e na luta de ocupação de trabalhadores sem terra.

Na contemporaneidade, o que se observa no espaço agrário municipal é, de um lado, um fraco desempenho da produção agrícola monocultora, que gira basicamente em torno da cana-de-açúcar produzida em pequena escala para abastecer engenhos de aguardente e rapadura; de outro, a presença da policultura alimentar praticada nos pequenos estabelecimentos que têm a bananicultura como o produto comercial mais importante; e a presença de 16 Projetos de Assentamento, onde o campesinato luta por uma reprodução digna.

Para além dessas constatações, o campo permitiu observar novas alterações na paisagem rural do município através da implantação de condomínios fechados em áreas de antigas propriedades, de hotéis e de atividades de turismo rural.

A partir desta contextualização do processo de formação territorial, da evolução e organização atual do espaço agrário do município de Areia-PB, onde se situam os Projetos de Assentamento conquistados pelos trabalhadores com o apoio de entidades, poder público e instituições diversas, pergunta-se: como estão estes assentamentos hoje? Como se caracterizam do ponto de vista social e econômico? Estas questões estão respondidas nos capítulos 3 e 4 que seguem.

CAPÍTULO 3 – ASPECTOS SOCIAIS DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO MUNICÍPIO DE AREIA-PB

Este capítulo tem como objetivo, analisar os aspectos sociais dos cinco assentamentos rurais de reforma agrária do município de Areia-PB sob a responsabilidade do INCRA. Os indicadores analisados foram: composição por sexo e idade; naturalidade e estado civil; nível de escolaridade e acesso à saúde; prática religiosa e condições de lazer; segurança física; condições de moradia; acesso aos meios de transporte e; participação dos assentados nas associações dos assentamentos.

3.1. Composição por sexo e idade das famílias assentadas

Com base nas informações obtidas no trabalho de campo, verificou-se nas 60 famílias pesquisadas, um total de 284 pessoas residentes nos domicílios, das quais, aproximadamente 30,6% residiam no PA União, 22,5% residiam no PA Socorro, 19,7% no PA Esperança, 14,1% no PA Celso Furtado, e aproximadamente 13% no PA Emanuel Joaquim. De maneira geral, embora as famílias do PA União apresentem o maior número de residentes, e as famílias do PA Emanuel Joaquim apresentem o menor número de residentes, observou-se na amostra total, uma composição média de aproximadamente cinco pessoas por família assentada.

Quanto à composição das famílias assentadas por sexo, verifica-se que os homens são um pouco mais numerosos que as mulheres nos assentamentos União (52,9%), Socorro (54,7%) e Emanuel Joaquim (64,9%) (Tabela 05).

Tabela 05 - Composição das famílias assentadas por sexo

Assentamentos	Homem	%	Mulher	%	Total	%
PA União	46	52,9%	41	47,1%	87	100%
PA Socorro	35	54,7%	29	45,3%	64	100%
PA Esperança	25	44,6%	31	55,4%	56	100%
PA Celso Furtado	16	40%	24	60%	40	100%
PA Emanuel Joaquim	24	64,9%	13	35,1%	37	100%
Total	146	51,4%	138	48,6%	284	100%

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Já nos assentamentos Esperança e Celso Furtado, há um número maior de mulheres representando, respectivamente, 55,4% e 60% da população amostral (Tabela 05). Nas 60

famílias que compõem a amostra, os homens predominam, representando aproximadamente 51,4%, do total de residentes nos domicílios (Tabela 05).

No que se refere à composição da população amostral segundo a idade, o que chama a atenção é a preponderância de crianças e jovens até 30 anos em todos os PAs, sendo maior essa jovialidade da população nos PAs União e Celso Furtado, onde as crianças e jovens representam respectivamente, 63,2% e 59,1% do total da população amostral (Tabela 06). Outro aspecto que se destaca é o pequeno número de idosos. De fato, como pode ser visto na tabela 06, apenas 21 pessoas estão dentro da faixa etária >60anos, o que equivale a 7,4% do total da população amostral. É muito significativa também a presença de uma população na faixa etária de 31 a 60 anos. O percentual da população nesta faixa etária, no total da população amostral de cada assentamento, varia de 30% a 42,0%, exceção feita ao PA Emanuel Joaquim que conta com 24,3% da sua população nessa faixa de idade (Tabela 06).

Tabela 06 - Famílias assentadas por faixa etária

Assentamentos	Faixa etária									
	0-15 Anos	%	16-30 Anos	%	31-60 Anos	%	>60 Anos	%	Total	%
PA União	28	32,2%	27	31,0	27	31,0	05	5,8%	87	100%
PA Socorro	10	15,6%	23	35,9	27	42,2	04	6,3%	64	100%
PA Esperança	18	32,1%	15	26,8	20	35,7	03	5,4%	56	100%
PA Celso Furtado	09	22,5%	15	37,5	12	30,0	04	10,0%	40	100%
PA Emanuel Joaquim	10	27,0%	13	35,2	09	24,3	05	13,5%	37	100%
Total	75	26,4%	93	32,7	95	33,5	21	7,4%	284	100%

Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

Percebe-se, portanto, que em relação à faixa etária, os cinco assentamentos possuem um perfil populacional muito parecido. A maioria da população amostral concentra-se nas faixas dos 16 aos 30 anos, e dos 31 aos 60 anos de idade, representando respectivamente 32,7% e 33,5% do total de residentes nos domicílios pesquisados. Na faixa de 0 aos 15 anos de idade, concentram-se 26,4% dos residentes, ao passo que na faixa superior a 60 anos de idade, concentra-se um reduzido número, representando apenas 7,4% do total de residentes nos domicílios visitados.

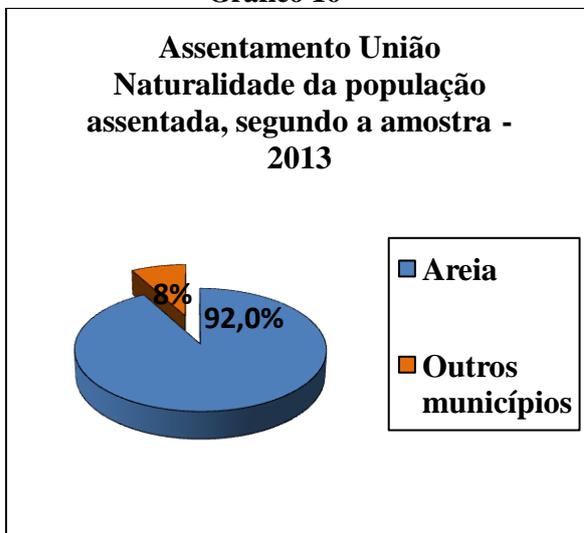
A jovialidade da população assentada pode ser considerada como um ponto positivo para os assentamentos, uma vez que estes jovens poderão ser agentes propulsores de várias transformações na localidade onde residem, dado, entre outros, o anseio por melhores

condições de vida.

3.2. Naturalidade e estado civil das famílias assentadas

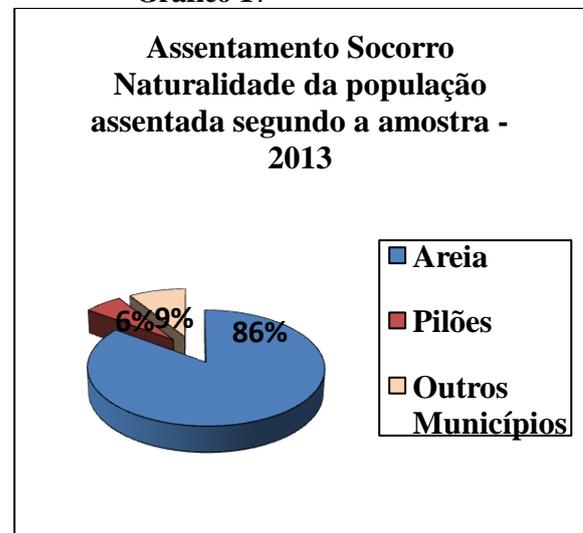
A pesquisa de campo evidenciou, que nos PAs resultantes da desapropriação da Usina Santa Maria as famílias assentadas são, na sua grande maioria, oriundas do município de Areia. Trata-se dos antigos moradores da Usina cujas famílias ali viviam a longa data. Este dado é importante porque comprova que a luta dos moradores da Usina permitiu a fixação daquela população no município e sua recriação como camponeses assentados (Gráficos 16, 17 e 18). Observou-se ainda que parcela significativa dos não naturais de Areia é oriunda do município vizinho de Pilões. Estes também eram trabalhadores da Usina Santa Maria.

Gráfico 16



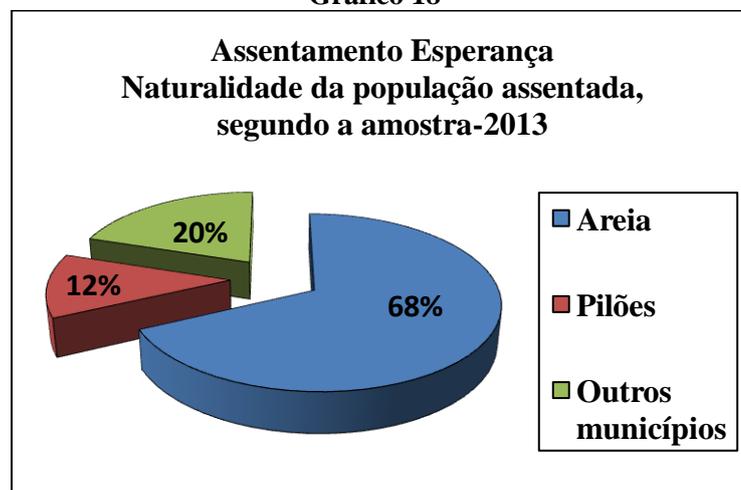
Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

Gráfico 17



Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

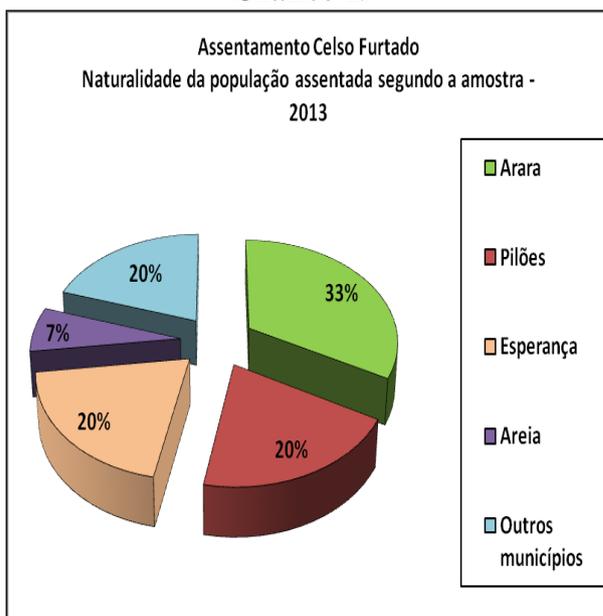
Gráfico 18



Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

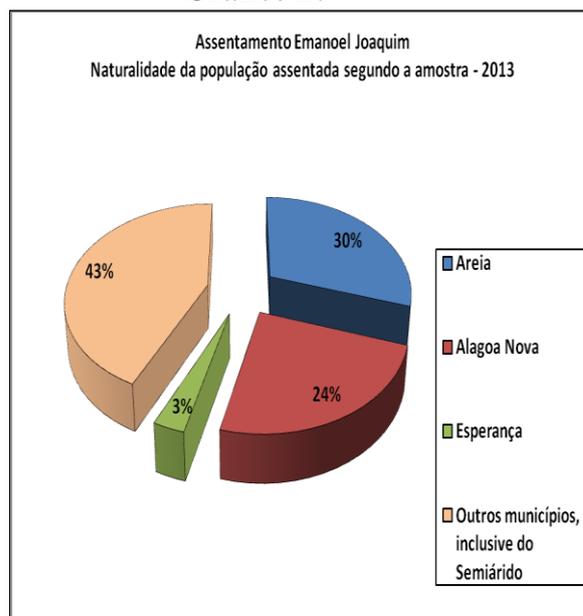
Uma outra realidade foi encontrada nos dois outros Assentamentos que tiveram origem a partir de ações de ocupação de propriedades improdutivas por integrantes do MST. É o caso dos assentamentos Celso Furtado e Emanuel Joaquim, onde se verifica uma participação significativa de famílias nascidas em outros municípios (gráfico 19 e 20). O número mais reduzido de areienses nesses assentamentos pode ser justificado pelo fato de terem sido estes, resultado de um processo de acampamento, o qual era divulgado nas associações e sindicatos de outros municípios. Assim, foi atraída uma quantidade significativa de pessoas tanto das periferias urbanas, quanto da zona rural de outros municípios, que, por não possuírem terra, ou possuírem quantidades de terra insuficientes para a realização de um trabalho digno, sobreviviam através da venda da sua força de trabalho, subordinando-se aos às mais diversas formas de exploração do trabalho.

Gráfico 19



Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

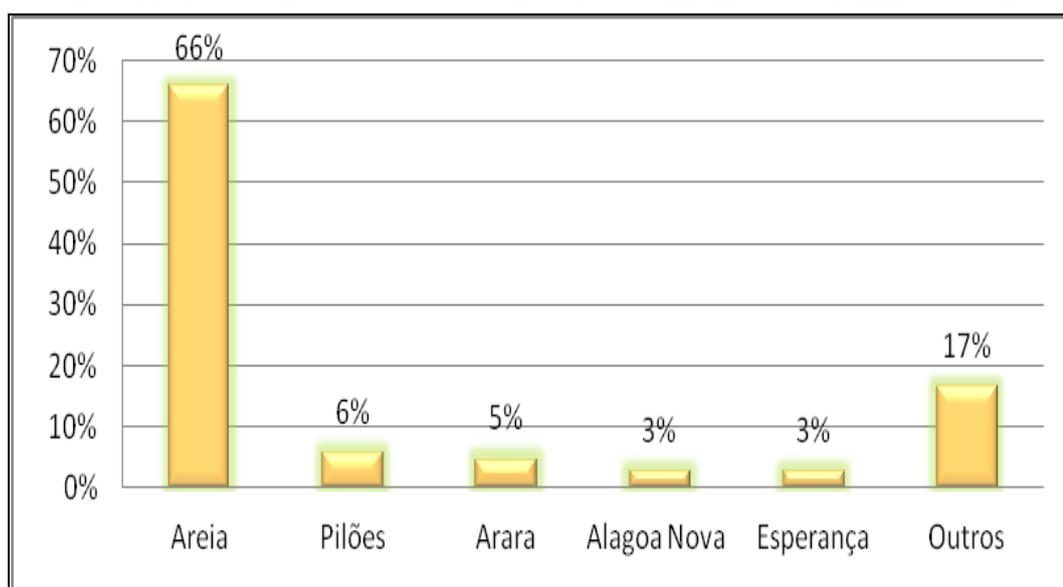
Gráfico 20



Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

Assim, conforme pode ser observado no gráfico 21, do total de 284 residentes nos domicílios dos assentamentos pesquisados, 66% são naturais do município de Areia, 6% são naturais do município de Pilões, 5% são naturais do município de Arara, 3% são naturais do município de Alagoa Nova, 3% são naturais do município de Esperança, e 17% são naturais de outros municípios. Donde se conclui que os assentados de Areia são majoritariamente do próprio município e dos municípios do Brejo e do Agreste de Esperança.

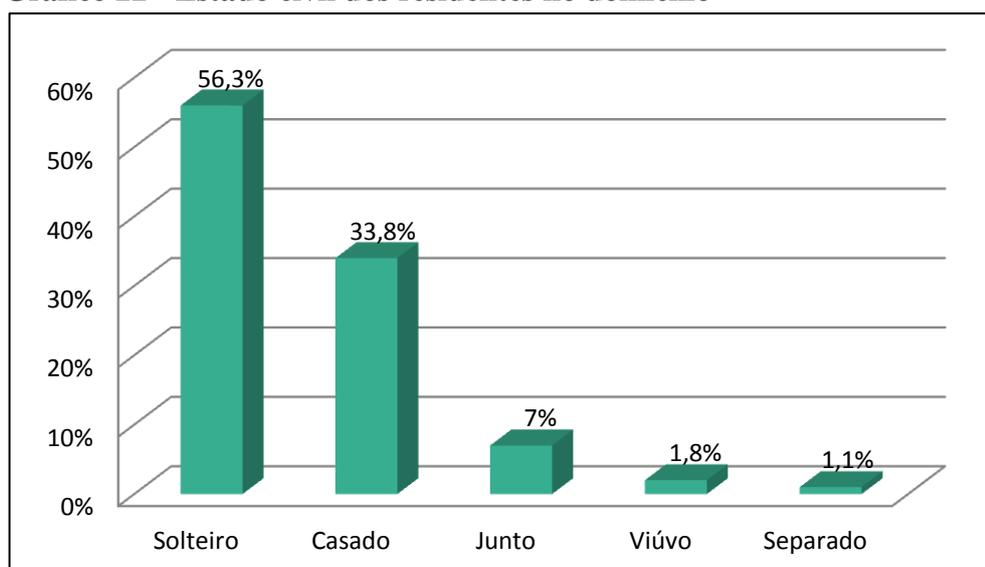
Observou-se ainda que as famílias entrevistadas, não naturais do município de Areia, costumam frequentar os municípios de origem com certa frequência, principalmente dadas às relações familiares existentes.

Gráfico 21- Naturalidade dos residentes nos domicílios das famílias assentadas

Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

Foi possível também identificar na pesquisa de campo, que apenas 6% do total de residentes, que compõem a amostra, nasceram, e por tempo considerado significativo, moraram na área urbana dos seus municípios. No entanto, a grande maioria, representada por 94% do total de residentes nos domicílios, sempre morou na área rural, independente da sua naturalidade.

No que diz respeito ao estado civil, verificou-se que dos 87 residentes nos domicílios do PA União, 60,9% são solteiros, 32,2% são casados, 4,6% declararam-se juntos; e 2,3% são separados de seus cônjuges. No PA Socorro, verificou-se que dos 64 residentes nos domicílios, 51,6% são solteiros, 40,6% são casados, 6,2% são juntos, e 1,6% declararam-se viúvos. Do total de 56 residentes nos domicílios do PA Esperança, 55,4% são solteiros, 32,1% são casados, 10,7% declararam-se juntos, e 1,8% são separados de seus cônjuges. No PA Celso Furtado, do total de 40 residentes nos domicílios, 60% são solteiros, 32,5% são casados, e 7,5% declararam-se viúvos. Por fim, verificou-se que dos 37 residentes no PA Emanuel Joaquim, 51,4% são solteiros, 29,7% são casados, 16,2% declararam-se juntos, e apenas 2,7% declararam-se separados de seus cônjuges. Assim, considerando a amostra total desta pesquisa, a população assentada é na sua maioria solteira (56,3%). Os casados representam 33,8% do total. Um pequeno número embora não seja oficialmente casado mora junto (7%), há um pequeno número de viúvos (1,8%), e apenas 1,1% que declararam ser separados de seus cônjuges, conforme pode ser observado no gráfico 17.

Gráfico 22 - Estado civil dos residentes no domicílio

Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

Verificou-se ainda, que as famílias estão organizadas com base em um conjunto de valores que as remetem a uma ordem moral. Conforme o Gráfico 22, é muito baixo o número de residentes que moram junto ou que estão separados de seus cônjuges. Neste sentido, observou-se a valorização do matrimônio, e a partir daí, uma centralidade do papel da família na constituição do modo de vida nos assentamentos. Ressaltam-se os valores que vão desde o respeito mútuo entre pais e filhos, aos valores vinculados ao campo, que estão voltados para a forma como se organizam a produção e o trabalho na terra.

3.3 Nível de escolaridade e acesso à saúde das famílias assentadas

Quanto à escolaridade dos residentes nos domicílios das famílias entrevistadas, observou-se que dos 87 residentes no PA União, 54% estão atualmente estudando, 39% não mais estudam, mas já estudaram, e 7% declararam nunca terem ido à escola. No PA Socorro, o número de residentes que estão atualmente estudando é mais reduzido, representando apenas 28,1% dos 64 residentes, ao passo que 65,6% não mais estudam e 6,3% declararam nunca terem frequentado a escola. No PA Esperança, dos 56 residentes pesquisados, 41% estão atualmente estudando, 55,4% embora já tenham frequentado a escola, não mais estudam e 3,6% nunca frequentaram a escola. No PA Celso Furtado, do total de 40 residentes nos domicílios, 37,5% atualmente estudam, 52,5% não mais estudam, e 10% declararam nunca terem frequentado a escola. No PA Emanuel Joaquim, dos 37 residentes nos domicílios, 56,8% estão atualmente estudando, 40,5% não mais estudam, embora já tenham frequentado a escola, e 2,7% declararam nunca a terem frequentado (Tabela 07).

Tabela 07- Residentes nos domicílios que frequentam ou já frequentaram a escola

Assentamento	Frequência à escola							
	Sim	%	Não	%	Nunca	%	Total	%
PA União	47	54%	34	39%	06	7%	87	100%
PA Socorro	18	28,1%	42	65,6%	04	6,3%	64	100%
PA Esperança	23	41%	31	55,4%	02	3,6%	56	100%
PA Celso Furtado	15	37,5%	21	52,5%	04	10%	40	100%
PA Emanuel Joaquim	21	56,8%	15	40,5%	01	2,7%	37	100%
Total	124	43,6%	143	50,4%	17	6%	284	100%

Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

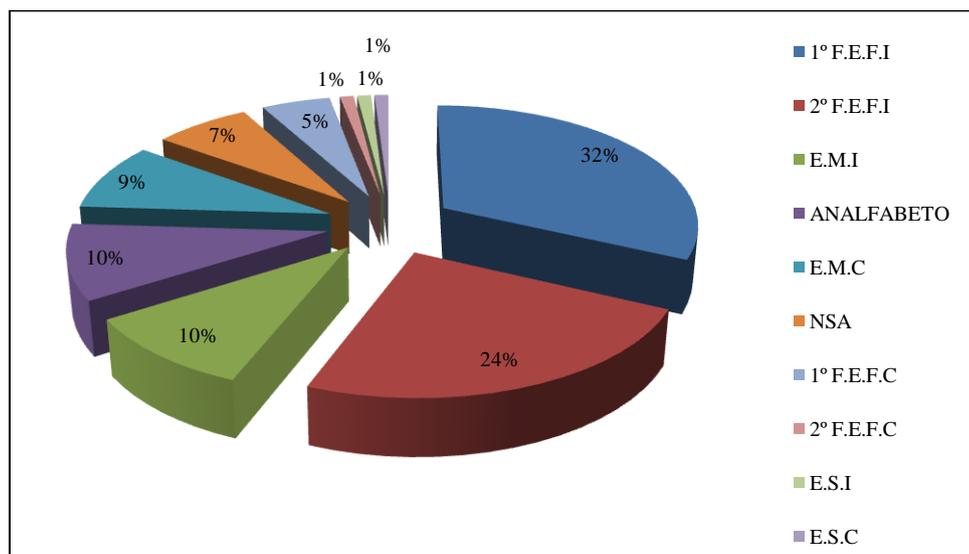
Assim, cumpre notar, que da amostra total desse estudo, 43,6% dos residentes atualmente encontram-se estudando, 50,4% embora já tenham frequentado à escola, não mais estudam, e 6% nunca frequentaram a escola.

Um exame mais detalhado dessa situação nos permite compreender que esse total de 50,4% dos residentes que não mais estudam, é composto por aqueles que já concluíram o ensino médio ou superior, e aqueles que obrigatoriamente ou propositalmente abandonaram os estudos para se dedicarem ao trabalho. Neste último caso, muitos aprenderam apenas a assinar o nome.

Por sua vez, os 6% dos residentes que nunca frequentaram a escola, são compostos por aqueles que ainda não alcançaram a idade mínima para realizar as suas matrículas, ficando apenas, por este motivo, impossibilitados de frequentá-la. A estes, somam-se alguns idosos, que dadas às dificuldades em uma determinada fase de suas vidas, tinham apenas uma única alternativa, o árduo trabalho no cabo da enxada. A este respeito, um assentado do PA União relata:

Naquele tempo, ninguém podia estudá não. Meu estudo foi o cabo da enxada, desde pequeno. Perdi meu pai eu tinha três ano, e tinha que trabaiá pra dá de comê a minha mãe. Era pra eu tá estudano, mas a vista não dá, mas eu gosto. Ainda aprendi a assinar o nome prá facilitá mais as coisa (Depoimento de um assentado).

No gráfico 23 é possível observar a distribuição da população assentada segundo o nível de escolaridade por série em que os mesmos estudam ou deixaram de estudar.

Gráfico 23 - Nível de escolaridade dos residentes no domicílio

Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

Observa-se que 32% dos residentes possuem apenas a 1ª fase do ensino fundamental incompleta; 24% possuem a 2ª fase do ensino fundamental incompleta; 10% possuem o ensino médio incompleto; 10% dos residentes declararam-se analfabetos, mesmo alguns já tendo frequentado a escola por algum período; 9% dos residentes possuem o ensino médio completo; 1% possui a 2ª fase do ensino fundamental completa; 1% possui o ensino superior incompleto; 1% possui o ensino superior completo; e para 7% dos residentes, a questão do nível de escolaridade não foi aplicada ou definida, pelo fato de alguns ainda não estudarem, e outros que mesmo tendo estudado, não souberam definir a série, dadas as características da escola ou do programa do qual participaram.

Estes dados gerais da amostra chamam a atenção pelo fato de os residentes, em sua maioria, sequer possuírem a segunda fase do ensino fundamental completa. Além disso, destaca-se também o reduzido número de residentes que chegaram a concluir o ensino médio, bem como os que chegaram a cursar uma faculdade. Isto é preocupante, pois os dados referem-se a uma população relativamente jovem, que poderia estar se capacitando para buscar melhorias para as suas vidas e para o desenvolvimento social e econômico dos assentamentos onde residem.

Estas informações, além de retratarem a realidade dos assentamentos rurais do município de Areia, refletem também a realidade da escolaridade no meio rural como um todo, onde a existência de barreiras, como a oferta insuficiente de ensino e de escolas e a precariedade de suas instalações físicas, sempre estiveram presentes, colocando à margem, a educação no meio rural.

Durante a pesquisa de campo verificou-se ainda que, dos cinco PAs pesquisados, apenas o PA Socorro disponibiliza uma estrutura física adequada, onde funciona a Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental José Lins Sobrinho (Figura 18). Esta escola atende aos alunos do pré-escolar (antigo jardim da infância) até a segunda fase do ensino fundamental, totalizando aproximadamente 400 alunos. A escola oferece também um curso noturno para jovens e adultos no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado¹³ que funciona com uma turma de 15 alunos.

O funcionamento da escola se dá da seguinte forma: pela manhã estudam os alunos do 6º ano ao 9º ano; à tarde, estudam os alunos do pré-escolar ao 5º ano, e à noite, estudam os jovens e adultos do Programa Brasil Alfabetizado. A escola é de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Areia, que a recebeu como doação dos proprietários da antiga Usina Santa Maria.



Figura 18 - Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental José Lins Sobrinho - PA Socorro. Arquivo: Rejane Ferreira (2013).

A escola atende tanto os estudantes do PA Socorro, como também estudantes de outras comunidades rurais, como os Sítios Impueirinha, Pindoba, Gravatá, Gitó e Chã de Santo Antônio, e de outros assentamentos, como do PA Redenção situado no município de Pilões, e

¹³ O MEC realiza, desde 2003, o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), é realizado pelo MEC desde 2003, Ele volta-se para a alfabetização de jovens, adultos e idosos. “O programa é uma porta de acesso à cidadania e o despertar do interesse pela elevação da escolaridade. O Brasil Alfabetizado é desenvolvido em todo o território nacional, com o atendimento prioritário a municípios que apresentam alta taxa de analfabetismo, sendo que 90% destes localizam-se na região Nordeste. Esses municípios recebem apoio técnico na implementação das ações do programa, visando garantir a continuidade dos estudos aos alfabetizandos”. Sobre o mencionado Programa consulte o Portal do MEC, disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=17457&Itemid=817

dos PA União e Esperança. Os estudantes são transportados de suas localidades para a escola, em transportes diversos tais como: ônibus, Kombi, automóvel tipo Veraneio, e nos “pau-de-arara”, todos mantidos pela Prefeitura Municipal de Areia.

Como a escola atende só até a segunda fase do ensino fundamental, para ter acesso ao ensino médio, os estudantes são transportados para a Rede Estadual de Ensino, com sede na cidade de Areia, onde se destacam principalmente duas unidades escolares: a Escola Estadual Ministro José Américo de Almeida e a Escola Estadual Carlota Barreira. Neste caso, a responsabilidade do transporte é do Estado.

Foi possível observar também, que o PA União, embora seja o assentamento mais habitado do município, não possui nenhuma escola. Assim, alguns alunos são obrigados a cursar a primeira fase do ensino fundamental no Grupo Escolar da Comunidade Rural Saboeiro de Caiana. O deslocamento para esta unidade escolar é feito a pé, dada a proximidade dessa Comunidade do Assentamento. A grande maioria dos estudantes do PA União, porém, é transportada para a escola do PA Socorro, onde permanece até a conclusão da segunda fase do ensino fundamental, sendo posteriormente transferida para a rede Estadual na sede da cidade, para cursar o ensino médio. Apesar de não possuir nenhuma escola desenvolve-se no PA o Programa Brasil Alfabetizado com três turmas de jovens e adultos, cada uma com aproximadamente 20 alunos. Duas dessas turmas funcionam na Sede da Associação do Assentamento, e a outra na residência da própria professora do Programa que é assentada.

No PA Esperança também não existe nenhuma unidade escolar e tampouco algum Programa de educação para jovens e adultos. Os estudantes estudam na escola do PA Socorro, para onde são transportados em veículos mantidos pela Prefeitura Municipal de Areia. Alguns estudantes preferem estudar na escola da Comunidade Rural Riacho de Facas, pela maior proximidade, o que permite o seu deslocamento a pé. Os estudantes do ensino médio frequentam as escolas do município de Pilões cuja Prefeitura se responsabiliza pelo transporte.

No PA Celso Furtado, embora já tenha existido uma turma de jovens e adultos do Programa Brasil Alfabetizado, composta por 15 alunos, atualmente não mais existe, e a escola presente em seu interior, conhecida por Escola Municipal Júlia Emília (Figura 19), que antes atendia aos alunos da localidade, encontra-se desativada, funcionando apenas como Sede da Associação do Assentamento. Dessa forma, parte dos alunos do PA desloca-se a pé para a escola da Comunidade Rural de Lagoa de Barro, onde cursa a primeira fase do ensino fundamental; outra parte frequenta a escola localizada numa localidade denominada Distrito

de Cepilho/Areia, onde cursam a segunda fase do ensino fundamental, sendo o transporte de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Areia; há ainda estudantes que se deslocam para o município de Remígio, onde têm acesso ao ensino médio, sendo o transporte de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Remígio; outros estudantes frequentam escolas do Município de Arara, cuja Prefeitura se responsabiliza pelo transporte dos alunos.



Figura 19 - Escola Municipal Júlia Emília que funciona como sede da Associação do PA Celso Furtado. Fonte: Arquivo Rejane Ferreira (2013).

Por fim, verificou-se que no PA Emanuel Joaquim, existe uma turma de jovens e adultos do Programa Brasil Alfabetizado, composta por 18 alunos, os quais, dada a inexistência de uma escola, estudam na sede da Associação do Assentamento. Os demais alunos são transportados para o Distrito de Cepilho/Areia, onde estudam até concluírem a segunda fase do ensino fundamental, sendo posteriormente alocados para a cidade de Remígio, onde concluem o ensino médio.

Para os que almejam um curso superior, a opção mais acessível é o Campus II da UFPB, localizado na cidade Areia, o qual oferece os seguintes cursos: Agronomia, Zootecnia, Biologia, Medicina veterinária e Química. Para outros cursos, a opção mais acessível é a cidade de Campina Grande-PB, uma vez que a Prefeitura Municipal de Areia disponibiliza diariamente transporte para o deslocamento dos Universitários.

Neste contexto, pode-se concluir que a ausência da oferta de escolas e de ensino na maioria dos assentamentos rurais do município de Areia é apontado pelos assentados, como motivo de abandono ou de desestímulo ao estudo dos jovens.

A reunião de várias unidades de ensino em uma única escola, conhecida por nucleação

das escolas, fez com que os alunos viessem a ser transportados para as escolas dos distritos maiores, assim como também para as escolas da zona urbana. Neste sentido, os longos percursos geralmente enfrentados, a superlotação, e muitas vezes a precariedade dos meios de transportes e das estradas, somados com a necessidade de trabalhar para ajudar a família, tem, segundo os representantes das escolas e os pais entrevistados, contribuído tanto para a evasão escolar quanto para o baixo rendimento no aprendizado dos estudantes residentes nos domicílios visitados.

Apesar destes entraves, foi possível observar na pesquisa de campo, que os entrevistados dos PAs União e Socorro consideram que a questão da educação melhorou 100% quando comparada com a situação anterior à condição de assentados. No PA Esperança, 75% dos entrevistados consideram que a educação melhorou, ao passo que 25% consideram que piorou. No PA Celso Furtado, 50% dos entrevistados acreditam que a educação melhorou, 25% consideram que piorou, e os demais 25% acreditam que seja igual. Já no PA Emanuel Joaquim, 66,7% dos entrevistados consideram que a educação melhorou, 11,1% consideram que piorou, e 22,2% acreditam que seja igual. Assim, da amostra considerada nesta pesquisa, 83,3% dos assentados entrevistados consideram que a educação melhorou, 5% consideram que piorou, e 11,7% consideram que seja igual às condições anteriores ao assentamento. Estes dados podem ser observados na tabela 08.

Tabela 08: Condições da educação depois da criação dos assentamentos

Assentamentos	Condições da educação			
	Melhor	Pior	Igual	Total
PA União	100%	0%	0%	100%
PA Socorro	100%	0%	0%	100%
PA Esperança	75%	0%	25%	100%
PA Celso Furtado	50%	25%	25%	100%
PA Emanuel Joaquim	66,7%	11,1%	22,2%	100%
Total	83,3%	5%	11,7%	100%

Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

De acordo com os entrevistados, os principais motivos pelos quais as condições da educação melhoraram depois da criação dos assentamentos, foram os seguintes: a) a oferta de transporte escolar, cujo tráfego inicia-se nas proximidades das residências, mesmo que o percurso longo leve à desmotivação; b) a liberdade adquirida com a posse da terra, conferindo-lhes o direito de administrar o próprio tempo para o desempenho de quaisquer

atividades; c) o aumento da renda familiar proporcionado pelo Programa Bolsa Família; e d) as melhorias na gestão pública de maneira geral.

No que se refere às condições de acesso à saúde, observou-se também o importante papel da gestão pública. Dos cinco assentamentos que compõem a amostra, apenas um dispõe de um Posto Médico equipado para suprir as necessidades dos assentados, bem como dos residentes de outras localidades a ele próximas. Trata-se do PA Socorro que, localizado na área onde antes localizava-se a parte central da Usina Santa Maria, usufrui de uma infraestrutura que pertencia à Usina. Segundo depoimento dos assentados, na época em que a Usina Santa Maria funcionava, o Posto Médico fornecia um excelente serviço aos trabalhadores. Naquela época, dada a enorme quantidade de pessoas que precisava de atendimento, o Posto chegava a funcionar 24 horas por dia, sem faltar médico nem ambulância. Assim continuou, até o momento em que foi doado pelos usineiros para a Prefeitura Municipal de Areia, da mesma forma como aconteceu com a Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental José Lins Sobrinho.

Atualmente, sob a administração da Prefeitura Municipal de Areia, tal posto funciona de segunda à sexta feira, das 08:00hs às 16:00hs, contando com uma equipe de médicos, odontólogo, enfermeiros, técnicos de enfermagem, agentes de saúde e auxiliares de serviços gerais, que, organizadamente, prestam assistência a aproximadamente 2.200 famílias. Além disso, o Posto ainda disponibiliza medicamentos para os pacientes, que, por sua vez, só são encaminhados para o Hospital Municipal de Areia ou para hospitais da cidade de Campina Grande, quando acontece dos médicos não poderem estar presentes e/ou em casos de emergência.

O atendimento médico diário limita-se a 16 pacientes no turno da manhã, sendo estas vagas reservadas para os residentes das localidades mais distantes, e 16 pacientes no turno da tarde, sendo estas vagas reservadas para os residentes no PA Socorro, bem como em todo o Distrito Usina Santa Maria. Além disso, cada agente de saúde tem o direito de encaminhar mais quatro pacientes para o atendimento, desde que se trate de casos de emergência. Já os enfermeiros podem atender de 30 a 40 pacientes por dia.

Diante de tal panorama, quando interrogados sobre as condições do acesso à saúde, depois da criação do assentamento, 50% dos entrevistados do PA Socorro consideram que houve melhorias, justificando-se pela assiduidade dos médicos, pela organização na entrega de medicamentos e pelo eficiente trabalho desempenhado pelo agente de saúde que presta assistência às 45 famílias assentadas, bem como a mais 200 famílias não assentadas; 42,9% consideram que as condições permanecem iguais, uma vez que a prefeitura está apenas dando

continuidade a um trabalho que já existia com toda a estrutura; apenas 7% consideram que houve uma piora, em virtude da falta da ambulância, uma vez que existia na época em que a Usina funcionava. Estes dados são resumidamente apresentados na tabela 09.

Tabela 09 - Condições do acesso à saúde depois do assentamento

Assentamento	Acesso à Saúde			
	Melhor	Pior	Igual	Total
PA União	76,5%	5,9%	17,6%	100%
PA Socorro	50%	7,1%	42,9%	100%
PA Esperança	41,7%	8,3%	50%	100%
PA Celso Furtado	37,5%	37,5%	25%	100%
PA Emanuel Joaquim	66,7%	0%	33,3%	100%
Total	56,7%	10%	33,3%	100%

Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

Por sua vez, o PA União não possui nenhuma unidade de atendimento médico em seu interior. Assim, quando precisam de atendimento, seus residentes destinam-se para o Posto Médico do PA Socorro. Apesar disso, quando interrogados sobre as condições do acesso à saúde depois do assentamento, conforme apresentado na tabela 09, 76,5% dos entrevistados consideram que houve melhorias, uma vez que eles vivem com melhores condições financeiras, o que lhes permite pagar o frete de um transporte para se deslocar até o Posto Médico, ou mesmo até o hospital quando precisam, fato este que não se verificava antigamente. Além disso, destacam também a eficiência no trabalho dos dois agentes de saúde que prestam assistência no assentamento, principalmente no sentido de marcar exames para os assentados, além de mantê-los informados sobre as novidades na área da saúde. Os demais entrevistados (17,6% do total) consideram que as condições de acesso aos serviços de saúde permanecem as mesmas, uma vez que sempre se deslocaram para o atendimento no Posto onde hoje se situa o PA Socorro; e 5,9% consideram que tais condições pioraram pelo fato de não mais terem acesso a ambulância.

Apresentando um perfil igual ao do PA União, também pelo fato de não possuir nenhuma unidade de atendimento médico em seu interior, os residentes do PA Esperança deslocam-se também para o posto médico do PA Socorro quando precisam de atendimento. Quando interrogados sobre as condições do acesso à saúde depois do assentamento, 50% dos entrevistados afirmaram que não há diferença quando comparado com a situação anterior,

uma vez que sempre dependeram daquela unidade, desde quando a usina funcionava; 41,7% afirmam que houve melhorias, em virtude da maior facilidade de transporte decorrente da melhoria das suas condições financeiras; e 8,3% afirmam que tais condições pioraram dada a limitação do número de vagas para o atendimento, o que não se verificava antes do assentamento.

No PA Celso Furtado, como não possui unidade de atendimento médico, os assentados geralmente se deslocam para o posto médico da comunidade rural vizinha, conhecida por Chã da Pia, que atende quatro dias da semana, ou então para os postos ou para o hospital da cidade de Arara, também muito próxima do assentamento. Quando interrogados sobre as condições de acesso aos serviços de saúde depois da criação do assentamento, conforme apresentado na tabela 09, 37,5% dos entrevistados consideraram que ficou pior, uma vez que tem que se deslocar para um dos lugares citados. Destacam-se neste caso, os assentados que residiam nas cidades, onde o acesso aos serviços era mais fácil. Todavia, 37,5% dos entrevistados, consideram que houve melhorias pelo fato de terem um agente de saúde que mensalmente presta assistência às famílias assentadas, bem como pela facilidade de transporte para conduzi-los até as unidades de atendimento, o que não se verificava anteriormente. Neste caso, eles contam com dois veículos colocados à disposição pela Prefeitura Municipal de Areia, bem como os transportes que fazem a linha Remígio- Arara, uma vez que a rodovia PB-105 localiza-se nas proximidades do assentamento. Os demais 25% dos entrevistados, consideram que as condições são as mesmas pelo fato de terem sempre dependido de transportes públicos ou particulares para se deslocarem para unidades de atendimento médico.

Por fim, verificou-se também nesta pesquisa, que o PA Emanuel Joaquim apresenta um perfil parecido com o PA Celso Furtado, no que diz respeito às condições do acesso aos serviços de saúde. Como este também não dispõe de uma unidade de atendimento médico, quando as famílias precisam de atendimento deslocam-se para o posto médico da comunidade Distrito de Cepilho, assim como também para postos ou hospital da cidade de Alagoa Nova, dada a proximidade com o assentamento. Quando interrogados sobre as condições de acesso aos serviços de saúde depois da criação do assentamento, 66,7% dos assentados entrevistados consideram que houve melhorias, sobretudo pela atuação da agente de saúde no assentamento, bem como pelas visitas do médico nas residências quando os pacientes, principalmente os idosos, estão impossibilitados de deslocarem-se até o Posto. Os demais 33,3% dos entrevistados consideram que as condições são as mesmas, uma vez que sempre tiveram que se deslocar para unidades de atendimento, muitas vezes até mais distantes do que as atuais.

Neste contexto, não deve haver qualquer dúvida sobre a importância da gestão pública

neste setor. Embora exista unidade de atendimento médico em apenas um assentamento, a Prefeitura Municipal de Areia vem tentando sanar este problema através da oferta de transporte público, como no caso do PA Celso Furtado, e principalmente através do aumento na oferta de profissionais, que, por sua vez, amplia o número de vagas para atendimento semanal em cada unidade de atendimento. Por estes motivos, considerando a amostra total desta pesquisa, 56,7% dos entrevistados consideram que houve melhorias; 33,3% consideram que as condições de acesso à saúde são iguais às anteriores ao assentamento; e 10% consideram que tais condições pioraram, conforme apresentado na tabela 09.

3.4 Prática religiosa e condições de lazer das famílias assentadas

Na pesquisa de campo, analisou-se também o papel da religião na organização social dos assentamentos rurais do município de Areia. Constatou-se que as religiões predominantes nos assentamentos são: a Católica Apostólica Romana e a Evangélica, representada pela congregação da Assembléia de Deus.

Foi possível observar, que nem todos os assentamentos possuem um templo específico para a realização dos cultos religiosos. No PA União, não há templo para cultos evangélicos, e os cultos da igreja católica são realizados na Sede da Associação, no mesmo ambiente onde acontecem os diversos tipos de reuniões, bem como as aulas de duas turmas do Programa Brasil Alfabetizado. No PA Socorro, existem duas igrejas evangélicas, e uma católica. No PA Esperança, não há nenhum templo para cultos católicos, ao passo que há duas igrejas evangélicas. No PA Celso Furtado, por sua vez, não existe nenhum tipo de templo que seja utilizado para a realização de cultos religiosos, sejam eles católicos ou evangélicos. Já no PA Emanuel Joaquim, não existe templo para cultos evangélicos e os cultos da igreja católica são realizados na Sede da Associação, também no mesmo ambiente onde acontecem os diversos tipos de reuniões, bem como as aulas da turma do Programa Brasil Alfabetizado.

Das famílias entrevistadas no PA União 94,1% são católicas, e 5,9% são evangélicas. No PA Socorro, 78,6% das famílias entrevistadas são católicas, e 21,4% afirmaram não professar nenhuma religião (Tabela 10). No PA Esperança, 75% das famílias entrevistadas são evangélicas, 16,7% são católicas e 8,3% não têm religião definida. No PA Celso Furtado, 75% das famílias entrevistadas declararam-se católicas, e 25% declararam-se evangélicas. Já no PA Emanuel Joaquim, 100% das famílias entrevistadas declararam-se católicas. Assim, na amostra total desta pesquisa, 73,3% das famílias declararam-se católicas, 20% declararam-se evangélicas, e 6,7% não possuem religião definida, conforme apresenta a tabela 10.

Tabela 10 - Religião das famílias assentadas

Assentamento	Religião			
	Católica	Evangélica	Nenhuma	Total
PA União	94,1%	5,9%	0%	100%
PA Socorro	78,6%	0%	21,4%	100%
PA Esperança	16,7%	75%	8,3%	100%
PA Celso Furtado	75%	25%	0%	100%
PA Emanuel Joaquim	100%	0%	0%	100%
Total	73,3%	20%	6,7%	100%

Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

Com base nisto, observou-se também que, das 17 famílias entrevistadas no PA União, 88,3% participam de algum culto religioso, ao passo que 11,7% declararam não participar, mesmo tendo religião definida. No PA Socorro, das 14 famílias entrevistadas, 78,6% participam de algum culto, e 21,4% declararam não participar. No PA Esperança, das 12 famílias entrevistadas, 50% participam de algum culto religioso, ao passo que 50% não participam. No PA Celso Furtado, apenas 25% das famílias participam de cultos religiosos, ao passo que 75%, mesmo tendo religião definida, declararam não participar. Já no PA Emanuel Joaquim, 100% das famílias entrevistadas participam de cultos religiosos. Dessa forma, na amostra total das famílias consideradas nesta pesquisa, 71,7% declararam participar de algum culto religioso, e 28,3% declararam não participar.

Com base nas informações obtidas na pesquisa, tornou-se possível verificar a importância da religião na inserção das famílias na sociedade. Historicamente, é notória a posição da igreja católica nas conquistas populares, a começar pela atuação da Comissão Pastoral da Terra, organizando e orientando os pequenos agricultores nas lutas pela reforma agrária. Tal igreja, apesar de algumas críticas, possui muita credibilidade por parte das famílias assentadas, mesmo entre as não ativas, atraindo dessa forma, a confiança, ainda que não a participação das mesmas.

Conforme pôde ser observado em campo, existe atualmente uma diversidade de cultos ou eventos religiosos, promovidos pela igreja católica, em três dos cinco assentamentos que compõem a amostra: PA União, PA Socorro, e PA Emanuel Joaquim, onde também se verifica a existência de vários grupos religiosos.

No PA União, identificou-se os grupos Catequese para crianças e jovens, Corrente da Mãe Rainha e Pastoral do Dízimo. Os assentados, da mesma forma que se reúnem para

organizar a liturgia das missas que acontecem mensalmente, organizam também as demais celebrações no assentamento, como a celebração da Aliança ou do Capital de Graças, no dia 18 de cada mês; as celebrações na época da quaresma e; as novenas de natal. Como este assentamento ainda não tem padroeiro, os assentados estão se organizando para defini-lo. Acredita-se que será Nossa Senhora de Fátima, pois era assim que a comunidade era conhecida antigamente. Os evangélicos, como não possuem uma organização no assentamento, participam dos cultos nas igrejas do PA Socorro, bem como nas igrejas da cidade de Areia. Nesse PA, 88,2% das famílias consideram que as práticas religiosas melhoraram (Tabela 11), quando comparadas com a situação anterior à criação do assentamento. Esta mudança deve-se à liberdade adquirida com a posse da terra, o que conferiu a cada assentado o direito de administrar o seu tempo para desempenhar a atividade que desejar. No entanto, 11,8% das famílias, afirmaram que as práticas religiosas pioraram, o que foi justificado pela própria mudança dos tempos, dado que hoje, o mundo oferta muitos atrativos que de alguma forma desviam algumas famílias da igreja (Tabela 11).

Tabela 11 - Prática religiosa depois do assentamento

Assentamento	Prática Religiosa			
	Melhor	Pior	Igual	Total
PA União	88,2%	11,8%	0%	100%
PA Socorro	85,7%	7,1%	7,2%	100%
PA Esperança	58,4%	8,3%	33,3%	100%
PA Celso furtado	50%	25%	25%	100%
PA Emanuel Joaquim	77,8%	0%	22,2%	100%
Total	75%	10%	15%	100%

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

No PA Socorro, cuja padroeira é Nossa Senhora da Conceição, destacam-se os seguintes grupos: Catequese para crianças e jovens, Legião de Maria, Corrente da Mãe Rainha, Apostolado da Oração, Pastoral do Batismo, Pastoral do Dízimo, Terço dos Homens, Encontro de Casais com Cristo e Encontro de Jovens com Cristo. Além dos encontros específicos de cada grupo, mensalmente são realizadas quatro missas no assentamento, e uma vez na semana, as pessoas se encontram para a Adoração ao Santíssimo. Como há uma diversidade maior de grupos neste PA, nem todos são liderados pelos assentados, havendo uma integração com toda a comunidade Distrito Santa Maria, na qual o PA está inserido. Neste PA 85,7% das famílias assentadas consideram que as práticas religiosas melhoraram

(Tabela 11). Segundo os assentados, hoje há mais liberdade para sair de casa, e quando não saem, recebem a visita de pessoas da igreja, que também evangelizam de casa em casa. Ressaltaram também a construção da capela para a acomodação dos fiéis, uma vez que antes, as programações da igreja católica aconteciam no grupo escolar. No entanto, 7,2% consideram que a situação é igual, sendo estas famílias não ativas na igreja, e 7,1% consideram que as mesmas reduziram ou pioraram (Tabela 11), em virtude do desvio proporcionado pelos inúmeros atrativos que o mundo de hoje oferece.

No PA Emanuel Joaquim, destacam-se o grupo da Catequese de crianças e a equipe de Liturgia, que mensalmente organizam a celebração da missa, bem como as demais celebrações que acontecem no PA. O mesmo tem como padroeira, Nossa Senhora Aparecida, escolhida coletivamente pelos assentados, em virtude da grande oportunidade de mudança de vida, que apareceu com a conquista da terra. Neste assentamento, 77,8% das famílias entrevistadas, afirmaram que suas práticas religiosas melhoraram, em virtude da participação ativa na igreja uma vez que, antes, quando iam, participavam apenas de longe. Todavia, 22,2% afirmaram que tais práticas são iguais, quando comparadas à situação anterior à criação do assentamento. Neste grupo estão as famílias que já participavam ativamente da igreja, e que, por sua vez, não foram impactadas quando passaram a morar no assentamento (Tabela 11).

No PA Esperança, o número de católicos é bem reduzido, quando comparado aos três outros assentamentos. Além disso, não há nenhuma liderança católica e por isso não existe nenhum evento católico no mesmo. O destaque deste PA são os grupos evangélicos, a saber: o grupo das senhoras, o grupo dos jovens, e o grupo das crianças, que diariamente se revezam para animarem os cultos, e partilharem a palavra de Deus. Neste assentamento 58,4% das famílias assentadas consideram que houve melhorias nas práticas religiosas. Neste percentual, destacam-se as famílias que deixaram o catolicismo para serem evangélicas, sendo por este motivo, mais ativas nas igrejas do que antes. No entanto, 33,3% asseguram que tais práticas são iguais, destacando-se neste caso, as famílias que já eram ativas nas igrejas, bem como as que não participavam e continuam não participando, sendo, portanto, não impactadas em termo de religião, com a criação do assentamento. Os 8,3% restantes afirmam que houve uma redução ou piora, quando comparadas com situações anteriores ao assentamento (Tabela 11).

No PA Celso Furtado, embora 75% das famílias tenham se declarado católicas, e 25% evangélicas, há uma reduzida participação das mesmas em cultos religiosos, o que acontece apenas quando elas se deslocam para comunidades vizinhas, ou para a cidade. Segundo os entrevistados, nunca houve culto algum no assentamento. Isto pode ser explicado pela

ausência de lideranças de ambas as religiões no PA. Apesar disto, 50% das famílias entrevistadas consideram que as práticas religiosas melhoraram, quando comparadas com situações anteriores ao assentamento. Isto foi justificado pela facilidade de transporte para se deslocarem para as igrejas da cidade, uma vez que o PA está localizado próximo a rodovia PB-105 que dá acesso rápido tanto a cidade de Remígio quanto à cidade de Arara. No entanto, 25% das famílias consideram que as práticas religiosas pioraram, pela dependência de transporte para poderem ter acesso às igrejas de outras localidades. Entre estas famílias, destacam-se aquelas, antes residentes nas cidades, cujo acesso era mais fácil. Os demais 25%, consideram que as práticas religiosas são iguais, quando comparadas às situações anteriores ao assentamento. Neste caso, destacam-se as famílias que já moravam nas proximidades do PA, as quais não sentiram tanto impacto de adaptação quando o assentamento foi criado.

Em suma, do total de famílias entrevistadas 75% consideram que houve melhorias nas práticas religiosas; 15% consideram que a situação é a mesma; e 10% consideram que houve redução ou piora, quando comparadas com situações anteriores à criação dos assentamentos.

Estes dados são plausíveis, uma vez que a participação das famílias nas igrejas, representa muito mais do que a busca espiritual, representa também um envolvimento e um compromisso com a coletividade. Atualmente, há uma riqueza de atividades acontecendo no interior das igrejas que vão para além dos cultos. São os encontros de espiritualidade, os retiros, as festas de padroeiros, os shows religiosos, as peregrinações, missões, caminhadas, campanhas para diversos fins, entre outros. Portanto, percebe-se uma íntima ligação entre religião e práticas sociais no enfrentamento de problemas, não só nos assentamentos rurais do município de Areia, mas em toda a sociedade onde há predominância de alguma religião.

De fato, conforme verificado em campo, muitos assentados, tanto católicos quanto evangélicos, definem como atividades mais importantes realizadas nos finais de semana, a participação em atividades religiosas. Na Figura 20 observa-se a comemoração do dia da bíblia realizada no PA Emanuel Joaquim, juntamente com outras comunidades rurais, às quais dramatizaram passagens bíblicas e louvaram a Deus ao som da banda católica Jovens Caminhando com Cristo. Outra realização importante neste PA é a festa da padroeira, Nossa Senhora Aparecida, na qual os assentados ofertam à mesa do Senhor, os produtos cultivados em seus lotes, como forma de agradecimento a Deus pela fertilidade da terra e pelos produtos por ela gerados.

Em tal panorama, nota-se a constituição de uma cultura religiosa que contempla as necessidades socializadoras dos assentados. Assim, conforme afirmaram alguns assentados evangélicos do PA Esperança, o melhor lazer passa a ser a casa do Senhor.



Figura 20:- Comemoração Religiosa no PA Emanuel Joaquim.
Arquivo: Rejane Ferreira (2013).

No que se refere ao lazer, das 17 famílias entrevistadas no PA União, 94,1% consideram que houve melhorias, após a criação do assentamento, as demais consideram que as condições continuam iguais. No PA Socorro, das 14 famílias entrevistadas, 92,2% consideram que as suas condições de lazer melhoraram e 7,1% afirmam que continuam iguais. No PA Esperança, das 12 famílias entrevistadas, 66,7% consideram que as suas condições de lazer melhoraram, ao passo que 33,3% afirmam que não houve alteração alguma. No PA Celso Furtado, das 08 famílias entrevistadas, 37,5% afirmam que houve melhorias nas suas condições de lazer; 12,5% afirmam que houve uma redução e 50% afirmam que tais condições permanecem as mesmas. Por fim, no PA Emanuel Joaquim, das 09 famílias entrevistadas, 55,6% consideram que as suas condições de lazer melhoraram, 33,3% consideram que pioraram e 11,1% consideram que permanecem iguais às condições anteriores ao assentamento (Tabela 12).

Tabela 12 - Condições do lazer depois do assentamento

Assentamento	Condições de Lazer			
	Melhor	Pior	Igua	Total
PA União	94,1%	0%	5,9%	100%
PA Socorro	92,9%	0%	7,1%	100%
PA Esperança	66,7%	0%	33,3%	100%
PA Celso Furtado	37,5%	12,5%	50%	100%
PA Emanuel Joaquim	55,6%	33,3%	11,1%	100%
Total	75%	6,7%	18,3%	100%

Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

Analisando mais detalhadamente a tabela 12, observa-se que o PA União, o PA Socorro, e o PA Esperança, apresentam um perfil parecido, no que se refere ao lazer.

Segundo os entrevistados, as condições atuais são bem melhores, principalmente pelo fato de possuírem mais liberdade auferida com a posse da terra, uma vez que antes moravam e trabalhavam nas terras da usina Santa Maria. Em relação a isto, a presidente da Associação do PA União diz o seguinte: “a gente trabalha de domingo a domingo, mas quando comparado, hoje a gente é mais feliz. Antes só tinha lazer os filhos dos fazendeiros”. Outro assentado do PA Esperança ressalta: “Prá gente nunca houve lazer, só trabalho”.

Em face disto, não deve haver qualquer dúvida que hoje a situação é bem melhor. Como alternativas de lazer, destacam-se nestes assentamentos: os movimentos das igrejas católicas e evangélicas, os passeios e as visitas realizadas às famílias e aos amigos, a confecção de artesanatos, o jogo de futebol, os inúmeros programas assistidos na televisão nos tempos livres, e entre outros, o sono tranquilo desfrutado nas horas que cada assentado se permite ao descanso.

Quando se analisa as condições de lazer nos PAs Celso Furtado e Emanuel Joaquim, observa-se que, embora muitos afirmem que houve melhorias, o índice dos que consideram que as condições permanecem as mesmas ou pioraram, é um tanto quanto elevado. Os entrevistados de ambos os PAs ressaltam que hoje são mais livres para passear, assistir televisão, confeccionar artesanatos, ir para as igrejas, e descansar, se assim quiserem e quando quiserem. No entanto, notou-se em alguns, um sentimento de que o trabalho para garantir a sobrevivência acaba por lhes privar do direito ao lazer conforme pode ser observado em alguns depoimentos de assentados do PA Celso Furtado: “Não paro não. Quando termino uma coisa começo outra. Isso de domingo a domingo”; “Pobre não tem lazer, pobre descansa as pernas no domingo”. Além disso, destacaram-se também as comparações feitas pelos assentados que já residiram nas cidades, local por eles considerado como sendo mais atrativo em termos de lazer, conforme pode ser verificado em um depoimento de uma assentada do PA Emanuel Joaquim: “Antes era mais divertido. Aqui é muito esquisito. Não tem festa. Quando tem alguma coisa é só da igreja”.

Verifica-se que, embora ainda exista insatisfação em relação ao lazer, das 60 famílias que compõem a amostra desta pesquisa, 75% afirmam que suas condições de lazer melhoraram; 18,3% afirmam que permanecem iguais; e 6,7% afirmam que tais condições pioraram após a criação do assentamento, conforme apresentado resumidamente na tabela 12.

3.5 Segurança física das famílias assentadas

Morar na zona rural já foi um dia, sinônimo de muita tranquilidade. Hoje, muitos moradores encontram-se descontentes com a falta de segurança, sentindo-se ameaçados a todo

o momento. Todavia, quando questionados sobre as condições de segurança, depois da criação do assentamento e fazendo o comparativo com situações anteriores ao mesmo, 70,6% dos entrevistados do PA União, responderam que as condições são as mesmas de antes; 17,6% consideram que houve melhorias; e 11,8% consideram que tais condições pioraram. No PA Socorro, 42,9% consideram que as condições são as mesmas; 35,7% consideram que pioraram; e 21,4% consideram que houve melhorias. No PA Esperança, 75% dos entrevistados afirmam que as condições de segurança permanecem as mesmas; 16,7% afirmam que houve melhorias, e 8,3% garantem que tais condições pioraram muito depois da criação do assentamento (Tabela 13).

Os três assentamentos apresentam um perfil bem parecido no que diz respeito à segurança. Aqueles que afirmam que as condições são iguais as de antes, ressaltam que as localidades onde moram sempre foram lugares tranquilos. Os que dizem que as condições pioraram, relatam que antes era mais tranquilo, pois “viviam sobre os olhares dos vigias da usina Santa Maria, assim, ninguém bagunçava nas terras”. Ressaltam também, que naquele tempo, todo mundo vivia em situação de extrema pobreza, o que não atraía a atenção dos ladrões. Hoje, porém, dormem com medo dos roubos, principalmente de animais, que, acontece com mais frequência no PA Socorro.

Neste sentido, dada a falta de segurança pública, o único refúgio que encontram é a fé em Deus, acreditando que nunca vai lhes faltar à proteção divina. Já os que dizem que as condições de segurança melhoraram, revelam que hoje, apesar de muitas vezes sentirem-se ameaçados, eles são livres para denunciarem qualquer tipo de violência ou injustiça que vierem a ser cometidas contra eles, uma vez que a gestão é outra. “Na época em que a usina Santa Maria funcionava, os vigias, apesar de também oferecerem segurança, agrediam os moradores e ficava por isso mesmo (Depoimento de um assentado)”.

Tabela 13: Condições da segurança física depois do assentamento

Assentamento	Segurança Física			
	Melhor	Pior	Igual	Total
PA União	17,6%	11,8%	70,6%	100%
PA Socorro	21,4%	35,7%	42,9%	100%
PA Esperança	16,7%	8,3%	75%	100%
PA Celso Furtado	37,5%	25%	37,5%	100%
PA Emanuel Joaquim	11,1%	55,6%	33,3%	100%
Total	20%	25%	55%	100%

Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

No PA Celso Furtado, os entrevistados que afirmam que as condições de segurança são iguais às anteriores ou melhoraram, são, respectivamente, aqueles que já moravam nas proximidades do assentamento, e aqueles que sentem-se seguros pelo fato de possuírem casas melhores e com portas mais resistentes. Entre os que consideram que as condições de segurança regrediram ao longo do tempo, estão os que já residiram nas cidades, conforme o depoimento de uma assentada: “Lá, quase não tinha roubo. Aqui só quem segura a gente é Deus. É longe de tudo. Na rua é tudo mais perto”.

No PA Emanuel Joaquim, foi alto o índice de entrevistados que consideram que as condições de segurança pioraram, não só no assentamento, mas em todos os lugares. Os motivos que eles apontam para tanto, está relacionado com o descumprimento do regulamento interno do PA, pois os causadores de arruaças estão dentro do próprio assentamento. Dada a ausência de segurança pública, os entrevistados também acreditam que a proteção que têm tido, vem unicamente de Deus.

Do total das 60 famílias entrevistadas, 55% consideram que as condições de segurança são iguais as de antes; 25% consideram que houve uma piora; e 20% que houve melhorias, quando comparadas com às condições anteriores, conforme apresenta a tabela 13.

3.6 Condições de Moradia das famílias assentadas

O acesso à terra por meio da criação dos assentamentos rurais no município de Areia, tornou possível a aquisição da casa própria para inúmeras famílias, rompendo com a situação de moradia anterior. Os elementos destacados para compor as condições de moradia das famílias assentadas foram: tipo de habitação, abastecimento de água, energia elétrica, e utensílios domésticos.

3.6.1 Tipo de habitação das famílias assentadas

No que se refere ao tipo de habitação, das 17 famílias entrevistadas no PA União 88,2% das famílias entrevistadas já possuíam casas de alvenaria antes da criação do assentamento, ao passo que 11,8% ainda moravam em casas de taipa; no PA Socorro, todas as famílias entrevistadas já possuíam suas casas de alvenaria, dado que este era o lugar sede da antiga usina Santa Maria; das 12 famílias entrevistadas no PA Esperança, 58,3% moravam em casas de taipa, ao passo que 41,7% já possuíam casas de alvenaria; no PA Celso Furtado, das 08 famílias entrevistadas, 87,5% já possuíam casas de alvenaria e 12,5% ainda moravam em casas de taipa; no PA Emanuel Joaquim, das 09 famílias entrevistadas, 66,7% já possuíam casas de alvenaria, enquanto 33,3% ainda moravam em casas de taipa. Constata-se, portanto, que das 60 famílias que compõem a amostra desta pesquisa, 78,3% já possuíam casas de

alvenaria antes da criação dos assentamentos e 21,7% ainda moravam em casas de taipa, conforme apresenta a tabela 14.

Tabela 14- Tipo de habitação antes da criação dos assentamentos

Assentamento	Tipo de Habitação		
	Alvenaria	Barro/Taipa	Total
PA União	88,2%	11,8%	100%
PA Socorro	100%	0%	100%
PA Esperança	41,7%	58,3%	100%
PA Celso Furtado	87,5%	12,5%	100%
PA Emanuel Joaquim	66,7%	33,3%	100%
Total	78,3%	21,7%	100%

Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

Conforme os entrevistados, antes da criação dos assentamentos, as suas casas possuíam uma estrutura diferente das atuais. As casas dos assentados no PA União tinham dois padrões: as maiores possuíam seis cômodos e as menores possuíam apenas três. As casas maiores dos assentados do PA Socorro possuíam sete cômodos e as menores apenas quatro, sendo que a maioria das casas eram padronizadas com cinco cômodos. As casas maiores dos assentados do PA Esperança, possuíam cinco cômodos, e as menores apenas 01. No caso dos assentados do PA Celso Furtado, as maiores casas possuíam oito cômodos e as menores apenas três. Já as casas maiores habitadas pelos assentados do PA Emanuel Joaquim possuíam cinco cômodos, ao passo que as menores possuíam três. Segundo os entrevistados, nem todas as casas antes da criação dos assentamentos, possuía banheiro com sanitário e fossa.

Buscando verificar este fato em nível dos assentados de cada assentamento pesquisado, constatou-se o seguinte: a) nenhuma casa habitada antes da criação do PA pelas famílias entrevistadas no PA União possuía banheiro; b) no PA Socorro, 78,6% das famílias entrevistadas possuíam banheiro na casa, ao passo que 21,4% não possuíam; c) das famílias entrevistadas no PA Esperança, apenas 16,7% possuíam banheiro, e 83,3% não possuíam; d) no PA Celso Furtado, 87,5% das famílias entrevistadas possuíam banheiro, enquanto 12,5% não possuíam; e) no PA Emanuel Joaquim, 55,6% das famílias entrevistadas já possuíam banheiro nas casas antes da criação do PA, ao passo que 44,4% ainda não possuíam. Logo, das 60 famílias entrevistadas, apenas 41,7% possuíam banheiro em suas moradias antes da criação dos assentamentos e 58,3% ainda não possuíam.

A construção das moradias dos PAs foi realizada nos lotes das famílias, contando para tanto com o crédito habitação repassado pelo INCRA. As casas foram construídas em

alvenaria, com cobertura de telhas e contrapiso. Elas eram compostas, inicialmente, por cinco cômodos: sala, cozinha, dois quartos, e banheiro. Atualmente, todas as famílias assentadas possuem suas casas, no mínimo, com a estrutura acima descrita. Algumas famílias, porém, tanto através de recursos do crédito habitação/reforma quanto por meio de recursos próprios, já realizaram reformas, ampliando o número de cômodos ou aperfeiçoando a estrutura já existente.

Conforme os entrevistados, atualmente as maiores casas do PA União possuem 10 cômodos e as menores seis; no PA Socorro, as maiores casas possuem 14 cômodos, e as menores cinco; no PA Esperança, as maiores casas possuem 10 cômodos e as menores cinco; no PA Celso Furtado, as maiores casas possuem nove cômodos e as menores cinco; no PA Emanuel Joaquim, as maiores casas possuem nove cômodos e as menores possuem apenas quatro.

Um exemplo da mudança de qualidade das moradias pode ser observado através das figuras 21 e 22.



Figura 21- Moradia antes da criação do PA União.

Arquivo: Rejane Ferreira (2013).



Figura 22 - Moradia da mesma família depois da criação do PA União. Arquivo: Rejane Ferreira (2013).

Verificou-se ainda, conforme os entrevistados, que todas as casas dos assentamentos estudados, com exceção do PA União, possuem banheiros pelo menos com o mínimo de estrutura possível, ou seja, com sanitário e fossa. Neste PA, por motivo não identificado, 11,8% das casas ainda não possuem sanitários, representando dessa forma, 3,3% das casas do total da amostra.

3.7 Condições de acesso à água e à energia elétrica

No que diz respeito ao acesso à água por parte das famílias assentadas, observou-se que os assentamentos rurais do município de Areia, embora estejam localizados numa região brejeira, onde há abundância de água, apresentam realidades diferentes.

Embora exista uma enorme quantidade de cacimbas e dado que as famílias já eram moradoras das terras na época em que a usina Santa Maria funcionava, nenhuma das famílias que compôs a amostra do PA União possuía água encanada em suas residências antes da criação do assentamento. Para terem acesso à água, todas as famílias, na madrugada, se deslocavam a pé para as cacimbas e transportavam a água para as suas residências em potes colocados em suas cabeças ou em barris colocados em burros. Após o assentamento, conforme foi possível constatar em campo, das 17 famílias que compõem a amostra, 82,3% tem água encanada em suas residências e 17,7% ainda não possui.

A água encanada vem direto da cacimba existente nos próprios lotes, quando a possuem, e quando não possuem cacimba no lote, a água vem de cacimbas existentes nos lotes das famílias vizinhas. Algumas funcionam por gravidade, chegando apenas no terreiro das residências, mas maioria funciona através da utilização de bombas que puxam a água até as caixas, e a partir daí são encanadas para dentro das residências. Os que ainda não possuem água encanada continuam com o mesmo sistema de antes, transportando-a nos burros, os quais, em alguns casos, já estão sendo substituídos pelas motos. Verificou-se ainda que algumas famílias possuem cisternas feitas com recursos próprios, às quais servem para armazenar a água da chuva que é utilizada principalmente para o consumo humano. Constatou-se também, que todas as famílias do PA União, através de um projeto do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), foram beneficiadas com cisternas que comportam 16 mil litros de água. Estas, na época em que a pesquisa foi realizada, estavam em processo de construção (Fig. 23), mas já se verificava a satisfação das famílias, conforme explícita este depoimento: “A gente não ia ter condição de fazer uma cisterna dessa nunca. Era R\$1500,00 só pra fazer. Hoje a gente recebeu essa cisterna, e muita coisa já, e não vamos pagar nada. Tá bom demais!” (Depoimento de um assentado).



Figura 22: Cisterna sendo construída no PA União (2013).
Arquivo: Rejane Ferreira (2013).

Constata-se que as condições de acesso à água no PA União melhoraram depois da sua criação para 64,8% das famílias, entrevistadas. Todavia, para 17,6% das famílias tais condições permanecem iguais e para 17,6% as condições pioraram (Tabela 15).

Tabela 15 - Condições do acesso à água das famílias assentadas

Assentamento	Acesso à água			
	Melhor	Pior	Igual	Total
PA União	64,8%	17,6%	17,6%	100%
PA Socorro	92,9%	0%	7,1%	100%
PA Esperança	50%	33,3%	16,7%	100%
PA Celso Furtado	50%	25%	25%	100%
PA Emanuel Joaquim	88,9%	0%	11,1%	100%
Total	70%	15%	15%	100%

Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

Embora as famílias também já morassem nas terras antes pertencentes à usina Santa Maria, área muito rica em relação à água, foi possível observar que antes da criação do assentamento, 64,3% das famílias que compõem a amostra do PA Socorro, ainda não possuíam água encanada em suas residências. Neste caso, o acesso a água se dava da mesma forma que no PA União: era buscada nas cacimbas e transportada em potes levados na cabeça e em barris transportados por burros. Ainda na época em que a Usina Santa Maria funcionava, segundo os entrevistados, foram construídos na localidade, vários poços artesianos de 60 metros de profundidade, que naquela época, já abasteciam, e continuam abastecendo o Posto de Saúde, o Grupo Escolar, bem como muitas das vilas que compõem o Distrito Santa Maria no qual o PA está inserido. Com a desapropriação das terras, todos os poços passaram para a administração da Associação deste PA. Em 2013, das 14 famílias entrevistadas no PA Socorro, 21,4% ainda não possuíam água encanada em suas residências, continuando com o mesmo sistema de antigamente. Diante deste quadro, o ex-prefeito de Areia Dr. Elson da Cunha Lima Filho, colocou uma caixa d'água coletiva, com algumas torneiras, para armazenar a água proveniente dos poços artesianos a fim de facilitar o acesso à água para parte destas famílias (Fig. 23). Segundo os entrevistados, a bomba é ligada duas vezes ao dia por um responsável voluntário. O acesso para cada família é ilimitado. Isto foi verificado na Vila do Caroço, à qual, concentra um grande número de famílias assentadas.

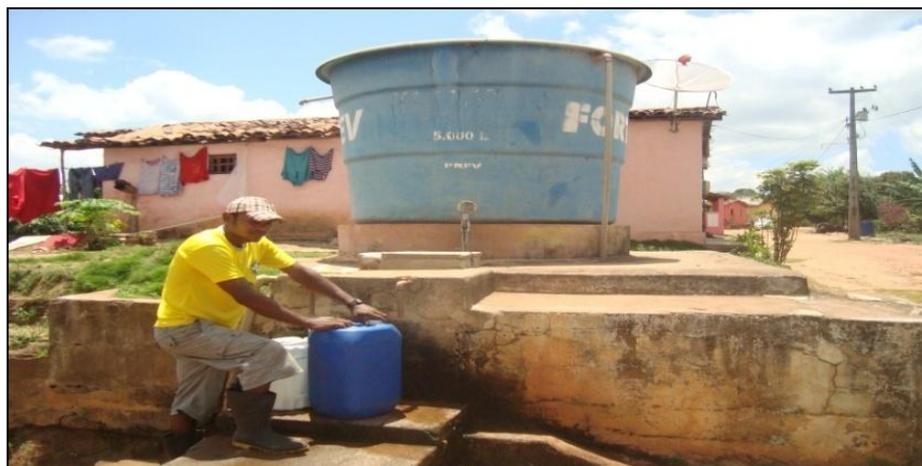


Figura 23 - Chafariz do PA Socorro.
Arquivo – Rejane Ferreira (200)3.

Neste PA, embora 78,6% das famílias possuam água encanada em suas residências, ainda foi possível observar certa insatisfação de algumas em relação ao armazenamento da água. Segundo elas, o PA Socorro também deveria ter sido beneficiado com o projeto das cisternas, mas isto ainda não foi possível dada as dificuldades burocráticas enfrentadas pelo fato de ser uma região brejeira e possuir abundância de fontes naturais de água. Contudo, ressaltam que a dificuldade maior encontra-se principalmente na falta de lideranças firmes e comprometidas com a coletividade, que poderiam lutar de forma mais insistente podendo lograr êxito, assim como aconteceu no PA União e no PA Esperança. Verificou-se em campo que 92,9% das famílias que compõem a amostra do PA Socorro, consideram que houve melhorias nas condições de acesso à água, ao passo que 7,1% consideram que tais condições permanecem as mesmas (Tabela 15)

O PA Esperança apresenta um perfil parecido com os dois assentamentos citados. Antes da criação do assentamento, apenas 8,3% das famílias que compõem a amostra, possuíam água encanada em suas residências, sendo estas famílias, naturais de outras localidades. As demais 91,7% que não possuíam água encanada, também transportavam água de cacimbas. Atualmente, das 12 famílias entrevistadas, 66,7% possuem água encanada em suas residências, sendo parte por gravidade e parte através da utilização de bombas. O PA também possui várias fontes naturais de água, no entanto, existe apenas um poço artesiano. Do restante que ainda não possui água encanada, algumas já conseguiram canalizar até as proximidades da residência, no entanto, dada a insuficiência das condições financeiras, ainda não foi possível canalizar para o seu interior. Outras, porém, continuam transportando água na cabeça, bem como em burros, sendo que agora, em cacimbas mais próximas de suas residências. Além disso, observou-se que o projeto das cisternas foi aprovado e que na época da realização desta pesquisa, as mesmas já estavam sendo

construídas no interior de cada lote, através de uma parceria realizada com a Prefeitura Municipal de Areia, à qual, disponibilizou o maquinário para cavar os buracos (Fig.24)



Figura 24: Máquina utilizada na construção de cisternas.

Arquivo: Rejane Ferreira, 2013.

Com base no exposto, percebe-se ainda uma determinada insatisfação das famílias do PA Esperança, em relação ao acesso a água. Quanto a opinião das famílias com relação ao acesso à água, 50% consideram que houve melhorias; 33,3% consideram que a situação piorou e 16,7% consideram que as condições permanecem iguais às existentes antes da criação do PA (Tabela 15).

O PA Emanuel Joaquim destaca-se também pela grande quantidade de fontes naturais de água existente em seu interior. No total, considerando as que são coletivas e as que estão localizadas em áreas individuais, existem 11 cacimbas abertas, sendo que quatro delas ainda não foram mapeadas pelo INCRA. Estas, segundo os entrevistados, dariam para abastecer de forma canalizada, todas as famílias do assentamento. No entanto, embora já tenham corrido atrás, não conseguiram nenhum tipo de verba, parceria ou força maior para realizarem este empreendimento, bem como para ampliarem as cacimbas de modo que, em épocas de longa estiagem, pudessem também suprir a necessidade das famílias de outras comunidades, cujo acesso a água se dá com mais dificuldade. Antes da criação do assentamento, 11,1% das famílias que compõem a amostra deste PA, já possuíam água encanada em suas residências, sendo este percentual representado pelas famílias naturais da zona urbana de outros municípios.

Atualmente, conforme observado em campo, nenhuma das famílias entrevistadas possui água encanada, tornando o seu acesso possível através do transporte realizado das cacimbas para as residências, tanto em baldes quanto em barris carregados pelos burros. O

acesso à água foi mais facilitado neste PA com a construção de cisternas adquiridas em um projeto de fundo rotativo solidário, às quais capturam as águas das chuvas, armazenando-as por longos períodos, dado que são reservadas principalmente para beber e cozinhar.



Figura 25 - Lavagem de roupa. PA Emanuel Joaquim. Arquivo: Rejane Ferreira (2013).



Figura 26: Fonte natural de água no PA Emanuel Joaquim. Arquivo: Rejane Ferreira (2013).

Em face disto, mesmo os dados apontando para a necessidade de melhorias neste setor, verificou-se, conforme a tabela 15, que 88,9% das famílias assentadas neste PA consideram que suas condições de acesso à água melhoraram depois da criação do assentamento, e apenas 11,1% consideram que tais condições permanecem iguais.

Por último, observou-se que o PA Celso Furtado, mesmo pertencente ao município de Areia, está localizado em uma área de transição entre o Brejo e o Curimataú, e que por este motivo, apresenta algumas características que o difere dos demais assentamentos destacando-se principalmente a escassez de água. Neste PA verificou-se que nenhuma das famílias entrevistadas possuía água encanada antes da criação do assentamento. As famílias transportavam a água dos açudes em barris sobre os burros, no entanto, não tinham depósitos suficientes para as armazenarem em suas residências. Após a criação deste PA, além dos açudes aos quais algumas famílias já tinham acesso, foram construídos vários tanques coletivos, feitos com pedras, e mais alguns açudes para facilitar o acesso à água, principalmente na época em que as chuvas são escassas.

Apesar das dificuldades climáticas, em 2013 constatou-se que 50% das residências possuíam água encanada oriunda das próprias cisternas que captam as águas das chuvas, uma vez que as famílias foram contempladas com a construção de uma cisterna no interior dos seus lotes. Cada cisterna também comporta 16 mil litros de água, que é utilizada apenas para

cozinhar e para beber. Para os demais gastos, a água provém dos reservatórios particulares ou coletivos, construídos nos lotes, sendo transportadas principalmente pelos animais (Figs, 27 e 28).



Figura 27- Água transportada por animais.
PA Celso Furtado. Arquivo: Rejane Ferreira (2013).



Figura 28 - Reservatório de água feito com pedras
PA Celso Furtado. Arquivo: Rejane Ferreira(2013).

Na época em que as cisternas secam e as águas já não mais se apresentam com boa aparência e qualidade, a única alternativa para as famílias é a compra de caminhões de água, que no período da realização desta pesquisa, estava custando em torno de R\$150,00, valor este considerado altíssimo pelos assentados, principalmente dada à limitação de suas rendas. Mesmo existindo muitos problemas neste setor, conforme apresentado na tabela 15, das 08 famílias entrevistadas neste PA, 4 (50%) consideram que houve melhorias nas suas condições de acesso à água, ao passo que 25% consideram que as condições permanecem iguais e 25% consideram que tais condições pioraram após a criação do assentamento.

Considerando, pois, a amostra total desta pesquisa, observou-se que antes da criação dos assentamentos, apenas 11,7% das 60 famílias entrevistadas possuíam água encanada em suas residências. Atualmente, este percentual elevou-se para 61,7%, o que vale dizer que 38,3% ainda não possuem. Em face disto, quando interrogadas sobre as suas condições de acesso à água depois da criação dos assentamentos, conforme apresentado na tabela 14, 70% das famílias consideram que houve melhorias, ao passo que 15% consideram que pioraram, e os demais 15% consideram que as condições permanecem iguais às que tinham antes da criação do PA.

Para que houvesse melhorias nas condições do acesso à água nos assentamentos como um todo, foi preciso levar em consideração uma variedade de condicionantes. A abundância

de água nos lotes é extremamente importante, no entanto, necessita-se muito mais do que apenas a água. Necessita-se, entre outros, de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento deste setor; lideranças comprometidas que sejam capazes de lutar pelos direitos coletivos; e melhorias no poder aquisitivo das famílias, sejam elas provindas de trabalhos próprios ou de linhas de financiamento.

No que diz respeito à energia elétrica, foi possível observar que o seu acesso foi uma conquista resultante da luta dos assentados por desenvolvimento social e econômico. Ela tanto em uso residencial quanto público, se apresenta como um agente facilitador de uma série de ações, ocasionando mudanças sociais e bem estar à população residente. A situação de acesso a esse serviço é diferenciado entre os PAs.

No PA União, apenas 11,8% das famílias entrevistadas tinham acesso à energia elétrica em suas residências antes da criação do assentamento. Para que este acesso se tornasse possível, foram necessárias várias reivindicações junto ao INCRA. Finalmente, em 2003, através do Projeto Cooperar¹⁴ o serviço de energia elétrica foi finalmente implantado no PA. No PA Socorro, pelo fato do assentamento ter sido instalado na área que abrigava a sede das instalações da antiga Usina Santa Maria, o acesso à eletricidade se deu quando esta ainda funcionava. Na época, nenhum morador pagava energia elétrica, a usina assumia os custos. Após o processo de falência, por volta do ano de 1993, cada família passou a se responsabilizar pelo pagamento da sua conta de energia. Por este motivo 92,9% das famílias entrevistadas neste PA, já possuíam energia elétrica antes mesmo da criação do assentamento (Tabela 16).

No PA Esperança, depois de várias reivindicações junto ao INCRA, a energia elétrica foi instalada, se estendendo a todo o assentamento entre os anos de 2000 e 2001. Antes da sua criação, 66,7% das famílias entrevistadas já tinham acesso à eletricidade, dado que algumas destas eram naturais de outras comunidades rurais e/ou de cidades onde as moradias eram servidas de energia elétrica (Tabela 16). No PA Celso Furtado, para ter acesso à eletricidade, os assentados tiveram que realizar várias manifestações, bloqueando a rodovia PB-105 para cobrar o empenho das instituições e do Governo para levar “energia elétrica” à comunidade. Intermediados por alguns técnicos que na época prestavam assistência ao PA, encaminharam vários ofícios para a empresa de energia elétrica da Paraíba, Energisa, solicitando sua ação. Todas as famílias entrevistadas tinham acesso à energia elétrica em suas residências antes de

¹⁴ O Projeto Cooperar foi criado pela Lei nº 6.523 de 10 de setembro de 1997 para substituir o Projeto Nordeste do Estado da Paraíba – PNE/PB. Trata-se de um ente governamental responsável direto pela execução de políticas e projetos de desenvolvimento rural sustentável, focados na redução dos níveis de pobreza rural. Ele atua em toda Paraíba há quase 25 anos.

virem para o PA uma vez que grande parte delas vivia na zona urbana como foi visto anteriormente. No assentamento, porém a energia elétrica só foi instalada em 2010 (Tabela 16). No PA Emanuel Joaquim, o processo para obtenção da energia elétrica foi bem parecido com o do PA Celso Furtado. Durante cinco anos foram necessárias várias reivindicações junto ao INCRA e a antiga Saelpa. O serviço foi implantado em 2005. Das famílias entrevistadas 88,9% tinham acesso à eletricidade antes de virem para o assentamento.

Com base no exposto, do total das 60 famílias entrevistadas, 65% tinham acesso à energia elétrica antes da criação dos assentamentos e 35% não tinha (Tabela 16).

Tabela 16 - Acesso à energia elétrica antes da criação dos assentamentos

Assentamentos	Acesso à energia		
	Sim – %	Não %	Total %
PA União	11,8	88,2	100
PA Socorro	92,9	7,1	100
PA Esperança	66,7	33,3	100
PA Celso Furtado	100	-	100
PA Emanuel Joaquim	88,9	11,1	100
Total	65,0	35,0	100

Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

A energia elétrica tem se constituído em um dos principais vetores do desenvolvimento nos assentamentos, seja por possibilitar o aumento das horas de trabalho e o rendimento dos trabalhos, como, por exemplo, nos casos das bombas que são ligadas para canalizar as águas das cacimbas para as residências e/ou currais, seja para aumentar as horas de estudo ou do lazer, ou seja para possibilitar o uso de eletrodomésticos como televisão, geladeira, ferro de engomar, liquidificador, DVD, som, entre outros, que contribuem para a melhoria das condições de vida das famílias assentadas.

3.8 Acesso a utensílios domésticos e equipamentos eletroeletrônicos

Além da estrutura física da casa, verificou-se também a existência de alguns elementos que, sem dúvida alguma, proporcionam aos assentados o mínimo de conforto. São eles: fogão a gás, geladeira, televisão, antena parabólica, máquina de lavar, ferro elétrico de engomar, liquidificador, DVD, som, computador e telefone.

Analisando os dados levantados na pesquisa constata-se que o PA Celso Furtado é aquele onde é mais significativo o número de famílias assentadas que já possuía os mais requisitados e necessários eletrodomésticos: fogão a gás, geladeira e ferro de engomar (Tabela 17), por conseguinte nele o impacto da criação do PA no acesso a utensílios domésticos e equipamentos eletrônicos foi menor do que nos demais assentamentos. Vale a pena lembrar

que as famílias desse PA são oriundas, predominantemente da zona urbana das cidades onde moravam e já tinham acesso à energia elétrica. Mesmo assim, ainda se verifica uma ampliação do número de famílias que só tiveram acesso a antena parabólica, liquidificador, som, computador, máquina de lavar e ferro de engomar (Tabela 17).

No PA Socorro também é importante o número de famílias que já tinha acesso a fogão a gás, geladeira e ferro de engomar (Tabela 17). Por conseguinte, neste PA não houve um impacto muito significativo da criação do assentamento sobre o uso desses equipamentos domésticos e eletroeletrônicos. Por outro lado, verifica-se um crescimento importante do número de famílias que passaram a ter acesso a máquinas de lavar, DVD, televisão, antena parabólica, liquidificador, som e até computador (Tabela 17). Nos outros PAs, o impacto da criação dos assentamentos foi muito importante. Por exemplo, no PA União nenhuma família tinha máquina de lavar, antena parabólica, liquidificador DVD e computador, e pouquíssimas possuíam um som. Todos esses utensílios domésticos e eletrônicos só foram adquiridos depois que eles se transformaram em assentados (Tabela 17). No PA Esperança a melhoria também foi significativa após a criação do PA. Embora tenha se observado crescimento do número de famílias com acesso aos utensílios domésticos e equipamentos eletrônicos, é nele talvez, que itens como máquina de lavar e computador ainda não foram adquiridos pelas famílias entrevistadas e só a metade já adquiriu antena parabólica (Tabela 17).

Tabela 17 – Acesso a utensílios domésticos e equipamentos eletroeletrônicos

Utensílios domésticos e equipamentos eletrônicos	PA União		PA Socorro		PA Esperança		PA Celso Furtado		PA Emanuel Joaquim	
	Possui	Possuía	Possui	Possuía	Possui	Possuía	Possui	Possuía	Possui	Possuía
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Fogão a gás	100,0	52,9	100,0	92,9	91,7	66,7	100,0	100,0	88,9	44,4
Geladeira	100,0	0,0	100,0	71,4	100,0	33,3	100,0	100,0	88,9	11,1
Máquina de lavar	11,8	0,0	21,4	7,1	25,0	8,3	37,5	25,0	0,0	0,0
Ferro de engomar	70,6	29,4	87,5	78,6	58,3	33,3	75,0	62,5	66,7	22,2
DVD	88,2	0,0	100,0	14,3	91,7	8,3	100,0	100,0	88,9	0,0
Televisão	100,0	41,2	100,0	14,3	100,0	41,7	100,0	100,0	100,0	55,6
Antena parabólica	100,0	0,0	92,9	50,0	100,0	25,0	100,0	75,0	55,6	22,2
Liquidificador	94,1	0,0	100,0	50,0	91,7	58,3	100,0	87,5	88,9	33,3
Som	82,4	5,9	78,6	42,9	58,3	16,7	100,0	62,5	88,9	22,2
Computador	5,2	0,0	21,4	0,0	0,0	0,0	12,5	0,0	0,0	0,0

Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

No que diz respeito à comunicação, observou-se que todas as famílias entrevistadas possuem pelo menos um aparelho celular. Este é o tipo de aparelho através do qual a maioria das famílias se comunica, e de modo muito particular, pelo qual a maioria dos jovens tem acesso à internet. O PA Socorro dispõe de orelhões, telefones fixos e celulares, sendo que os dois primeiros já foram de grande utilidade não só para o assentamento, mas para outras comunidades vizinhas. Atualmente, dado os avanços da tecnologia neste setor, os mesmos já estão quase que totalmente em desuso.

Com base nas informações supracitadas, não resta a menor dúvida que houve um grande progresso nas condições habitacionais das famílias assentadas, após a criação dos assentamentos rurais do município de Areia. Conforme os dados resumidamente apresentados na tabela 16, entre 77,0% e 100% das famílias entrevistadas consideram que suas condições de habitação melhoraram depois de assentados. Entre 14,0% e 22% das famílias consideram que não houve para elas nenhuma mudança nas suas condições de habitação, e apenas 12,5% consideram que tais condições pioraram.

Tabela 18 - Condições de moradia das famílias assentadas

Assentamento	Condições de Moradia			
	Melhor	Pior	Igual	Total
PA União	100%	0%	0%	100%
PA Socorro	85,7%	0%	14,3%	100%
PA Esperança	83,3%	0%	16,7%	100%
PA Celso Furtado	87,5%	12,5%	0%	100%
PA Emanuel Joaquim	77,8%	0%	22,2%	100%
Total	88,3%	1,7%	10%	100%

Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

Outro aspecto observado sobre a questão de moradia, refere-se ao fato de que nos PAs pesquisados, o acesso à terra permitiu o acesso à habitação aos filhos que se casaram, ou a outros membros e/ou agregados das famílias assentadas.

De acordo com as lideranças de cada assentamento, verifica-se atualmente um total de 17 famílias agregadas no PA União, 16 famílias agregadas no PA Socorro, aproximadamente 11 famílias no PA Esperança, 07 famílias no PA Emanuel Joaquim, e apenas uma família no PA Celso Furtado, perfazendo um total de 52 famílias agregadas nos cinco assentamentos onde vivem em casas construídas no lote da família (Figura 29).



Figura 29 - Moradia de famílias agregadas ao lado da moradia do titular do lote e chefe da família. PA União (2013).
Arquivo: Rejane Ferreira (2013).

Durante a pesquisa de campo, também foi possível observar que nos PAs União e Esperança, inexistem graves problemas referentes aos lotes, bem como em relação às moradias, que por ventura, venham a precisar de intervenções do INCRA. No entanto, fazendo este levantamento nos outros três PAs, observou-se que no PA Celso Furtado existe uma casa vazia, a qual já está reservada para uma família, que passará primeiramente por uma experiência temporária de convivência, sendo posteriormente avaliada pelos atuais assentados, que darão o aval de permanência ou não da mesma no assentamento, conforme o regulamento interno que os mesmos procuram seguir.

No PA Emanuel Joaquim, a situação de alguns lotes apresenta alguns problemas. Das 29 famílias titulares, 16 moram e trabalham nos lotes, encontrando-se devidamente regulares perante o INCRA. Duas outras, embora morem e trabalhem em 2 lotes, ainda não possuem seus nomes na lista dos assentados, uma vez que os lotes pertenciam a outras famílias que saíram do PA e foram repassados para estas novas famílias com a aprovação da Assembléia de produtores na Associação do PA, conforme o regulamento interno, ao qual procuram serem fiéis.

Detectamos ainda que seis famílias desse PA residem na cidade, sendo que: a) duas delas permanecem trabalhando nos lotes; b) uma, não trabalha pessoalmente no lote, remunera trabalhadores para cuidarem da casa e produzirem em uma parte da terra, arrendando a outra para alguns assentados; c) duas não trabalham nos lotes, dado a problemas da falta de segurança, uma vez que uma delas já foi assaltada violentamente e a outra saiu do PA devido à desavenças com outros assentados. Esta família já passou, inclusive, por uma tentativa de homicídio; d) por fim, outra família não trabalha no lote, dado alguns problemas

de saúde, além de ainda não possuir o nome na relação dos beneficiários do INCRA, uma vez que o lote foi repassado de uma filha para a mãe. Destaca-se ainda neste PA, que dois lotes estão atualmente sob a responsabilidade de uma única família, sendo que um é ocupado regularmente e outro foi obtido através do ato de compra e venda entre assentados. Além disso, mais três lotes já foram repassados várias vezes, de forma totalmente irregular, ou seja, através da troca ou do ato de compra e venda dos assentados com outras pessoas. Um deles chegou a ser trocado duas vezes, sendo a primeira por uma moto e a segunda por uma caixa de som. Outro foi trocado por um carro. E o outro, por sua vez, foi vendido por um valor superior, porém próximo de R\$ 1.000,00. Estes três últimos lotes citados pertencem atualmente a um delegado de polícia, hoje atuante no Município de Lagoa Seca- PB.

Segundo os entrevistados, de todos estes casos, o do delegado representa atualmente, o maior de todos os problemas do assentamento, uma vez que uma possível solução envolveria muitas questões jurídicas. Além da irregularidade no ato da compra e/ou troca dos lotes, o mesmo ainda colocou em dois lotes, moradores que não possuem boa conduta. São eles os responsáveis pelas arruaças que ocorrem no assentamento, e por este motivo, estão tirando a paz das famílias residentes. Segundo uma assentada,

Se o INCRA bater aqui no caso do delegado, ele perde tudo, e quem vendeu vai responder a processo porque não pode. Daí, eles nunca mais vão poder se assentar, nem aqui e nem em outro... O pessoal que o delegado traz é da pesada. Eles trazem prostituta. Até criança se prostitui. É um monte de gente. Todos que tão lá dizem que mora. Eles são tudo errado. São da pesada... roubam tudo, junto com o filho de um assentado (Depoimento de uma assentada do PA Emanuel Joaquim).

Diante do exposto, a Associação do PA Emanuel Joaquim se posiciona notificando todos estes fatos em forma de atas, às quais são encaminhadas para o INCRA para que o mesmo tome as devidas providências, uma vez que devem respeitar a hierarquia existente. Porém, de acordo com os entrevistados, o INCRA não cumpre o seu papel no que diz respeito aos problemas dos assentamentos. Atualmente, para não ficar tão passiva, a associação tenta resolver os problemas mais superficiais, como os de desordem, junto ao promotor e/ou polícia, muitas das vezes até com receio de que possam ser ameaçados, como já aconteceu com algumas lideranças passadas. Por este motivo, o INCRA está totalmente sem crédito neste PA.

A situação de descrédito em relação ao INCRA, também se verifica fortemente no PA Socorro, que, por sua vez, apresenta uma série de problemas no que diz respeito não aos lotes, mas as casas da antiga sede da usina Santa Maria, que se encontram, desde a época da

desapropriação das terras, sob a responsabilidade da Associação do assentamento. As terras desapropriadas após a falência da usina formaram apenas 45 lotes neste PA. Logo, foi preciso fazer uma reunião na qual seria decidido quem seriam os beneficiários de tais lotes. Segundo os entrevistados, quem quis terra ficou com a terra, e quem quis casa, uma vez que já morava nela, ficou com a casa, sendo que esta a partir da criação do PA passaria, da mesma forma que os lotes, a ser responsabilidade do assentamento. Como os moradores que receberam as casas não haviam recebido indenização, começaram a se achar no direito de fazer o que quisessem com as mesmas, criando um clima complicado na relação com a Associação do PA. Ao todo, nessa condição, situam-se 162 casas/famílias. Alguns depoimentos servem para esclarecer, do ponto de vista dos entrevistados, os problemas que afligem o Assentamento Socorro.

Aqui no assentamento, por ser de uma usina falida, ninguém quer perder, porque não receberam indenização. Então, mesmo sendo do assentamento, o pessoal vende quando quer sair, porque senão perde tudo. A Associação nem se mete, porque também não pode mais com o povo (depoimento do filho de um assentado do PA Socorro).

O problema daqui não são os assentados, são os não assentados. Era para o INCRA ter desapropriado as terras do lote e separado das vilas, mas assim fica bagunçado. Quando o INCRA partiu as terras, tinha outras família que já tava dentro do meu lote, mas não saíro nunca (Depoimento de um assentado do PA Socorro).

Segundo os entrevistados, o pessoal da Associação já recorreu várias vezes ao INCRA para retirar a responsabilidade das casas da área comunitária do assentamento, repassando-as para a Prefeitura Municipal de Areia por meio de doação ou até mesmo por meio da venda. No entanto, nenhuma providência ainda foi tomada, ficando a Associação deste PA numa situação de passividade diante deste problema do maior Assentamento de Areia e dos problemas que a partir destes vão surgindo diariamente.

3.9 Acesso aos meios de transportes pelas famílias assentadas

Em relação aos tipos de transporte presentes nos assentamentos, constatou-se a existência de motos, carros, bicicletas e animais de transporte, como o cavalo. Das 17 famílias entrevistadas no PA União, 33,3% possuem bicicleta; 28,6% possuem moto; 28,6% possuem animal de transporte; e apenas 9,5% possuem carro. No PA Socorro, 46,7% das 14 famílias entrevistadas possuem moto; 46,7% possuem carro; apenas 6,6% possuem bicicleta; e nenhuma dessas famílias possui animal de transporte. Das 12 famílias entrevistadas no PA Esperança, 42,9% possuem moto; 21,4% possuem bicicleta; 21,4% possuem animal de

transporte e apenas 14,3% possuem carro. No PA Celso Furtado, das 08 famílias entrevistadas, 50% possuem motos; 18,7% possuem bicicleta; 18,7% possuem animal de transporte e apenas 12,6% possuem carro. Das 09 famílias entrevistadas no PA Emanuel Joaquim, 75% possuem moto; 12,5% possuem carro; 12,5% possuem animal de transporte; e nenhuma dessas famílias declarou possuir bicicleta. Do total das famílias entrevistadas, 44,6% possuem moto; 18,9% possuem carro; 18,9% possuem bicicleta; e 17,6% possuem animal de transporte (Tabela 19).

Conforme os dados apresentados, é expressivo o número de famílias que atualmente possui moto própria. Este é um transporte prático e econômico, e por este motivo tem sido cada vez mais utilizado principalmente pelos jovens, para a locomoção diária no interior dos assentamentos rurais do município de Areia. Para muitas famílias, de modo especial para os adultos e os idosos, o acesso às cidades, de maneira mais econômica e menos cansativa, se torna possível utilizando os transportes escolares, sejam eles ônibus, caminhões, ou veraneios, que diariamente percorrem os assentamentos transportando os estudantes.

Tabela 19 - Meio de transporte das famílias assentadas

Assentamento/	Tipo de Transporte				
	Animal	Bicicleta	Moto	Carro	Total
PA União	28,6%	33,3%	28,6%	9,5%	100%
PA Socorro	0%	6,6%	46,7%	46,7%	100%
PA Esperança	21,4%	21,4%	42,9%	14,3%	100%
PA Celso Furtado	18,7%	18,7%	50%	12,6%	100%
PA Emanuel Joaquim	12,5%	0%	75%	12,5%	100%
Total	17,6%	18,9%	44,6%	18,9%	100%

Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

O único assentamento no qual transita diariamente alguns ônibus de uma empresa particular, a “São José”, é o PA Socorro. A empresa faz o percurso ligando os municípios de Pilões a Campina Grande cortando a cidade de Areia, com a qual os assentados, tanto deste PA quanto dos PAs União e Esperança, tem mais contato. Esta empresa, juntamente com a empresa “Bela Vista”, também faz o percurso ligando as cidades de Remígio a Arara, através da rodovia PB-105 que passa nas proximidades do PA Celso Furtado. Estes transportes constituem uma alternativa para os assentados, que dada à proximidade, tem mais contato diário com aqueles dois municípios.



Figura 30 -: Ônibus da empresa São José transitando no PA Socorro.
Arquivo: Rejane Ferreira (2013).



Figura 31 -: Transporte para fretes no PA Emanuel Joaquim.
Arquivo: Rejane Ferreira (2013).

Verificou-se ainda nesta pesquisa, que alguns assentados que possuem carro, o colocam à disposição para fretes. Tais fretes acontecem principalmente em épocas em que os assentados aposentados vão sacar o dinheiro do benefício da aposentadoria e fazerem as suas compras, as chamadas “compras do mês”. São também bastante procurados, quando algum membro da família adoece, não conseguindo se locomover de outra forma menos confortável para o atendimento médico, seja nos postos de saúde ou nos hospitais municipais. Além disso, os fretes ainda são necessários, por vezes até coletivamente, quando muitos assentados precisam comercializar os seus produtos, mas não têm como transportar a produção aos centros consumidores.

3.10 Participação dos assentados na Associação do assentamento

As associações são vistas como ponto de apoio e de representatividade dos assentamentos, uma vez que é por meio delas que os assentados reivindicam melhores condições de vida e conseguem ter acesso aos mais diversos tipos de benefícios. No entanto, embora todos os assentados estejam atualmente associados, nem todos participam assiduamente das reuniões.

De acordo com os dados apresentados na tabela 20, no PA União, 88,2% dos assentados entrevistados participam assiduamente das reuniões, ao passo que 11,8% não participam. No PA Socorro, 78,6% dos assentados entrevistados participam, ao passo que 21,4% não participam. No PA Esperança, 50% dos assentados entrevistados participam, e 50% não participam das reuniões. No PA Celso Furtado, 75% dos assentados entrevistados participam, ao passo que 25% não participam. Por sua vez, no PA Emanuel Joaquim, todos os

assentados entrevistados participam assiduamente das reuniões. Assim, considerando a amostra total desta pesquisa, dos 60 assentados entrevistados, 78,3% participam mensalmente das reuniões.

Tabela 20- Participação das famílias nas associações dos PAs

Assentamento	Participação na Associação		
	Sim	Não	Total
PA União	88,2%	11,8%	100%
PA Socorro	78,6%	21,4%	100%
PA Esperança	50%	50%	100%
PA Celso Furtado	75%	25%	100%
PA Emanuel Joaquim	100%	0%	100%
Total	78,3%	21,7%	100%

Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

Tais associações apresentam características diferentes em relação à forma como são financeiramente mantidas. No PA União, por exemplo, a Associação é mantida com recursos oriundos de uma plantação de banana na área comunitária. Quando a produção é comercializada, os trabalhadores são remunerados e o restante do recurso fica na Associação. Por este motivo, mensalmente não é cobrada taxa alguma dos assentados. No PA Emanuel Joaquim, a associação é mantida com recursos provindos de duas fontes: primeiro, de uma taxa fixa no valor de R\$2,00, cobrada mensalmente de cada associado; e segundo, por 5% da receita destinada a cada assentado que trabalha na área coletiva. Quando a produção é vendida, cada assentado recebe conforme os dias de trabalho, e deste valor, entregam uma porcentagem para a Associação.

Nos demais assentamentos, os assentados associados pagam mensalmente uma taxa fixa no valor de R\$2,00 sendo este o único meio de manutenção das associações.

As associações que são mantidas unicamente pelas contribuições dos assentados, deparam-se muitas vezes com limitações no desenvolvimento de algumas atividades, dado os atrasos que geralmente acontecem nos pagamentos e o baixo valor recolhido. Estas contribuições são geralmente utilizadas, entre outros, para cobrir os custos de viagens feitas para a capital do Estado para fazer contatos com o INCRA, e/ou para quaisquer outros lugares quando se precisa resolver assuntos de interesse do assentamento, como por exemplo, buscar recursos financeiros.

Por ser um agente representativo, o desempenho das associações reflete totalmente no

desempenho dos assentamentos. Conforme foi verificado em campo, os assentamentos mais organizados no âmbito socioeconômico são aqueles cujas associações são lideradas por pessoas dinâmicas, responsáveis e comprometidas com a coletividade.

No que diz respeito à influência das associações no desempenho dos assentamentos, observou-se alguns problemas em dois dos PAs estudados. No PA Celso Furtado, dada à existência de duas associações, rivais. Quando o assentamento foi criado, existia apenas uma. Todavia, dadas as discordâncias entre os sócios e dados os problemas pessoais que eram levados para dentro da Associação, houve, segundo os entrevistados, a necessidade de desmembramento. Atualmente, este se configura no maior problema do assentamento, pois a elaboração de projetos, os recursos adquiridos, entre outros, só são acessíveis aos que são sócios pelo MST. Para a outra associação, é tudo mais difícil. Dessa forma, o desempenho das atividades no assentamento é comprometido pela falta de união dos assentados em seu interior.

Situação semelhante foi identificada no PA Socorro, no qual também atuam duas associações. A primeira é representante do grupo ligado ao MST e é formada por assentados e agregados. A segunda é controlada pelas famílias que escolheram ficar com as casas ao invés das terras. Os interesses particulares de cada uma fizeram com que tais associações também ficassem rivais entre si, assim, as desavenças por causa das casas acabam se refletindo no desempenho das atividades no interior do assentamento. Isto, atualmente, também se configura no principal problema do assentamento.

Além disso, muitos entrevistados mostraram-se insatisfeitos com as atuais lideranças da associação do PA. Segundo eles, são pessoas antipáticas, que, por sua vez, se deixaram levar pela comodidade, não correndo atrás de projetos ou de benefícios para o PA, como acontece, por exemplo, nos PAs União e Emanuel Joaquim. Além da participação nas associações, muitos assentados também participam mensalmente das reuniões do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), realizadas na Emater, e com menos frequência, procuram ou são procurados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Areia. Tal Sindicato, segundo os entrevistados, tem como prioridade os assuntos relacionados aos programas assistencialistas. Logo, desde os processos de desapropriação das terras, o mesmo é visto como passivo aos problemas dos assentamentos.

Na época da desapropriação das terras do PA Emanuel Joaquim, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Areia, muito pouco se envolveu. De acordo com os entrevistados, a grande força e motivação partiram do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Alagoa Nova, dado que grande parte dos assentados residia anteriormente em tal município.

Ainda hoje continuam contando com o apoio desse sindicato, e por vezes, do sindicato do município de Remígio, principalmente no que diz respeito a cursos voltados para o setor rural, frequentemente disponibilizados pelo sindicato em parceria com outros agentes sociais. Situação semelhante foi verificada no PA Celso Furtado, o qual se relaciona com mais frequência com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Arara. Segundo depoimentos de vários assentados: “nós somos esquecidos por Areia”; “em Arara é tudo mais fácil”; “em Arara a gente consegue trator, consegue tudo, mas Areia...prá o povo de Areia a gente não existe”.

Assim, os únicos assentamentos que ainda conseguem ter uma visão positiva, mesmo que seja mínima, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Areia, são os PAs União, Socorro, e Esperança, pois no processo de desapropriação das terras da antiga Usina Santa Maria, o STR deu uma grande força. No entanto, hoje também reconhecem a sua passividade nos problemas relacionados ao setor rural como um todo.

Assim, com base no contexto social aqui explícito, apesar dos problemas ainda existentes, não há qualquer dúvida a respeito das melhorias ocorridas após a criação dos assentamentos. No entanto, cabe aqui ressaltar, que tais melhorias não se devem apenas ao fato de as famílias terem tido acesso à parcelas de terra, bem como as moradias e tudo o que a partir daí foi surgindo. Este foi o ponto inicial. No entanto, torna-se necessário, diante dessa análise, considerar tais resultados a partir das melhorias também existentes na gestão pública, na gestão de mediadores representativos, como no caso das associações, e principalmente na gestão familiar, uma vez que as melhorias existentes na coletividade partem do impulso individual dos integrantes do coletivo.

Para entender de forma aprofundada a realidade socioeconômica dos assentamentos do município de Areia – PB vinculados ao INCRA dedica-se o quarto e último capítulo a apresentação e análise dos seus aspectos econômicos.

CAPÍTULO 4 - ASPECTOS ECONÔMICOS DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO MUNICÍPIO DE AREIA-PB: ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E DO TRABALHO

Este capítulo tem como objetivo, apresentar e analisar a dinâmica econômica dos assentamentos rurais vinculados ao INCRA do município de Areia-PB. Os indicadores analisados foram: ocupação e renda das famílias assentadas e o desenvolvimento de atividades agropecuárias.

4.1. Ocupação e remuneração das famílias assentadas

Na pesquisa de campo, foi possível identificar a ocupação principal, bem como a remuneração de cada residente nos domicílios por assentamento, como será visto a seguir:

a) PA União. Neste assentamento 51,7% dos residentes têm como ocupação principal a agricultura familiar; 26,4% os estudos; 12,6% são aposentados, embora continuem trabalhando na agricultura; 8,1% são assalariados rurais, e apenas 1,2% são funcionários públicos (Tabela 20);

b) PA Socorro. Neste caso também um pouco mais de 50% dos residentes tem na agricultura sua ocupação principal. O percentual de aposentados na população residente total do PA é maior do que no PA União, de, 20,3%. Apesar de aposentados, continuam trabalhando nas atividades agropecuárias; 17,2% são estudantes; 4,7% são assalariados rurais; 3,1% trabalham de aluguel na agricultura; 1,6% são funcionários públicos, e 1,6% são assalariados urbanos (Tabela 20);

c) PA Esperança. Neste assentamento 48,2% dos entrevistados têm a agricultura como principal ocupação; 33,9% são estudantes; 9% são aposentados; 7,1% são assalariados rurais; e 1,8% são assalariados urbanos (Tabela 20);

d) PA Celso Furtado. Como nos PAs União e Socorro um pouco mais de 50,0% dos residentes nos domicílios familiares tem a agricultura como principal ocupação; 32,5% são estudantes; 10% são aposentados; 2,5% são assalariados rurais; e 2,5% são assalariados urbanos (Tabela 20);

e) PA Emanuel Joaquim. Neste PA 54,1% dos residentes nos domicílios das famílias entrevistadas tem a agricultura como ocupação principal; 35,1% são estudantes; e 10,8% são aposentados (Tabela 20).

No total, constata-se que 51,4% dos residentes nos domicílios das famílias entrevistadas nos cinco assentamentos tem como ocupação principal a agricultura; 27,8% os estudos; 13% são aposentados, embora continuem trabalhando na agricultura; 1,1% são

assalariados urbanos; 0,7% são funcionários públicos e apenas 0,7% têm como principal ocupação o trabalho alugado na agricultura. Se acrescentarmos aos que tem como ocupação principal a agricultura os aposentados que ainda se dedicam a essa atividade esse percentual cresce para 64,4% o que é demonstrativo da importância da agricultura como atividade principal absorvedora de mão de obra nos assentamentos (Tabela 20). Confirma-se também a forte presença dos jovens na escola, outro ponto fundamental para a valorização do processo de reforma agrária. O trabalho assalariado seja urbano ou rural é pouco comum nos PAs.

Tabela 21 - Ocupação principal dos residentes nos domicílios das famílias assentadas

Assentamento	Ocupação Principal					Total
	PA União	PA Socorro	PA Esperança	PA C. Furtado	PA E. Joaquim	
Agricultor familiar	51,7%	51,5%	48,2%	52,5%	54,1%	51,4%
Assalariado rural	8,1%	4,7%	7,1%	2,5%	0,0%	5,3%
Assalariado urbano	0,0%	1,6%	1,8%	2,5%	0,0%	1,1%
Funcionário Público	1,2%	1,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,7%
Aposentado	12,6%	20,3%	9%	10%	10,8%	13%
Alugado/ agricultura	0,0%	3,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,7%
Estudante	26,4%	17,2%	33,9%	32,5%	35,1%	27,8%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

Os agricultores são remunerados quando comercializam o excedente da sua produção. No entanto, tem em mente que se fossem comprar todos os produtos que possuem abundantemente em seus lotes, não teriam condições financeiras. Então, eles consideram esta fatura como sendo parte da sua remuneração. Já os assentados que são aposentados ou pensionistas, são remunerados com o benefício do INSS, correspondente a um salário mínimo.

Os assalariados rurais das famílias entrevistadas trabalham principalmente em três lugares: no Engenho Triunfo localizado no município de Areia; em um Condomínio construído na zona rural do município, localizado próximo aos assentamentos União, Socorro e Esperança; e nas usinas e destilarias do Estado de Pernambuco. Nos três lugares, trabalham também muitos jovens de outras famílias não entrevistadas.

Os que trabalham no Engenho Triunfo dividem-se em dois grupos: os que trabalham

no campo na lavoura da cana e os que trabalham na parte da produção industrial, sendo que ambos ganham um pouco mais de um salário mínimo.

Os que trabalham no Condomínio também desempenham trabalhos diferentes: uns trabalham na construção civil, sendo pedreiros e/ou serventes, com remuneração de um salário mínimo mensal e R\$30,00 a diária, respectivamente; outros trabalham como pintor, ganhando um salário mínimo mensalmente; outros trabalham cuidando das granjas, ganhando R\$400,00 mensalmente, mais uma cesta básica; outros sendo jardineiros, com remuneração mensal de R\$250,00; e outros trabalham fazendo bicos em apenas um turno, neste caso, sendo remunerados por R\$15,00 o turno. Já quem optou em trabalhar nas usinas de Pernambuco, recebe aproximadamente R\$1.100,00 por mês, podendo voltar para as suas casas apenas de quinze em quinze dias. Além disso, os assentados que trabalham alugado na agricultura recebem sua remuneração de acordo com o tipo de trabalho, isto é, quando o trabalho é mais pesado, recebem R\$30,00 por dia, quando o trabalho é mais maneiro, recebem R\$25,00.

Os que são assalariados urbanos recebem em média um salário mínimo por mês, destacando-se nestes poucos casos, os que desempenham alguma atividade agregada à Prefeitura municipal. Já os funcionários públicos residentes nos domicílios das famílias assentadas são aqueles que trabalham em escolas, tanto como professor(a), quanto como merendeiras, também ganhando um pouco mais de um salário mínimo.

Quando questionados sobre outras ocupações atuais, observou-se que geralmente, os residentes que tem como principal ocupação os estudos, trabalhos assalariados no setor rural ou urbano, ou é funcionário público ou aposentado, tem como segunda ocupação principal, a agricultura familiar. Além disso, alguns estudantes homens também dedicam parte do seu tempo para o trabalho alugado na agricultura como uma forma de obterem a própria renda, e até ajudarem no complemento da renda familiar. Os agricultores, por sua vez, subdividem-se em outras ocupações, conforme as características de cada um. As mulheres esposas, em sua maioria, apresentaram-se como donas do lar. Neste caso, explicitaram o orgulho que carregam por não serem mais chamadas de domésticas, mas de agricultoras, entre outros motivos, por saberem que atualmente são muitos os benefícios para quem tem a agricultura como profissão. Parte significativa dos homens, geralmente os esposos, disseram que quando não trabalham nas atividades agropecuárias, não exercem nenhuma outra ocupação. Outros residentes, tanto homens quanto mulheres, quando não trabalham nas atividades agropecuárias em seus lotes, dedicam-se ao comércio, tanto por meio da venda direta ao consumidor final através das feiras, como assumindo o papel de atravessador dentro do próprio assentamento.

É significativa a participação de crianças ajudando os pais em algumas atividades na agricultura. A figura 32 mostra crianças do PA Celso Furtado transportando a palha seca do milho nas próprias cabeças para os currais, onde servirão de ração para os bovinos. Elas, assim como as crianças dos demais assentamentos, são estimuladas pelos pais a dividirem o seu tempo entre escola, trabalho e lazer, ajudando dessa forma, nos trabalhos desenvolvidos no interior dos lotes.



Figura 32- Crianças do PA Celso Furtado dividem o tempo entre Trabalho e estudo. Arquivo: Rejane Ferreira (2013).

Assim, no que se refere a segunda ocupação dos assentados residentes nos domicílios das famílias entrevistadas, constatou-se que: a) 46,5% das famílias têm a agricultura como segunda ocupação principal; b) 20,1% desempenham as atividades referentes ao lar; c) 16,6% não realizam nenhuma outra atividade depois que encerram a principal; d) 8,8% trabalham alugado na agricultura; e) 5,6% trabalham no comércio; f) 2,1% são assalariados rurais e; f) 0,3% são assalariados urbanos. Frente ao exposto, percebe-se um comprometimento das famílias assentadas com os trabalhos realizados no interior dos lotes. Quando a agricultura não corresponde à principal ocupação, dada a necessidade de obtenção de renda fixa em curto prazo, corresponde à segunda ocupação.

Ainda neste sentido, também foi possível levantar em campo, a quantidade de famílias assentadas que já haviam trabalhado na agricultura, antes da criação dos assentamentos. Neste caso, verificou-se que todas as famílias dos PAs União, Esperança e Emanuel Joaquim já haviam trabalhado, ao passo que nos PAs Celso Furtado e Socorro, 12,5% e 7,1%, respectivamente, ainda não haviam trabalhado.

Quando interrogados se gostam ou se não gostam de serem agricultores, os

entrevistados apresentaram algumas justificativas coerentes em relação às suas opiniões, da mesma forma que também apresentaram respostas que se contradiziam ao longo da entrevista.

Vejamos as respostas de alguns assentados entrevistados diante da pergunta: o senhor gosta de ser agricultor? Por quê?

Sim. A agricultura é que enche as mesas. A gente só tem mesa cheia se trabalhar na agricultura. É feijão, milho, macaxeira, batata, frutas diversas. Tem tudo. Nunca falta...sobra. Eu amo a agricultura. O problema é só porque tem muita gente vendendo barato. O governo tá ajudando através de projetos, mas poucos se beneficiam. Precisa ampliar mais (Depoimento de uma assentada do PA Emanuel Joaquim).

Odeio com todas as minhas forças. Não gosto de jeito nenhum de trabalhar na agricultura. Falta chuva, terra fraca.. falta interesse. Ninguém quer mais trabalhar não. Sou agricultora porque tá no papel. Ninguém tem coragem de dizer, mas eu sou realista. Tenho fé em Deus que nenhum dos meus filho há de ser agricultor. Todos vão ter uma profissão. Com agricultura ninguém vai pra frente não. Mas, sempre tem os doido por aí. rrsr (Depoimento de uma assentada do PA Esperança).

Gosto sim. É um troço que não tem valor, mai é de onde sai a alimentação. A gente produz prá o povo da rua comê. De uns três ano pra cá tá até mais valorizado. Até a feira do agricultor já inventaro (Depoimento de um assentado do PA União).

Gosto. Gosto demais. Também, não tenho estudo pra ser outra coisa. Tem que ser agricultora mermo (Depoimento de uma assentada do PA Esperança).

Apesar de compreenderem as dificuldades enfrentadas no desenvolvimento das atividades agropecuárias, muitos assentados, principalmente os mais idosos, explicitam o amor que tem pelos trabalhos do campo. Para estes, agricultura é sinônimo de fartura. Além disso, responsabilizando-se pela produção, estão colocando nas próprias mesas, produtos de qualidade, além de serem privilegiados pela oportunidade que têm de acompanhar todo o processo de produção dos produtos, analisando, eles mesmos, os sucessos e os fracassos de cada empreendimento implementado em seus lotes.

Todavia, embora afirmando que gostam de serem agricultores, alguns entrevistados se contradizem ao longo de seus discursos. Afirmam que já nasceram na agricultura e que por isso já se acostumaram e tem que gostar mesmo. Relatam que gostam porque não tiveram estudo e nem oportunidades para terem outra profissão, assim, com base neste entendimento, não querem jamais que seus filhos sejam agricultores também. Outros, ainda deixando explícito que não gostam de serem agricultores, fazem ressalvas aos benefícios que a profissão oferece através da atuação de agentes mediadores.

Alguns assentados não conseguem disfarçar o seu desprezo pela agricultura,

justificando-se pelas dificuldades de todo o processo, desde a falta de chuvas, a qualidade do solo, às doenças adquiridas ao longo dos anos pelo fato de já terem trabalhado muito. Neste sentido, quando questionados sobre as principais dificuldades que o agricultor assentado enfrenta hoje no município de Areia ou no assentamento, os assentados apresentaram justificativas bastante semelhantes.

Nos PAs União, Socorro e Esperança, os entrevistados pontuaram as seguintes dificuldades:

a) o trabalho é todo manual, pois dado que os terrenos são acidentados, não podem utilizar nenhum tipo de maquinário acessível para cortar a terra, reduzindo em muito a produtividade;

b) as dificuldades burocráticas para conseguirem apoio financeiro para investir na produção;

c) a falta de apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Areia em termos de representatividade;

d) a falta de mercado para os produtos; e) a falta de transporte para levar os produtos até ao mercado;

f) a comercialização com os atravessadores e;

g) a baixa produtividade, não dando para se manter favoravelmente com o rendimento dos lotes.

Os entrevistados do PA Celso Furtado, pontuaram as seguintes dificuldades: a falta de chuva e carência de água no PA, o que reduz a produtividade; a falta de um mercado certo para escoar os produtos; a falta de visibilidade por parte do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Areia, bem como da Prefeitura Municipal; e a falta de maquinário gratuito disponibilizado pela prefeitura ou outros, para cortar a terra, uma vez que elas apresentam-se adequadas para a utilização de máquinas.

Já no PA Emanuel Joaquim, os assentados pontuaram como principais dificuldades: a falta de transporte para transportar os produtos até ao mercado; o preconceito existente, como se a agricultura fosse menos digna de ser uma profissão; a falta de apoio por parte do município de Areia, tanto através do Sindicato quanto através da Prefeitura municipal; a ausência do INCRA enquanto instituição que faz cumprir as regras dos assentamentos, o que tem contribuindo, como foi colocado, com a proliferação de outros problemas já existentes no interior do assentamento e o fato de os terrenos serem bastante acidentados, impossibilitando a utilização de maquinários que possivelmente agilizariam o processo de produção



Figura 33: Declividade das terras no PA Emanuel Joaquim. Arquivo: Rejane Ferreira (2013).

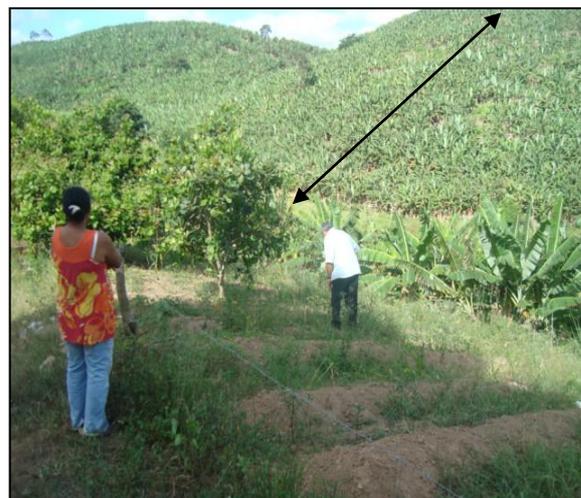


Figura 34: Declividade das terras no PA Socorro Arquivo: Rejane Ferreira (2013).

De fato, a declividade das terras dificulta o desenvolvimento das atividades agropecuárias nos lotes. Dos cinco assentamentos estudados, o único que utiliza o trator e a tração animal na preparação do solo para o cultivo agrícola, é o PA Celso Furtado, porém, dadas as características ambientais do lugar onde está localizado, em grande parte já dentro do semiárido agrestino, (área de transição entre o Brejo e o Curimataú), não é possível obter um aumento na produção que seja contínuo ao longo do ano. De maneira geral, os trabalhos são realizados apenas com implementos simples, como: a enxada, o enxadeco, a foice, o facão, a pá, a carroça, entre outros, que foram obtidos tanto através de recursos de fomento quanto através de recursos próprios.

Quando questionados sobre o impacto da criação dos assentamentos nas suas condições de trabalho, 94,1% dos entrevistados no PA União afirmaram que houve melhorias, ao passo que para 5,9% as condições pioraram. No PA Socorro, 85,7% dos entrevistados consideram que houve melhorias, ao passo que para 14,3% as condições permanecem as mesmas. No PA Esperança, 58,4% dos entrevistados afirmaram que houve melhorias, ao passo que 33,3% disseram que permanecem iguais, e apenas 8,3% que houve pioras. No PA Celso Furtado, 62,5% consideram que houve melhorias, ao passo que 37,5% consideram que permanecem iguais. Já no PA Emanuel Joaquim, todas as famílias entrevistadas consideram que houve melhorias. Considerando a amostra total constatou-se que 81,7% dos entrevistados consideram que houve melhorias nas suas condições de trabalho depois que vieram para o assentamento; 15% consideram que essas condições permanecem iguais e apenas 3,3% avaliam que houve pioras nas suas condições de trabalho quando comparadas com situações anteriores à criação dos assentamentos (Tabela 22).

Tabela 22 - Condições de trabalho das famílias assentadas

Assentamentos	Condições de Trabalho			
	Melhor	Pior	Igual	Total
PA União	94,1%	5,9%	0,0%	100%
PA Socorro	85,7%	0,0%	14,3%	100%
PA Esperança	58,4%	8,3%	33,3%	100%
PA Celso Furtado	62,5%	0,0%	37,5%	100%
PA Emanuel Joaquim	100%	0,0%	0,0%	100%
Total	81,7%	3,3%	15%	100%

Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

As melhorias nas condições de trabalho aconteceram depois da criação dos assentamentos. Aqueles que viveram uma situação de dominação e controle estão tendo agora, a oportunidade de trabalhar à própria terra, com total autonomia do processo produtivo. Além disso, o acesso a vários tipos de crédito contribuiu grandemente para o desenvolvimento das atividades agropecuárias, bem como para o desenvolvimento do assentamento como um todo.

Inicialmente, cada família assentada teve acesso aos seguintes tipos de créditos: habitação, para a construção de suas residências; alimentação, para auxiliar a família na compra de mantimentos; fomento I, para a compra de ferramentas básicas de trabalho, como enxada, enxadeco, facão, foice, carroça, pá, entre outros; e fomento II, utilizado para comprar arames e estacas para a construção de cercados.

No PA Celso Furtado, o crédito habitação foi no valor de R\$15.000,00 ao passo que nos demais assentamentos, o crédito foi no valor de R\$ 5.000,00. Neste, o valor do crédito alimentação, fomento I e fomento II, foram conjuntamente R\$9.600,00, dividido em três parcelas de R\$3.200,00, enquanto nos demais assentamentos foram R\$ 1.425,00.

Além disso, atualmente são disponibilizadas várias linhas de financiamento para os agricultores, principalmente pelo Banco do Nordeste. Neste sentido, muitos assentados sentem-se motivados para ampliar as suas atividades agropecuárias, uma vez que a questão do crédito e do seu pagamento não se apresenta como dificuldades para os mesmos, dados os anos de carência e os descontos que a eles são oferecidos. Além disso, conforme verificado em campo, alguns assentados aposentados também realizam empréstimos consignados junto ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal. Nestes casos, não mais para ampliar a

produção, mas para pagar alguma dívida, geralmente feita em bodegas, ou então para comprar moto para os filhos ou netos.

Tabela 23: Condições de acesso ao crédito depois da criação dos assentamentos

Assentamentos	Condições de acesso ao crédito			
	Melhor	Pior	Igual	Total
PA União	100%	0%	0%	100%
PA Socorro	92,9%	0%	7,1%	100%
PA Esperança	58,3%	0%	41,7%	100%
PA Celso Furtado	87,5%	0%	12,5%	100%
PA Emanuel Joaquim	88,9%	0%	11,1%	100%
Total	86,7%	0%	13,3%	100%

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Com relação ao acesso ao crédito, todas as famílias assentadas do PA União consideram que houve melhorias. No PA Socorro, enquanto 92,9% consideram que houve melhorias, 7,1% consideram que permanecem iguais. No Esperança, enquanto 58,3% consideram que houve melhorias, 41,7% consideram que permanecem iguais. No PA Celso Furtado, enquanto 87,5% consideram que houve melhorias, 12,5% consideram que permanecem iguais. No PA Emanuel Joaquim, enquanto 88,9% consideram que houve melhorias, 11,1% consideram que permanecem iguais. Dessa forma, considerando a amostra total desta pesquisa, enquanto 86,7% das famílias entrevistadas consideram que houve melhorias, apenas 13,3% consideram que as suas condições de acesso ao crédito permanecem iguais às anteriores à criação dos assentamentos.

Os que consideram que houve melhorias no acesso ao crédito, quando interrogados se acreditam na facilidade para a obtenção de crédito pelo fato de serem agricultores assentados, afirmaram que sim, entre outros motivos, por terem a terra, e principalmente por terem a articulação da associação, que se informa sobre as novidades nesta área, e repassa com segurança as informações para todos. Esta mediação é bastante benéfica para os assentados, que, por sua vez, passam a ter mais confiança sobre os benefícios de cada projeto, e assim, arriscam-se na tentativa de ampliarem cada vez mais a sua produção, e principalmente as suas rendas. Dessa forma, torna-se cada vez mais explícita a forte correlação entre geração de renda nos assentamentos e a disponibilidade de linhas de crédito.

Considerando o impacto da criação dos assentamentos sobre a renda das famílias assentadas, foi possível verificar em campo, que para todas as famílias dos PAs União e Emanuel Joaquim houve melhorias significativas. No PA Socorro, 92,9% das famílias entrevistadas afirmam que houve melhorias nas condições de renda, ao passo que 7,1% consideram que tais condições permanecem as mesmas. No PA Esperança, 83,3% das famílias entrevistadas consideram que houve melhorias, ao passo que para 16,7% as condições permanecem as mesmas. Já no PA Celso Furtado, 50% das famílias entrevistadas consideram que houve melhorias, ao passo que para 37,5% consideram que na questão da renda da família não houve alteração depois do assentamento e para 12,5% as condições de renda pioraram. Do total de das famílias entrevistadas, 88,3% consideram que houve melhorias, 10% consideram que as condições permanecem as mesmas, e 1,7% que tais condições de renda pioraram, quando comparadas com situações anteriores à criação dos assentamentos (Tabela 24).

Tabela 24: Condições de renda das famílias assentadas depois do assentamento

Assentamentos	Condições de Renda			
	Melhor	Pior	Igual	Total
PA União	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%
PA Socorro	92,9%	0,0%	7,1%	100,0%
PA Esperança	83,3%	0,0%	16,7%	100,0%
PA Celso Furtado	50%	12,5%	37,5%	100,0%
PA Emanuel Joaquim	100%	0,0%	0,0%	100,0%
Total	88,3%	1,7%	10%	100,0%

Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

O acesso à renda por parte das famílias assentadas melhorou significativamente com a criação dos assentamentos, não só pela oportunidade que estão tendo de produzir e comercializar os próprios produtos, mais também pelo acesso que têm atualmente aos Programas governamentais de transferência de renda tais como a aposentadoria e o Bolsa Família. Frente ao exposto, observou-se que no PA União, as 17 famílias entrevistadas possuem renda proveniente da agricultura; 13 famílias recebem o benefício do Bolsa Família; 11 residentes recebem o benefício da aposentadoria; e 20 residentes possuem outras fontes de renda. No PA Socorro, 14 famílias possuem renda proveniente da agricultura; 06 famílias recebem o Bolsa Família; 13 residentes recebem o benefício da aposentadoria; e 16 residentes

possuem outras fontes de renda. No PA Esperança, 11 famílias possuem renda proveniente da agricultura; 11 famílias recebem o Bolsa Família; 05 residentes recebem o benefício da aposentadoria; e 12 residentes possuem outras fontes de renda. No PA Celso Furtado, 06 famílias recebem o Bolsa Família; 05 famílias possuem renda proveniente da agricultura; 04 residentes recebem o benefício da aposentadoria; e 05 residentes possuem outras fontes de renda. No PA Emanuel Joaquim, as 09 famílias entrevistadas possuem renda proveniente da agricultura; 04 famílias recebem o Bolsa Família; 04 residentes recebem o benefício da aposentadoria; e 08 residentes possuem outras fontes de renda. Assim, considerando a amostra total, verificou-se que das 60 famílias entrevistadas, 56 possuem renda provenientes da agricultura; 40 recebem recursos do Programa Bolsa Família; 37 residentes recebem da aposentadoria; e 61 residentes possuem outras fontes de renda..

Observou-se também, que o benefício do Bolsa Família fica totalmente sob a administração das mulheres (mães e esposas), enquanto os rendimentos da agricultura, geralmente ficam sob a responsabilidade dos maridos, ou seja, dos chefes das famílias. A renda proveniente da aposentadoria tem fundamental importância para as famílias, pois em muitos casos, além de ser um dos recursos utilizados para manter as unidades familiares, servem também para ajudar os filhos e/ou parentes que vivem em condições um pouco precárias. Com base neste panorama, entendemos que não há dúvida a respeito das melhorias nos rendimentos familiares após a criação do assentamento. Alguns depoimentos reforçam essa percepção.

...antigamente a gente trabalhava de empregado. O dinheiro que ganhava não era nem um salário. Não dava pra comprar nem a feira direito. Todo mundo vivia apertado e trabalhava muito. Hoje é todo mundo rico. Até quem trabalha hoje nas usinas é fichado, mas a gente era de todo jeito, de dia e de noite (depoimento de um assentado do PA União).

Foi melhó a usina tê fechado. O povo hoje vive melhó. É carro, é moto, é bicicleta. Antes ninguém tinha condição de comprá nada. Hoje só não tem as coisa quem não tem coragem de trabalhá (Depoimento de um assentado do PA Socorro).

Hoje tá bom demais. Antes era tudo difícil, a gente queria comê um negocim diferente e não podia. Era aquela coisa contada (Depoimento de uma assentada do PA União).

A partir das melhorias verificadas na renda das famílias assentadas, verificou-se também uma maior dinamização do comércio da cidade, uma vez que grande parte das necessidades dos assentados é suprida pelo comércio local.

4.2. Atividades agropecuárias desenvolvidas nos assentamentos

As atividades agropecuárias desenvolvidas pelos assentados no interior dos assentamentos são predominantemente familiares, e por sua vez, são desenvolvidas nos lotes de forma individual. Para uma análise mais robusta de tais atividades, tornou-se necessário verificar: as características das unidades produtivas, o desenvolvimento e a comercialização das atividades agrícolas, bem como o desenvolvimento e a comercialização das atividades pecuárias. Assim, tomou-se como base, dados relativos ao ano de 2012, uma vez que esta pesquisa foi realizada no decorrer do ano de 2013.

4.2.1 Caracterização da unidade produtiva nos assentamentos

No PA União, as famílias entrevistadas contavam juntas com aproximadamente 71,5 hectares de terra voltados para o desenvolvimento da agropecuária em 2012. Desse total, 38,9 ha destinavam-se ao cultivo de lavouras; 28,1 ha destinavam-se à pastagem; 2,5 ha correspondem à área de reserva; 1,5 ha correspondem à área reflorestada; e 0,5 ha não é aproveitável para a atividade agropecuária (Tabela 25).

No PA Socorro, as famílias entrevistadas contaram com um total de 78,1 ha de terra para a atividade agropecuária. Desse total, 54,0 ha eram voltados para o cultivo; 14 ha para pastagem; 7,1 ha não é aproveitável para a atividade agropecuária; e 3,0 ha constituíam área de reserva (Tabela 25).

No PA Esperança, os assentados trabalharam em 65,0 ha de terra no ano de 2002 sendo que deste total, 22,0 ha destinaram-se ao cultivo das lavouras; 21,0 ha destinaram-se ao pasto; 18,0 ha não são aproveitáveis para a atividade agropecuária; e 4,0 hectares correspondem a área de reserva (Tabela 25).

No PA Celso Furtado, verificou-se um maior número de hectares por família assentada uma vez que os lotes familiares possuem 12 ha, perfazendo um total de 96,0 ha. Desse total, 69,5 ha destinaram-se à pastagem; 21 ha destinaram-se ao cultivo de lavouras e 5,5 ha não são aproveitáveis para o desenvolvimento de nenhuma atividade agropecuária (Tabela 25).

No PA Emanuel Joaquim, os lotes das famílias assentadas são menores do que em todos os outros PAs. A maioria das famílias assentada não chega a possuir nem cinco hectares. O total da área utilizada para a atividade agropecuária em 2012 foi de apenas 22,0 ha dos quais 17,6 ha destinaram-se ao cultivo de lavouras; 3,4 ha constituíam área de reserva; e 1,0 ha apenas, destinaram-se a pastagem (Tabela 25).

Verificou-se, portanto, que as 60 famílias que compõem a amostra da pesquisa nos cinco PAS possuem 332,6 ha de terra dos quais: 153,5 ha são destinados ao cultivo; 133,6 ha são destinados ao pasto; 31,1 ha são impróprios para o desenvolvimento de atividades

agropecuárias; 12,9 ha correspondem a áreas de reserva; e apenas 1,5 ha correspondem a áreas reflorestadas (Tabela 25).

Tabela 25- Área dos lotes das famílias assentadas segundo as formas de uso da terra

Formas de uso da terra	Assentamentos/uso da terra (hectares)					Total
	PA União	PA Socorro	PA Esperança	PA C. Furtado	PA E. Joaquim	
Cultivo	38,9	54,0	22,0	21,0	17,6	153,5
Pasto	28,1	14,0	21,0	69,5	01	133,6
Reserva	2,5	3,0	4,0	0,0	3,4	12,9
Reflorestado	1,5	0,0	0,0	00	00	1,5
Inaproveitável	0,5	7,1	18,0	5,5	00	31,1
Área Total	71,5	78,1	65,0	96	22	332,6

Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

Faz-se necessário pontuar os motivos pelos quais 31,1 ha de terras foram considerados pelos entrevistados como impróprios ao desenvolvimento da atividade agropecuária no interior de seus lotes. Para tanto, chama-se a atenção para o fato de que cada assentamento apresenta uma característica diferente e conseqüentemente uma razão diferenciada para justificar esse fato.

Nos PAs União e Esperança, muitos lotes estão localizados em locais altamente acidentados, de difícil acesso e, além disso, neste último, as terras não apresentam boa fertilidade para a agricultura. “As ladeiras são muito alta, não dá pra tombar a cana” (partes do depoimento de um assentado do PA Esperança).

No PA Socorro, muitos lotes foram cortados pela rodovia estadual que liga os municípios de Areia e Pilões. Existem ainda estradas que ligam os PAs Socorro, União e Esperança muito próximos uns dos outros.

No PA Celso Furtado, destaca-se a existência de terrenos pedregosos, o que é agravado pela escassez de água. Segundo alguns assentados: “A terra é muito fraca. Não dá muita coisa não... não tem nada de fruta, a terra é muito dura... “Eu queria tê pelo meno um hectare no Brejo, só assim eu ia tê muita fruta” (Depoimento de uma assentada do PA Celso Furtado).

Além disso, foi possível verificar em campo, que o desenvolvimento das atividades agropecuárias pelas famílias assentadas, apresenta características diferentes no que diz respeito ao sistema de produção utilizado. De fato, constatou-se que 52,9% das famílias

entrevistadas no PA União, utilizam o sistema de produção tradicional; 35,3% o sistema orgânico; e 11,8% o sistema agroecológico de produção. No PA Socorro, 85,7% das famílias entrevistadas utilizam o sistema de produção tradicional, enquanto 14,3% utilizam o sistema orgânico. No PA Esperança, 50% das famílias utilizam o sistema de produção tradicional e 50% utilizam o sistema de produção orgânico. No PA Celso Furtado, enquanto 87,5% das famílias entrevistadas utilizam o sistema tradicional, 12,5% utilizam o sistema orgânico. Já no PA Emanuel Joaquim, observou-se que todas as famílias entrevistadas, bem como todo o assentamento, utilizam o sistema de produção agroecológico. Esta é uma das características mais importantes deste PA, que lhe confere individualidade e o diferencia dos demais assentamentos do município de Areia-PB (Tabela 26).

Deste modo, considerando o sistema de produção utilizado pelas 60 famílias no ano de 2012, observou-se que 56,7% utilizam o sistema de produção tradicional; 25% utilizam o sistema orgânico; e 18,3% utilizam o sistema agroecológico de produção (Tabela 26).

Tabela 26- Sistema de produção utilizado pelas famílias assentadas- 2012

Assentamento	Sistema de produção			
	Tradicional	Agroecológico	Orgânico	Total
PA União	52,9%	11,8%	35,3%	100,0%
PA Socorro	85,7%	0,0%	14,3%	100,0%
PA Esperança	50,0%	0,0%	50,0%	100,0%
PA Celso Furtado	87,5%	0,0%	12,5%	100,0%
PA Emanuel Joaquim	0,0%	100,0%	0,0%	100,0%
Total	56,7%	18,3%	25,0%	100,0%

Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

Mesmo reconhecendo a importância das práticas orgânicas e agroecológicas, mais da metade das famílias assentadas ainda utilizam prioritariamente o sistema de produção tradicional. A preocupação com o aumento da produção e consequentemente da comercialização e da renda, sobrepõe-se aos benefícios auferidos com o aumento da qualidade dos produtos e com a própria saúde do trabalhador. Isto foi possível verificar em campo, pois tanto os adubos químicos quanto os medicamentos industriais usados no combate às pragas e às doenças, são utilizados principalmente nos produtos destinados à comercialização.

Apesar de reconhecerem a eficiência de tais produtos, algumas famílias preferem utilizar adubos orgânicos (principalmente o esterco de bovinos), medicamentos naturais, entre

outras técnicas simples de combate às pragas e às doenças, desenvolvidas por elas mesmas, com base nos saberes populares passados de pais para filhos ao longo dos tempos. Dentre elas, vejamos algumas: deixar de molho na água folhas e vagens de angico durante oito dias para pulverizar a plantação; moer cebola e alho com água para pulverizar plantas como feijão e tomateiro; e entre outras, colocar pimenta do reino, casca de laranja ou cinza dentro da garrafa pet junto com o feijão guardado para semente.

Algumas famílias assentadas do PA União, bem como todas as famílias do PA Emanuel Joaquim, acreditam que não basta apenas corrigir os efeitos nocivos da agricultura tradicional através do sistema orgânico de produção. É preciso ir mais além. Por isso, desenvolvem o sistema agroecológico de produção em seus lotes, tendo sempre como referência, os ideais da sustentabilidade, tanto ecológica, econômica e social, quanto cultural, política e ética.

Neste sentido, os assentados do PA Emanuel Joaquim se destacam pelos seguintes motivos: a) o trabalho é desenvolvido totalmente com base na mão de obra familiar; b) possuem uma produção diversificada; c) conciliam a produção agrícola com a preservação e o equilíbrio do meio ambiente; d) priorizam o consumo interno, comercializando apenas o excedente, e de preferência para o mercado interno; e) buscam qualidade de vida, principalmente através da ingestão de alimentos saudáveis; f) valorizam a cultura local; e entre outros, preocupam-se com o fortalecimento da família rural.

Além disso, conforme o estatuto interno da Associação: não se pode comercializar nenhum tipo de bebida alcoólica no interior do assentamento, pois acreditam que a bebida em excesso pode desestruturar famílias. Não se pode tomar banho e tão pouco banhar os animais dentro das fontes naturais de água, pois têm em mente que se eles não precisarem da água para o consumo doméstico, há quem precise, mesmo sendo de outras localidades. Na verdade todas as fontes naturais de água nesse PA são coletivas, justamente porque acreditam que “Deus quando manda água manda para todos”.

As crianças são motivadas a ajudar os pais nas atividades agropecuárias, pois acredita-se que se não houver continuidade dos trabalhos por parte da nova geração, as condições de vida futuras serão comprometidas, pois são as famílias do campo que colocam comida na mesa das famílias da cidade.

4.2.2 Atividades agrícolas desenvolvidas nos assentamentos

A criação dos assentamentos é responsável por uma produção mais diversificada de alimentos no município. Em todos os PAs estudados, as famílias escolhem quais os produtos

que desejam cultivar, quais serão apenas para o consumo da família e quais também serão comercializados. Com base nisto, uns produtos tornam-se mais importantes que outros, e por vezes, acabam caracterizando suas respectivas localidades em termo de produção. A pauta da produção agrícola dos assentamentos estudados é formada por dois tipos de lavoura: a lavoura temporária e a lavoura permanente. A primeira é composta principalmente por feijão, milho, macaxeira, mandioca, cana de açúcar, entre outros. Já a segunda, é composta principalmente por banana, laranja, manga, caju, acerola, entre outros, como será visto a seguir.

4.2.2.1. Produção e comercialização das lavouras temporárias

Considerando o ano de 2012, o quadro da produção agrícola dos PAs foi o seguinte:

a) 70,6% das famílias entrevistadas no PA União produziram feijão e milho; 64,7% produziram macaxeira; 47,1% produziram cana-de-açúcar; 29,4% produziram mandioca; e todas as famílias produziram outros tipos de produtos (Tabela 27);

b) no PA Socorro, 85,7% das famílias entrevistadas, produziram milho; 71,4% produziram feijão, macaxeira, e cana-de-açúcar; e 57,1% produziram também outros tipos de produto(Tabela 27);

c) no PA Esperança, 91,7% das famílias entrevistadas produziram milho; 83,3% produziram macaxeira; 75% produziram feijão e outros tipos de produto; 50% produziram cana-de-açúcar; e 8,3% produziram mandioca (Tabela 27).

d) no PA Celso Furtado, considerando o ano de 2012, todas as famílias entrevistadas produziram milho e outros tipos de produtos; 87,5% produziram feijão; 37,5% produziram macaxeira; e 12,5% produziram mandioca e cana-de-açúcar (Tabela 27).

e) no PA Emanuel Joaquim, 88,9% das famílias entrevistadas produziram feijão e outros tipos de produtos; 77,8% produziram milho e 66,7% produziram macaxeira (Tab.27);

Tabela 27 - Principais lavouras temporárias segundo o percentual de famílias produtoras- 2012

Assentamentos	Lavoura temporária					
	Feijão	Milho	Macaxeira	Mandioca	Cana-de-açúcar	Outras
PA União	70,6%	70,6%	64,7%	29,4%	47,1%	100,0%
PA Socorro	71,4%	85,7%	71,4%	0,0%	71,4%	57,1%
PA Esperança	75,0%	91,7%	83,3%	8,3%	50,0%	75,0%
PA Celso Furtado	87,5%	100%	37,5%	12,5%	12,5%	100,0%
PA Emanuel Joaquim	88,9%	77,8%	66,7%	11,1%	0,0%	88,9%
Total	76,7%	83,3%	66,7%	13,3%	41,7%	76,7%

Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

No total, 83,3% das famílias entrevistadas produziram milho; 76,7% produziram feijão

e outros tipos de produtos, como a batata, alface, coentro, cebolinha, tomate, e erva doce; 66,7% das famílias produziram macaxeira; 41,7% produziram cana-de-açúcar; e 13,3% produziram mandioca (Tabela 27).

Os entrevistados, em sua totalidade, não souberam informar ao certo, a quantidade produzida no ano de 2012 com cada produto, nem tão pouco a área utilizada por produto cultivado. Alguns são cultivados de forma sequencial, como a mandioca e a cana de açúcar, enquanto o feijão e o milho são plantados de forma consorciada, para um melhor aproveitamento da terra, uma vez que a área que dispõem para plantar é muito pequena. Ressaltaram que foi uma produção muito pequena (diferente dos outros anos), com muitas perdas e prejuízos, em virtude da seca prolongada que teve lugar naquele ano atingindo a região.

Embora a maioria dos produtos destine-se prioritariamente ao consumo familiar, após a colheita, eles são divididos em mais duas partes: uma para ser guardada como semente para o próximo plantio, e a outra, composta pelo excedente da produção (quando há), para a comercialização.

A comercialização da produção agrícola dos assentados é feita da seguinte forma: a) parte por meio de atravessadores, através dos quais os produtos dos assentamentos chegam a outros municípios e Estados; b) parte de forma direta nas feiras livres e nas feiras agroecológicas das cidades de Areia, Remígio e Arara e; c) parte através do Programa de Aquisição-Compra Direta Local da Agricultura Familiar do município, onde a produção sai diretamente da Associação dos agricultores para os programas de segurança alimentar do município. O objetivo deste programa é justamente incentivar a agricultura de base familiar, por meio da remuneração adequada da produção. É uma experiência que vem logrando êxito no município, no entanto, ainda abrange uma parcela muito pequena de agricultores, ficando assim explícita, a necessidade de sua expansão. O relato do processo de comercialização da produção agrícola de cada PA em 2012 é feito a seguir.

Segundo os entrevistados do PA União, praticamente toda a produção de milho e de feijão, referente ao ano de 2012 destinou-se ao consumo familiar. Só se comercializou na feira agroecológica da cidade de Areia, o feijão colhido verde, vendendo diretamente ao consumidor final a preço de mercado. Já a parte da plantação do milho que não se desenvolveu por completo por causa da seca, foi aproveitada para a ração dos bovinos. O excedente da macaxeira produzida correspondeu a três toneladas e meia. Sua comercialização se deu da seguinte forma: parte foi vendida a atravessadores do próprio PA, ao preço de R\$0,50 o quilo, para ser revendida na feira agroecológica de Areia ao preço de R\$2,00 o

quilo; parte foi transportada pelos assentados e vendida diretamente ao consumidor final na feira agroecológica de Areia ao preço de R\$2,00 o quilo; e outra parte foi vendida para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) ao preço de R\$4,00 o quilo. Também foi comercializada 6,7 toneladas de mandioca para atravessadores da Comunidade Rural de Chã do Jardim, também no município de Areia, cada quilo ao preço de R\$0,75. Como muitos assentados (inclusive os não entrevistados) produzem mandioca e há alguns anos atrás, grande parte da produção se perdeu por não possuírem uma estrutura para produzir a própria farinha no interior do assentamento, eles elaboraram um projeto junto com o técnico que presta assistência naquela localidade, e encaminharam-no ao Projeto Cooperar que o aprovou, liberando um financiamento de mais de R\$80.000, 00 para a construção de uma casa-de-farinha. No período de realização desta pesquisa, a obra ainda estava em execução, mas já se via muitos assentados ansiosos para poderem, eles mesmos, produzirem a sua farinha e a comercializarem de forma direta. Segundo os entrevistados, também foram vendidos quinzenalmente ao PNAE, via Secretaria de Educação do município: 250 kg de batata doce, a R\$2,00 o quilo; 100 molhos de coentro, a R\$ 1,00 cada; 50 molhos de alface, a R\$2,00 cada; 95 molhos da cebolinha, a R\$1,00 cada; 45 unidades de couve folha, a R\$2,00 cada; 200 kg de jerimum, a R\$2,00 o quilo; e 100 kg de cenoura, a R\$3,00 o quilo. Estes preços foram fixados em contrato com a prefeitura, e por sua vez, são flexíveis, sempre de acordo com o mercado. Atualmente, recebe alimentos do PNAE, um total de 35 escolas do município, e três escolas estaduais: Escola Estadual Carlota Barreira, Escola Estadual Ministro José Américo de Almeida, e Escola Estadual Álvaro Machado. Já nos contratos que foram firmados com o Estado, os preços estabelecidos são fixos, não variando conforme o mercado. Assim, venderam no primeiro mês: 40 kg de batata doce ao preço de R\$1,83 o quilo; 40 kg de macaxeira ao preço de R\$4,00 o quilo; 10 kg de cenoura ao preço de R\$3,00 o quilo; 20 kg de coentro, ao preço de R\$5,00 o quilo; e 09 kg de feijão cariquinho ao preço de R\$5,44 o quilo. Estes tipos de produtos também foram comercializados na feira agroecológica, no entanto, os entrevistados não souberam informar a quantidade. A feira agroecológica da cidade de Areia é formada em grande parte pelos agricultores assentados do PA União. Assim, como nem todos os assentados podem vender os seus produtos diretamente na feira (tanto pela falta de transporte para levar a produção, quanto pela insuficiência de produtos que venham a cobrir os custos do deslocamento, ou ainda por comodismo mesmo), vende-os aos outros assentados que na mesma tem banco, e estes passam a assumir o papel de atravessadores, revendendo-os. Esta é uma forma, como eles mesmos disseram, de fazer com que o dinheiro fique no assentamento, gerando renda para o

assentamento, assim todos saem ganhando, cada um da sua forma. Comportamento parecido também se verificou em relação aos produtos destinados ao Programa de Aquisição de Alimentos. Como nem todos os assentados estão atualmente vinculados a este programa, os demais colhem os produtos dos seus lotes, e colocam na relação dos que já são cadastrados no Programa, que posteriormente repassam o dinheiro conforme a relação dos produtos que lhes foram entregues.

Nos PAs Socorro e Esperança, quase todos os produtos da lavoura temporária foram destinados ao consumo familiar no ano de 2012. O PA Socorro, por meio da venda direta na feira agroecológica da cidade de Areia, ainda destacou-se na comercialização de 60 kg de fava ao preço de R\$10,00 o quilo, bem como na comercialização de 20 bolos semanais, vendidos ao preço de R\$ 5,00 a unidade. Já o PA Esperança, por meio de atravessadores, ainda comercializou 200 kg de mandioca ao preço de R\$0,70 o quilo.

Os PAs União, Socorro e Esperança, por serem resultantes da desapropriação das terras da usina Santa Maria e manterem relações muito próximas entre si, apresentam as mesmas características no tocante à produção e à comercialização da cana-de-açúcar. A única diferença são as quantidades produzidas e comercializadas.

➤ a produção e a comercialização de cana-de-açúcar

Foram comercializadas no ano de 2012, 42 toneladas de cana-de-açúcar no PA Esperança, 109 toneladas de cana-de-açúcar no PA União e aproximadamente 354 toneladas de cana-de-açúcar no PA Socorro, mais do que o dobro da quantidade comercializada pelos outros dois assentamentos. Ressalta-se ainda que a quantidade de cana-de-açúcar produzida nesses três assentamentos foi bem superior à quantidade comercializada. Isto porque, dada a escassez de pastagens por causa da seca, muitos assentados utilizaram a cana como ração para o gado.

Na comercialização da cana-de-açúcar, destacou-se dois tipos de mercado: os engenhos dos municípios de Areia e Pilões; e as fazendas produtoras de bovinos, tanto do município de Areia, quanto dos municípios de Remígio e Guarabira. Independente do mercado, a tonelada é comercializada ao preço de R\$140,00 quando os custos da produção são cobertos pelo produtor assentado. Tomemos como exemplo, a relação comercial existente entre os assentamentos e o Engenho Triunfo do município de Areia, que se configura até então, no maior mercado para a cana-de-açúcar produzida pelos assentados (Figura 35).

O Engenho Triunfo, fundado no ano de 1994, está localizado no Sítio Macacos a 6 km da sede do município de Areia. Possui 119 hectares de área, ampla produção de cana-de-

açúcar, e ao longo dos anos, vem se consolidando como o melhor produtor de cachaça do município de Areia, e um dos melhores do Estado da Paraíba, chegando a produzir no ano de 2012, 12.000 garrafas de cachaça por dia (Figura 36).



Figura 35: Cana-de-açúcar transportada para o Engenho Triunfo. Arquivo: Rejane Ferreira, 2013.



Figura 36 - Cachaça Triunfo/Areia PB Arquivo: Rejane Ferreira, 2013.

Este engenho se configura como um dos pontos turísticos mais visitados do município de Areia. Para visitá-lo, cada turista paga uma taxa de visitação no valor de R\$5,00, e conhecem passo a passo o processo produtivo, fazem a degustação da cachaça e do sorvete da cachaça, além de conhecerem a loja do engenho, onde são colocados à venda vários tipos de cachaça, bem como outros produtos dela derivados. Neste processo, se realiza o maior marketing do engenho, que é a divulgação via turistas.

Diferentemente dos outros, o Engenho Triunfo utiliza primeiro a cana-de-açúcar adquirida de pequenos produtores do município, e quando estas se esgotam, passa a utilizar a própria produção. Isto faz com que o processo produtivo da cachaça seja contínuo o ano inteiro,

Conforme já foi mencionado, a tonelada da cana-de-açúcar é comercializada ao preço de R\$140,00, se o próprio assentado se responsabilizar pelo corte e pelo transporte da mesma. Para dar conta do corte e do transporte, geralmente os assentados precisam contratar trabalhadores, aumentando assim as suas despesas. Para cada carga de cana cortada, cobra-se R\$2,50, além do transporte feito nos burros até o local onde o caminhão ou trator vai apanhá-la, pagando-se pelo transporte mais um valor adicional, além do frete para transportar a cana até o engenho. Segundo os assentados, “o gasto com o corte da cana é muito grande”. Por

isso, eles preferem vender a produção, passando a responsabilidade do corte e de toda a logística para o engenho. Neste caso, ao invés de repassar o valor de R\$140,00, o Engenho repassa para o assentado apenas R\$60,00 por tonelada.

Faz-se necessário ressaltar, que aproximadamente 20 jovens dos assentamentos União e Socorro trabalham diariamente no Engenho Triunfo. Os mesmos são transportados em um caminhão pau de Arara, junto com um encarregado, que, por sua vez, também é assentado.

De acordo com as circunstâncias, alguns assentados preferem vender a cana-de-açúcar para ração, pois dessa forma “se aproveita tudo”, além do custo ainda se apresentar menor do que vendendo para o engenho. O pessoal que compra para ração, geralmente se responsabiliza tanto pelo corte quanto pelo frete. Quando acontece de não poderem cortar, eles contratam os próprios assentados que estão vendendo a produção para realizarem o corte, pagando por cada carga cortada um valor adicional de R\$2,00.

Ainda no que diz respeito à produção da cana-de-açúcar, verificou-se que os assentados do PA Socorro, para não perderem a tradição do cultivo deste produto após a desapropriação, adquiriram verbas através do COOPERAR e instalaram um mini engenho para produzirem rapadura no assentamento. Dessa forma, eles não seriam obrigados a vender a produção existente para nenhum atravessador.



Figura 37: Mini engenho do PA Socorro adquirido através do Projeto COOPERAR. Arquivo: Rejane Ferreira (2013).

Esta iniciativa foi bastante criticada por algumas famílias assentadas, o que se agravou ainda mais quando houve um problema de inadequação das técnicas do processo produtivo da

rapadura, impossibilitando a continuidade do processo de produção da rapadura no engenho.

Como muitas famílias já haviam realizado investimentos na ampliação da plantação da cana-de-açúcar através do PRONAF, encaminharam novo projeto ao COOPERAR para que mais verbas fossem liberadas para reativar o engenho, mas até agora, a situação permanece a mesma, e para não perderem a produção, vendem quase toda cana produzida para os engenhos da região.

Muitas críticas também surgiram pelo fato de que a maior parte das terras, atualmente, encontra-se ocupada com plantações de bananeiras. Praticamente todos os assentados aderiram a esta cultura, aumentando assim, a oferta de banana no mercado areiense. Como não há demanda local suficiente para toda a produção, e dado que o produto é perecível, precisam escoá-lo da maneira mais rápida possível. Neste caso, a única opção é vendê-lo para atravessadores, que, por sua vez, revendem em outros municípios e até fora do Estado da Paraíba. Por este motivo, ao invés de terem instalado um engenho, de acordo com alguns assentados, teria sido mais viável terem instalado uma indústria de beneficiamento da banana, até mesmo porque seria uma novidade no município de Areia, bem como, seria uma forma de amenizar as lembranças do passado sofrido que tiveram no trabalho do campo, na época em que a usina funcionava.

No PA Celso Furtado, a maior parte dos produtos agrícolas temporários destina-se para o consumo familiar. O feijão e o milho constituem-se nos principais produtos deste assentamento, no entanto, dada a seca no ano de 2012, a produção foi significativamente reduzida, principalmente por ser uma área que já sofre com a escassez de água. Assim, verificou-se que nas oito famílias entrevistadas, foram comercializados: 22 sacos de feijão, dos quais, alguns foram vendidos no próprio lote ao preço de R\$ 140,00 cada, e outros foram vendidos na feira do município de Arara, ao preço de R\$200,00 cada; 10 sacos de milho no próprio lote ao preço de R\$50,00 cada; 600 kg de mandioca ao preço de R\$0,85 o quilo, entre outros, que se responsabilizam pela produção da farinha para venderem na feira aos atravessadores; e 20 kg de erva doce na feira de Arara ao preço de R\$12,00 o quilo.

No PA Emanuel Joaquim, praticamente toda a lavoura de produtos temporários também foi destinada ao consumo familiar. De acordo com os entrevistados, foram comercializados apenas: 2 toneladas de macaxeira para o PAA e na feira agroecológica do município de Remígio; e 150 kg de batata, também na feira agroecológica de Remígio ao preço de R\$2,50 o quilo. Neste PA, os principais produtos fazem parte do grupo das lavouras permanentes, onde se destacam de maneira mais significativa, a produção da laranja, da manga, da banana, e do caju, conforme será apresentado adiante.

4.2.2.2. Produção e comercialização das lavouras permanentes

Na pesquisa de campo, verificou-se que os assentamentos rurais do município de Areia-PB também se destacam consideravelmente na produção de lavouras permanentes, principalmente de fruteiras.

No PA União, 82,4% das famílias entrevistadas produziram banana, manga e cajú no ano de 2012; 41,2% produziram laranja; 17,6% produziram acerola; além de todas as famílias entrevistadas produzirem outros tipos de fruteiras, como: abacate, maracujá, pitomba, carambola, jaca e coco (Tabela 28).

No PA Socorro, no mesmo ano, 92,9% das famílias entrevistadas produziram banana (Figura 38); 71,4% produziram manga e cajú; 42,9% produziram laranja; 21,4% produziram acerola; além de todas as famílias também produzirem outros tipos de fruteiras, como: mamão, limão, coco, jaca, graviola, goiaba, abacate e pitomba (Tabela 28).



Figura 38- Plantação de banana no entorno do PA Socorro.
Arquivo: Rejane Ferreira (2013).

No PA Esperança, 91,7% das famílias entrevistadas produziram banana e cajú; 58,3% produziram manga; 50% produziram laranja; 41,7% produziram acerola; além de todas as famílias também produzirem outros tipos de fruteiras em seus lotes (Tabela 28).

No PA Celso Furtado, 37,5% das famílias entrevistadas produziram laranja; 25% produziram banana e manga; e todas as outras produziram quantidades pequenas de outros tipos de frutas, dado que o PA está localizado como já mencionado em área pobre em recursos hídricos(Tabela 28).

No PA Emanuel Joaquim todas as famílias entrevistadas produziram laranja e manga;

77,8 % produziram banana e caju; e 22,2% produziram acerola (Tabela 28).

No total, 78,3% das famílias entrevistadas produziram banana no ano de 2012; 70% produziram manga e caju; 51,7% produziram laranja; 21,7% produziram acerola; além de todas as famílias possuem pelo menos uma pequena plantação de outras fruteiras, ou lavouras permanentes como aqui denominadas (Tabela 28).

Tabela 26 – Percentual das famílias assentadas que cultivam lavouras permanentes, segundo o tipo de produto, por Projeto de Assentamento -2012

Assentamentos	Assentados com produção de lavouras permanentes (%)					
	Banana	Laranja	Manga	Caju	Acerola	Outras
PA União	82,4	41,2	82,4	82,4	17,6	100,0
PA Socorro	92,9	42,9	71,4	71,4	21,4	100,0
PA Esperança	91,7	50,0	58,3	91,7	41,7	100,0
PA Celso Furtado	25,0	37,5	25,0	0,0	0,0	100,0
PA Emanuel Joaquim	77,8	100,0	100,0	77,8	22,2	100,0
Total	78,3	51,7	70,0	70,0	21,7	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

Com exceção da produção da banana, todas as outras lavouras permanentes foram cultivadas de forma consorciada no interior dos assentamentos. Da mesma forma que as lavouras temporárias, algumas são destinadas unicamente ao consumo familiar, comercializando-se apenas o excedente, e outras, já foram plantadas em grandes quantidades objetivando a comercialização. Os principais mercados para estes produtos são: os atravessadores que revendem em outros municípios e Estado, as feiras livres e agroecológicas do município de Areia e municípios vizinhos, bem como o Programa de Aquisição de Alimentos.

Em suma, a banana e a cana-de-açúcar caracterizam-se como os produtos mais importantes em termos financeiros, nos assentamentos União, Socorro e Esperança. A produção da banana é o meio pelo qual a maioria das famílias obtém retorno financeiro em curto prazo para manter a casa e a família, dado que a retirada pode ser quinzenal ou mensal. No caso da cana-de-açúcar, o retorno financeiro acontece apenas uma vez por ano. Esse dinheiro é utilizado para gastos que geralmente acontecem apenas no final do ano, como: a pintura da casa, a compra de algum eletrodoméstico, a compra de roupas e calçados para a família, e entre outros, alguma viagem que se planeja fazer.

No que se refere à comercialização dos produtos da lavoura permanente dos

assentamentos no ano de 2012, as informações obtidas são as seguintes: a) foram comercializados 688 milheiros de banana no PA Socorro; 492 milheiros no PA Esperança; 441 milheiros no PA União; 50 milheiros no PA Emanuel Joaquim; e no PA Celso Furtado, dada a baixa produção, a banana foi destinada apenas ao consumo familiar. Em todos os assentamentos, a produção da banana foi comprometida no referido ano, dados os problemas provocados pela falta de chuva. No entanto, a elevação dos preços da mesma, supriu, em alguns casos, a queda da produção.

No caso do PA Emanuel Joaquim, a banana é comercializada principalmente na feira agroecológica do município de Remígio, ao preço de mercado. Geralmente a R\$0,10 a unidade, nos casos em que o assentado vai vendê-la diretamente ao consumidor final. No entanto, como apenas quatro famílias assentadas têm banco na feira agroecológica, estes assumem também o papel de atravessadores dentro do próprio PA, comprando a produção que excede de outros assentados, e revendendo-a na feira, como uma forma de fazer com que o dinheiro fique dentro do assentamento. Geralmente os assentados deste PA utilizam a caixa de banana como medida, cada caixa foi comercializada ao preço de R\$15,00.

Nos outros PAs, o processo de comercialização da banana é mais complexo. Nos casos em que a retirada da banana é maior, os assentados contratam jovens dos assentamentos para ajudar no tombamento das plantas. Já nos casos em que a retirada é menor, não precisam contratar ninguém, uma vez que as famílias são grandes e disponibilizam sua força de trabalho para as atividades desenvolvidas nos lotes.

Geralmente, quem vende em grandes quantidades para atravessadores, já tem compradores fixos. Neste caso, destacam-se três: um comprador assentado em um dos assentamentos; outro da Comunidade Distrito de Mata Limpa; e o outro da cidade de Areia.

Verificou-se que a primeira comercialização acontece no próprio lote, entre o assentado e o atravessador; a segunda comercialização acontece entre o atravessador e os mercados para os quais fazem entrega; e a terceira comercialização acontece entre tais mercados e o consumidor final. Os maiores mercados para os atravessadores são alguns municípios do Estado do Rio Grande do Norte, bem como alguns municípios do Sertão Paraibano.

Os preços cobrados pelas bananas quando são comercializadas com atravessadores, dependem em muito da sua qualidade, bem como da época do ano em que a mesma está sendo vendida. No ano de 2012, como houve escassez de banana no mercado, o milheiro chegou a custar R\$120,00. Em 2013, no período em que esta pesquisa estava sendo realizada, o milheiro estava custando no mínimo R\$40,00 e no máximo R\$80,00, dependendo

unicamente da qualidade.



Figura 39: Atravessadores assentados do PA Socorro organizando a produção da banana para transportá-la para o Rio Grande do Norte.
Arquivo: Rejane Ferreira (2013).

Quando a produção de banana é pequena, geralmente os assentados não utilizam adubação química, produzem de maneira orgânica. Dessa forma, vendem para atravessadores que comercializam tanto na feira agroecológica quanto na feira livre e no PAA. No caso das feiras, o menor preço chegou a ser R\$ 0,8 e o maior R\$ 0,20. Para o PAA, o preço da unidade era R\$ 0,77, já o milheiro custava em torno de R\$ 154,00.

Além da banana, no PA União foram vendidos para o PAA em 2012: 800 kg de jaca ao preço de R\$ 1,00 o quilo; 500 unidades de abacate a R\$ 0,18 cada; 300 kg de manga, ao preço de R\$ 1,00 o quilo; 300 kg de laranja ao preço de R\$1,00 o quilo; 250 kg de maracujá a R\$ 2,22 o quilo; 100 kg de caju a R\$ 1,00 o quilo; e 50 kg de pitomba a R\$1,00 o quilo. Na feira, foram comercializados 60 kg de abacate a R\$ 1,00 o quilo; e 200 unidades de laranja, sendo vendidas seis unidades por R\$ 1,00. Além desses, foram comercializados nas feiras, aproximadamente 500 kg de castanha de caju, a R\$ 1,20 o quilo, sendo este o menor preço, e por R\$ 1,80 o kg, sendo este o maior preço.

No PA Socorro, a maioria das frutas tinha como destino o consumo familiar. No entanto, alguns assentados ainda chegaram a vender algumas caixas de frutas para a Fábrica de Polpa de Frutas da comunidade da Chã do Jardim. A relação das frutas comercializadas foi a seguinte: 08 caixas de caju; 04 caixas de goiaba; e 02 caixas de cajá. Além disso, ainda foram comercializados dentro do PA, mais de 100 cocos verdes ao preço de R\$1,50 cada, por

sua vez, revendido ao preço de R\$ 2,00 pelo atravessador.

No PA Esperança, com exceção da banana, as demais frutas tiveram como destino o consumo familiar, da mesma forma como também aconteceu com todas as frutas do PA Celso Furtado. No entanto, o PA Emanuel Joaquim, além da comercialização da banana, já mencionada anteriormente, destacou-se no ano de 2012, na comercialização de: 500 kg de abacate ao preço de R\$ 15,00 cada cento; 345 jacas ao preço de R\$ 2,00 a unidade; 130 caixas de manga ao preço de R\$ 10,00 a caixa e R\$ 0,20 a unidade; 03 caixas de acerola, vendidas a R\$15,00 a caixa e R\$ 2,00 o litro; 20 kg de caju ao preço de R\$ 1,50 o quilo; 450 kg de castanha ao preço de R\$ 1,00 para revender por R\$ 1,80 cada quilo; 06 caixas de maracujá ao preço de R\$ 15,00 cada caixa; e 02 caixas de limão, sendo vendidos a R\$ 0,10 a unidade (Figura 40), todos na feira agroecológica do município de Remígio.

Além disso, o PA Emanuel Joaquim destacou-se consideravelmente na produção da laranja, o seu principal produto de mercado (Figura 41). No ano de 2012, segundo os entrevistados, foram comercializadas 1.128 caixas de laranja, tanto na feira agroecológica quanto no PAA. Para a feira, cada caixa era vendida ao atravessador pelo preço de R\$15,00, por sua vez repassada para o consumidor final pelo preço do mercado. Nos casos em que foram vendidos para o PAA, o quilo chegava a custar aproximadamente R\$ 1,47.



Figura 40- Colheita da laranja no PA Emanuel Joaquim. Arquivo: Rejane Ferreira (2013).



Figura 41- Organização da produção no PA Emanuel Joaquim antes de ser levada para a feira. Arquivo: Rejane Ferreira (2013).

Verificou-se também neste PA que todas as famílias possuem em seus quintais, as suas hortas medicinais, nas quais se destacam a plantação de capim santo, camomila, erva cidreira, erva doce, endro, hortelã, alecrim, erva babosa, penicilina, terramicina, espiriteira, sabugueira, mirra, entre outras. Quando precisam de algum remédio, tanto para as pessoas, quanto para as

plantas e para os animais, nunca recorrem a medicamentos industriais, desenvolvem, eles mesmos, os medicamentos através das ervas que cultivam, bem como através do saber repassado de geração a geração. É um povo rico em cultura popular, e que antes de qualquer coisa se preocupam com a continuidade das riquezas existentes no assentamento, tanto em forma de produção, como em forma de cultura.

Conforme observado em campo, diferente dos outros assentamentos cujos trabalhos são desenvolvidos apenas de forma individual, o PA Emanuel Joaquim se destaca também com a experiência de um trabalho coletivo, composto por 10 famílias. O grupo existe desde a criação do assentamento, todavia, dadas algumas divergências internas, o mesmo chegou a se desorganizar por um período, voltando a se articular apenas no ano de 2012, a partir da chegada da assessoria técnica da COONAP no PA. Estas famílias são responsáveis por uma plantação de fruteiras obtidas através do COOPERAR, numa área de 5,0 hectares. Entre as fruteiras plantadas, destacam-se principalmente as laranjeiras, as mangueiras, e os cajueiros.

No ano de 2012, com a comercialização dos produtos da área coletiva, este grupo obteve um rendimento de R\$ 5.000,00 sendo que 5% foram destinados para a Associação e o restante foi dividido com as famílias envolvidas, conforme os dias e as horas de trabalho de cada uma. Esta divisão é feita sempre após o encerramento das safras, e este controle se torna possível, dado que as atividades do grupo são realizadas apenas nas quartas feiras, nas quais as presenças são registradas através de atas.

4.3. Atividades pecuárias desenvolvidas nos assentamentos

A pecuária também tem se destacado consideravelmente nas atividades produtivas desenvolvidas nos assentamentos, cuja expansão está aliada a alguns fatores: à possibilidade de maior aproveitamento das pastagens nativas já existentes nos lotes quando da implantação dos assentamentos; à oportunidade de complemento da renda familiar no ato da venda da produção e à sua utilização tanto para o consumo da família quanto para a realização dos trabalhos diários desenvolvidos nos lotes. Assim, foi possível verificar, que as atividades pecuárias que mais se destacam estão voltadas para a produção de bovinos, caprinos, ovinos, suínos, aves, entre outros.

Como pode ser observado na tabela 29, a produção pecuária é mais expressiva no PA União, destacando-se a produção de aves com 416 cabeças, de bovinos, com 84 cabeças e de ovinos, com 60 cabeças. O número de caprinos no assentamento em 2012 era de apenas 20. Ainda possuíam os assentados 6 animais de trabalho (burros e 02 cavalos), e 01 cabeça de suíno. Assim, neste PA, estava sendo produzido no ano de 2012, um total de 587 cabeças de

animais, o que representa 37,2% da produção pecuária total da amostra.

O PA Socorro no ano de 2012 contava com 147 cabeças de bovinos, 122 cabeças de aves, 34 cabeças de suínos, 08 cabeças de ovinos, 09 cabeças de outros animais (burros), e 05 cabeças de caprinos. Existiam, portanto, no ano de 2012, um total de 325 cabeças de animais no assentamento, o que representa 20,6% da produção pecuária total da amostra. Além disso, embora não conste na tabela 27, neste assentamento se desenvolve a atividade da apicultura, realizada por um assentado, que em 2012 possuía em torno de 208 colmeias produtoras de mel de urucu (Figura 42). Anualmente, a sua produção chega a ser de aproximadamente 728 litros de mel, uma vez que cada colmeia produz de três a quatro litros de mel por ano. Segundo a entrevistada, “abelha urucu não produz muito, mas o mel é mais gostoso, mais fino e mais caro”. Por este motivo, e dadas as suas potencialidades medicinais, o mel de urucu tem se apresentado com um alto valor comercial e tem conquistado cada vez mais espaço no mercado, fazendo com que este, de modo especial, se configure em um caso de sucesso neste assentamento, bem como no município de Areia.



Figura 42: Produção de abelha urucu no PA Socorro.
Arquivo: Rejane Ferreira (2013).

O PA Emanuel Joaquim foi o terceiro mais importante em termos de produção pecuária. Em 2012, a sua produção era de 223 cabeças de aves, 21 cabeças de ovinos, 18 cabeças de bovinos, 09 cabeças de caprinos, 05 cabeças de outros animais (04 burros e 01 cavalo) e 03 cabeças de suínos. Somou-se, portanto, um total de 279 cabeças de animais neste PA, o que representa 17,7% da produção pecuária da amostra (Tabela 29).

No PA Celso Furtado, em 2012, existiam 93 cabeças de aves, 62 cabeças de bovinos,

37 cabeças de caprinos, 06 cabeças de outros animais (04 burros e 02 cavalos), 04 cabeças de ovinos, e 03 cabeças de suínos. Dessa forma, a produção pecuária deste PA no ano de 2012, foi de 205 cabeças de animais, o que representa 13% da produção total da amostra (Tabela 29).

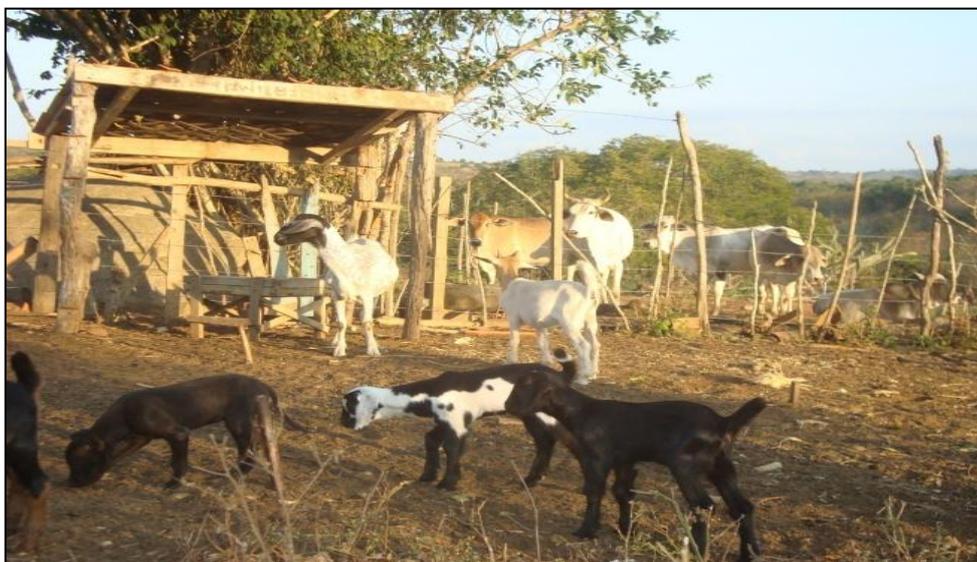


Figura 43: Produção de bovinos e caprinos no PA Celso Furtado.
Arquivo: Rejane Ferreira (2013).

No PA Esperança, o rebanho era composto em 2012, por 115 cabeças de aves, 44 cabeças de bovinos, 08 cabeças de ovinos, 07 cabeças de outros animais (04 burros e 03 cavalos), 03 cabeças de caprinos, e 03 cabeças de suínos. O rebanho, no ano de 2012, era formado de 180 cabeças de animais, o que representa 11,4% da produção pecuária da amostra (Tabela 29).

Tabela 29 – Tipo de rebanho existente nos assentamentos, por número de cabeças – 2012

Tipo de Rebanho	PA União	PA Socorro	PA Esperança	PA C.Furtado	PA E.Joaquim	Pas Total
	Número de cabeças					
Bovinos	84	147	44	62	18	355
Caprinos	20	05	03	37	09	74
Ovinos	60	08	08	04	21	101
Suínos	01	34	03	03	03	44
Aves	416	122	115	93	223	969
Outros	06	09	07	06	05	33
Total	587	325	180	205	279	1576

Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

Dessa forma, considerando a produção da amostra total, verificou-se que no ano de

2012, foram produzidos nos assentamentos do INCRA do município de Areia: 969 cabeças de aves, 355 cabeças de bovinos, 101 cabeças de ovinos, 74 cabeças de caprinos, 44 cabeças de suínos, e 33 cabeças de outros animais, sendo 25 cabeças de burros e 08 cabeças de cavalos. Contabilizou-se assim, um total de um plantel de 1.576 cabeças de animais, além das 208 colméias de abelha urucu (Tabela 29).

No que diz respeito à comercialização da produção pecuária, observou-se que no PA União, foram vendidas no ano de 2012, aproximadamente 200 galinhas de capoeira para: a) os atravessadores do próprio assentamento, ao preço de R\$12,00 e/ou R\$18,00 cada; b) para o consumidor final da feira agroecológica do município de Areia, ao preço de R\$22,00 cada; c) para o Restaurante Rural Vó Maria da Comunidade Chã do Jardim, bem como para os moradores do Condomínio de Campo localizado nas proximidades dos PAs União e Socorro, ao preço de R\$25,00 cada. No que tange aos bovinos, foram comercializadas 25 cabeças com os próprios assentados que compram o gado mais novo para o processo de engorda, sendo o menor preço alcançado por cabeça R\$600,00 e o maior R\$800,00. Venderam também aos marchantes que adquirem para o abate e a comercialização da carne nas feiras livres dos municípios de Areia, Remígio e Arara. Estes alcançaram R\$1.150,00 como menor preço, e R\$2.100,00 como o maior preço por cabeça. Dos caprinos produzidos, foram comercializados apenas 04 para marchantes atravessadores, sendo o menor preço alcançado de R\$50,00, e o maior, de R\$130,00. Dentre os ovinos produzidos neste PA, foram comercializados 27, tanto no assentamento para os assentados interessados em criar, quanto para marchantes da cidade de Areia. O menor preço chegou a ser R\$60,00 a cabeça, enquanto o maior preço atingiu a faixa dos R\$150,00 por cabeça.

No PA Socorro, em 2012 foram comercializadas apenas 15 galinhas dentro dos próprios lotes, ao preço de R\$15,00 cada. Em relação aos bovinos, foram comercializadas 52 cabeças, tanto com os marchantes, quanto com outros assentados de dentro do próprio assentamento que adquirem os animais para criar. O menor preço por cabeça chegou a ser R\$700,00, e o maior atingiu a faixa dos R\$2.000,00. Dos suínos produzidos, foram comercializadas 22 cabeças, sendo uma pequena parte para os próprios assentados criarem, e a maior parte para marchantes que são compradores fixos do município de Areia. O menor preço de venda foi R\$60,00 os suínos pequenos e até R\$ 250,00 os maiores. Da produção de ovinos, foram comercializadas apenas 06 cabeças ao preço de R\$70,00 cada, dentro do próprio assentamento, para assentados interessados criarem. Além disso, o mel produzido pelas abelhas urucu são comercializados tanto na capital João Pessoa, quanto no próprio município de Areia. Ao todo foram comercializados no ano de 2012, um total de 728 litros de

mel. Eles são organizados tanto em: litros, pelos quais são cobrados R\$60,00 cada; em garrafas de 700 gramas, pelas quais são cobrados R\$37,00 cada; e em garrafas de 300 gramas, pelas quais são cobrados R\$15,00. Geralmente as garrafas de 300 gramas são vendidas em grandes quantidades para os turistas que veem visitar Areia, uma vez que este produto encontra-se exposto à venda no Espaço das Artes, local onde são comercializados vários produtos artesanais do município, principalmente do setor rural. Já as garrafas de 700 gramas e os litros são geralmente, mais comercializados na capital do Estado.

No PA Esperança, foram comercializados no ano de 2012: apenas 06 galinhas dentro do próprio assentamento, ao preço de R\$20,00 cada; 04 cabeças de ovinos para marchantes atravessadores, ao preço de R\$120,00 cada; e 03 cabeças de bovinos, sendo duas dentro do próprio assentamento para outros assentados criarem, comercializadas ao preço de R\$700,00 cada, e outra para marchantes, que pagaram R\$2.200,00 pela cabeça.

No PA Celso Furtado, foram comercializados: 25 galinhas, algumas na feira livre do município de Arara ao preço de R\$25,00, e outras para atravessadores dentro do próprio assentamento, ao preço de R\$15,00 cada uma. Em relação à produção de bovinos, foram comercializadas 09 cabeças na feira livre de Arara, sendo R\$800,00 o menor preço, e R\$2.000,00 o maior preço alcançado. Dentre a produção de caprinos, foram comercializados ao longo do ano de 2012, apenas 06 cabeças, as quais foram vendidas em menor preço por R\$100,00 e em maior preço por R\$150,00. Dos ovinos, ao preço de R\$180,00, apenas 02 cabeças foram comercializadas também na feira de Arara.

Já no PA Emanuel Joaquim, foram comercializadas 45 galinhas na feira livre do município de Remígio, ao preço de R\$15,00 cada uma; 04 cabeças de bovinos, sendo 02 cabeças para os marchantes atravessadores da feira livre de Remígio, ao menor preço de R\$700,00 e ao maior preço de R\$1.000,00, e 02 para os assentados do próprio assentamento, sendo o menor vendido por R\$700,00 e o maior por R\$900,00. Apenas 1 suíno foi comercializado ao preço de R\$200,00 na feira livre do município de Remígio.

Embora a produção de aves, bovinos e ovinos, respectivamente, tenha se destacado em maior número, inclusive por ter o mercado como o destino final, pôde ser observado durante a pesquisa de campo, a importância da criação de burros e cavalos, que embora não tenha o mercado como destino, tem sido bastante utilizado para a realização dos trabalhos nos lotes, tanto para o transporte de água, principalmente nos PAs Emanuel Joaquim e Celso Furtado, como para o transporte da cana-de-açúcar e da banana nos PAs União, Socorro e Esperança.

De maneira geral, a atividade pecuária tem se constituído como uma das principais alternativas para o complemento da renda familiar nos assentamentos estudados. O seu

desempenho depende, entre outros, de fatores ligados à composição das famílias, verificando-se uma maior produção por parte daquelas que são formadas por um maior número de pessoas e ainda por aquelas que possuem uma renda mensal mais baixa. Neste sentido, percebe-se que é uma atividade 100% desenvolvida com base na mão de obra familiar.

Influencia também no desenvolvimento desta atividade, os fatores ambientais da localidade onde o assentamento está implantado. Isto pode ser verificado, quando comparamos o desempenho da produção do PA Celso Furtado, localizado numa área de transição entre o Brejo e o Curimataú, e os demais PAs localizados exatamente na região do Brejo. O primeiro, embora destine 69,5 ha de sua área total, exclusivamente para a pecuária, apresenta grandes dificuldades em relação à alimentação animal com base na vegetação nativa e ao acesso à água, o que praticamente impossibilita ou dificulta o desenvolvimento desta atividade em determinado período do ano. Nos outros PAs, cuja área destinada para esta atividade é bem inferior (conjuntamente destinam 64,1 ha para a pecuária) e cuja vegetação e acesso à água, não se constituem em grandes dificuldades, dada a existência de inúmeras fontes naturais, a produção pecuária é relativamente maior.

4.4 Dificuldades da produção e da comercialização nos assentamentos

Tendo em vista que a produção agropecuária no interior dos lotes, constitui-se na principal atividade econômica realizada pelos assentados, não deve haver qualquer dúvida de que a forma como devem organizar a produção e a comercialização dos produtos, é um fator bastante relevante para a obtenção de êxito no desempenho dos assentamentos.

De fato, esta pesquisa mostrou que a produção para o autoconsumo das famílias e das criações do lote abrange vários produtos, o que se torna extremamente importante para todas as famílias, não só em termos de subsistência, mais também porque se apresenta como uma estratégia de redução de custos de produção de um produto comercializável, como por exemplo: o milho, além de servir para o consumo humano, serve também para alimentar as galinhas, e suas palhas para alimentar o gado, podendo todos eles serem comercializados; o esterco dos bovinos serve como adubo orgânico para o fortalecimento da produção agrícola, que, por sua vez, servirá tanto para o consumo humano e das criações, como para a comercialização; as frutas e os legumes geralmente não consumidos pelas pessoas e não comercializados, são aproveitados como alimentos para os animais de maneira geral, que poderão ser comercializados.

Vale ressaltar que cada assentamento apresenta estas características em comum, da mesma forma que apresentam características específicas, que os diferem uns dos outros no

que diz respeito às formas de trabalho e de produção, conforme apresentado nos itens anteriores.

Da mesma forma, quando questionados sobre os principais motivos de perda ou de prejuízo da produção agropecuária, os assentados destacaram de maneira geral: a falta de chuvas em determinadas épocas do ano, comprometendo o acesso à água e o desenvolvimento das produções agrícolas e das pastagens; a falta de segurança no setor rural do município, o que abre espaço para a proliferação de furtos da produção; e a questão das doenças que surgem, e que dada à ineficiência da assistência técnica, comprometem a produção, muitas vezes causando até a morte das plantações e/ou dos animais.

Em relação aos problemas enfrentados no processo de comercialização, observou-se que, por não existir um mercado certo que demande a quantidade de produtos ofertados pelos assentados, os mesmos sentem-se obrigados a comercializar com os atravessadores, dado que parcela significativa dos produtos são perecíveis, não podendo, por este motivo, serem estocados. Além disso, os assentados sentem-se limitados pela falta de transporte, uma vez que eles mesmos poderiam fazer escoar a sua produção para outros mercados.

Neste sentido, quando analisada a possibilidade de pagar o frete do transporte, somando-se ainda a todo o trabalho de percurso até que o produto chegue ao consumidor final, os assentados sentem-se desmotivados, pois este processo torna-se demorado, cansativo, além de comprometer o retorno que pode ser obtido. Em face disto, a única opção é vender os produtos a preços baixos para serem revendidos em outras localidades, dado que o atravessador vai buscar o produto na porta, o que torna a comercialização mais cômoda, apesar de menos lucrativa.

A falta de mercado certo, a dependência de atravessadores, a carência de transporte e os baixos preços da produção, representam os principais problemas enfrentados pelos assentados na comercialização dos seus produtos. Estas dificuldades, por sua vez, fazem com que os assentamentos se configurem em importantes pontos de comércio, dado que os produtos, em sua maioria, são comercializados no próprio lote.

Assim, pode-se concluir que mesmo havendo limitações no desenvolvimento das atividades agropecuárias no interior dos assentamentos, atividades estas que lhes garantem a subsistência, os assentados, não perdem a garra e continuam lutando, buscando formas diversas e criativas de sobrevivência. Nestas situações, quando não conseguem sozinhos, contam com o apoio e a força dos grupos representativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender a questão agrária é um grande desafio, pois, embora esteja diretamente relacionada à luta por terra, não se limita a isto. O seu entendimento fundamenta-se na relação contraditória existente entre o desenvolvimento capitalista e o campesinato, considerando conjuntamente as questões sociais, econômicas e políticas envolvidas entre os diferentes sujeitos da sociedade capitalista.

A realização deste trabalho possibilitou a compreensão do processo de construção, evolução e configuração atual do espaço agrário do município de Areia, bem como a recuperação do processo de lutas que culminou na formação dos assentamentos rurais criados no período de 1997 a 2011. Permitiu, portanto, o conhecimento da história do município e as contradições presentes no processo histórico de produção do seu espaço.

A forma como se processou a ocupação do espaço agrário do município de Areia, reproduziu a forma como se estruturou o espaço agrário do Brejo Paraibano, isto é, baseado na sucessão de ciclos econômico, onde a solução para a crise de uma determinada cultura era encontrada na substituição por outra cultura. Reproduziu, além disso, a lógica do desenvolvimento desigual e contraditório do capital, verificado, de um lado, pelo avanço e dominação do capital nas relações de produção no campo, expulsando, expropriando ou proletarizando os trabalhadores e, de outro, pela organização dos trabalhadores na luta pela terra como única possibilidade de socialmente se reproduzirem. Neste panorama, o cenário areense foi aos poucos se transformando, sendo que as maiores transformações ocorreram com a expansão da monocultura da cana-de-açúcar e da pecuária semi-intensiva, a partir da década de 1970.

O papel desempenhado pelo Governo Federal nos anos setenta, através do Proálcool, que financiava o latifúndio monocultor, e dos estímulos fiscais e creditícios fornecidos pela SUDENE, que financiava a expansão da pecuária, contribuiu tanto para a mudança na configuração do espaço agrário do município, dado o desaparecimento das pequenas propriedades e anexação de territórios, quanto para as transformações nas relações trabalhistas, dado que no lugar dos moradores e dos posseiros, foram surgindo no campo, os assalariados permanentes e temporários.

Com a crise do capital ocorrida nos anos de 1980, verificou-se mais uma vez uma transformação na configuração do espaço agrário areense. A ruptura do monopólio da terra proporcionada pela quebra do domínio da monocultura canavieira e da pecuária foi o impulso

para uma maior organização dos camponeses, comunidades locais e várias entidades sociais, que começaram a lutar pela desapropriação das terras para fins de reforma agrária.

Portanto, a criação dos assentamentos rurais de reforma agrária surgiu no município de Areia, como uma solução para os problemas oriundos principalmente da crise do capital, representado pela falência da Usina Santa Maria e pela retração da pecuária nas grandes propriedades, ambas, amplamente apoiadas pelo Estado até a crise externa da economia brasileira na década de 1980. Não constituiu, neste caso, uma política de desenvolvimento social por parte do Estado para o município. Foi, antes de tudo, uma solução encontrada para amenizar os problemas que tal crise causara na região. As desapropriações só aconteceram, portanto, porque os trabalhadores se uniram para pressionar o Estado, objetivando o livre acesso à terra para trabalhar e melhores condições de sobrevivência na terra. Esta situação nos remete a Martins (1991), pois a resistência dessa parcela do campesinato representou no município, “uma traição às leis do capital”.

Dessa forma, verificou-se neste trabalho, a não concretização da teoria marxista clássica ortodoxa, segundo a qual o campesinato tenderia a desaparecer à medida que o sistema capitalista fosse se expandindo. O avanço do capital no campo, verificado no município de Areia, promoveu uma forte proletarianização, mas não extinguiu o campesinato. Pelo contrário, observou-se a sua resistência de forma expressiva, confirmando as posições de Luxemburgo e Chayanov da corrente heterodoxa, segundo as quais, mesmo com o domínio das forças capitalistas de produção no campo, o campesinato tenderia a reproduzir-se.

A resistência observada neste estudo de caso, também reforça a teoria do desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo defendida por Oliveira, segundo a qual, o camponês, na sua condição de sujeito social, atua dentro do capitalismo. Tanto é, que foi a luta dos trabalhadores e de suas organizações que pressionaram o Estado capitalista a apoiar as novas territorializações camponesas no município. Reforça ainda as teorias de Fernandes (2001) e Moreira (2006), pois à medida que as terras foram sendo conquistadas em forma de assentamentos, os trabalhadores camponeses que resistiram às contradições do capital, foram, longe de quaisquer tipos de injustiças, paulatinamente alcançando melhorias nas suas condições de vida.

Constatou-se que no período de 1997 a 2011, foram desapropriados 3.022,5 hectares de grandes propriedades, as quais foram transformadas em 303 pequenas unidades produtivas, onde foram assentadas 303 famílias, sendo 195 pelo INCRA e 108 pelo INTERPA. Isto sem levar em consideração o número total de famílias agregadas, cujo levantamento só foi

possível nos assentamentos do INCRA, onde se verificou a existência de 52 famílias. Neste contexto, não deve haver qualquer dúvida que o acesso à terra em forma de assentamentos, não só proporcionou a distribuição mais justa das terras e a redução das injustiças sociais no campo, como permitiu a fixação do homem no campo, e em uma visão mais ampla, alterou as características do espaço agrário do município.

No entanto, a conquista da terra por si só não traz melhorias nas condições de vida e de trabalho no campo. É fundamental a existência de agentes mediadores que sejam eficientes na organização dos trabalhadores, bem como na articulação com as demais entidades representativas, no sentido de exigir políticas públicas que sejam capazes de proporcionar a reprodução da população rural assentada de forma digna.

Na pesquisa de campo foi possível observar que os assentamentos, cujas associações são lideradas por pessoas comprometidas com o coletivo, destacam-se no sentido de atrair cada vez mais benefícios para os assentados, proporcionando desta forma, transformações mais robustas no interior dos assentamentos, como por exemplo: a aquisição do projeto das cisternas; a participação em programas do governo, como o PAA e o PNAE; a inclusão de projetos educacionais de jovens e adultos; o desenvolvimento de práticas culturais e esportivas; o acesso aos mais diversos tipos de crédito, etc.

Segundo os entrevistados, a associação facilita o acesso a todos os benefícios que, por ventura, os assentados venham a receber, pois a mesma unifica os interesses dos assentados, se colocando numa condição favorável em posição de força diante dos poderes públicos e da sociedade.

Embora o impacto da criação dos assentamentos tenha sido avaliado como positivo pelos assentados quando comparado com a sua situação de vida anterior aos assentamentos, verificou-se que ainda há muitos desafios a serem enfrentados. A pesquisa aponta para a necessidade de melhorias em alguns setores, como educação, saúde, segurança, acesso aos mercados, entre outros.

Da amostra selecionada, o PA Socorro é o único que possui uma estrutura adequada para a satisfação das necessidades básicas dos assentados, embora isto só tenha sido possível porque o mesmo foi criado na área central da antiga Usina Santa Maria, onde a estrutura existente foi inicialmente voltada para satisfazer as necessidades de uma minoria. Por isso, dada a sua localização, este PA passou a ser o centro de conexão com outros assentamentos e demais comunidades rurais circunvizinhas, principalmente em relação ao acesso a educação e a saúde.

O PA Celso Furtado também apresenta um grande diferencial em relação aos outros PAs, por causa da sua localização. Mesmo sendo relativamente maior em termo de extensão territorial, onde cada assentado recebeu 12,00 hectares, ele não chega a ser tão produtivo quanto o PA Emanuel Joaquim onde cada assentado recebeu apenas 3,00 hectares. Isto acontece porque o mesmo não está localizado numa região propriamente brejeira, mas numa região de transição entre o Brejo e o Curimataú, onde o clima, a escassez de água, bem como o solo e a vegetação, apresentam características diferentes.

Destacou-se ainda, que os PAs União, Socorro, Esperança e Emanuel Joaquim também estão localizados em áreas que dificultam o desenvolvimento das atividades agropecuárias, dado a declividade dos terrenos. Neste sentido, observou-se que a produção monocultora e pecuária, antes voltadas exclusivamente para o mercado, foram substituídas por uma grande variedade de produtos agropecuários, destinados principalmente para garantir a reprodução das famílias assentadas, sendo na maioria dos casos, levadas aos mercados apenas quando excedem.

Além desses, outros problemas comuns a todos os assentamentos também puderam ser observados ao longo desta pesquisa. O primeiro é a atual falta de apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Areia. De acordo com os assentados, atualmente o STR volta atenção apenas para os programas assistencialistas do Governo Federal. O segundo é a ineficiência dos trabalhos realizados pelos técnicos das empresas- Cooperativa de Trabalho Múltiplo de Apoio às Organizações de Autopromoção (COONAP) e Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos da Reforma Agrária da Paraíba (COOPTERA), contratadas pelo INCRA para dar assistência aos assentamentos. O terceiro é a falta de comprometimento por parte do INCRA com os problemas que acontecem no interior dos assentamentos. Segundo os entrevistados, o INCRA é muito lento na tomada de decisões e resolução dos problemas, e isto compromete a organização dos assentamentos, dado que os assentados devem respeitar a hierarquia existente antes de tomar algumas decisões. O quarto é a dificuldade de acesso aos mercados para a comercialização dos produtos produzidos e excedidos nos lotes, o que faz com que os mesmos sejam vendidos aos atravessadores a preços abaixo dos preços de mercado.

Frente ao exposto, não há dúvidas sobre a existência de desafios a serem ainda enfrentados. Assim como não há dúvidas que teria sido impossível alcançar o objetivo proposto neste trabalho, se os PAs tivessem sido analisados de maneira isolada, sem levar em consideração o contexto no qual estão inseridos. Em face disto, consideramos que tanto a criação dos assentamentos quanto as transformações neles verificadas ao longo do tempo, são

frutos de mudanças que também acontecem na conjuntura social, econômica e política na sociedade.

Assim, pode-se concluir que o campesinato, aqui representado pelos assentamentos rurais de reforma agrária, tem-se reproduzido no município de Areia de maneira autônoma. Tal autonomia não está relacionada à independência em relação aos mercados ou às mais diversas instituições, e muito menos ao rompimento das relações de exploração ao qual o sistema campesino está inserido. Está, portanto, relacionada à autonomia fundamentada nos pontos centrais definidos por Campos (2006). Ao longo do tempo, foi possível aos assentados do município de Areia:

a) conquistarem identidade própria, sendo capazes de se representarem por meio de suas próprias organizações e lideranças. Isto se confirma, pois, mesmo com a falta de apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Areia, a ineficiência do trabalho de alguns técnicos que prestam assistência aos PAs e a falta de compromisso do INCRA com os assentamentos, os mesmos têm se destacado no município por serem produtivos e organizados;

b) entenderem que algumas das dificuldades vivenciadas resultaram do funcionamento de um sistema capitalista globalizado. Isto pôde ser confirmado no discurso dos entrevistados, que ao seu modo, explicaram as injustiças reproduzidas pelo monopólio das terras, pela expansão da monocultura e da pecuária, e pelo impacto que sofreram com a ascensão do capitalismo nas relações de produção no campo;

c) serem capazes de romper com seu próprio mundo, buscando a igualdade de participação. Isto pôde ser observado nos PAs que resultaram dos acampamentos, onde os assentados apresentavam características diferentes em relação à origem e estilos de vida, e hoje fazem parte de um mesmo ambiente, partilhando os mesmos anseios quanto ao momento presente e ao futuro; na confiança que os assentados depositam nas associações na luta pelos direitos coletivos e; no respeito existente em relação a opção de religião de cada assentado, até mesmo em relação aos que não tem religião definida;

d) serem capazes de lutar contra as políticas públicas e privadas que ameaçam a agricultura e a reprodução camponesa. Isto pôde ser confirmado, mesmo antes da conquista das terras, quando insatisfeitos com a situação de injustiça em que se encontravam, organizaram-se coletivamente para lutar por melhores condições de vida; quando se observa a realização de abaixo assinados quando estão insatisfeitos com alguma situação que compromete os assentamentos; quando se observa os assentados se organizarem para denunciar o INCRA na República Federativa pela falta de responsabilidade com seus compromissos, entre outros.

Esta autonomia observada contribuiu ao longo do tempo, para que tanto as terras conquistadas pelos assentados quanto o espaço agrário do município de Areia como um todo, pudessem ser entendidos como “espaços socialmente produzidos” (Santos ,1980). Neste sentido, a luta para a sobrevivência na terra deve acontecer de forma contínua, ou seja, se renovando a cada dia através da busca de políticas públicas voltadas principalmente para o atendimento das necessidades básicas da população rural assentada, de modo a se alcançar um estilo de vida cada vez mais digno.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.
- ALMEIDA, Antonio Augusto de. **Brejo Paraibano. Contribuição para o inventário do patrimônio cultural**. João Pessoa: Museu do Brejo Paraibano, 1994.
- ALMEIDA, Antônio Augusto de (org.)& Almeida, Alice de. **José Rufino: Areia Paraíba: a polêmica que abalou a Borborema**: artigos de Adelmo A. Machado e José Rufino de Almeida. Editora Davina, Mamanguape, 1995.
- ALMEIDA, Horácio de. **Brejo de Areia: Memórias de um Município**. 2ª Ed. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 1980.
- ALMEIDA, Horácio de. **Brejo de Areia: Memórias de um Município**. Ministério da Educação e Cultura. Serviço de Documentação. Rio de Janeiro. Setembro de 1957.
- ANDRADE, M.C.de. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo, Ed. Atlas, 1986.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Formação territorial e econômica do Brasil**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana, 2007.
- AQUINO, Rubim Santos Leão, et al. **Brasil, uma história popular**. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- ARAGÃO, Paulo Ortiz Rocha de; & MALAGODI, Edgar. **O desenvolvimento territorial como abordagem para avaliação dos assentamentos de Reforma Agrária nas áreas de conversão produtiva**. UFCG, PB, ca.2001. p.1-20.
- AZEVÊDO, Fernando Antônio. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982.
- BERGAMASCO, Sônia M. **O que são assentamentos rurais**. Col. Primeiros passos. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BORGES, Péricles de Farias. **Bioestatística e Estatística geral**. Areia, 2009.
- BUAINAIN, Antônio Márcio. et al. **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Editora da Unicamp. Campinas-SP, 2008.
- CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. **Campesinato autônomo- uma nova tendência gestada pelos movimentos sociais do campo**. Lutas e resistências, Londrina, v.1, p. 146-162, set. 2006.
- CARDOSO, Edilene. **Cidade de Areia- Patrimônio Cultural: Um passeio pela história**. João Pessoa, PB: SEBRAE, PB, 2008.

CHAYANOV, Alexander.V. **La organización de La unidad econômica campesina**. Buenos Aires. Nueva visión, 1974.

CORREIA, Silvana Cristina C. Resistência e formas de (re)criação camponesa no semiárido paraibano. João Pessoa: **Dissertação**. Programa de Pós-graduação em Geografia da UFPB, 2011.

DIÁRIO DA BORBOREMA. Trabalhadores da Usina Santa Maria Continuam sem Receber seus salários. Reportagem/Jornal, 1991.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A questão agrária no limiar do século XXI. In: **Questão Agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. et al. **Reforma Agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Uniara. São Paulo, 2008.

FERREIRA, H. CASSIOLATO, M. GONZALES, R. **Uma experiência de desenvolvimento metodológico para a avaliação de programas: o modelo lógico do programa segundo tempo**. Texto para Discussão 1369. Brasília: IPEA, 2009.

FIÚZA, Alexandre Felipe, et. al. **Uma História de Areia**. João Pessoa. Editora Universitária/UFPB, 1998.

IBGE. **Área Territorial dos Municípios Brasileiros**, 2013. Disponível em: www.ibge.gov.br.

IBGE. **Censo demográfico**, 2010. Disponível em: www.ibge.gov.br.

IBGE. **Perfil dos Municípios**, 2013. Disponível em: www.ibge.gov.br.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel González de. . 3. ed. Tradução: Ênio Gutierrez; Horácio Martins de Carvalho. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. São Paulo: Expressão Popular; Brasília: Via Campesina do Brasil, 2005.

INCRA. **O Incra e o Assentamento**. Boletim Informativo. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/servicos/publicacoes/livros-revistas-e-cartilhas/file/490-o-incra-e-o-assentamento>. Acesso em 02 de dezembro de 2013.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. Proposta Editorial. São Paulo, 1980.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. Abril Cultural. São Paulo, 1988.

LIMA, Silvânia Félix de. **Impactos territoriais da criação de assentamentos rurais: o caso dos PA's Timbó e Mata Verde- Espírito Santo/RN**. Dissertação de Mestrado-UFPB/CCEN. João Pessoa, 2010.

LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do Imperialismo**. Abril Cultural. São Paulo, 1984.

MALAGODI, Edgard; MENEZES, Marilda; MOREIRA, Emilia. Da usina a assentamento: o dilema da reconversão produtiva no Brejo Paraibano. Rio de Janeiro: **Estudos Sociedade e Agricultura**, Vol. 2, Série 21, p.332-358, 2013.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e Violência**. São Paulo, Hucitec, 3a. ed., 1991.

MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política. Livro 1. **O processo de produção do capital**. Volume 2. Civilização Brasileira. 3ª edição, 1867.

MORAIS, Clodomir. Las ligas campesinas del Brasil. In **Organizaciones campesinas en América Latina**. Honduras, PROCCARA, INA, C.A, 1976.

MOREIRA, Emilia. La ville et la campagne dans la région du Brejo Paraibano. Monografia de Pós-graduação. Paris : IEDES, Université de Panthéon Sorbonne, 1981.

MOREIRA, Emilia. **Aspectos naturais da Paraíba**. João Pessoa: DGEOC, **Texto Didático**, 1989.

MOREIRA, Emília. **Evolução do processo de produção do espaço paraibano**. João Pessoa, Cadernos no NDIHR, nº23. 1990.

MOREIRA, Emília e TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. Editora Universitária. João Pessoa-UFPB, 1997.

MOREIRA, Emília, et al. **Espaço agrário, movimentos sociais e ação fundiária na zona canavieira do Nordeste**. Cadernos de Estudos Sociais- Recife, vol. 19, nº2, p.201-226. Julho de dezembro de 2003.

MOREIRA, Emília. **Territórios de Esperança**. João Pessoa: Projeto de Pesquisa, CNPq/UFPB, 2006.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo**. 9.ed. São Paulo, 1999.

PONTES, Graciete Dias. **De assalariados a assentados: as trajetórias dos agricultores familiares no assentamento São Francisco no município de Pilões – PB**. Florianópolis: **Dissertação** (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, 2011.

PONTES, Graciete Dias. **De assalariados a assentados: as trajetórias dos agricultores familiares no assentamento São Francisco no município de Pilões – PB**, 2012.

PRADO JUNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. Editora brasiliense. 1ª edição, 1979. 3ª edição, São Paulo- Brasil.

RELATÓRIO DE FALÊNCIA DA USINA SANTA MARIA. Estado da Paraíba, Poder Judiciário, 1993.

RODRIGUES, Maria Isabel e IEMMA, Antônio Francisco. **Planejamento de experimentos e otimização de processos**. 2ª Ed. Campinas, SP: Casa do Espírito Santo Amigo-Fraternidade Fé e Amor, 2009.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia Nova**. São Paulo HUCITEC, 1980.
SEDUP. Reconstituição da história. Guarabira: **Relatório**: 2004.

SILVA, José Graziano da. O que é questão agrária. São Paulo: Brsiliense, 1981.

SOBRINHO, Reinaldo de Oliveira. **Esboço de Monografia do Município de Areia**. Coleção “Arquivos Paraibanos”. Dirigida por Octacílio N. de Queiroz. Imprensa Oficial. João Pessoa-Paraíba.1958.

SOUZA, Francisco de Assis Varela. **A questão agrária nacional e assentamentos rurais na Paraíba**. Idéia, João Pessoa, 2003.

SOUZA, Lucilene Balbino da Silva. **O processo de modernização na cultura da cana-de-açúcar no município de Areia-PB**. UEPB. Campina Grande, 2007.

STRAZZACAPPA, Cristina. **A questão das terras no Brasil: das sesmarias ao MST**. Moderna. São Paulo, 1999.

TARGINO, Ivan. **A luta pela terra e os movimentos sociais rurais no Brasil**. Campina Grande: Raízes, vol. 21, nº 01, p. 148-160, jan./jun. 2002.

VANDECK, Santiago. **Francisco Julião, as Ligas e o golpe militar de 64**. Recife: Comunigraf, 2004.

PESQUISA DE CAMPO
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**ANÁLISE SOCIAL E ECONÔMICA DA CRIAÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS
NO MUNICÍPIO DE AREIA-PB**

MARIA REJANE FERREIRA DOS SANTOS

**QUESTIONÁRIO A SER APLICADO NO SINDICATO DOS TRABALHADORES
RURAIS DO MUNICÍPIO DE AREIA-PB**

1-O Sindicato tem informação de quantos assentamentos existem no município de Areia-PB?

2-O Sindicato tem informação de quantos conflitos por terra aconteceram no município de Areia, nos últimos anos?

3-O Sindicato acompanha os projetos desenvolvidos nos assentamentos rurais?Quais?De que forma?

4-O Sindicato participou de algum processo de luta e/ou desapropriação por/de terra no município de Areia-PB

5-Qual a relação existente entre o Sindicato e as associações dos assentamentos rurais?

PESQUISA DE CAMPO
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ANÁLISE SOCIAL E ECONÔMICA DA CRIAÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS
NO MUNICÍPIO DE AREIA-PB

MARIA REJANE FERREIRA DOS SANTOS

QUESTIONÁRIO A SER APLICADO NO INSTITUTO NACIONAL DE
COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA- INCRA- REFERENTE AO
ASSENTAMENTO _____

1- Qual era o nome do antigo latifúndio? _____

2- A quem pertencia? _____

3- Qual era a área(ha) total do latifúndio? _____

4- Como ficou esta área(ha) dividida em lotes? _____

5- Qual a área(ha) de uso coletivo? _____

6- Qual a área de preservação ambiental? _____

7- Como se deu o processo que impulsionou o desmembramento do latifúndio? _____

8- Qual o programa gerador do assentamento? _____

9- Como surgiu a associação? _____

10- Quais os projetos desenvolvidos nos assentamentos desde o seu início?

OBS: Solicitar as cópias dos mapas dos latifúndios transformados em assentamentos

PESQUISA DE CAMPO
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**ANÁLISE SOCIAL E ECONÔMICA DA CRIAÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS
NO MUNICÍPIO DE AREIA-PB**

MARIA REJANE FERREIRA DOS SANTOS

**FORMULÁRIO PARA A ELABORAÇÃO DO PERFIL DO ASSENTAMENTO
(ENTREVISTA)**

Assentamento:	
Município:	Estado:
Entrevistado:	
Cargo do Entrevistado:	
Entrevistador:	
Data	

ORIGEM DO ASSENTAMENTO

I. Que fato ou motivo impulsionou o surgimento da luta pela terra? Como surgiu o assentamento? De quem foi a ideia e organização inicial? Houve ocupação, acampamento, pressão sobre o INCRA, ação sindical, do MST, da Igreja, das prefeituras locais, etc.? A ocupação foi paulatina ou ruidosa?

II. Quais foram as ações dos trabalhadores na luta? Montaram acampamento? Começaram a produzir na terra? Como se organizaram inicialmente? Como tomavam decisões? Quem orientou e ajudou? Tinha divisão de tarefas em grupos? Como o INCRA agiu frente à luta de vocês? Como avaliam o papel do INCRA nesse processo (foi positivo, foi difícil, etc.). Tiveram apoio de algum partido político? De algum vereador do município? Do prefeito?

III. Qual a reação da população durante o processo de luta de vocês? Como reagiram a Igreja, os governantes, e a justiça? Tiveram que enfrentar a polícia? Houve alguma ação de violência ou de despejo? Como aconteceu tudo isso?

IV. Como foi feita a divisão da terra pelo INCRA? Quantos hectares ficaram com cada família?

V. O que justifica a escolha do nome desse Assentamento?

VI. O que a conquista da terra representou para o(a) senhor(a)?

1- DADOS GERAIS

- 1.1 - Número de glebas (ou comunidades, vilas, etc.): _____
- 1.2 - Ano do decreto de criação do assentamento: _____
- 1.3 - Ano em que se iniciou o assentamento: _____
- 1.4 - Número de famílias atualmente assentadas: _____
- 1.5 - Número de famílias originalmente assentadas (se necessário e/ou possível, por glebas): _____
- 1.6 - Área total do Assentamento: _____ -Área aproveitada: _____
 -Área de Reserva _____ (especificar se a área de reserva é comum ou em cada lote): _____.
- Condições do Solo(qualidade, topografia, recursos hídricos): _____

2 - LOCALIZAÇÃO

- 2.1- Distância (em quilômetros) da sede do município onde está situado: _____
- 2.2- Cidade com a qual o assentamento tem mais relação _____
- 2.3- Distância (km) em relação a ela _____
- 2.4- Tempo médio de deslocamento até a cidade (utilizando carro, ônibus ou outro transporte motorizado): _____
- 2.5- Condições do acesso:
- () estrada asfaltada até a entrada do assentamento
- () estrada de terra
- () estrada parte asfaltada e parte de terra
- 2.6- Em caso de estrada de terra, caracterizar as condições do acesso (existência de buracos, lama, trafegabilidade em épocas de chuvas, etc): _____
- 2.7- Existência de transporte coletivo (tipo, frequência, que partes do assentamento serve): _____
- 2.8- Local onde os assentados fazem compras (caracterizar por tipo de compra – alimentos, eletrodomésticos, roupas, etc), distância do assentamento: _____

3 - PRESENÇA E ACESSO A SERVIÇOS**3.1 - Educação**

- 3.1.1 – Existem escolas no interior do assentamento? () Sim () Não
 Obs: Em caso negativo, ir para questão 3.1.10.
- 3.1.2 - Em caso positivo:
- quantas escolas: _____
- desde quando existem: _____
- 3.1.3 - Houve necessidade de reivindicação ou pressão para obtê-la? Em caso positivo, descrever as ações (caracterizar possíveis demoras, pressões, negociações, etc): _____
- 3.1.4- A escola atende alunos de fora do assentamento? _____
- 3.1.6- Condições de acesso à escola (a pé, bicicleta, transporte escolar, etc): _____
- 3.1.7- Nível
- () 1^a.a 4^a. É multisseriada? () Sim () Não
- () 5^a. a 8^a.
- () segundo grau
- () escola técnica
- () pré – escolar
- 3.1.8- Número de alunos matriculados em 2012: _____

3.1.9- Mantenedor

 Governo Estadual Prefeitura Outros _____

3.1.10- Em caso de não haver escolas no interior do assentamento, onde estudam as crianças e jovens do assentamento (qual escola, distância em relação à sede do assentamento)? Como são as condições de acesso (existência de transporte, etc.)? _____

3.1.11 - Qual a série em que a maior parte das crianças/adolescentes deixam de estudar? _____

3.1.12 - Qual a idade em que a maior parte das crianças/adolescentes deixam de estudar? _____

3.1.13 - Existem projetos de educação de jovens e adultos? (qual e patrocinado por quem)? _____

3.2 - Saúde

3.2.1- Existem postos de saúde no assentamento? Sim Não

Obs: Em caso negativo, ir para questão 3.2.9.

3.2.2- Desde quando funcionam? _____

3.2.3- Houve necessidade de pressão para obtê-lo? Descrever (como foi feita, possíveis demoras, pressões, negociações): _____

3.2.4- Atende pessoas de fora do assentamento? _____

3.2.5- Qual a frequência da presença de médicos no posto? _____

3.2.6- Especialidade dos médicos do posto

 clínica geral ginecologia pediatria dentista outros _____

3.2.7- Recursos oferecidos

consultas exames outros _____

3.2.9 - Há agentes de saúde no assentamento?

Sim número: _____

Não

3.2.10- Em caso positivo, quem os paga? _____

3.2.11- Em relação a serviços de saúde fora do assentamento, onde os assentados recorrem quando ficam doentes (município, distância, condições de acesso, serviços disponíveis)? _____

3.3- Rede de esgoto:

Caracterizar os tipos de escoamento de esgoto mais comuns no assentamento: _____

3.4- Acesso à água:

Caracterizar tipo de poço, qualidade da água, etc. _____

3.5- Acesso à energia elétrica:

3.5.1- O assentamento tem acesso à energia elétrica? Sim Não

3.5.2- Em caso positivo, ela se estende a todo assentamento? (se não, especificar aproximadamente quantas famílias tem acesso): _____

3.5.3- Desde quando existe? _____

3.5.4- Foi necessário algum tipo de reivindicação para obtê-la? Descrever: _____

3.5.5- Em caso de não existir, que tipo de energia é utilizada? _____

3.6- Acesso a telefone:

3.6.1. Existe telefone no assentamento? Caracterizar (sede da associação, orelhão comunitário): _____

3.6.2. Existem assentados que têm telefone (celular ou fixo)? _____

3.7- Existem igrejas no interior do assentamento? () Sim () Não

Em caso positivo, verificar se há espaços de sociabilidade que passam pela igreja (reuniões, festas, quermesses, grupos de jovens, mulheres, casais, etc.). _____

3.8- Existem sedes de organismos de representação (associação, sindicato, etc.)?

() Sim () Não Em caso positivo, quais: _____

4 - PRODUÇÃO E CONSUMO

4.1- Tipos de produtos

4.1.1- Mais frequentemente cultivados: _____

4.1.2- Plantados em maior quantidade: _____

4.2- Tipos de animais criados e finalidade: _____

4.3- Práticas agrícolas

4.3.1- Que tipos de práticas agrícolas os assentados utilizam?

() conservação do solo

() correção do solo

() adubação orgânica

() adubação química

() irrigação

() outras _____

4.3.2 - Existe alguma preocupação com a preservação do ambiente? (agroecologia, práticas orgânicas, cuidados com mananciais, etc.): _____

4.4 - Formas de organização da produção no assentamento

4.4.1- Existem formas coletivas de organização da produção, tais como grupos de famílias, associação, existência de área coletiva, etc)? () Sim () Não

4.4.2- Em caso positivo, descrever a forma como se dão e quantas famílias participam: _____

4.4.3- Existem formas coletivas de:

Uso de máquinas e equipamentos agrícolas?() Sim () Não

Instalações (armazéns, silos, açudes, etc.)? () Sim () Não

Beneficiamento da produção? () Sim () Não

4.4.4- Em caso positivo, descrever o tipo, forma de aquisição de instalações e máquinas e número de famílias que participam, etc: _____

4.5- Assistência Técnica

4.5.1 - Os assentados recebem assistência técnica? () Sim () Não

4.5.2 - Em caso positivo, de quem?

- () Emater
 () ONGs,
 () Cooperativa ou Associação
 () Agroindústria
 () Sindicato
 () outro _____

4.5.3 - Quantas famílias recebem assistência? _____. Com qual periodicidade? _____

4.5.4 - Qual a qualidade dessa assistência técnica? (registrar a opinião do entrevistado):

5- COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

5.1- Produtos destinados principalmente à comercialização: _____

5.2- Parcela aproximada da produção vendida de cada um desses produtos: _____

5.3- Produtos destinados principalmente ao consumo: _____

5.4- Mecanismos de acesso ao mercado: _____

5.4.1- Para quem os assentados vendem a produção? Descrever, se possível discriminando por produto e citando localização e nomes (no caso de cooperativas, agroindústrias, supermercados, etc). _____

5.4.2 - Como fazem para vender? (descrever os principais mecanismos utilizados): _____

5.4.3- Destino da produção: (discriminar quais cidades/ localidades)

- () mercado local (Feira de Areia)
 () mercado regional: (Feiras da região do entorno)
 () capitais, grandes cidades:
 () mercado externo: _____.

6 - ACESSO A CRÉDITO

6.1 - Famílias receberam algum tipo de crédito? () Sim () Não

Em caso positivo, indicar qual crédito e aproximadamente o número de famílias e o(s) ano(s) em que receberam cada um:

	Número de famílias	Ano(s)
() Crédito implantação		
() Crédito habitação		
() Crédito alimentação		
() Pronaf custeio		
() Pronaf infraestrutura		
() outros		

6.2 - Em caso de formas de crédito que exigem elaboração de projeto, quem elaborou e para que finalidade? _____

6.3 - Houve participação dos assentados? Como? _____

6.4 - Qual a agência bancária utilizada para repasse do crédito (Banco e município)? _____

7 - PERFIL DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS

7.1 - Local de onde veio a maior parte das famílias (do município, da região, de outros estados, área urbana ou rural): _____

7.2 - Tradição agrícola da maior parte das famílias (descrever): _____

7.3 - Existência de diferenciações internas no que se refere a produção, padrão de vida, etc. _____

8 - AÇÃO DO ESTADO NO ASSENTAMENTO

8.1- Incra: (quando vem, em que questões intervém, quando é procurado pelos assentados, para que): _____

8.2- Emater/ou outro órgão de assistência técnica:(fornece assistência técnica, quando, em que condições, raio de ação): _____

8.3- Governo estadual (tipo de presença, tal como instituto de terras, companhias de eletricidade, etc. e caracterização): _____

8.4- Prefeitura municipal (tipo de presença e caracterização: estradas, escola, auxílio ou repressão à comercialização, transporte coletivo, etc.) _____

9- VISIBILIDADE DO ASSENTAMENTO

9.1- Quem costuma procurar os assentados: políticos locais, ONGs, CPT, sindicato, movimentos, etc? Com que finalidade e frequência? _____

9.2- Existem organizações internas no Assentamento (associações, grupos de jovens, grupos de mulheres, associação de produtores, etc) ? Caracterizar quais e sua atuação: _____

9.3- Há participação de assentados em organizações de trabalhadores de âmbito maior que o assentamento (Sindicato, MST, outros movimentos de luta por terra, etc)? Caracterizar tipo de participação e atuação: _____

9.4- Há a presença no assentamento de outras organizações (ONGs, CPT, Igrejas, etc.). Caracterizar a atuação: _____

9.5- Há participação dos assentados em conselhos (Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, Conselho de Emprego e Renda, Conselho de Saúde, etc.)? Caracterizar: _____

10- PERCEPÇÃO DOS IMPACTOS

10.1- Depois do assentamento a vida dos assentados melhorou? Em caso positivo, sob que aspectos? Em caso negativo, por quê?_____

10.2- Qual a opinião da população do município/região sobre o assentamento e os assentados?_____

10.3- Na sua opinião, o assentamento trouxe alguma mudança para a produção agrícola da região? Em caso positivo, qual?_____

10.4- O que acha da assistência prestada aos assentamentos?_____

10.5- O assentamento tem alguma influência ou algum peso na vida política local? De que tipo?_____

10.6- Existe algum político local/regional, movimento social, ONG, Igreja, que tenha forte presença no assentamento? Se sim, como se dá sua atuação no Assentamento?

10.7 – Qual a percepção que possuem os assentados em relação ao Governo Dilma?

Outras Observações:

Ao final da entrevista, registrar o seu tempo de duração, bem como possíveis observações gerais.

**PESQUISA DE CAMPO
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
ANÁLISE SOCIAL E ECONÔMICA DA CRIAÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS
NO MUNICÍPIO DE AREIA-PB**

MARIA REJANE FERREIRA DOS SANTOS

QUESTIONÁRIO Nº _____

Assentamento:	
Município:	UF:
Nome do Entrevistador:	
Data:	
Nome do Entrevistado:	
Nome dos Titulares do Lote:	

Obs: o questionário deve ser aplicado ao responsável pela unidade de exploração (lote) ou a um responsável (cônjuge ou filho) do mesmo.

I - IDENTIFICAÇÃO E CONTEXTO FAMILIAR

1.Situação de domicílio do(a) agricultor(a) familiar assentado(a) entrevistado(a):

1.1()agrovila 1.2()lote ou parcela em assentamento rural 1.3() na cidade 1.4() Outro, especificar:_____

Características da família do (a) agricultor (a) residente no domicílio

2.Nome	3.Posição familiar	4.Entrevistado	5.Sexo	6.Idade	7.Estado civil	8.Escolaridade			9.Onde nasceu ?		10.Ocupação				11.Renda Mensal
						Estudou	Estuda	Série (até onde estudou-estuda)	Município	Área	Principal			Outras ocupações atuais	
											Atividade	Município	Área		
Rejane Ferreira															

Entrevistado: 1 – sim; **Sexo:** 1 – masc.; 2 – fem; **Estado civil:** 1 - casado; 2- solteiro; 3:-viúvo; 4- separado; 5- junto. **Posição familiar:** 1 – pai; 2 – mãe; 3 filho; 4 – avô e avó; 5 – parente; 6 – outros; **Área:** 1 – rural; 2 – urbana; **Escolaridade:** 1. Estudou; 2. Estuda; **Série:** 1- analfabeto; 2- 1ª.fase Ensino fundamental incompleto; 3- 1ª. fase do ensino fundamental completo; 4 - 2ª.fase Ensino fundamental incompleto; 5 - Ensino fundamental Completo 6. Ensino médio incompleto; 7 - Ensino médio completo; 8 - Ensino superior incompleto; 9: Ensino superior completo; **Ocupação Principal:** 1 – agricultura de base familiar; 2- assalariado rural ; 3- assalariado urbano; 4- comerciante; 5 – atravessador; 6. – func. público; 7 – aposentado; 8- do lar; 9- desempregado; 10. outros (especificar). Obs.: **Renda:** quanto foi que ganhou este mês em dinheiro? **OBS:** NSA (não se aplica).

12. Alguma pessoa da residência recebe algum tipo de aposentadoria ou pensão? () Sim () Não Em caso de sim, especifique: ()	
12.1 Em caso de sim: quantas pessoas recebem?	() pessoas
12.2 Qual o valor em dinheiro de cada uma?	R\$

13. Alguma pessoa da residência trabalha fora do lote ou do assentamento? () Sim () Não Em caso de Sim, especifique: _____	
13.1 Em caso de sim, quantas pessoas? _____	13.2 Em que trabalham? _____
13.3 Aonde trabalham? _____	13.4 Porque trabalham? _____

14. Alguém que vivia na residência vive atualmente em outro lugar? () Sim () Não	
14.1 Em caso de sim, quantas pessoas? _____	
14.2 Por qual motivo saiu do assentamento? _____	
15. Antes de ser assentado, o senhor já havia trabalhado na agricultura? () Sim () Não	
15.1 Se sim, de que forma? Na terra de quem? _____	
15.2 Se não, o que fazia? _____	
16. Como soube desse assentamento? _____	
16.1 Como o senhor participou da luta pela terra no assentamento? _____	

II TRABALHO E PRODUÇÃO

Caracterização da unidade produtiva

17. Qual a área total do lote da família? _____	
17.1 Qual o tamanho da área cultivada no lote em 2012? _____	
17.2 Existe alguma área que não pode ser aproveitada no lote? () Sim () Não Tamanho: _____ Causa: _____	
17.3 Existe alguma área de reserva ou de preservação no lote? () Sim () Não Tamanho _____	
17.4 Existe alguma área reflorestada no lote? () Sim () Não Tamanho _____	
17.5 Qual o tamanho da área destinada para pastagens no lote no ano de 2012? _____	
18. As atividades produtivas desenvolvidas no lote são de forma: () Individual () Coletiva () Mista- individual e coletiva	
18.1 Quanto da produção do lote é coletiva? () Toda () Maior parte () Metade () Pequena parte () Nada Que produtos são cultivados coletivamente? _____	

CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DE LAVOURAS

19. Quais as lavouras temporárias cultivadas e colhidas no lote no ano de 2012?

Produto					
Área/cultivada					
Produção/Total					
Quant. Colhida					

Listagens de Lavouras temporárias segundo o IBGE: Abacaxi, algodão herbáceo, alho, amendoim, arroz, batata-doce, batata-inglesa, cana, cebola, centeio, fava, feijão, fumo, girassol, mamona, mandioca, melancia, melão, milho, sorgo, tomate, trigo. A colheita pode ser expressa em sacos (com x kilos), em cuia, em kilos e em tonelada ou outra medida.

**20. Dessas lavouras, algumas foram plantadas na mesma área(Consórcio ou seqüencial)?
Em caso positivo, preencher o quadro:**

Produto	Área	Consórcio ou Sequencial

21. Quais as lavouras permanentes cultivadas e colhidas no lote no ano de 2012?

Produto					
Área/Cultivada					
Produção Total					
Quant. Colhida					

Listagens de Lavouras permanentes segundo o IBGE: Abacate, algodão arbóreo, banana, cacau, café, caqui, castanha de caju, coco-da-baía, dendê (coco), figo, goiaba, guaraná, laranja, limão, mamão, manga, maracujá, palmito, pimenta do reino, sisal, tangerina, urucum, uva, pode acrescentar a pinha e todos os frutos de fruteiras permanentes.(medida em quantidade de frutos, em kilos, em sacos, em fardos de x kilos, em toneladas ou outra medida). **Elencar também o plantio de pastagem (palma forrageira e tipos de capim, colocar o nome do capim).**

22. Todos os produtos cultivados foram vendidos? ()Sim ()Não
22.1 Em caso negativo, quais foram vendidos? _____
22.2 Dos produtos vendidos, quais são os mais importantes? Porquê? _____
22.3 Houve perdas/prejuízos na produção ou nas vendas? ()Sim ()Não
23. Qual o tipo de sistema de produção utilizado? ()Tradicional ()Agroecológico ()Orgânico
23.1 Se a produção é orgânica ou agroecológica, há quem oriente a prática? ()Sim ()Não

CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO ANIMAL

24. No ano de 2012 a produção animal do lote era de: (registrar apenas a produção individual).

Tipo	Bovinos	Caprinos	Suínos	Aves	Outros
Rebanho Total					

25. Algumas dessas criações foram vendidas este ano? ()Sim ()Não
25.1 Caso sim, quais? _____
25.2 Dos animais vendidos, quais são os mais importantes? Porquê? _____
25.3 Houve perdas/prejuízos na produção ou venda de algum animal? ()Sim ()Não

26. Quais as principais causas das perdas na lavoura e na produção de animais?

Lavouras permanentes e temporárias	Produção de animais

EXTRAÇÃO VEGETAL

27. No ano de 2012 foi extraído algum produto vegetal do lote ou assentamento? ()Sim ()Não
27.1 Caso sim, quais os produtos? _____
27.2 Quantidade extraída _____
27.3 Algum produto extraído foi vendido? ()Sim ()Não Finalidade: _____

Pode-se citar como exemplo a lenha e a madeira.

BENEFICIAMENTO DA PRODUÇÃO

28. Este ano algum produto do lote foi beneficiado? ()Sim ()Não Produtos _____
28.1 Estes produtos foram vendidos? ()Sim ()Não

COMERCIALIZAÇÃO(LAVOURAS, PRODUÇÃO ANIMAL E PRODUÇÃO EXTRATIVA)

29. Como são comercializados os produtos agropecuários listados anteriormente?

29.1 Produto	29.2 Onde é vendido o produto	29.3 A quem é vendido o produto	29.4 Valor atual do produto em 2013		
			Quantidade/ unidade	Valor	Data em que vendeu

30. Quais os principais problemas enfrentados na comercialização?

--	--	--

**FINANCIAMENTO/ INFRAESTRUTURA/PROCESSOS E TÉCNICAS UTILIZADOS NA AGROPECUÁRIA
CRÉDITO**

31. O senhor teve acesso a algum tipo de crédito após a formação do assentamento? () Sim () Não Em que Banco? _____	
31.1 Se sim, que créditos? _____	31.2 Valor do crédito _____
31.3 Qual a finalidade do crédito? _____	31.4 Fonte do crédito: () Pronaf Custeio () Pronaf Investimento () Procera () Cooperativa () Outros _____
31.5 O senhor teve alguma dificuldade para adquirir o crédito? () Sim () Não Quais? _____	
31.2 O senhor teve alguma dificuldade para pagar o crédito? () Sim () Não Quais? _____	
31.3 O senhor considera mais fácil conseguir crédito enquanto assentado? () Sim () Não Porquê _____	

RECURSOS PRODUTIVOS

32. Quais as instalações o senhor possui na propriedade?

32.1 Instalação/Quantidade	32.2 Ano de Construção	32.3 Forma de aquisição- (fonte/financiamento)	32.4 Forma de uso(individual/coletiva)

Exemplos: galpão, depósito, casa de farinha, engenho, granja, aviário, curral, açude, etc.

33. Que equipamentos o senhor utilizou na safra de 2012?

33.1 Máquina/Equipamento	33.2 Se for própria indicar:		33.3 Se não for própria, indicar forma de acesso	33.4 Forma de uso: Individual ou Coletiva
	Ano de Aquisição	Fonte de Financiamento		

Exemplos: trator, colheitadeira, bomba para irrigação, caminhão, carroça, entre outros.

34. Que implementos o senhor utilizou este ano?

34.1 Implemento	34.2 Tipo de Tração	34.3 Se for próprio indicar ano de aquisição	34.4 Se não for próprio, indicar forma de acesso	34.5 Forma de uso: Individual ou Coletiva

Exemplos: arado, grade, sulcador, adubador, semeadeira, cultivador, carpideira, roçadeira, pulverizador, pá, foice, enxada, entre outros.

35. Quais insumos agrícolas veterinários foram utilizados no ano de 2012?

Exemplos: agrotóxicos, adubos químicos e orgânicos, sementes compradas, medicamentos, sal mineral, entre outros.

EMPREGO

36. No ano de 2012 foi contratado algum trabalhador no lote? () Sim () Não Se sim, quantos? _____
36.1 De onde vieram esses trabalhadores? _____
36.2 Qual foi a forma de pagamento? () por diária () por produção () por empreitada () por tarefa () outro _____ Especifique _____ Qual o valor da diária? R\$ _____

37. Além do trabalho agrícola, desempenha algum outro trabalho não agrícola?

37.1 Tipo de Trabalho	37.2 No lote ou Fora do lote	37.3 Remuneração	37.4 Motivo para realizá-lo

38. Caso já tenha trabalhado em atividades agrícolas antes, o senhor considera que a sua situação melhorou ou piorou depois do assentamento? Porque? _____

CONDIÇÕES DE VIDA**39. Especifique em que a sua vida melhorou ou piorou:**

	Melhor	Pior	Igual
Moradia			
Acesso/Serviços de saúde			
Acesso à água			
Acesso ao crédito			
Alimentação			
Educação			
Lazer			
Renda			
Condições de trabalho			
Segurança física			
Prática religiosa			
Perspectiva de futuro			

40. De qual material é feita a sua casa?

<input type="checkbox"/> tijolo/bloco	<input type="checkbox"/> madeira	<input type="checkbox"/> palha
<input type="checkbox"/> barro ou taipa	<input type="checkbox"/> papelão/plástico	<input type="checkbox"/> outro _____

41. De qual material era feita a sua casa antes de vir morar no assentamento?

<input type="checkbox"/> tijolo/bloco	<input type="checkbox"/> madeira	<input type="checkbox"/> palha
<input type="checkbox"/> barro ou taipa	<input type="checkbox"/> papelão/plástico	<input type="checkbox"/> outro _____

42. Quantos cômodos tem sua casa? _____

42.1 Quantos cômodos tinha a sua casa antes de vir morar no assentamento? _____

42.2 Sua casa tem banheiro?

 Sim Não Sanitário/privada? Sim Não Fossa? Sim Não

42.3 Na casa em moravas antes de vir para o assentamento tinha banheiro?

 Sim Não Sanitário/privada Sim Não Fossa? Sim Não

42.4 Em relação a casa em que moravas, a casa atual é:

 melhor pior igual**43. O senhor tem transporte próprio?** Sim Não

43.1 Em caso positivo:	Tipo de transporte	X	Ano de aquisição
	Animal de transporte		
	Bicicleta		
	Moto		

	Carro		
	Outros _____		

44. Na sua casa tem energia elétrica? () Sim () Não

44.1 Na casa em que moravas antes do assentamento tinha energia elétrica? () Sim () Não

45. Na sua casa tem água encanada? () Sim () Não

45.1 Se não, como se faz para ter acesso a água? _____

46. Que eletrodomésticos possui a sua casa?

Tipo	Tem? Sim ou Não?	Já tinha antes do assentamento? Sim ou Não?
Fogão à gás		
Geladeira		
Televisão		
Antena parabólica		
Máquina de lavar		
Ferro de engomar		
Liquidificador		
DVD		
Som		
Outros _____		

INTEGRAÇÃO E SOCIABILIDADE DO ASSENTAMENTO NO MUNICÍPIO

47. Se reside no campo, a família costuma ir à cidade? () Sim () Não

47.1 Se sim, qual a cidade vai com maior frequência? _____

47.2 O que costuma fazer na cidade?

() Compras () Ir à igreja () Feira () Festas () Sindicatos () Outros _____

48. O que o senhor costuma fazer nas horas de folga? _____

49. Participa de alguma associação? () Sim () Não Qual? _____

49.1 Participa de algum culto religioso no assentamento? () Sim () Não

49.2 O senhor gosta de ser agricultor? () Sim () Não Por que? _____

49.3 Quais as principais dificuldades que o agricultor familiar assentado enfrenta no município ou no assentamento? _____

AGENTES EXTERNOS

50. O senhor utiliza assistência técnica na atividade agropecuária? () Sim () Não

50.1 Se sim, quem presta essa assistência técnica?

() Técnico da Emater () Técnico do Incra () Técnico contratado pelo Incra

() Outros _____

51. Como avalia a atual política do governo federal para o pequeno agricultor? _____

